ELGER ESSER
1967, Estugarda, Alemanha
Baie de la Somme, France, 2005
Prova por revelação cromogénea,
colada sobre Diasec • 181 x 242 cm
Edição 3/7

Courtesy Sonnabend Gallery

BANCO ESPIRITO SANTO

BES 08
Relatório e Contas

ÍNDICE GERAL

01

RELATÓRIO DE GESTÃO 07

01	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	10
02	O Grupo BES	12
03	Estratégia e Modelo de Negócio	24
04	Enquadramento Macroeconómico	33
05	Gestão Financeira e Mercado de Capitais	38
06	Gestão dos Riscos	41
07	Análise Financeira	49
08	Notas Finais	65

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 67

01	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	69
02	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	165
03	Anexo - Adaptação das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	243
04	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	245
05	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	248
06	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	250

03

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE 253

0	Declaração de Cumprimento	256
I	Assembleia Geral	260
II	Orgãos de Administração e Fiscalização	262
III	Informação	279

Principais Indicadores

	2004*	2005	2006	2007	2008
ACTIVIDADE (milhões de euros)					
Activos Totais [1]	61 603	71 687	84 628	93 819	98 825
Activo Líquido	43 052	50 222	59 139	68 355	75 187
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	31 398	35 451	40 546	47 389	51 964
Recursos Totais de clientes	38 754	43 558	49 632	55 445	55 698
Fundos Próprios e Equiparados	4 622	5 398	7 063	7 509	7 482
RENDIBILIDADE (%)					
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)[5]	6,4	13,5	14,7	16,6	9,8
Rendibilidade do Activo (ROA)[5]	0,37	0,61	0,81	0,98	0,56
SOLVABILIDADE (%)					
Rácio Banco de Portugal [2]					
- Total	12,1	12,3	13,1	11,5	11,3
- *TIER I*	6,7	6,2	8,4	7,5	7,1
- *CORE TIER I*	5,0	4,7	7,0	6,6	6,1
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)					
Crédito Vencido >90 dias/ Crédito a clientes	1,64	1,33	1,11	1,00	1,09
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	165,3	196,6	218,2	228,8	219,0
Saldo de Provisões para Crédito/ Crédito a clientes	2,71	2,62	2,43	2,29	2,38
Custo do Risco [3]	0,79	0,69	0,51	0,49	0,57
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA					
Custos Operativos / Activos Totais (%)	1,44	1,20	1,05	1,01	1,01
Activos por Empregado [4] (€,000)	8 441	9 444	10 855	10 520	10 479
Cost to Income (com mercados) (%)	62,0	56,0	52,3	47,5	53,0
Cost to Income (sem mercados) (%)	71,2	66,5	61,9	59,5	58,2
REDE DE DISTRIBUIÇÃO					
Rede de Retalho	646	639	669	757	803
- Doméstica	607	600	623	700	743
- Internacional	39	39	46	57	60
RATING					
Longo Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A -	A -	A -	A	A
MOODY'S	A 1	A 1	A 1	Aa3	Aa3
FITCHRatings	A+	A+	A+	A+	A+
Curto Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A 2	A 2	A 2	A 1	A 1
MOODY'S	P 1	P 1	P 1	P 1	P 1
FITCHRatings	F1	F1	F1	F1	F1

(1) Activo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.
(2) Valores de 2008 calculados com base no método *IRB Foundation*.
(3) Dotações no ano para Provisões para Crédito / Crédito a clientes.
(4) Considerando os colaboradores em empresas financeiras do Grupo.
(5) Capitais próprios médios e Activo Líquido médio.
(*) Dados das demonstrações financeiras em base IFRS.

Resultados e Rendibilidade

	Simbol.	2004*	2005	2006	2007	2008
BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)						
Activos Financeiros	$\overline{AF}$	39 240	41 139	45 377	53 701	61 788
Capital e Reservas	$\overline{KP}$	1 890	1 844	2 642	3 457	3 779
Activo Líquido	$\overline{AL}$	41 425	45 924	51 696	62 189	71 418
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)						
Resultado Financeiro	RF	697,0	740,6	829,5	953,7	1 086,2
+ Serviços Bancários a clientes	SB	549,6	555,1	610,5	643,4	636,2
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 246,6	1 295,7	1 440,0	1 597,1	1 722,4
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	184,4	242,0	264,8	404,1	165,7
= Produto Bancário	PB	1 431,0	1 537,7	1 704,8	2 001,2	1 888,1
- Custos Operativos	CO	887,5	861,2	891,3	950,7	1 001,6
= Resultado Bruto	RB	543,5	676,5	813,5	1 050,5	886,5
- Provisões líquidas de Reposições	PV	322,3	320,6	241,9	262,9	375,8
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	RAI	221,2	355,9	571,6	787,6	510,7
- Impostos	I	46,7	65,8	135,4	152,5	83,5
- Interesses Minoritários	IM	22,9	9,6	15,5	28,0	24,9
= Resultado do Exercício	RL	151,6	280,5	420,7	607,1	402,3
RENDIBILIDADE (%)						
Margem Financeira	RF / $\overline{AF}$	1,78	1,80	1,83	1,78	1,76
+ Rendibilidade Serviços a clientes	SB / $\overline{AF}$	1,40	1,35	1,35	1,20	1,03
+ Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos	ROF / $\overline{AF}$	0,47	0,59	0,58	0,75	0,27
= Margem de Negócio	PB / $\overline{AF}$	3,65	3,74	3,76	3,73	3,06
- Relevância Custos Operativos	CO / $\overline{AF}$	2,26	2,09	1,96	1,77	1,62
- Relevância Provisões	PV / $\overline{AF}$	0,82	0,78	0,53	0,49	0,61
- Relevância Interesses Minoritários e Outros	(IM+I) / $\overline{AF}$	0,18	0,18	0,33	0,34	0,18
= Rendibilidade dos Activos Financeiros	RL / $\overline{AF}$	0,39	0,68	0,93	1,13	0,65
x Relevância Activos Financeiros	$\overline{AF}$/ $\overline{AL}$	0,95	0,90	0,88	0,86	0,87
= Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / $\overline{AL}$	0,37	0,61	0,81	0,98	0,56
x Multiplicador das Aplicações	$\overline{AL}$ / $\overline{KP}$	17,38	22,16	18,01	17,00	17,32
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / $\overline{KP}$	6,36	13,54	14,66	16,59	9,76

(*) Dados das demonstrações financeiras em base IFRS.

Indicadores de referência do Banco de Portugal

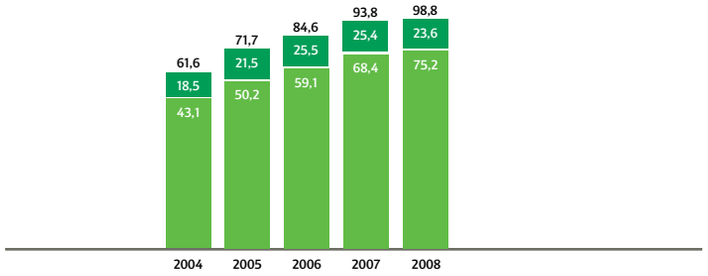
O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos pela Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal para o exercício de 2008 em comparação com os valores do ano anterior.

	2007	2008
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Activos de Risco [a]	11,5%	11,3%
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco [a]	7,5%	7,1%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento[b]/Crédito Total	1,4%	1,6%
Crédito com Incumprimento Líquido[c]/Crédito Total Líquido[c]	-0,9%	-0,8%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/Capitais Próprios Médios[d]	16,5%	10,8%
Produto Bancário[e]/Activo Líquido Médio	3,2%	2,6%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/Activo Líquido Médio	1,3%	0,7%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento[e]+Amortizações/Produto Bancário[e]	47,5%	53,0%
Custos com Pessoal/Produto Bancário[e]	25,1%	27,6%

(a) Valores de 2008 calculados com base no método *IRB Foundation*.
(b) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003/DSB do Banco de Portugal.
(c) Crédito Líquido de Imparidade.
(d) Incluem Interesses Minoritários Médios.
(e) De acordo com a definição constante da Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal.

Activos Totais

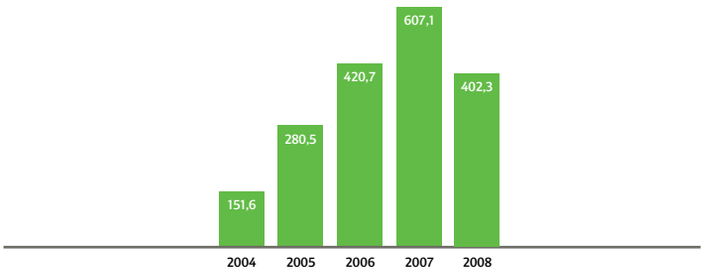
mil milhões de euros



(1) Activa e Passiva

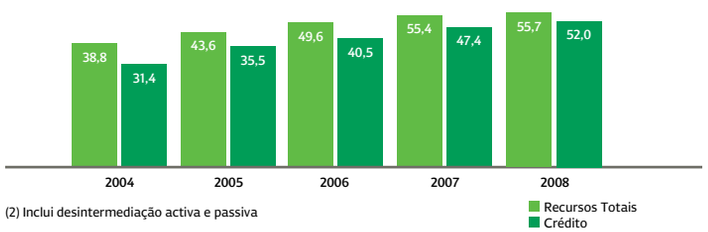
Resultado Líquido

milhões de euros



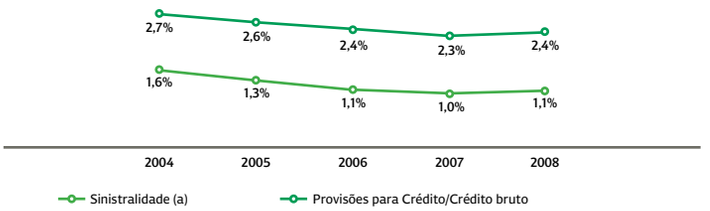
Actividade com clientes (2)

mil milhões de euros



(2) Inclui desintermediação activa e passiva

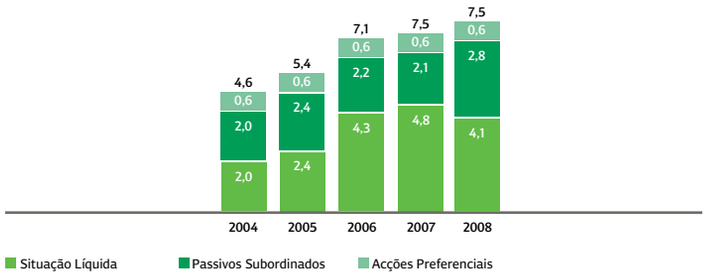
Qualidade dos Activos



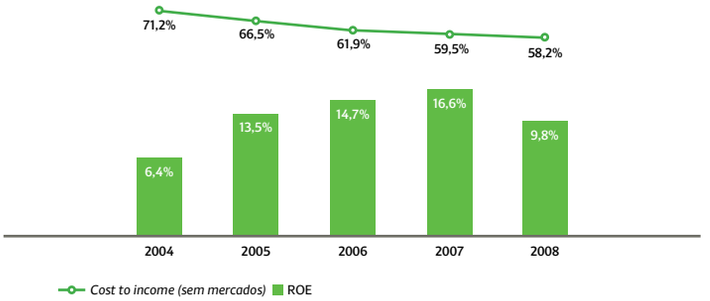
(a) Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito bruto

Fundos Próprios e Equiparados

mil milhões de euros



Rendibilidade e Eficiência



ISAAC JULIEN
1960, Londres, Reino Unido
True North Series, Ice Project Work No. 8, 2007
Transparência (Duratrans) por revelação cromogénea, montada em caixa de luz • 123 x 247 x 7 cm
Edição 1/6 + 1 PA

Courtesy Isaac Julien and Victoria Miro Gallery, London; Copyright the Artist

01
RELATÓRIO DE GESTÃO

BANCO ESPÍRITO SANTO

ÍNDICE

01 RELATÓRIO DE GESTÃO 07

01 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 10

02 O Grupo BES 12
- **2.1** Órgãos Sociais 12
- **2.2** Marcos Históricos e Principais Acontecimentos de 2008 14
- **2.3** Perfil do Grupo BES 18
- **2.4** Acções do BES 21

03 Estratégia e Modelo de Negócio 24
- **3.1** Banca de Retalho 24
- **3.2** *Private Banking* 27
- **3.3** Banca de Empresas e Institucionais 27
- **3.4** Banca de Investimento 29
- **3.5** Gestão de Activos 30
- **3.6** Actividade Internacional 31

04 Enquadramento Macroeconómico 33
- **4.1** Situação Económica Internacional 33
  - Estados Unidos 34
  - Zona Euro 35
  - Brasil 35
  - Angola 36
  - Espanha 36
- **4.2** Situação Económica em Portugal 37

05 Gestão Financeira e Mercado de Capitais 38

06 Gestão dos Riscos 41

6.1 A Função de Risco no Grupo BES 41

6.2 Basileia II (Novo Quadro Prudencial) 42

6.3 Risco de Crédito 42

6.4 Risco de Mercado 46

6.5 Risco de Taxa de Juro do Balanço 47

6.6 Risco de Liquidez 47

6.7 Risco Operacional 48

07 Análise Financeira 49

7.1 Análise Financeira do Grupo BES 49

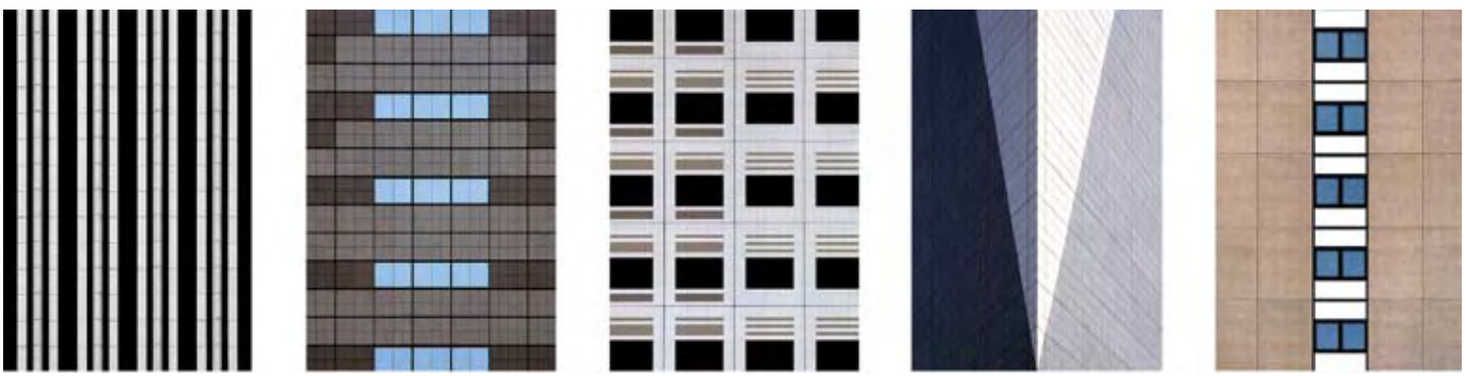
7.2 Análise Financeira do BES Individual 56

7.3 Análise Financeira das Principais Unidades de Negócio 59

08 Notas Finais 65

8.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada 65

8.2 Nota de Agradecimento 65



ROLAND FISCHER
1958, Saarbrücken, Alemanha
F11, 2004
Provas por revelação cromogénea, coladas
sobre Dibond e Plexiglas
5 x (50 x 35 cm) – Edição 7/11

Cortesia do Artista

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Accionistas,

O ano de 2008 foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira internacional e pela sua transformação numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global. O agravamento dos riscos de liquidez e de solvabilidade determinou a falência ou perda de independência de algumas entre as maiores instituições financeiras nos EUA e na Europa, e resultou na relutância extrema das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito.

Já no 2º semestre do ano, os EUA e muitos países europeus entraram em recessão, determinando uma descida significativa dos preços das *commodities* (o preço do petróleo – *Brent* – caiu cerca de 55% no ano, para USD 42/barril) e, também, da inflação. De acordo com o Fundo Monetário Internacional as economias desenvolvidas, que tinham crescido 2,7% em 2007, cresceram apenas 1,0% em 2008, com a expectativa de, em 2009, verem o seu PIB contrair 2,0%.
No entanto, algumas economias emergentes, que em 2008 apresentaram uma natural desaceleração do seu crescimento face a 2007, mantiveram um ritmo bastante saudável com o PIB a crescer 6,3%. É de destacar a boa *performance* de países como o Brasil e Angola, onde o Grupo BES está presente, que se estima tenham crescido, respectivamente 5,4% e 16,0%, em 2008.

A economia portuguesa terminou o ano também em acentuada desaceleração, muito justificada pela evolução desfavorável das exportações de mercadorias e do investimento, por um lado e, por outro, com as condições de financiamento a tornaram-se mais restritivas.

Nos mercados accionistas verificou-se um dos piores anos de sempre. O mercado de acções dos EUA caiu 38,5%, medido pelo S&P500; na Europa assistimos ao índice *DJ Euro Stoxx 50* a cair 44,4% e, em Portugal, o PSI-20 registou uma desvalorização de 51,3%. Neste contexto de queda generalizada, as acções dos Bancos foram das mais penalizadas, com o índice que mede a *performance* de Bancos Europeus, *DJ Europe Stoxx Banks*, a desvalorizar 64,8%.
A cotação da acção BES teve uma *performance* 9% superior face ao índice de Banca na Europa e desvalorizou 55,5% em 2008.

A crise do "*subprime*", iniciada em meados de 2007, traduziu-se numa enorme crise de confiança que afectou o mercado interbancário e também o relacionamento entre os bancos e os seus clientes impondo, naturalmente, um contexto mais restritivo na concessão de crédito e, bem assim, entre os bancos e os seus accionistas, que viram o seu retorno em 2008 baixar significativamente. Em tal contexto, assistiu-se ainda a intervenções directas dos Estados nos sistemas financeiros quer através de aumentos forçados no capital dos bancos, quer via emissão de garantias, num esforço de estabilização, manutenção da confiança e de obtenção de liquidez.

Foi nestas difíceis circunstâncias que o Grupo BES manteve em 2008 a sua rota estratégica marcada pela prudência, solidez e estabilidade.
O Banco Espírito Santo tem, desde a reprivatização em 1991, uma trajectória assente na estratégia de crescimento orgânico, complementada pela expansão da actividade internacional para países cultural e economicamente afins com Portugal. Esta estratégia tem-nos permitido manter uma abordagem comercial consistente no mercado doméstico e, simultaneamente, actuar com prudência nos mercados internacionais.

Em 2008, o Grupo BES apresentou o 3º maior resultado da sua história: 402,3 milhões de euros. Este resultado reflecte a boa *performance* da actividade, com o produto bancário comercial a crescer 7,8% e os custos operativos a crescerem 5,4%. A actividade internacional aumentou a sua contribuição para 35,6% do resultado em 2008, face aos 23,3% em 2007. Os resultados da área internacional foram essencialmente impulsionados pela boa *performance* do BES Angola, que contribuiu com 48,2 milhões de euros. Os resultados obtidos no Reino Unido de 41,7 milhões de euros e pelo BES Investimento do Brasil de 29,8 milhões de euros, foram significativos.

O exercício de 2008 confirmou mais uma vez a força da marca Banco Espírito Santo, com a manutenção de um crescimento robusto da actividade que proporcionou novos ganhos na quota de mercado doméstica, para 20,7%, sendo de destacar a quota no segmento de empresas, que atingiu 23,8%.

O crédito aumentou 9,7% face ao ano anterior, merecendo especial destaque o contributo do Banco Espírito Santo no crédito às empresas, com 13,4%, isto é, mais de 4 mil milhões de euros, reflectindo o posicionamento estratégico do Banco junto deste importante segmento.

Os recursos de clientes de balanço cresceram 3%, impulsionados pela boa *performance* dos depósitos que cresceram 11% ou 2,6 mil milhões de euros, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Balanço do Banco.
Os activos totais, incluindo a desintermediação, atingiram cerca de 100 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 5,3%, o valor mais elevado de sempre. Os activos de balanço aumentaram 10% face ao ano anterior.

Os resultados do BES foram ainda suportados por um esforço de contenção de custos com um crescimento de apenas 5,4%, apesar do aumento da

rede doméstica e dos investimentos no exterior, menos que o crescimento do produto bancário comercial, permitindo, assim, uma diminuição do *Cost to Income*, sem mercados, de 59,5%, em 2007, para 58,2%, em 2008. Os resultados de mercados, embora positivos, foram severamente afectados pela crise financeira internacional e tiveram impacto no *Cost to Income* total, que se situou em 53%.

Também ao nível da qualidade de crédito e, mais uma vez, num ano marcado pela forte desaceleração económica, o BES manteve, fruto da sua política prudente de selecção de riscos, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias controlado nos 1,1% face aos 1,0% do ano anterior. Adicionalmente, a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias permanece num nível bastante elevado, situando-se nos 219%. O rácio "Provisões/Crédito a clientes", que passou de 2,29% para 2,38%, correspondeu a um dos mais fortes da banca na Península Ibérica.

Num ano em que a escassez de liquidez foi a nota dominante, o BES manteve a sua capacidade de acesso aos mercados de financiamento internacionais, comprovando assim a força do seu nome. O Banco conseguiu financiar-se em mais de 5,8 mil milhões de euros, ultrapassando as necessidades de refinanciamento do ano, que se situavam em 3,8 mil milhões de euros. O BES mantém ainda no seu Balanço 8,7 mil milhões de euros de títulos redescontáveis, dos quais 4,6 mil milhões elegíveis junto do Sistema de Bancos Centrais Europeus, que acomodam em mais de 2 vezes e meia o montante a refinanciar em 2009.

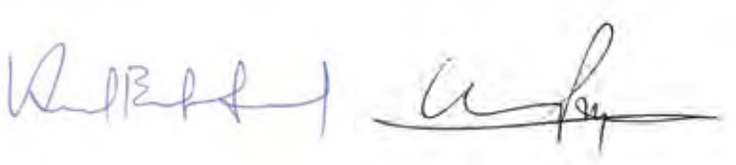
O Grupo BES terminou o ano com um rácio *Core Tier I* de 6,1% de acordo com a metodologia de *IRB Foundation* adoptada pelo BES e em vias de certificação pelo Banco de Portugal, o que o coloca numa posição confortável em termos de solvabilidade, reforçando o posicionamento de prudência que vigora no BES a todos os níveis, nomeadamente no que se refere ao capital. No entanto, atendendo à crise financeira internacional e às recomendações do Banco de Portugal, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo decidiu propor à Assembleia Geral de Accionistas um aumento do capital que proporcione um encaixe bruto até 1 200 milhões de euros, com direito de subscrição preferencial dos accionistas.

O aumento de capital tem como objectivo, por um lado, o cumprimento dos novos rácios de capital e, por outro, o reforço do posicionamento competitivo do Grupo BES e a prossecução do crescimento sustentado do negócio.

Em 2009, o Grupo Banco Espírito Santo celebra 140 anos de existência. Com origem no século XIX, percorreu três séculos de história e sempre ultrapassou as crises a que teve de fazer face. Continuará a manter-se fiel aos seus princípios fundadores, a contribuir para o desenvolvimento sustentado de Portugal e dos países onde está presente e a tudo fazer para continuar a merecer a confiança dos seus clientes.

É com este espírito e com esta missão que trabalha toda a equipa do Grupo BES. Orientados por uma incessante procura de soluções para continuar a servir com excelência os seus clientes, a contribuir para a realização dos seus colaboradores e a criar valor para os seus accionistas.

Para terminar, uma palavra de agradecimento às Autoridades Governamentais e de Supervisão pela sua constante cooperação e pela confiança depositada no Grupo Banco Espírito Santo.



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Presidente da Comissão Executiva

Alberto Oliveira Pinto
Presidente do Conselho de Administração

O Grupo BES

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Presidente

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

António José Baptista do Souto

Jorge Alberto Carvalho Martins

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

2.1 Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição para o quadriénio 2008-2011 é a seguinte:

Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Jean-Frédéric de Leusse (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Bernard Delas
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Bernard Octave Mary[1]
Michel Joseph Paul Goutorbe
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Megre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca

[1] Bernard Octave Mary foi cooptado pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro 2008 para substituir Gilles Roland Maurice Jacquin de Margerie, cooptado pelo CA em 1 de Julho de 2008 para substituir Jean-Yves Hocher.

Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Pedro José de Sousa Fernandes Homem

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

João Eduardo Moura da Silva Freixa

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva composta pelos seguintes Administradores:

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Comissão de Auditoria

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)
Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas (ROC)

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes

2.2 Marcos Históricos e Principais Acontecimentos de 2008

2.2.1 Marcos Históricos

Com origem no século XIX, o Grupo Banco Espírito Santo entra no século XXI confiante nos princípios que herdou e que continuam a marcar a sua identidade e a sua cultura.

Ao longo de 140 anos de existência, o Grupo BES mantém-se fiel aos valores fundadores da marca Espírito Santo, que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Portugal e dos países em que está presente.

Os marcos históricos do Grupo BES são o reflexo evidente de um legado marcado por uma estratégia consistente e por uma gestão equilibrada e estável.

› 1869 - As origens do Banco Espírito Santo remontam a 1869, com a abertura da "Caza de Cambio" de José Maria do Espírito Santo e Silva.

›1884/1915 - José Maria do Espírito Santo e Silva funda sucessivamente várias Casas Bancárias: Beirão, Silva Pinto & Cª., (1884-1887), Silva, Beirão, Pinto & Cª. (1897-1911), J. M. Espírito Santo Silva (1911-1915), J. M. Espírito Santo Silva & Cª. (1915).

› 1916 - Com o falecimento do fundador, a firma anterior dá lugar à Espírito Santo Silva & Cª., constituída pelos herdeiros e antigos sócios, sob a gerência do filho mais velho, José Ribeiro Espírito Santo Silva.

› 1920 - A Casa Bancária passa a sociedade anónima com o nome de Banco Espírito Santo e é inaugurada a primeira agência do BES, em Torres Vedras.

› 1932 - Ricardo Espírito Santo Silva assume a Presidência do Conselho de Administração do Banco.

› 1936 - O Banco Espiríto Santo assume a liderançada Banca Privada em Portugal.

› 1937 - O BES funde-se com Banco Comercial de Lisboa, dando origem ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). Com 33 balcões espalhados pelo país, o BESCL tem a maior cobertura geográfica da banca privada.

› 1946 - Para expandir as suas actividades nos Açores, o BES adquire a maior Caixa Económica do arquipélago.

› 1955 - Por falecimento de Ricardo Espírito Santo, o Secretário-Geral do BESCL, Manuel Espírito Santo Silva, assume a Presidência do Conselho de Administração.

› 1966 - Lançamento pioneiro de novos produtos, como o crédito individual e os cheques de viagem. O BESCL compra a *Casa Bancária Blandy Brothers* a operar no Funchal.

› 1973 - O BESCL, em parceria com o *First National City Bank of New York* funda o Banco Inter-Unido em Luanda.

› 1975 - Nacionalização das instituições de crédito e de seguros nacionais.

› 1976 - Constituição do Grupo Espírito Santo, sob a liderança de Manuel Ricardo Pinheiro Espírito Santo Silva.

› 1986 - No ano da adesão de Portugal à CEE o Grupo Espírito Santo, em parceria com a *Caisse Nationale du Crédit Agricole*, funda o Banco Internacional de Crédito em Lisboa.

› 1991 - Início da privatização do BESCL. O Grupo Espírito Santo, em parceria com a *Caisse Nationale du Crédit Agricole* recuperou o controle do Banco. Constituição da Crediflash (cartões de crédito) e aquisição da ESER - Sociedade Financeira de Corretagem.

› 1992 - O BESCL passa a operar no mercado espanhol após a aquisição do Banco Industrial del Mediterráneo, designação posteriormente alterada para Banco Espírito Santo (Espanha).
Criação da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, *holding* que enquadra a actividade de gestão de activos financeiros do Grupo.

› 1995 - Criação do Banco Espírito Santo do Oriente em Macau.

› 1999 - Por escritura pública de 6 de Julho, o BESCL passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo.

› 2001 - Criação do Banco Espírito Santo Angola e do Banco BEST – Banco Electrónico de Serviço Total.

› 2002 - Início da actividade do Banco Espírito Santo dos Açores detido maioritariamente pelo Banco Espírito Santo, tendo ainda como accionistas a Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada e a Bensaúde Participações, SGPS.

› 2003 - Integração da *ES Dealer* (corretagem) no Banco Espírito Santo de Investimento. Aquisição de uma participação na Locarent (*renting* automóvel), que resulta de uma parceria entre o BES, CGD e Serfingest.

› 2004 - Conclusão da fusão por incorporação das sociedades Euroges, Besleasing Mobiliária e Besleasing Imobiliária numa nova empresa denominada Besleasing e Factoring, IFIC, S.A..

› 2005 - Em Setembro o BES anuncia a fusão por integração do Banco Internacional de Crédito (BIC), concretizada por escritura pública em 31 de Dezembro de 2005.

› 2006 - Em Janeiro o Grupo Banco Espírito Santo concretiza a renovação da sua identidade corporativa. Em Junho é anunciada a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros.

› 2007 - É concluído o processo de fusão por incorporação da filial em Espanha.

2.2.2 Principais Acontecimentos de 2008

Janeiro

22

Na Primeira edição do Prémio de Biodiversidade, o BES premeia uma ONG.

BES PRÉMIO BIODIVERSIDADE

25

O BES emite 1,25 mil milhões de euros em obrigações hipotecárias ao abrigo do programa de *covered bonds*.

28

O Grupo BES divulga os resultados consolidados do exercício de 2007. O resultado líquido do exercício totalizou 607,1 milhões de euros, representativo de um crescimento homólogo de 44,3%, a que corresponde a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 16,6%.

Março

14

O BES Angola, em parceria com a ESAF, constitui a BESA-ACTIF, primeira sociedade gestora de fundos de investimento a operar em Angola.

31

Em Assembleia geral, os accionistas do BES aprovam o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas do exercício de 2007 e a respectiva aplicação de resultados. Foi ainda aprovada a eleição dos novos órgãos sociais para o período 2008-2011, reforçando o número de administradores independentes em linha com as melhores práticas de *Corporate Governance*. Na mesma Assembleia foi ainda deliberado o pagamento de um dividendo de 0,48 euros por acção.

Abril

4

O BES comunica ao mercado a participação qualificada no seu capital social de cerca de 2,70% do *Crédit Suisse*.

13

Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2007, no valor bruto de 0,48 euros por acção, o que representa um *payout ratio* de 39,5% em base consolidada.

29

O Grupo BES divulga os resultados do 1º trimestre de 2008 que totalizam 145,9 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 4% e corresponde a uma rendibilidade de capitais próprios (ROE) de 14,8%.

A ES Concessões e a Mota-Engil Concessões constituem a ASCENDI, uma empresa que tem como objectivo conquistar concessões Rodoviárias, Ferroviárias e Aeroportuárias, diversificar geograficamente e reforçar as parcerias internacionais.

Maio

14

O Banco Espírito Santo, em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, lança a campanha 'Seja Sócio da Selecção', uma iniciativa inédita no âmbito do patrocínio do BES à Selecção Nacional.

Junho

4

A agência internacional de rating Moody's atribui ao BES a notação de Aa3 para a dívida de longo prazo e P1 para a dívida de curto prazo (*outlook* estável). O *rating* atribuído pela Moody's reflecte o contínuo reforço no mercado doméstico através de uma forte e diversificada rede de balcões, um bom perfil financeiro e planos de expansão da actividade internacional.

20

Realiza-se mais uma edição do *Strategy Day*, dia dedicado a investidores e a analistas.

Julho

1

O BES comunica ao mercado que Jean-Yves Hocher renunciou às funções que desempenhava no Conselho de Administração para que tinha sido eleito na Assembleia Geral realizada em Março de 2008, tendo sido designado por cooptação o Gilles Roland Maurice Jacquin de Margerie para sua substituição.

17

O BES emite 1,25 mil milhões de euros em obrigações hipotecárias, realizando, deste modo a segunda emissão de obrigações hipotecárias (*covered bonds*).

30

O Grupo BES comunica ao mercado os resultados do 1º semestre de 2008, que atingem 264,1 milhões de euros, o que representa uma quebra de 28,0% relativamente ao período homólogo do ano passado e corresponde a uma rendibilidade de capitais próprios (ROE) de 13,2%.

Setembro

9

É inaugurado o Centro BES Arte & Finança, um novo espaço multiusos localizado no Marquês de Pombal (Lisboa) onde se encontra exposta a colecção de fotografia contemporânea do BES, uma das mais relevantes em toda a Península Ibérica. Com um leque diversificado de serviços, o "BES Arte & Finança" é o primeiro *business lounge and art center* do país.

Outubro

14

A agência internacional de *rating* Standard & Poor's reafirma os *rating* A/A-1 e *outlook* estável do Banco Espírito Santo e do BES Investimento.

29

O Grupo BES comunica que o resultado relativo aos primeiros nove meses do ano totalizou 334,8 milhões de euros, o que representa uma quebra de 31,4% em termos homólogos e corresponde a uma rendibilidade de capitais próprios (ROE) anualizado de 10,9%.

Novembro

7

O Conselho de Administração decide cooptar Bernard Octave Mary para substituir Gilles Roland Maurice Jacquin de Margerie que renunciou às suas funções de vogal não executivo no Conselho de Administração.

21

A agência internacional de *rating* 'Fitch' reafirma a notação de A+ para o longo prazo e *outlook* estável do Banco Espírito Santo.

Dezembro

31

Conclusão da fusão por incorporação da Besleasing e Factoring no BES.

O Grupo BES encerra o exercício de 2008 com um resultado líquido de 402,3 milhões de euros, o que traduz uma quebra de 33,7% relativamente ao período homólogo do ano passado e uma rendibilidade de capitais próprios (ROE) de 9,8%.

2.2.3 Prémios e Reconhecimentos obtidos em 2008

BANCO ESPÍRITO SANTO

"Melhor Banco a operar no Mercado Português"

O Banco Espírito Santo foi distinguido como o Melhor Banco a operar no mercado português em 2008, de acordo coma revista especializada *Global Finance*.
De acordo com a *Global Finance*, os vencedores deste ano foram aqueles que "atenderam cuidadosamente as necessidades dos seus clientes em mercados difíceis e conseguiram os melhores resultados enquanto trabalhavam nas condições que permitirão repetir este sucesso no futuro."

"Melhor Banco de Custódia em Portugal em 2008"

O Banco Espírito Santo foi considerado "O Melhor Banco de Custódia em Portugal em 2008", de acordo com a revista internacional *Global Finance*. Esta distinção, que ocorre pelo segundo ano consecutivo, traduz o reconhecimento a nível internacional das capacidades desenvolvidas pelo Grupo em matéria de *Securities Services*.

"*Best Trade Finance Bank*" em Portugal

Pelo terceiro ano consecutivo, a revista internacional *Global Finance* distinguiu o BES como o melhor Banco na área de *Trade Finance* em Portugal em 2008.
Este prémio distingue os melhores Bancos a actuar na área de *Trade Finance* em 67 Países e 4 regiões.
De entre os critérios utilizados para a escolha dos melhores bancos, destacam-se o volume das operações, a presença e cobertura internacional, a estrutura comercial e plataformas tecnológicas, bem como a política de *pricing* da instituição.

"*Top Rated*" e "*Best in Class*"

O BES foi distinguido no *survey* anual conduzido pela revista *Global Custodian*, com duas importantes classificações: *Top Rated* – a mais alta classificação atribuída por esta reputada revista da especialidade – para o mercado doméstico e *Commended* a nível *Cross-Border*. Entre os critérios analisados o BES recebe a classificação de "*Best in Class*" nas seguintes categorias: *Reporting*, *Corporate Actions*, *Proxy Voting*, *Tax Reclaims*, *Settlements* e *Technology*.

FTSE4Good

Em Setembro de 2007 o BES passou a integrar o índice *FTSE4Good* (índice de referência internacional em termos de empresas cotadas com as melhores práticas em prol do desenvolvimento sustentável) o que reflecte o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável.

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTMENTO

"*Best Investment Bank in Portugal*"

O BES Investimento foi considerado pela *World Finance* o melhor banco de investimento em Portugal.

BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA

"Melhor Banco a operar em Angola"

O BES Angola foi eleito o melhor banco a operar em Angola, pela *Global Finance* e *EMEA Finance* e o melhor banco da África Sub-Sariana pela *World Finance*.

"Banco do Planeta em 2009"

O Banco Espírito Santo Angola recebeu a distinção "Banco do Planeta" atribuída pelo Comité Internacional de Desenvolvimento do Planeta Terra, coordenado pela ONU através da UNESCO. A distinção "Banco do Planeta" é atribuída à instituição bancária que mais se tenha destacado no apoio à divulgação de mensagens sobre protecção do ambiente e sustentabilidade.

ESPÍRITO SANTO INFORMÁTICA

"Certificação CMMI2"

A Espírito Santo Informática (ESI), organização responsável pelos serviços de informática do Grupo BES obteve a certificação CMMI 2 (*standard* internacional da indústria de *software*) fornecida pelo *Software Engineering Institute* dos EUA. Esta certificação, obtida nos primeiros dias de Setembro, é um marco importante no plano estratégico do Grupo para a sua área de Sistemas de Informação.

O OUTRO BES
BES
BANCO
ESPIRITO
SANTO

O OUTRO BES
BES
BANCO
ESPIRITO
SANTO

2.3 Perfil do Grupo BES

2.3.1 Presença Geográfica e Rede de Distribuição

O Grupo BES prossegue uma estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico complementada por uma presença internacional focada em mercados com afinidades culturais e/ou económicas com Portugal, bem como em mercados que demonstram um elevado potencial em áreas específicas onde o Grupo detém particulares competências.

O desenvolvimento da actividade internacional, aproveitando as afinidades existentes com o mercado espanhol bem como com os países de expressão portuguesa, sendo de realçar no último caso Angola e Brasil, assenta essencialmente na exportação da *expertise* e competências do Grupo em *Private Banking*, na Banca de Empresas e na Banca de Investimento.

1869-1884 | 1897-1911 | 1911-1915 | 1911-1915

A actividade internacional é conduzida através de 25 plataformas:
6 Subsidiárias e Associadas: BES Angola, BES Oriente (Macau), BES Investimento do Brasil, BES Vénétie (França), ES Bank (EUA) e ES plc (Irlanda).
6 Sucursais no exterior: Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Nassau e Ilhas Caimão.
1 Sucursal Financeira Exterior: Madeira.
12 Escritórios de Representação: Toronto, Newark (3), Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo e Xangai.

Em Portugal, o Grupo BES opera através de uma rede de retalho de 743 balcões, complementada com 29 Centros *Private* e 28 Centros de Empresas.

1937-1964 | 1965-1990 | 1990-2005 | 2006

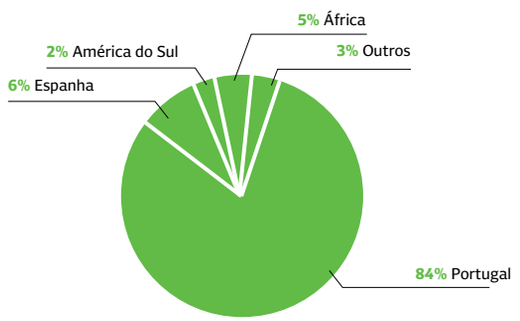
2.3.3 Recursos Humanos

O Banco Espírito Santo tem, desde sempre, uma política orientada para a valorização dos seus recursos humanos enquanto um activo no qual investe em permanência. Para o BES a aposta nos seus colaboradores é também uma aposta nas suas competências e na sua formação.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo BES contava com 9 431 colaboradores distribuidos por quatro continentes, dos quais 7 942 em Portugal (84,2%) e 1 489 no estrangeiro (15,8%).

Distribuição dos Colaboradores por área geográfica	2007	2008
Portugal	**8 196**	**7 942**
Resto da Europa	**600**	**717**
Espanha	512	602
Reino Unido	48	55
Outros países Europeus	40	60
África	**376**	**433**
América do Sul	**159**	**168**
América do Norte	**133**	**150**
Ásia	**17**	**21**
Total	**9 481**	**9 431**

Distribuição dos Colaboradores por área geográfica



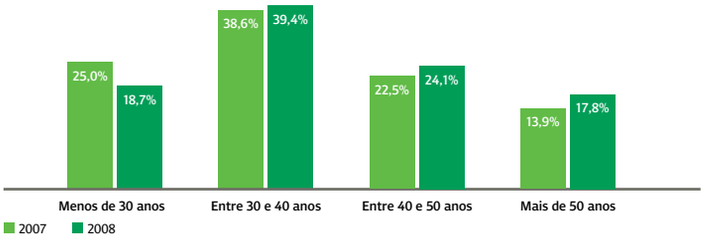
Em Portugal, o quadro de pessoal sofreu uma ligeira redução em resultado da saída do perímetro de consolidação do *E.S. Contact Center*, no entanto cerca de 50% dos colaboradores transitaram para a empresa do Grupo – Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE.

Nas áreas comerciais, apesar da abertura de novos balcões, o quadro de pessoal total não sofreu alterações significativas. Este facto deve-se, principalmente, ao esforço de redução de custos que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos e que motivou a implementação de importantes projectos de reconversão de quadros, nomeadamente no âmbito do projecto "Regresso ao Cliente" que teve por objectivo a reconversão de colaboradores dos serviços centrais para a rede comercial.

É de referir também que foram realizadas 44 reformas, sendo que a média de idades destes colaboradores foi de 60 anos.

A média etária dos colaboradores aumentou ligeiramente em 2008 para 38,3 anos contra 37,2 no ano anterior. Este efeito deve-se, por um lado, a alguma redução no número de colaboradores temporários e contratados e, por outro ao menor número de saídas por via de reforma, em relação a 2007. Deste modo existe, neste momento, uma concentração maior de colaboradores nos escalões etários intermédios (entre os 30 e 50 anos).

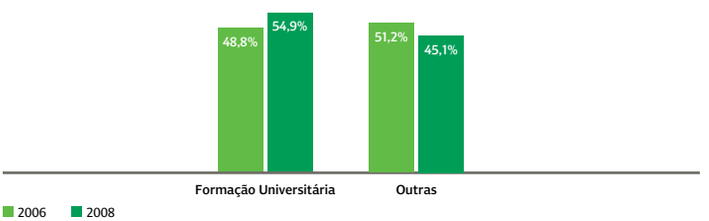
Distribuição dos Colaboradores por grupo etário



O esforço de rejuvenescimento e qualificação dos quadros continua a ser uma prioridade na gestão dos Recursos Humanos. Assim, das contratações realizadas em 2008, 78% foram para áreas comerciais e, destas 80% incidiram em indivíduos com idade inferior a 30 anos, dos quais 77% tem formação universitária.

No que respeita à formação académica é possível observar um crescimento significativo da percentagem de colaboradores com Formação Universitária que subiu de 48,8% em 2006 para 54,9% em 2008.

Distribuição dos Colaboradores por tipo de formação académica



Assumindo-se a gestão de carreiras como um eixo estratégico e determinante na motivação e retenção dos Recursos Humanos, o Grupo BES tem procurado, desde sempre, definir claramente os critérios de acesso, progressão e promoção dos seus colaboradores.

Por um lado, o sistema de avaliação individual alinhada com os objectivos do negócio permite medir a *performance* individual e, por outro lado, o Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) que consiste na avaliação das diferentes estruturas e colaboradores de acordo com os objectivos definidos para cada departamento, permite medir a *performance* do trabalho em equipa. Estes dois factores são determinantes para o sucesso do negócio.

Complementarmente o Grupo tem um vasto e inovador programa de formação que cobre as necessidades de todos os colaboradores (para informação mais detalhada, consultar o Relatório de Sustentabilidade do Grupo BES em www.bes.pt).

Neste âmbito, merece especial destaque o projecto 'Universidade BES', assente em parcerias com universidades e institutos superiores de renome, que conta com o envolvimento significativo dos quadros da alta direcção do BES na concepção e execução de todos os programas e iniciativas. Este projecto concretiza-se na aposta clara em dois eixos fundamentais: (I) jovens licenciados de elevado potencial e (II) colaboradores com experiência profissional significativa mas não licenciados. Neste âmbito, estão em curso dois programas distintos, o *Executive Master in Management & Banking* e a Licenciatura em Gestão Bancária.

No Inquérito Nacional da Revista Exame em parceria com a *Heidrick & Struggles* sobre " As melhores empresas para trabalhar" – o Grupo BES é a única instituição financeira e a primeira portuguesa a integrar o TOP 5 das melhores empresas para trabalhar em Portugal.

Ranking	Empresa	Sector de Actividade
1	Microsoft Portugal	Tecnologias de Informação
2	Remax	Imobiliário /*Real Estate*
3	Accenture	Serviços
4	**Banco Espírito Santo**	**Instituição Financeira**
5	Grupo Lena	Construção

fonte: Exame/*Heidrick & Struggles*

2.4 Acções do BES

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital social do Banco Espírito Santo era de 2 500 milhões de euros representado por 500 milhões de acções ordinárias com o valor nominal de cinco euros cada, admitidas à cotação na *NYSE Euronext*.

O Grupo BES tem ainda admitidas à cotação na *Luxembourg Stock Exchange* 600 mil acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de mil euros cada, emitidas pela subsidiária *BES Finance, Ltd.*

Principais Indicadores de Bolsa

			Dez. 07	Dez. 08
Dados de Bolsa				
01. N.º de Acções Ordinárias emitidas	(mil)		500 000	500 000
02. N.º médio ponderado de Acções Ordinárias emitidas	(mil)		500 000	500 000
03. Última Cotação do ano	(€)		15,00	6,69
04. Capitalização Bolsista no final do ano	(M€)	(01x03)	7 500	3 345
Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)				
05. Capital Próprio atribuível aos Accionistas [1]	(M€)		5 273	4 499
06. Capital Próprio atribuível às Acções Ordinárias [2]	(M€)		4 673	3 899
07. Resultado do Exercício	(M€)		607,1	402,3
08. Resultado atribuível às Acções Ordinárias	(M€)		573,6	368,8
09. Dividendo Bruto das Acções Ordinárias	(M€)		240,0	80,0 [3]
10. *Pay Out Ratio* das Acções Ordinárias	(%)	(09/07)	39,5	19,9
Valores por Acção Ordinária				
11. Património Líquido	(€)	(06/01)	9,35	7,80
12. Resultado	(€)	(08/01)	1,15	0,74
13. Dividendo Bruto	(€)	(09/01)	0,48	0,16
Cotação da Acção Ordinária como Múltiplo do				
14. Património Líquido	PBV	(03/11)	1,60	0,86
15. Resultado	PER	(03/12)	13,07	9,07
Rendibilidade da Acção Ordinária em Relação à Cotação do				
16. Resultado	(%)	(12/03)	7,65	11,03
17. Dividendo (*Dividend Yield*)	(%)	(13/03)	3,20	2,39

(1) Capital + Acções Preferenciais + Prémios de Emissão - Acções Próprias + Outras Reservas e Resultados Transitados + Reservas de Reavaliação + Resultado do Exercício.
(2) Capital Próprio deduzido das Acções Preferenciais.
(3) Proposta a apresentar na Assembleia Geral a realizar em 16 de Março de 2009 de um dividendo de 0,16 euros por acção.

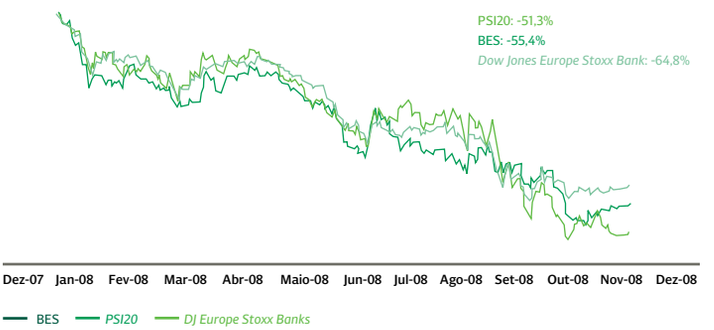
Performance das Acções BES

O ano de 2008 foi um ano marcadamente difícil para os mercados de capitais em geral e para os mercados de acções em particular. O contínuo desenrolar da crise financeira com consequências visíveis durante o ano na economia real, levou à desvalorização significativa dos principais índices de acções a nível mundial com o *S&P500* a desvalorizar 38,5% nos EUA, o *DJ Euro Stoxx 50* a registar uma perda de 44,4% na Europa e o *PSI20* a cair 51,3% em Portugal.

O sector da Banca, estando no epicentro desta crise foi naturalmente bastante penalizado durante o ano. O índice *DJ Europe Stoxx Banks* teve uma *performance* negativa de 64,8% com o BES a apresentar, neste contexto extremamente difícil, uma *outperformance* face ao sector de 9,0%, registando uma desvalorização de 55,4% durante o ano. Esta *outperformance* reflecte, em certa medida, uma apreciação positiva do mercado sobre a exposição do BES aos riscos que estiveram na génese da actual crise financeira internacional. As acções apresentaram uma volatilidade de 175,1%, atingindo um mínimo de 5,51 euros por acção em Dezembro e um máximo de 15,16 euros por acção em Janeiro.

2008 foi assim um ano em que as valorizações relativas de mercado foram bastante penalizadas. O BES apresentava no final do ano um *Price Earnings Ratio* de 9,07 vezes e um *Price Book Value* de 0,86 vezes o que contrasta com 13,07 vezes e 1,60 vezes, respectivamente, no final do ano de 2007.

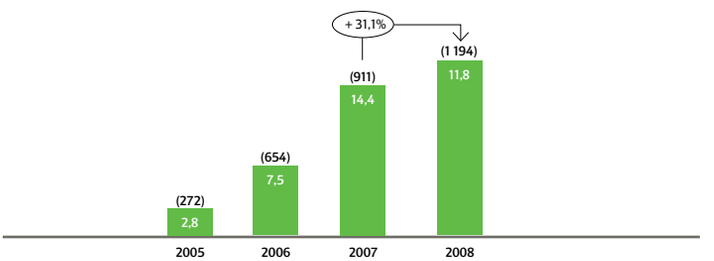
Evolução da cotação da acção BES em 2008



Liquidez

Em circunstâncias de mercado adversas, a acção BES aumentou o nível de liquidez. Foram transaccionadas diariamente 1 194 mil acções, um crescimento de 31,1% face às 911 mil acções transaccionadas em média diariamente durante 2007. Em virtude da queda do preço das acções, o valor médio transaccionado caiu para os 11,8 milhões de euros face aos valores médios registados em 2007 de 14,4 milhões de euros.

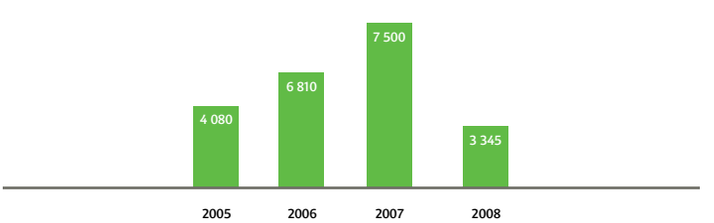
Evolução das transacções médias diárias (milhares de acções) milhões de euros



Capitalização Bolsista

Em função da desvalorização generalizada dos índices de acções em geral e do sector da Banca em particular, o BES diminuiu a sua capitalização bolsista, valendo no final do ano 3 345 milhões de euros em bolsa. No entanto essa desvalorização não impediu que o BES recuperasse um lugar face a 2007 no *ranking* das empresas com maior peso no índice *PSI20*. O BES no final de 2008 era a 4ª empresa com maior peso no *PSI 20* (5º lugar em 2007) e a segunda entre as empresas da área financeira.

Evolução da Capitalização Bolsista milhões de euros



A Acção BES e os Índices

A acção BES está admitida à cotação na *NYSE Euronext* e faz parte, entre outros, dos seguintes índices:

Índice	*Bloomberg ticker*	Peso em 2007	Peso em 2008
Euronext Lisbon PSI Financials	PSIFIN	31,16%	34,84%
PSI-20	PSI20	9,87%	8,60%
PSI Geral	BVLX	8,17%	6,35%
Dow Jones EuroStoxx Mid (Price)	MCXE	0,85%	0,71%
Dow Jones EuroStoxx Banks Supersector (Price)	SX7E	0,51%	0,60%
Bloomberg Europe 500 Banks & Financial Services	BEBANKS	0,50%	0,56%
S&P Europe 350 Banks Industry Group	SEBANKX	0,43%	0,49%
S&P Euro Financials GICS Sector	SEUFINL	0,44%	0,46%
Bloomberg European Banks	BEUBANK	0,41%	0,40%
Dow Jones STOXX Mid 200 (Price) – EUR	MCXP	0,44%	0,40%
Bloomberg European Financials	BEFINC	0,37%	0,37%
Dow Jones EUROPE STOXX Banks (Price)	SX7P	0,29%	0,34%
WT International Midcap Dividend	DIMIV	0,33%	0,34%
Euronext 100	N100	0,34%	0,27%
S&P Europe 350 Financials - GICS Sector Level	SPEUR040	0,25%	0,27%
WT International Financial Sector	DRFIV	0,17%	0,23%
BBG World Banks	BWBANK	0,19%	0,17%
S&P Europe Economic Sectors GICS Sector Level	SPEU	0,13%	0,11%
Global 1200 Financial Sector	SGFS	0,10%	0,10%
Dow Jones EURO STOXX (Price)	SXXE	0,10%	0,09%
S&P Euro Plus	SPEP	0,10%	0,08%
WT Europe Dividend	DEBIV	0,07%	0,08%
Bloomberg European 500	BE500	0,09%	0,07%
Bloomberg Europe 500 Sectors	BE500E	0,09%	0,07%
WT Diefa	DWMIV	0,05%	0,06%
Bloomberg Europe	BWORLDEU	0,07%	0,06%
Dow Jones Stoxx 600 (Price)	SXXP	0,05%	0,04%

Fonte: *Bloomberg*

De notar que o BES, na grande maioria dos índices de Banca a que pertence, fechou o ano de 2008 com um peso maior que em 2007, fruto essencialmente da melhor *performance* relativa do BES face à média do sector.

O BES é desde Setembro de 2007 membro do índice *FTSE4GOOD*, reforçando o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável; o BES continua a ser o único banco português a integrar o *FTSE4GOOD* e vê reconhecido, de forma independente, o seu modelo de gestão assente em critérios de sustentabilidade. Lançado em 2001, o índice *FTSE4GOOD* é constituído por um conjunto de índices negociáveis e comparáveis para investidores com preocupações de responsabilidade social.

Composição e Estrutura Accionista

A composição accionista do Banco não registou alterações significativas face ao ano anterior. Os principais accionistas em 31 de Dezembro de 2008 eram os seguintes:

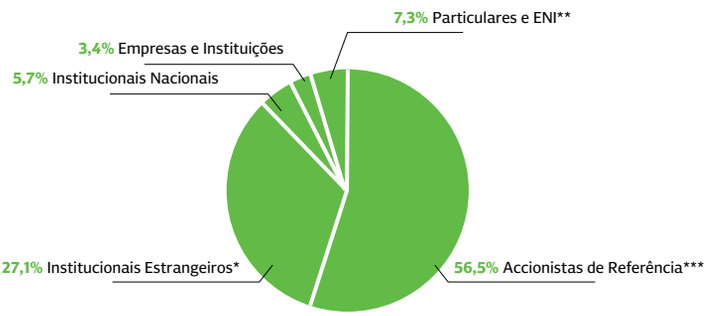
	% Acções Ordinárias	
Accionistas	Dez. 07	Dez. 08
BESPAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00	40,00
Crédit Agricole, S.A.	10,81	10,81
Bradport, SGPS, S.A. (1)	3,05	3,05
Credit Suisse Group	-	2,70
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (2)	2,62	2,62
Fundo de Pensões BES	-	2,22
Hermes Pensions Management Ltd.	2,03	2,02

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil).
(2) Os direitos de voto relativos a esta entidade são atribuíveis à Portugal Telecom.

O *free float* do BES era em 31 de Dezembro de 2008 de 43,5%, considerando como accionistas de referência[1] o *Espírito Santo Financial Group* (através da BESPAR), o *Crédit Agricole*, o Banco Bradesco (através da *Bradport*) e a Portugal Telecom (através da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões).

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital do Banco estava registado em nome de 19 865 Accionistas e encontrava-se repartido da seguinte forma:

Estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2008 — % participação no capital



(*) Inclui participações detidas por Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros
(**) ENI – Empresários em Nome Individual
(***) Accionistas de referência incluem: BESPAR; Crédit Agricole; Bradesco (através da Bradport); Portugal Telecom (através da Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões)

O peso dos investidores institucionais no capital do BES apresentou um ligeiro decréscimo em 2008 face a 2007 passando de 35,5% para 32,9%. Este decréscimo pode ser explicado pelo facto de ter havido, ao longo de 2008, uma realocação na generalidade dos *portfolios* dos investidores institucionais para classes de activos de menor risco, com menos peso em acções.

Durante o ano de 2008 o BES continuou a contactar activamente com investidores institucionais quer através de reuniões *one-on-one*, da participação em conferências organizadas por diferentes bancos de investimento, da realização do *Strategy Day* (dia dedicado a investidores e analistas), e de outras iniciativas que permitiram manter o interesse e a notoriedade do BES no mercado internacional e nacional a muito bom nível num ano difícil para as instituições financeiras.

O BES participou ainda nas seguintes conferências:

- *Iberian Event*, organizada pela Espírito Santo Investment em Madrid;
- *European Banks Conference*, promovida pela Morgan Stanley em Londres;
- *Portuguese Conference*, realizada pelo Banco Santander em Lisboa;
- *South European Banks Conference*, realizada pelo HSBC em Londres;
- *European Financials Conference*, promovida pelo KBW em Londres;
- *Iberian Small & Mid Caps Conference*, organizada pelo BPI em Sintra;
- *Citigroup Small & Mid Cap Conference*, organizada pelo Citigroup em Frankfurt;
- *Nordic Symposium*, organizada pelo Citigroup em Estocolmo;
- *Portuguese Equities Forum*, organizada pelo Millennium BCP em Nova Iorque;

Dividendos

O Banco tem como objectivo distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

(1) A *Hermes Pensions Management*, o Fundo de Pensões BES e o Crédit Suisse Group não foram incluídos no cálculo dos accionistas de referência por serem investidores institucionais.

Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2008, o Conselho de Administração do BES vai submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual o pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,16 euros, que representa uma redução de cerca de 67% face ao dividendo distribuído no ano anterior. O *Dividend Yield* (relação entre o dividendo bruto por acção e a cotação) evoluiu de 3,20% para 2,39%, com o *Pay-Out Ratio* consolidado correspondente a situar-se em 19,9% (39,5% em 2007).

Acções Próprias

Em conformidade com o artigo nº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transacções sobre acções próprias realizadas no decorrer do exercício de 2008 se reportaram, exclusivamente, a transacções relacionadas com o Sistema de Incentivos Baseado na Atribuição de Acções aos Colaboradores (SIBA).

	Quantidade	**Valor Unitário** (euro)	**Total** (euro)
Saldo em 31/Dez/2007	-	-	-
Movimento no Exercício(*)			
- Compras	1 005 181	11,54	11 598 726
- Vendas	1 005 181	11,54	11 598 726
Saldo em 31/Dez/2008	-	-	-

(*) Inclui transacções em bolsa e fora de bolsa

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Acções Próprias" do balanço do BES evidenciava o valor de 29 838 milhares de euros correspondente à mobilização de 2 479 081 acções enquadradas no âmbito do SIBA, cujo tratamento contabilístico está devidamente justificado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Estratégia e Modelo de Negócio

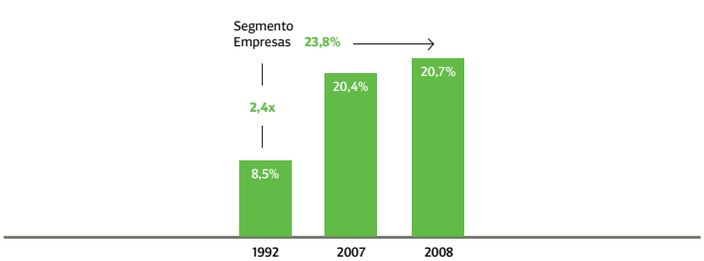
O Grupo Banco Espírito Santo assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada cliente. A sua evolução, desde a privatização, foi suportada pela construção de um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades. O posicionamento do Grupo BES assenta assim em três pilares: (i) conhecimento aprofundado das necessidades dos diferentes segmentos, (ii) desenvolvimento da oferta em função das necessidades identificadas e (iii) proposta das soluções melhor ajustadas a cada segmento.

Abordagem multi-especialista do Grupo BES ao Mercado

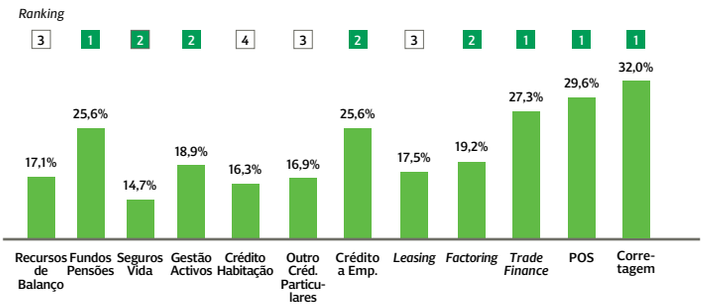
* Incluídos na Rede de Retalho

O Grupo BES tem prosseguido, desde a privatização em 1992, uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico, suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. Reflexo do crescimento orgânico suportado num robusto *franchise* e num forte dinamismo comercial junto dos segmentos de clientes particulares e empresas, que lhe permitiram atingir um valor histórico de activos totais que se aproximou de 100 mil milhões de euros em 2008, bem como consecutivos ganhos de quota de mercado. A quota média de mercado mais que duplicou entre 1992 e 2008, passando de 8,5% para 20,7%, tendo entre 2006 e 2008 aumentado 1,7 pontos percentuais.

Evolução da quota de mercado média



Evolução da quota de mercado por produto



O crescimento sustentado da actividade doméstica, materializado no aumento da quota de mercado, é complementado pelo progressivo reforço da actividade internacional, sendo de salientar a expansão para mercados cultural e economicamente afins com Portugal. Este crescimento é acompanhado por políticas de reforço continuado, do enfoque nos níveis de eficiência do Grupo e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

3.1 Banca de Retalho

A especialização da abordagem comercial em torno das necessidades financeiras dos clientes motivou ao longo dos últimos anos a criação de propostas de valor distintas ao nível do retalho, em concreto para clientes afluentes (BES 360º) e pequenas empresas e empresários em nome individual (aposta num crescimento focalizado em sectores de actividade com maior capacidade de geração de recursos e níveis inferiores de risco). Paralelamente, foi desenvolvido um esforço significativo na inovação e melhoria contínua da proposta de valor dirigida aos restantes segmentos de particulares, assente em três vectores: (i) adequação da oferta às novas necessidades de cada segmento; (ii) standardização de produtos e serviços; (iii) implementação de uma lógica de abordagem ajustada ao ciclo de vida do cliente.

A capacidade de distribuição é um dos factores fundamentais para o reforço do posicionamento competitivo no retalho. A partir de 2006, e no âmbito do processo de reforço da rede de balcões no território nacional, foram criados novos balcões em que se privilegiaram novos formatos, mais eficientes e flexíveis – balcões de menor dimensão e postos avançados (decorrentes de parcerias com agentes de seguros, no âmbito do programa *Assurfinance*).

Evolução da rede de balcões em Portugal

No final de 2008, o Grupo BES contava com uma rede doméstica de 743 balcões, representando os novos formatos cerca de 23% do total da rede. A actividade destes balcões tem suportado de forma significativa os níveis de captação de clientes: o universo de balcões novos contribuiu em 2008 para 17% da captação de novos clientes e 25% do crescimento do movimento financeiro.

Esta estratégia de expansão, aliada às diferentes iniciativas de captação de clientes, permitiu ao Grupo BES captar mais de 157 mil novos clientes em 2008 (155 mil clientes em 2007). Importa referir que este esforço de captação está a permitir um importante rejuvenescimento da base de clientes, nomeadamente através de um forte contributo da faixa etária abaixo dos 30 anos.

O ano de 2008 permitiu ainda aumentar o número de clientes fidelizados como consequência da consolidação das abordagens segmentadas, visando servir de forma cada vez mais especializada os vários segmentos, tendo em consideração as respectivas necessidades financeiras.

***Assurfinance*: Uma parceria de sucesso entre o BES e a Tranquilidade**

O programa *Assurfinance* resulta de uma parceria estabelecida entre o Grupo BES e a Companhia de Seguros Tranquilidade com o objectivo de potenciar a captação de clientes da Tranquilidade que não tinham uma relação bancária com o BES. Este acordo disponibiliza aos agentes da Tranquilidade uma oferta alargada de produtos financeiros (de seguros e bancários) orientada para as necessidades dos seus clientes.

O programa *Assurfinance* envolve um universo de 1 864 agentes que, em 2008, captaram para o BES cerca de 38 mil novos clientes, e contribuíram para a produção total de crédito habitação em cerca de 13%. Também o Cartão T, um cartão de crédito que permite interligar a oferta financeira do BES com a oferta de seguros da Tranquilidade potenciando a fidelização dos clientes, merece um especial destaque por terem sido colocados mais de 33 mil cartões em 2008.

Estes resultados decorrem das iniciativas de *cross selling* e *cross segment* desenvolvidas durante 2008: (i) promoção do "Cartão T" para detentores de "Seguro Auto" permitindo o pagamento a crédito, (ii) maior atenção conferida à captação e fidelização selectiva de clientes, nomeadamente de clientes BES 360º, e (iii) alargamento da oferta disponível, nomeadamente em produtos de poupança e investimento.

Destaca-se ainda a extensão do novo conceito de distribuição cooperativa – Postos Avançados – tendo terminado o ano com uma rede de 41 postos em actividade, o que também contribuiu para o reforço da capacidade de captação de clientes em 2008.

BES 360º: referência no aconselhamento financeiro

O serviço BES 360º constitui uma proposta distintiva para o segmento afluente, baseado num elevado padrão de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor dedicado especializado e de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às necessidades específicas destes clientes. O BES 360º oferece um serviço de planeamento financeiro (Mapa 360º) baseado no levantamento de toda a vida financeira do cliente, para definir o melhor percurso até aos seus objectivos financeiros, o que se traduz na recomendação de investimento mais indicada ao seu perfil. Este serviço, pioneiro no mercado português, apresenta significativas vantagens para o cliente e veio reforçar ainda mais as fortes competências do Grupo BES na área de assessoria financeira. No final de 2008, cerca de 75 mil clientes já tinham realizado uma sessão de Mapa 360º, sendo que mais de 75% recomendaria fortemente a um colega/familiar realizar a sessão, o que comprova a distintividade da oferta e do serviço BES 360º.

O reforço do posicionamento competitivo da proposta de valor do segmento 360º foi prosseguido com um conjunto de iniciativas estratégicas distintivas, sendo de destacar as seguintes:

- Criação de Centros 360º: Centros de excelência que concretizam a distintividade da proposta de valor do BES no segmento afluente, proporcionando aos clientes um serviço de elevada qualidade em espaços dedicados. Até ao final do ano, a rede de Centros 360º contava com 30 unidades;
- Disponibilização da oferta *Welcome Solutions*: serviço dedicado a clientes afluentes não residentes, sendo de destacar a divulgação de oferta específica (p.ex., conta BES *Golden key* com parcerias exclusivas em áreas não financeiras), a disponibilização de um *site* específico e a criação de balcões dedicados ao segmento;
- Lançamento da Conta Nº1: Conta serviço com um conjunto alargado de benefícios financeiros e não financeiros exclusivos, onde se destacam coberturas inovadoras ao nível da saúde, viagens e assistências médicas e técnicas ao domicílio.
- Lançamento do PPR Dinâmico: Solução de Reforma que ajusta automaticamente a composição dos activos em função das oportunidades de mercado e do ciclo de vida do cliente.

Em 2008, o número de novos clientes BES 360º cresceu 22% face a 2007, o que permitiu que o número total de clientes BES 360º tenha ultrapassado a fasquia dos 200 mil clientes.

Negócios: Crescimento rentável do BES como 1º Banco de Relação

Em 2008 o BES reforçou o seu posicionamento como 1º Banco dos seus clientes Negócios, incluindo a vertente particular (Sócio). Para atingir estas metas, num mercado de extrema competitividade, foram desenvolvidas diversas iniciativas ao nível da oferta e de abordagem comercial em torno de 4 princípios:

- Crescimento selectivo, em sectores estratégicos pré-definidos;
- Adequada política de preços, discriminada em função do risco;
- Desenvolvimento de ofertas integradas em especial ao nível da Tesouraria;
- Abordagem integrada Sócio/ Empresa em especial na área da Protecção à Reforma.

Neste contexto, foram mantidos elevados ritmos de captação, com especial reforço nos sectores estratégicos cujo crescimento homólogo na captação foi de 34%. Este crescimento foi apoiado pelo contínuo reforço das propostas de valor associadas a estes sectores, destacando-se o lançamento ao longo do ano de novas ofertas, nomeadamente para o ensino e o pequeno comércio.
O desenvolvimento de novos instrumentos de discriminação de preço com

regular monitorização permitiu que este crescimento fosse acompanhado por um aumento da margem associada ao crédito, em simultâneo com um aumento da qualidade das garantias prestadas e do peso dos clientes de melhores *scorings*. De destacar que em função desta política de forte monitorização do risco foi possível, num contexto de mercado difícil, assistir a uma diminuição das entradas líquidas de crédito vencido face a 2007.

Ao nível da oferta privilegiou-se o lançamento de uma oferta integrada na área da Gestão de Tesouraria com capacidade para fidelizar a relação dos clientes como 1º banco. Destacaram-se nesta área 2 lançamentos pela sua inovação:

- O reforço da proposta valor das Contas BES Negócios Tesouraria *Premium*, com a introdução de um novo mecanismo de isenção do seu custo mensal, em função do número de salários processados e domiciliados no BES. Ao longo do ano assistiu-se a um aumento de 16% no número de empresas com processamento de salários via BES, com impactos positivos na sua fidelização e consequente aumento na domiciliação de salários dos seus colaboradores;
- A introdução do conceito de TPA Tarifa Plana, integrados em Contas Tesouraria com uma tarifa mensal fixa, englobando todos os custos dos produtos associados. Lançadas em Abril, as Contas BES Negócios Comércio e BES Negócios Restauração recolheram forte adesão, tendo representado 1/3 das instalações de TPA em 2008, contribuindo de forma decisiva para um ano recorde de crescimento do parque de TPA em 18% face ao ano anterior.

Em 2008 reforçou-se a aposta de abordagem integrada de Negócios e Sócios, com importantes resultados. A captação de sócios, aumentou 37% face a 2007.

Ao nível do Equipamento a aposta centrou-se na oferta de Protecção/ Segurança, explorando a reduzida *safety net* dos Sócios. Nesta área, 2008 foi um ano de forte crescimento em especial em PPR (+36%), Planos BES Negócios (+ 59%) e Seguros de Saúde (+ 122%). De referir ainda que a abordagem sistemática à importância de uma adequada Protecção da Reforma é bem visível no facto das Entregas Programadas de PPR terem ultrapassado pela 1ª vez mais de metade das entregas (51% vs 36% em 2007).

Particulares de Retalho: Maior orientação para o cliente, mais proactividade comercial

A actividade desenvolvida durante o ano de 2008 teve como objectivo o reforço da actuação em dois eixos estratégicos: maior orientação para o cliente e maior proactividade Comercial, com resultados que permitiram reforçar a quota do BES como primeiro Banco.

A nível do eixo de maior orientação para o cliente são de destacar as diversas iniciativas de melhoria da qualidade de serviço e o fluxo permanente de inovação, tendo em conta o ciclo de vida do cliente, de que são exemplos:

- Lançamento de soluções inovadoras de poupança – BES Poupança Crescente e BES Sobe e Segue – com incentivo à poupança regular. O lançamento destas ofertas teve o apoio de campanhas *mass media* com a colaboração de Cristiano Ronaldo que obtiveram elevados níveis de notoriedade e contribuíram para um crescimento significativo de recursos no segmento;
- Lançamento de soluções inovadoras de quotidiano, sendo de destacar a oferta da conta serviço BES 100% com desconto de 10% nas principais despesas domésticas de cada agregado familiar;
- Lançamento de soluções inovadoras de captação de novos clientes, onde se realça o Cartão Selecção (cartão que permitiu aos Portugueses tornarem-se sócios da Selecção Nacional). Em parceria com a FPF este cartão dá vantagens e prémios exclusivos e acesso a descontos nos bilhetes para jogos da Selecção. Até ao final do ano, mais de 400 mil portugueses tinham aderido à iniciativa;
- Lançamento de soluções inovadoras para segmentos emergentes, nomeadamente a criação de um serviço telefónico dedicado às comunidades da Europa de Leste na língua local. Este serviço foi eleito pelo jornal *Slovo* como um dos 10 acontecimentos mais importantes para a Imigração em Portugal em 2008.

A nível do eixo de maior proactividade comercial são de destacar a reformulação dos planos de formação, a revisão integral das ferramentas de trabalho nos balcões, tornando-as mais simples, adaptáveis e integradas, de forma a assegurar uma verdadeira orientação para o cliente, uma maior homogeneidade em termos de produtividade comercial e um elevado grau de proactividade no *front-office*. Foi ainda aprofundada a exploração proactiva de oportunidades comerciais num contexto multicanal (balcão, *internet*, telefone, SMS e *mailing*).

Neste contexto, é de destacar em 2008 o crescimento de recursos superior a 10%, o aumento das vendas em 25% e o aumento da base líquida de clientes superior a 10%.

Em suma, a consolidação das abordagens segmentadas suportou o crescimento da Banca de Retalho, onde importa destacar:

- Acentuada acção na captação de recursos, expressos no aumento homólogo de 21,7% nos recursos de balanço do retalho, com particular destaque para os recursos a prazo de balanço, que registaram um crescimento de 63,6%. Esta dinâmica está igualmente patente na área de Banca Seguros Vida Financeira, com a produção de PPR/E a registar um crescimento homólogo de 21,3% (tendo o Grupo atingido uma quota de mercado na produção de PPR/E de 28,8%, mantendo a liderança neste importante produto) e com a produção de Produtos de Capitalização a crescer 21,4%. De realçar adicionalmente o importante resultado obtido em soluções de poupança a longo prazo: crescimento de 35,2% na produção de Planos BES (solução de poupança programada) e a colocação, através das diferentes entidades do Grupo, de um total de 700 milhões de euros de Obrigações Subordinadas BES.
- Crescimento do crédito com um elevado grau de selectividade: evolução homóloga do crédito à habitação em 2,9% com 55% da produção do ano concentrada em clientes afluentes. Esta evolução foi acompanhada por uma política de *pricing* que reflecte parcialmente o agravamento do custo de financiamento do sector financeiro. No restante crédito a particulares o crescimento foi de 3,2% quando em 2007 tinha-se cifrado em 17,5% face ao período homólogo anterior. A produção de crédito ao consumo também foi marcada por um peso relevante de crédito concedido a clientes afluentes, que representou 40% da produção de 2008. No caso específico do crédito concedido a Negócios, foi igualmente seguida a política de ajustamento do modelo de *pricing* às actuais condições dos mercados.
- Aumento sustentado do *cross-selling*, variável crítica na banca de retalho, onde o Grupo BES conseguiu manter um elevado nível de crescimento das vendas de produtos (aumento de 25% face ao período homólogo). Neste particular, há que realçar o lançamento, no segundo semestre, de uma oferta inovadora de contas-serviço, com particular destaque para a Conta Nº 1, com a introdução de novos benefícios para os clientes, nomeadamente ao nível de vantagens na prestação de serviços de saúde e de assistência em viagem. Em termos de actividade importa destacar o desempenho ao nível da subscrição das contas-serviço (+28%), seguros vida risco com protecção de doenças graves (+96%) e banca seguros não vida com um crescimento da produção de apólices de 30% (com particular destaque para a produção de seguros auto, com +28%, e para a produção de seguros saúde, com +97%).

3.2 *Private Banking*

A actividade de *private banking* é assegurada em Portugal através de uma rede de 29 Centros *Private*, com uma oferta baseada numa visão integrada do cliente, consubstanciada em soluções de investimento que satisfaçam as suas necessidades financeiras e patrimoniais. O desenvolvimento de uma relação de confiança é um dos pilares desta actividade, assegurada por gestores *private* com elevadas competências técnicas e relacionais. A independência no aconselhamento e a adequação dos perfis de risco dos clientes às propostas de alocações de activos, aliadas à excelência de serviço, são as linhas orientadoras da gestão da oferta *private*.

Ao longo de 2008, a actividade foi naturalmente influenciada pela evolução do enquadramento internacional. Neste contexto, as condições de mercado conduziram a novas exigências, sobretudo no último semestre, que se traduziram por um lado, no reforço das iniciativas de aconselhamento e acompanhamento comercial, e por outro, pelo reforço das políticas de *cross-selling* e de captação externa. Foi dada particular atenção à necessidade de proteger as carteiras sob gestão de potenciais desvalorizações. Deste modo, as equipas de gestão e desenvolvimento de produtos centraram a sua actividade na redução do risco na gestão de carteiras e na dinâmica acrescida nos mercados primário e secundário de produtos estruturados.

Foi criada uma Direcção de Particulares junto do Banco Espírito Santo de Investimento, no sentido de proporcionar aos clientes *private* produtos e serviços complementares à oferta tradicional, beneficiando das múltiplas competências do Banco nas áreas de Gestão Discricionária, Corretagem, *Private Equity*, Créditos Estruturados, Carteiras de Obrigações, Carteiras de Estruturados e Derivados bem como de Assessoria Financeira, tendo como alvo clientes que, ou por dimensão ou por sofisticação, procuram e valorizam esta oferta/serviços.

No âmbito das iniciativas de captação de clientes *private* desenvolveram-se várias acções de captação *member-get-member*, tanto no âmbito doméstico, potenciando a crescente articulação entre os Centros *Private* e Centros de Empresas, bem como da actividade desenvolvida pelo *International Private Banking*, esta mais orientada para os portugueses residentes no exterior.

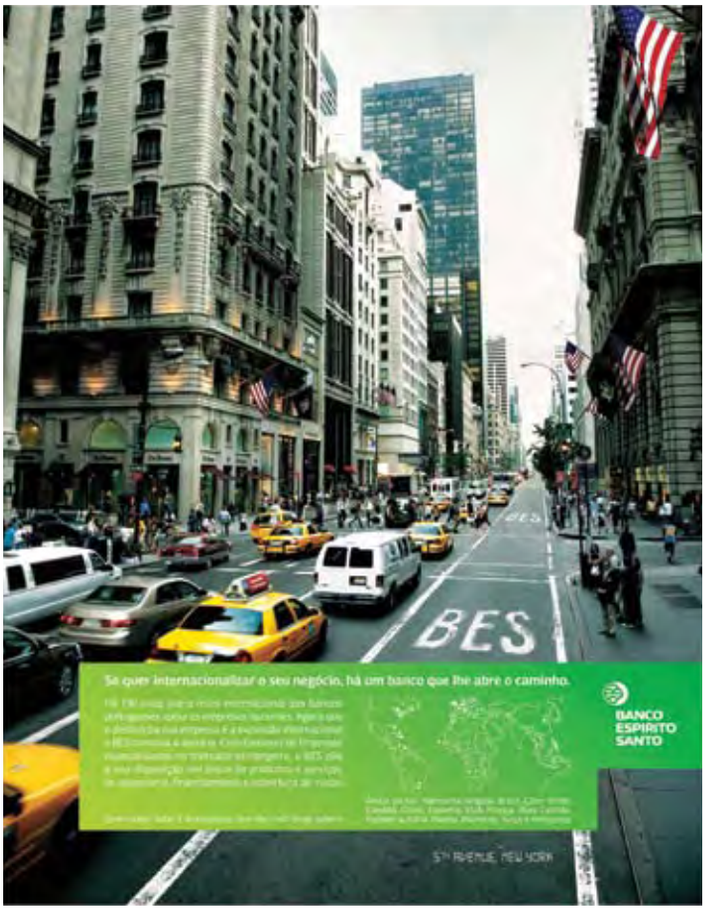
O desenvolvimento da actividade de *private banking* do Grupo BES caracterizou-se por uma importante dinâmica, apesar das condições de mercado adversas. Ao longo do ano, fruto da volatilidade registada nos mercados, observou-se um significativo aumento da procura de soluções intermediadas, tendo, como consequência, o volume de recursos a prazo do segmento aumentado 25,3% em termos homólogos. O valor dos activos sob gestão ultrapassou os 7,2 mil milhões de euros.

3.3 Banca de Empresas e Institucionais

O Grupo Banco Espírito Santo tem, desde sempre, uma vocação para acompanhar e acrescentar valor à actividade das empresas portuguesas. O posicionamento do Grupo junto deste segmento assenta por um lado, na elevada qualidade de serviço assegurada por equipas especializadas e, por outro, na procura continua de soluções adequadas a cada cliente, com especial enfoque no estímulo à inovação e no apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

No âmbito do apoio à Internacionalização das empresas portuguesas, foi criada em 2008, no seio do Departamento de *Corporate Banking* a nova **Unidade Internacional *Premium*** (UIP). Esta Unidade, em forte articulação com o Departamento responsável pelo negócio da àrea internacional, tem como objectivo apoiar e fomentar a internacionalização das Empresas Ibéricas em novos mercados, através de uma equipa totalmente dedicada e especializada no acompanhamento de empresas com potencial de exportação ou de investimento nesses mercados. Com base num modelo de articulação entre um grupo de gestores de negócio internacional, especializados geograficamente e com forte experiência na banca de empresas, e a rede de entidades do Grupo Banco Espírito Santo localizadas no estrangeiro, a nova Unidade acompanha as operações internacionais dos seus clientes, desde a sua originação até à sua implementação, potenciando assim a ampla cobertura geográfica e experiência internacional do Grupo BES e colocando ao serviço dos nossos clientes estas mesmas vantagens competitivas.

Atendendo às especificidades dos clientes, a área de Banca de Empresas e Institucionais está dividida em três subsegmentos: Médias Empresas (facturação entre 2,5 e 50 milhões de euros), *Corporate Banking* (empresas com facturação superior a 50 milhões de euros, podendo ser nacionais ou multinacionais com presença em Portugal) e Municípios e Institucionais.



Médias Empresas

Em 2008 o BES reforçou o seu posicionamento como o Banco das PME´s em Portugal. Apesar da atenuação do ritmo de crescimento do crédito às empresas, o BES manteve um elevado nível de apoio ao investimento, com um crescimento homólogo do crédito de 13,4%. Para esta evolução contribuiu a liderança alcançada na dinamização das duas primeiras linhas PME Investe promovidas pelo Governo e em parceria com a banca nacional, onde o BES obteve uma quota de cerca de 30% (500 milhões de euros de crédito a mais de 800 empresas).

Estes resultados são fruto de uma estratégia centrada no apoio ao **investimento**, à **inovação** e à **internacionalização** das empresas portuguesas.

O reconhecimento do BES como banco de referência no apoio aos esforços de internacionalização das empresas portuguesas (tendo sido eleito, pelo 3º ano consecutivo, "*The Best Trade Finance Bank*" em Portugal pela revista *Global Finance*) permitiu o reforço da liderança no mercado doméstico na área de *trade finance*, com uma quota de mercado de 27,3%. Neste contexto, merece especial destaque o crescimento dos Créditos Documentários materializado no aumento em termos de comissionamento de 16%, resultante sobretudo do apoio do BES às empresas exportadoras.

Cumpre ainda destacar a intensificação do programa de Missões Empresariais aos mercados com maior potencial de crescimento (5 Missões realizadas em 2008 envolvendo mais de 150 empresários e que terá continuidade em 2009) e a realização, em conjunto com a AICEP[1] e AIP[2], do 3º Fórum Portugal Exportador – Missão Exportar 2008, onde foram divulgados os 13 mercados com maior potencial de exportação/investimento por parte das empresas portuguesas.

(1) AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
(2) AIP – Associação Industrial Portuguesa

Portugal Exportador – Missão Exportar 2008

No decorrer do evento foram organizadas sessões de trabalho dedicadas aos mercados internacionais, em que as empresas presentes puderam assistir a apresentações do Banco Espírito Santo sobre oportunidades de negócio em 13 mercados estratégicos para as exportações portuguesas:

- Angola, EUA, Brasil, Marrocos, Rússia
- Argélia, China, Moçambique, Africa do Sul, Emirados Árabes Unidos
- Índia, Venezuela, Líbia

O Banco proporcionou também reuniões individuais com as empresas prestando-lhes, através de equipas de especialistas em *trade finance* e dos Gestores Internacionais da Unidade Internacional *Premium*, as soluções ajustadas às necessidades concretas de cada caso, tendo em vista o incremento da contribuição do comércio externo no seu volume de negócios.

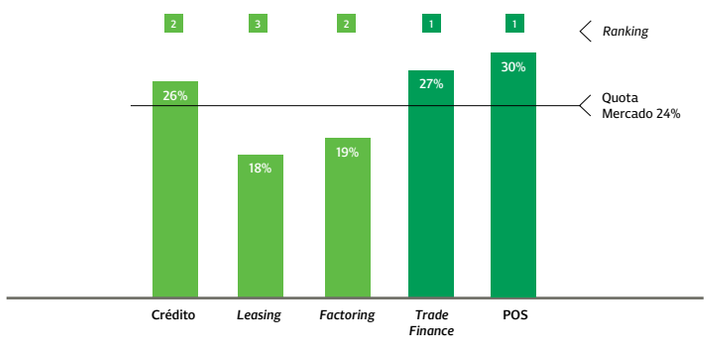
No âmbito do apoio à **Inovação**, o posicionamento do Banco assenta: (i) no estimulo à inovação e apoio ao empreendedorismo através do Concurso Nacional de Inovação, uma iniciativa pioneira em Portugal e que faz a ligação entre o meio académico e o tecido empresarial; (ii) no apoio às *start-ups* de cariz inovador (resultante de parcerias com os principais pólos de inovação e empreendedorismo em Portugal) com uma oferta adequada ao ciclo de vida das empresas, mas também, por via da ES Ventures, capital de risco especializada em empresas de cariz inovador e com elevado potencial de crescimento.

A abordagem comercial do Grupo BES aposta na competitividade da oferta e na prestação de um serviço de excelência, encontrando as soluções financeiras adequadas a cada caso concreto e que permitem concretizar a estratégia definida pelos clientes, sempre com o apoio de equipas especializadas em diferentes áreas da Banca de Empresas. Esta estratégia, e não obstante as difíceis condições de mercado, permitiu ao Grupo alcançar resultados positivos em 2008, nomeadamente:

- Nos produtos derivados (instrumentos de cobertura de riscos cambial e de taxa de juro) foram geradas receitas que representam um acréscimo homólogo de 174%;
- Ao nível da assessoria financeira (serviço de banca de investimento para médias empresas) de registar uma receita 21% superior ao ano anterior;
- No que concerne às soluções de recursos humanos é de destacar o desempenho ao nível da colocação de seguros vida risco, com um crescimento da carteira de 49%;
- No *cross-selling* de seguros não-vida que continua a constituir uma boa complementaridade com a oferta bancária, traduzindo-se num aumento de 14% da receita.

Em Novembro de 2008, foi lançado um serviço pioneiro no mercado ibérico – **o BESNetwork** –, um portal internacional de *internet banking* para empresas com negócios em Portugal, em Espanha ou em ambos os países. Este serviço será alargado a outras áreas internacionais.

Quotas de Mercado no Segmento Empresas



As relações de parceria de longo prazo que o Banco privilegia e o conhecimento dos clientes permitem manter uma celeridade de decisão e consistência da política de crédito que continua a ser um valor reconhecido pelos clientes. Um adequado dimensionamento das carteiras comerciais dos Gerentes de Empresas e a focalização no cliente, associados a ferramentas de medição do risco e de optimização do binómio risco/rendibilidade e ao desenvolvimento constante dos instrumentos de apoio à venda, permitem melhorar o processo de decisão de crédito, traduzido em decisões mais rápidas (e eficientes) e numa melhoria dos níveis de risco e de rendibilidade ajustada pelo risco. Tudo isto acompanhado por uma política rigorosa de reciprocidade na captação de recursos e de iniciativas de *cross-selling* e *cross-segment*.

No domínio de crédito especializado (*Leasing* e *Factoring*) e apesar de se ter verificado uma retracção da produção de 2008 face a 2007 (-5,3%), o desenvolvimento da actividade conduziu a um aumento da carteira de crédito em 280 milhões de euros.

No dia 31 de Dezembro de 2008 foi concluído o processo de fusão por integração da Besleasing e Factoring no BES, operação que permitirá uma abordagem mais eficiente ao negócio, nomeadamente pela via de negociação de reciprocidade com os clientes mas, também pelas sinergias e economias de escala decorrentes da integração.

A monitorização e prospecção constante de novos clientes numa base de dados de clientes potenciais de bom risco continua a constituir um precioso instrumento de captação, que se traduziu em 680 novos clientes activos. O esforço de fidelização de clientes permitiu consolidar a quota de mercado no segmento das empresas em 24%.

Corporate Banking
Em Setembro de 2008, resultado de uma reorganização interna, foi criado o Departamento de *Corporate Banking* composto por três áreas: (i) *Top Corporate*; (ii) Grandes Empresas; (iii) Unidade Internacional *Premium*. A actividade comercial caracteriza-se por um acompanhamento dos clientes em articulação permanente com a banca de investimento, permitindo assim dar apoio constante ao dinamismo e evolução da estrutura empresarial na consolidação e presença no mercado nacional e internacional.

A constituição de equipas de gestores comerciais organizadas em *clusters* de sectores de actividade permite uma especialização que se traduz em elevados níveis de qualidade de serviço. É esta qualidade de serviço que tem permitido que cada vez mais empresas, inclusivamente multinacionais, utilizem as suas participadas em Portugal como plataforma para outros mercados internacionais, nomeadamente os países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

As valências que a Unidade Internacional *Premium* fornece aos clientes (para acompanhamento de empresas com forte componente e potencial de internacionalização) permitem reforçar o posicionamento do Banco Espírito Santo enquanto Banco de referência no apoio à internacionalização das empresas portuguesas, assim como principal *local bank* das multinacionais estabelecidas em Portugal.

Em síntese, a especialização das equipas comerciais, aliada à articulação com a banca de investimento e com a rede internacional do Grupo BES, e o desenvolvimento e sofisticação da oferta, nomeadamente com soluções inovadoras de meios de pagamento electrónicos, constituíram elementos decisivos no reforço da posição do Banco Espírito Santo neste segmento.

Municípios e clientes Institucionais
Os clientes Institucionais (municípios, empresas municipais, universidades, hospitais públicos e instituições de solidariedade social) beneficiam de equipas especializadas no Porto, em Coimbra e em Lisboa. A actividade direccionada para este segmento centra-se na concessão de crédito a longo prazo para projectos de investimento e prestação de serviços de gestão de tesouraria, utilizando meios electrónicos. Por outro lado, a aproximação aos clientes é capitalizada em acções de venda cruzada aos colaboradores das instituições.

Na área do desenvolvimento regional, é de destacar a liderança do BES no programa do Ministério da Economia denominado Finicia - Eixo III, com 54 protocolos assinados com municípios (72% do total dos protocolos assinados ao abrigo deste programa).

Na área das Instituições de solidariedade social, o Banco Espírito Santo tem em curso protocolos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas, visando oferecer condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições. Esta aposta na "Economia Social", que tem um peso importante na economia nacional, colocou o Banco Espírito Santo como o parceiro de referência neste sector.

3.4 Banca de Investimento

A actividade de Banca de Investimento do Grupo BES, desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento (BES Investimento), inclui diversos produtos e serviços especializados, nomeadamente a assessoria em processos de fusões e aquisições, o acesso a transacções em mercados de capitais (acções e dívida), a prestação de serviços de corretagem e de gestão de carteiras, *acquisition finance*, *project finance* e *private equity*.

O BES Investimento pretende afirmar-se como um banco de referência no eixo Atlântico Sul – Península Ibérica, Brasil e Angola – com plataformas de distribuição nos principais centros financeiros mundiais. A estratégia para esta área de negócio assenta em dois pilares principais: (i) manter a posição de liderança no mercado português e (ii) expandir a actividade internacional de forma selectiva, em mercados com elevado potencial de crescimento, de forma a garantir uma oferta de produtos e serviços de elevada qualidade, mais abrangente e mais adequada às necessidades dos clientes.

Os resultados de 2008 foram afectados pelo clima extremamente difícil vivido nos mercados de capitais. Não obstante, e dentro desse enquadramento, a actividade do BES Investimento desenvolveu-se com importantes realizações.

Em **Portugal**, o BES Investimento manteve-se como um dos *players* de referência nas diversas áreas de actividade, nomeadamente na assessoria financeira, no mercado de capitais, no *project finance* e *private equity*. O Banco liderou a actividade de fusões e aquisições (em número de operações), retomou a liderança da área de corretagem (apenas interrompida em 2007) e foi *Joint Global Coordinator & Bookrunner* do maior IPO efectuado na Europa em 2008, da EDP Renováveis (1 567 milhões de euros). Na área de *project finance*, o BES Investimento liderou diversas operações de financiamento, nomeadamente nos sectores de energias renováveis e de transportes (concessões rodoviárias). Na área de *private equity*, foi concluída a subscrição do Espírito Santo *Infrastruture Fund I*, vocacionado para investimentos em infra-estruturas no mercado ibérico. De entre os investimentos efectuados pelo Fundo, destaca-se a participação minoritária na Iberwind, empresa que adquiriu parte dos activos eólicos da Enersis em Portugal.

Apesar das dificuldades económicas sentidas nas geografias onde o BES Investimento se encontra presente, foi feito um esforço significativo de desenvolvimento da actividade. No **Brasil**, o BES Investimento reforçou em particular a sua actuação no mercado de *project finance*, através da assessoria e estruturação financeira de alguns importantes projectos de infra-estrutura, destacando-se a operação de financiamento à Linha Quatro do Metro da Cidade de São Paulo, eleita pela Revista *Project Finance International*, como *America's Infrastructure Deal of the Year 2008*. Em **Espanha**, o BES Investimento melhorou a sua posição no *ranking* de corretagem, tendo ascendido à 5ª posição em 2008, com uma quota de mercado de 5,6%. Através da sucursal de **Londres**, o BES Investimento liderou ainda importantes operações de

project finance, que permitiram manter a posição de destaque conseguida em anos anteriores.

A expansão da actividade internacional do BES Investimento teve ainda importantes desenvolvimentos noutros mercados. Na **Polónia**, foi formalizada em Abril a abertura de uma sucursal dando-se início à actividade de corretagem em Julho, e foi reforçada em Outubro a participação no capital da Concórdia Espírito Santo Investment para 85,4%. Pretende-se, desta forma, aumentar de forma significativa a contribuição desta geografia para a actividade de banca de investimento no médio e longo prazo. Foi também autorizada a abertura de uma sucursal em **Nova Iorque** para desenvolver os negócios de *project finance*, renda fixa, mercado de capitais e fusões e aquisições, capitalizando sobre: (i) a presença directa e a capacidade de originação de negócio no Brasil, (ii) a actividade de mercado de capitais desenvolvida na Península Ibérica e no Brasil, e (iii) a relação existente com clientes de referência no negócio de *project finance*, em particular nos sectores de infra-estruturas e energias renováveis. A referida Sucursal deu início à sua actividade no dia 31 de Dezembro de 2008. Em **Angola**, encontra-se em estudo a abertura de um banco de investimento e de uma corretora.

3.5 Gestão de Activos

A Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF) é a subsidiária que desenvolve a actividade de gestão de activos, exercendo a sua actividade em Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Luxemburgo e Reino Unido. O volume global de activos sob gestão (recursos desintermediados e CDO contratados) superou os 18,6 mil milhões de euros no final de 2008.

Fundos de Investimento Mobiliário
O volume sob gestão dos fundos de investimento mobiliário atingiu no final do ano 4 748 milhões de euros. Embora num contexto de mercados extremamente complexo, a ESAF procurou adaptar a sua gama de produtos e serviços às necessidades dos seus clientes, tendo por isso lançado vários FEI's (Fundos Especiais de Investimento), dos quais se destacam, a título de exemplo, o Espírito Santo *Premium*, fundo orientado principalmente para aproveitar oportunidades no mercado de crédito, e o Espírito Santo Rendimento Dinâmico, fundo orientado para o mercado accionista. Foram também lançados três novos fundos flexíveis – Espírito Santo Plano Prudente, Espírito Santo Plano Crescimento e Espírito Santo Plano Dinâmico – com o objectivo de proporcionar aos clientes um serviço de alocação de activos com três níveis de risco diferenciados.

O Grupo BES tem sob gestão, no Luxemburgo, cinco fundos vocacionados para clientes com ópticas de risco distintas, que no final de 2008 representavam em termos agregados 818 milhões de euros: (i) o *ES Fund*, constituído por 8 compartimentos (fundos de acções e obrigações), que atingiram em Dezembro de 2008 um volume de 347 milhões de euros; (ii) o *Global Active Allocation Fund*, destinado a clientes particulares e institucionais, que tem um volume de 73 milhões de euros; (iii) o *Caravela Fund SICAV* composto por 5 compartimentos; (iv) o *European Responsible Consumer Fund SICAV*, fundo com preocupações de carácter ético, ambiental e social, que é comercializado em Portugal, Espanha, Itália e Luxemburgo; (v) finalmente, destaca-se o lançamento de um novo fundo, o *Espírito Santo Rockefeller Global – Energy Fund*, que resulta de uma parceria entre o Grupo Espírito Santo e a sociedade gestora de activos norte-americana Rockefeller, para a gestão e comercialização de um fundo especial de investimento dedicado exclusivamente ao sector da energia.

Fundos de Investimento Imobiliário
A ESAF apresentou em 31 de Dezembro de 2008 um volume global de mercado dos fundos de investimento imobiliário de 1 142 milhões de euros. No segmento dos fundos imobiliários abertos, através do Gespatrimónio Rendimento e do Espírito Santo Logística, a ESAF manteve a liderança do mercado com um volume de 844 milhões de euros. No segmento dos fundos imobiliários fechados e fundos especiais de Investimento, registaram-se volumes de mercado de 189 e 37 milhões de euros, respectivamente. O montante de activos sob gestão é representado por 25 fundos de investimento, dos quais 2 são fundos abertos, 15 são fundos fechados e 8 são fundos especiais de investimento, sendo as duas últimas classes destinadas a potenciais investidores que pretendam uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo pré-determinado.

Fundos de Pensões
Na área dos Fundos de Pensões, os activos sob gestão atingiram 2 608 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 6,9% em relação a 2007. Neste âmbito, merece especial destaque o lançamento do primeiro – e até agora único – fundo de pensões aberto do mercado que pode investir exclusivamente em acções, o Espírito Santo Multireforma Acções.

Gestão Discricionária
Em 2008 inverteu-se a tendência de crescimento dos activos sob gestão verificada nos anos anteriores, resultado da difícil conjuntura de mercado. Assim, o volume sob gestão reduziu-se face a 2007 tanto no que se refere ao segmento de particulares, como no segmento institucional.

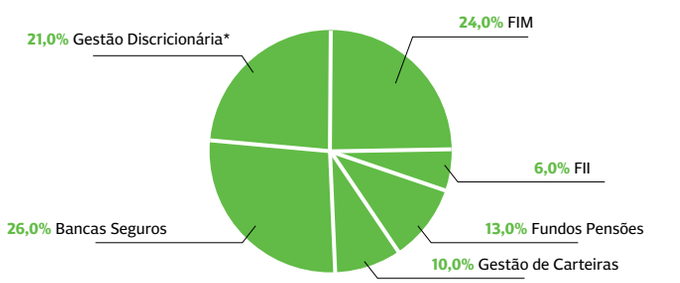
Gestão de Carteiras
O serviço de Gestão de Carteiras, lançado em 2006, permite aos clientes do Grupo usufruírem de um aconselhamento especializado, caracterizado por uma gestão conservadora de activos e um retorno objectivo superior ao das poupanças tradicionais.

No final de 2008, o total de clientes ultrapassava já os 20 mil, representando os clientes de *Private Banking* cerca de 52% dos activos sob gestão.

O ano de 2008 ficou caracterizado por uma elevada volatilidade dos principais mercados (quer domésticos quer internacionais), o que obrigou à adopção de políticas de investimento mais conservadoras. Em consequência das medidas implementadas, foi possível obter um ligeiro crescimento dos activos sob gestão de 1 867 milhões de euros no final de 2007, para 1 968 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2008 (evolução de 5%).

O final do ano ficou ainda marcado pelo lançamento do Serviço de Gestão de Carteiras em moeda estrangeira, ampliando desta forma, a oferta através da diversificação das alternativas de investimento dos clientes.

Gestão de Activos: Repartição por produtos



* Inclui Gestão Discricionária de particulares e institucionais e outros.

3.6 Actividade Internacional

A actividade internacional do Grupo BES assenta na presença em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no triângulo Espanha, Angola e Brasil. A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e em alguns casos da liderança no mercado doméstico. Face à crescente internacionalização e abertura dos mercados financeiros, a expansão internacional reflecte ainda a necessidade de obter uma dimensão acrescida, como factor propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional. Internacionalmente, o Grupo adopta uma estratégia de servir clientes locais de segmentos específicos, mas também os clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais.

Espanha
Através da sua Sucursal em Espanha, o BES desenvolve a sua actividade nas áreas de Banca Patrimonial (afluentes), Banca de Empresas e *Private Banking*.

O ano de 2008 foi um ano de consolidação para o BES Espanha, nomeadamente a nível organizativo, com a implementação de uma nova estrutura de Directores Territoriais que permite um maior enfoque na banca de assessoramento, uma vez que há uma maior proximidade com cada região, conseguindo desta forma uma maior agilidade e conhecimento dos clientes. Ainda no decorrer do primeiro semestre do ano, assistiu-se a um reforço das equipas comerciais, complementado pela abertura de uma nova agência em Madrid. Esta agência é pioneira de uma nova imagem, a qual servirá de modelo para as restantes agências em Espanha.

No segmento da Banca de Afluentes e Banca Privada destaca-se uma procura por parte dos clientes de produtos de balanço em detrimento de activos sob gestão, derivado do ambiente económico e da volatilidade dos mercados.

Na Banca de Empresas consolidou-se a abordagem integrada às Empresas na Península Ibérica, destacando-se a criação de um serviço inovador, o BESnetwork, Portal Ibérico de Empresas, que permite a execução de operações por *internet* da mesma forma em Portugal e Espanha e entre os dois países. Em paralelo, foi efectuada uma adequacão dos *spreads* de crédito às condições de custo de *funding*. Verifica-se, ainda, uma moderação do crescimento do investimento creditício tendo em conta as debilidades de mercado a nível mundial e concretamente em Espanha.

Finalmente, destacam-se várias iniciativas de redução de custos, com especial ênfase na optimização das plataformas operacional e de IT/Comunicações.

França
A actividade do Grupo BES em França é desenvolvida pelo Banque Espírito Santo et de la Vénétie, em que o Banco Espírito Santo detém uma participação de 42,69%. Em 2008 a actividade continuou centrada na área de Banca de Empresas, em particular em operações de financiamento estruturado e operações de financiamento imobiliário. Paralelamente, o Banco assegura a prestação de serviços financeiros à comunidade portuguesa residente em França (cliente do BES em Portugal).
Em 2008, o Banco procedeu à elaboração e lançamento de um plano estratégico a três anos, o qual assenta numa diversificação das linhas de negócio existentes, alargando a *expertise* a novos nichos sectoriais e disponibilizando equipas vocacionadas para o aconselhamento às empresas e para as actividades de *private banking*.

Reino Unido
A actividade da **Sucursal de Londres** centra-se no negócio de banca de *wholesale* no mercado europeu, com especial enfoque em operações de crédito sindicadas, operações de *leveraged finance, structured trade finance* de *commodities* e, em estreita colaboração com o BES Investimento, em operações de *project finance*, contribuindo para a notoriedade do Grupo BES nos mercados internacionais. No âmbito da política de *funding* assume particular relevância a captação de recursos junto de empresas, bancos e institucionais, nomeadamente através da angariação de depósitos de clientes, depósitos de instituições de crédito e na emissão e colocação de certificados de depósito. De realçar a autonomia da Sucursal quanto ao *funding* e a participação como angariador para o Grupo BES. Como unidade de crédito especializado, a Sucursal tem tido uma actuação de enorme selectividade, reforçada na actual conjuntura adversa e, paralelamente, providencia suporte a empresas portuguesas ou relacionadas com clientes do Grupo. Oferece, ainda, serviços à comunidade portuguesa residente no Reino Unido e desenvolve junto do mercado britânico e irlandês a oferta de diversos produtos financeiros.

Estados Unidos da América
O Grupo BES desenvolve, com base no **Espírito Santo Bank** em Miami, a actividade de *private banking* internacional na América Latina, servindo maioritariamente as comunidades portuguesas no continente americano.

A **Sucursal de Nova Iorque** concentra a sua actividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil, presença que se tem revelado crucial na captação de recursos junto de clientes institucionais e *corporate* americanos, com destaque particular para os depósitos de clientes e para a colocação activa do programa de certificados de depósito e do programa de papel comercial. Paralelamente, desenvolve actividade junto das empresas de média e grande dimensão em operações de crédito sindicadas a médio e longo prazo, operações de *trade finance* e, mais recentemente, em operações de *project finance* em colaboração com o BES Investimento. Apesar da evolução desfavorável dos mercados, a Sucursal registou neste período um incremento nos resultados, reforçando a sua posição no desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo BES. Apesar da sua localização, a Sucursal de Nova Iorque não participou em operações de elevado risco que afectaram o sector bancário dos EUA.

Brasil
No Brasil, o Grupo BES desenvolve a actividade de banca de investimento através do BES Investimento do Brasil, tendo como parceiro o Banco Bradesco. O ano de 2008 foi um ano marcado por grandes oscilações de mercado e, em consequência, também por mudanças na forma de actuação comercial do BESI Brasil.

A Direcção de clientes foi desmembrada da área de Mercado de Capitais e passou a actuar de forma independente, em estreita colaboração com as restantes áreas de produto e de suporte, tanto na originação de novas operações, quanto na prospecção, captação e fidelização de clientes. Deste modo, e não obstante as difíceis condições de mercado, a equipa local de *Seniors Bankers* conseguiu aumentar significativamente o volume total de receitas geradas com clientes em relação a 2007. Para este resultado, contribuiram principalmente as áreas de Gestão de Risco, *Project Finance* e *Corporate Finance*, que apresentaram um expressivo crescimento em 2008.

Na área de Mercado de Capitais e Renda Variável, os impactos das actuais condições de mercado fizeram-se sentir na redução do interesse dos investidores estrangeiros por papéis brasileiros, com impacto directo nos volumes de negócios nos mercados de capitais e de crédito.

Nos mercados locais registou-se um aumento das transacções, nomeadamente nas operações de curto prazo em detrimento das operações de longo prazo e *equity*. No mercado de capitais internacional, as empresas brasileiras conseguiram, no primeiro semestre de 2008, mesmo com o agravamento da crise, emitir dívida no montante de 6 mil milhões de dólares, um aumento de 54% relativamente ao primeiro semestre de 2007. O BESI Brasil contribuiu com um montante de 455 milhões de dólares, através da liderança de transações de Eurobonds no sector financeiro.

Na área de Gestão de Risco, o BESI Brasil vem solidificando a sua importante função de assessoria aos clientes na busca da melhor solução para a

cobertura de seus riscos (principalmente taxa de juro e câmbio), totalizando no mercado doméstico 2,1 mil milhões de reais em operações de *swaps*, 25,6 milhões de reais em operações de NDF e 475,0 milhões de reais em operações de opções.

Na área de *Trading* Proprietário, o BESI Brasil manteve uma postura conservadora, agregando valor com risco baixo, actuando em todos os mercados disponíveis no Brasil (câmbio, juros e acções) e utilizando instrumentos de elevada liquidez e *pricing* fácil.

A Distribuição de Renda Fixa atingiu no pico 1,6 mil milhões de reais (1,4 mil milhões de reais no final de 2007) de emissões de certificados de depósitos do BESI Brasil no mercado local e, deste modo, alargou-se consideravelmente a base de investidores.

Em 2008, a área de *Project Finance* no Brasil reforçou a sua estratégia e consolidou-se no mercado brasileiro como um *player* em assessoria e estruturação financeira para projectos de infra-estrutura. O BESI Brasil venceu o concurso público promovido por FURNAS Centrais Elétricas S.A., uma das maiores empresas do sector de energia do Brasil, para prestar assessoria em diversos projectos de exploração de linhas de transmissão e geração de energia hídrica.

Ao longo do ano, o BESI Brasil fez as primeiras operações como agente financeiro dos recursos provenientes do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para projectos em infra-estrutura, e actuou como estruturador em financiamento de projectos em conjunto com o IADB – *Interamerican Development Bank*.

Além de seu papel de assessor, o BESI Brasil passou a actuar também no financiamento de operações ligadas a projectos de infra-estrutura, nomeadamente em operações de curto-prazo e posterior substituição por recursos de longo prazo. Neste sentido, o balanço do ano de 2008 apresenta 15 operações concluídas, incluindo a operação de financiamento à Linha 4 do Metro da Cidade de São Paulo, eleita pela *Euromoney* como *Latin America Deal of the Year* e pela Revista *Project Finance International*, como *America's Infrastructure Deal of the Year*.

A área de *Corporate Finance* destacou-se, mais uma vez, em 2008, fruto da consolidação da nova equipa e da diversificação das operações geradas. O resultado da área superou em mais de 122% a receita do ano anterior, através da concretização de 8 operações que movimentaram mais de 6 mil milhões de reais no mercado Brasileiro.

Na área de *Private Equity*, o ano de 2008 foi caracterizado pela constituição da ES Capital Brasil, detida em partes iguais pelo BES Investimento do Brasil, e pela ES Capital.

A área de Gestão de Activos no Brasil é desenvolvida pela BESAF - BES Ativos Financeiros. O ano de 2008 foi marcado por dois acontecimentos relevantes: i) incremento da participação da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros como accionista na busca de maior sinergia com um de seus braços internacionais em gestão de recursos; e ii) a aquisição dos fundos geridos pela área de *asset management* do Banco WestLB, agregados ao *portfolio* da BESAF no segundo semestre (Ago/08).

A BESAF redirecionou o seu enfoque comercial, dando especial ênfase aos distribuidores externos. No final de 2008, a BESAF detinha aproximadamente 444 milhões de reais sob gestão, distribuídos entre fundos abertos e exclusivos.

O Mercado Secundário de Acções no Brasil, levado a cabo pela BES Securities, registou um aumento de 17% na actividade de intermediação, apesar do volume do Bovespa ter diminuído significativamente face a 2007. A estratégia de integração com as outras corretoras do BESI resultou na diversificação da base de clientes e no tipo de produto, estando a BES Securities habilitada a oferecer DMA (*direct market access*) aos clientes Europeus e Norte Americanos. Passaram a fazer parte da carteira de clientes os principais fundos Europeus.

Angola

A actividade do Grupo BES em Angola é desenvolvida directamente no mercado local através do Banco Espírito Santo Angola, e assenta na prestação de um serviço global aos clientes particulares e empresas.

Em 2008, o BES Angola consolidou o seu posicionamento de banco universal de referência no mercado angolano, destacando-se por manter, desde o início da sua actividade, os melhores índices de rendibilidade e eficiência a par da projecção de uma imagem de solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente.

O BES Angola ganhou, em 2008, os prémios de melhor Banco a operar em Angola e melhor Banco da África Sub-Sariana, atribuídos pela *Global Finance* e *EMEA Finance* e pela *World Finance*, respectivamente. Este posicionamento tem sido acompanhado com o aumento gradual da quota de mercado ao nível do activo e dos depósitos de clientes.

No que respeita à banca de particulares, o BES Angola desenvolve a sua actividade através de uma rede de 22 agências, 6 postos dispersos por 6 províncias e um centro de atendimento *Private* em Luanda para servir os clientes *private* e afluentes.

No segmento da Banca de Empresas, o BES Angola conta com dois centros de Empresas em Luanda e a actividade está essencialmente direccionada para (i) o estabelecimento de parcerias comerciais de valor acrescentado mútuo com as grandes e médias empresas a operar em Angola, através do financiamento de projectos de investimento e/ou de necessidades de tesouraria e da prestação de apoio técnico e jurídico a essas mesmas empresas, e (ii) o apoio às empresas e empresários estrangeiros (nomeadamente portugueses, espanhóis e alemães) que estão a expandir a sua actividade para este país. Paralelamente, é de salientar a actuação do Grupo BES no apoio às exportações para Angola, através de uma equipa multidisciplinar especializada.

A área de banca de investimento tem reforçado o seu desenvolvimento, actuando na identificação de oportunidades de negócio nas áreas de *project* e *corporate finance* bem como na concretização das respectivas soluções.

Na área de gestão de activos, durante o ano de 2008 o BES Angola em parceria com a ESAF, constituiu formalmente a BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, a primeira sociedade gestora de fundos em actividade em Angola, com o objectivo de disponibilizar no mercado local soluções financeiras pioneiras aos clientes. Ainda durante o mesmo exercício foi autorizado e constituído um Fundo de Investimento Imobiliário fechado com a duração de 5 anos e cuja adesão superou as expectativas.

Macau

A presença em Macau, assegurada pela subsidiária BES Oriente, assenta essencialmente no apoio aos clientes do Grupo na actividade empresarial que desenvolvem nesta região. Simultaneamente procura-se potenciar oportunidades de negócio, privilegiando a iniciativa do Governo Central da República Popular da China em considerar Macau como plataforma para a cooperação económica com os países de Língua Portuguesa.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) deverá, nos próximos anos, apresentar crescimentos económicos do PIB em torno dos 10%, fruto do crescimento dos sectores do Turismo, do Jogo/Entretenimento, da realização de um conjunto de obras infraestruturantes e da utilização de Macau como plataforma para a cooperação económica entre a República Popular da China e os países de Língua Portuguesa.

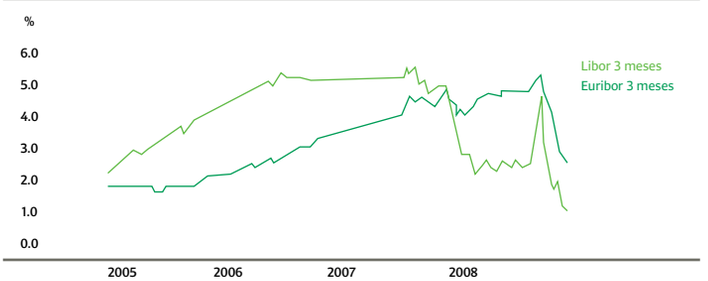
Enquadramento Macroeconómico

4.1 Situação Económica Internacional

O ano de 2008 foi marcado pelo prolongamento da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos e pela sua transformação gradual numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global.

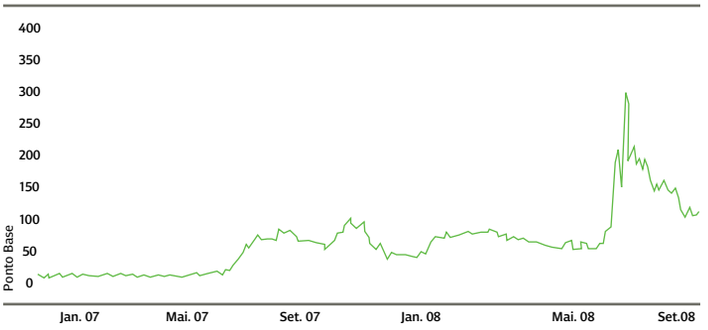
A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito. A indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado foi particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre, não obstante as intervenções agressivas das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados. Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses subiu de 4,684% para um máximo de 5,393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2,892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injecções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O clima de aversão ao risco foi igualmente visível no comportamento do *spread* da Euribor face às taxas dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses, o qual subiu de 88 pontos base para um máximo de 350 pontos base (também em Outubro), antes de corrigir no final do ano, embora para valores ainda elevados (124 pontos base, que compara com valores próximos de 20 pontos base no Verão de 2007). Neste contexto de maior procura por activos de refúgio, a *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos observou uma tendência de descida na segunda metade de 2008, atingindo 2,951% no final do ano (4,621% no final do 2º trimestre).

Taxas de Juro Euribor e Libor / (USD)



Fonte: *Bloomberg*

***Spread* entre as taxas Euribor e dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses**



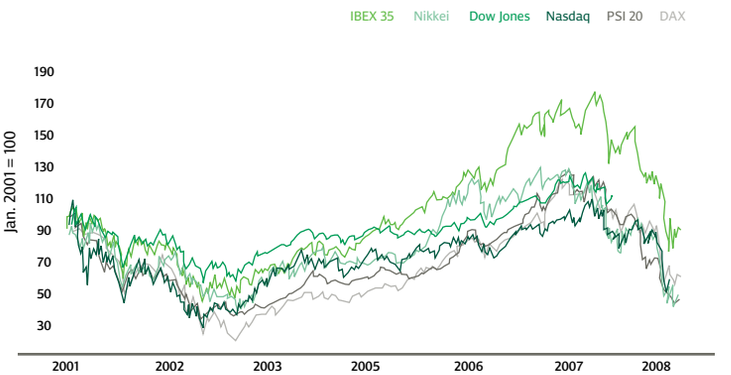
Fonte: *Bloomberg*

***Yields* dos Títulos de Dívida Pública a 10 Anos**

Fonte: *Bloomberg*

O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 caíram 33,8%, 40,5% e 38,5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40, IBEX e PSI-20 caíram, respectivamente, 40,4%, 42,7%, 39,4% e 51,3%.

Principais Índices Accionistas

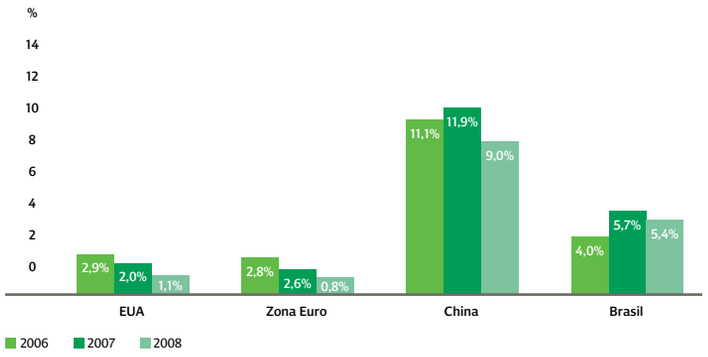


Fonte: *Bloomberg*

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de 150 dólares/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa. A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de 40 dólares.

A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

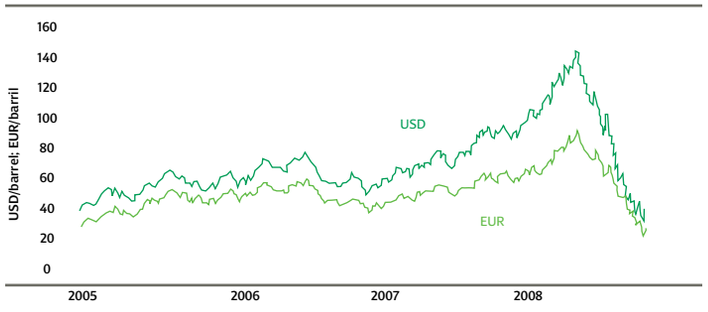
Crescimento do PIB - Principais áreas económicas



Fonte: *Bloomberg*

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a secagem de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities* e da inflação na primeira metade do ano e, por último (mas não menos importante), uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros. No Brasil, o índice Bovespa caiu 41,2%. Na China, o índice *Shanghai Composite* caiu 65,4%.

Preço do Petróleo (USD e EUR/Barril)

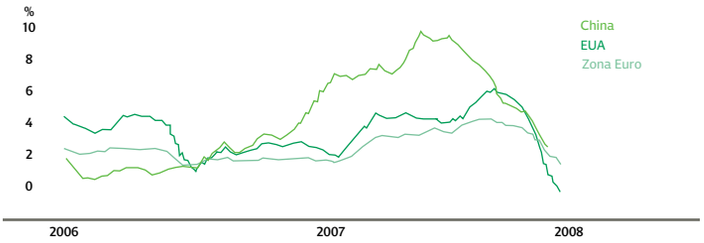


Fonte: Bloomberg

Índice dos *Commodity Research Bureau*

Fonte: *Bloomberg*

Taxa de Inflação



Fonte: *Bloomberg*

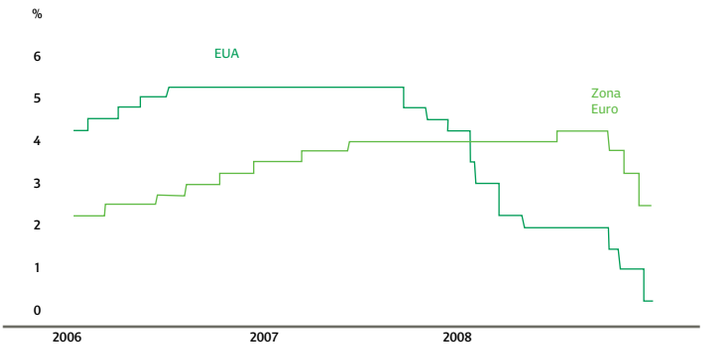
Estados Unidos

A economia norte-americana foi marcada, em 2008, pela forte instabilidade nos mercados financeiros e pela deterioração acentuada das condições de funcionamento da actividade.

A crise financeira que eclodiu no Verão de 2007, decorrente do fenómeno do crédito *subprime*, adquiriu novos contornos durante 2008, colocando a desconfiança dos agentes intervenientes nos mercados em níveis muito elevados e agudizando os problemas de liquidez e solvência no sistema financeiro. A resposta das autoridades governamentais foi incisiva, tendo a Reserva Federal procedido, por um lado, a uma descida continuada da *target rate* dos *fed funds* e, por outro lado, ampliado os movimentos de injecção de liquidez nos mercado financeiros. Desde o início do ano, a FED baixou por dez vezes a taxa de referência, duas das quais fora das reuniões calendarizadas, passando-a de 4,25% para um intervalo entre 0% e 0,25%. Ao mesmo tempo, implementou um conjunto de programas de cedência de liquidez a fim de suprir as dificuldades das instituições financeiras, o que implicou uma expansão do respectivo balanço em cerca de 150%. Em simultâneo, o Tesouro norte-americano apresentou ao Congresso um programa de saneamento dos activos mais problemáticos – o TARP, *Troubled Assets Relief Program*, no montante 700 mil milhões de dólares – cuja utilização final se destinou ao reforço da solvabilidade das instituições financeiras e da indústria automóvel.

Embora no conjunto de 2008 a economia dos Estados Unidos tenha alcançado um crescimento positivo (1,1%), o ano ficou marcado pela entrada da economia norte-americana em recessão, com uma contracção da actividade nos últimos dois trimestres. A deterioração do crescimento foi generalizada aos diferentes sectores de actividade e patente de forma muito significativa no mercado de trabalho, com excepção de áreas como a educação, saúde e administração pública, onde se observou um crescimento do emprego. Em 2008, a economia norte-americana perdeu mais de 2,5 milhões de postos de trabalho, o registo mais desfavorável desde a II Guerra Mundial. A taxa de desemprego agravou-se de 4,9% para 7,2%. A deterioração no mercado de trabalho, que se verificou em todos os meses do ano, teve repercussões no comportamento das famílias, tendo o consumo privado registado uma contracção no 3º trimestre, pela primeira vez desde 1991. Manteve-se a correcção no mercado habitacional, com os principais indicadores do sector em queda, destacando-se em particular o recuo próximo de 25% nos preços da habitação. De referir, por último, que os riscos inflacionistas que se colocaram à economia norte-americana até meados do ano (a variação homóloga de preços chegou a elevar-se a 5,6% em Julho) se dissiparam nos meses seguintes, com a elevada degradação da conjuntura e a correcção do preço das matérias primas, tendo em Dezembro a variação homóloga de preços registado um valor próximo de zero (0,1%).

Taxas de Juro de Referência (*Target Rate* dos *Fed Funds* e Taxa *Refi*)



Fonte: *Bloomberg*

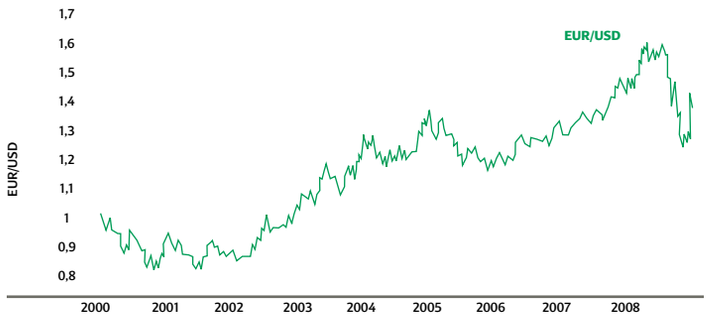
Zona Euro

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 0,8%, após o registo de 2,6% observado em 2007. Deve, contudo, sublinhar-se que apenas no 1º trimestre do ano foi verificado um crescimento trimestral positivo (de 0,7%, largamente influenciado por condições climatéricas favoráveis, que estimularam fortemente o sector da construção), tendo nos restantes trimestres sido observada uma contracção da actividade, que se acentuou na parte final do ano. De facto, o desempenho da economia da Zona Euro foi sendo crescentemente influenciado por uma maior restritividade das condições de financiamento, por um efeito riqueza negativo decorrente da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e por um aumento generalizado do clima de incerteza. A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0,7%, após 2,4% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego média anual manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7,5% da população activa, sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre). No plano dos preços, a taxa de inflação média anual agravou-se de 2,1% para 3,4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais e dos alimentos não processados, sobretudo na primeira metade de 2008. De referir, no entanto, que a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo um registo de 1,6% em Dezembro.

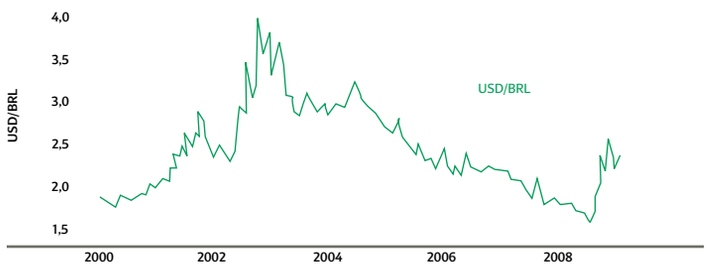
As perturbações nos mercados monetários e de crédito contribuíram para uma acentuada degradação da confiança, para um forte incremento da aversão ao risco e, consequentemente, para uma reduzida disponibilidade de cedência de liquidez, sobretudo no último trimestre do ano. Concretamente, tal implicou que o financiamento das instituições financeiras e não financeiras tenha sido feito com *spreads* mais elevados, penalizando as empresas com maiores necessidades de financiamento. Da mesma forma, também o financiamento do consumo e do investimento das famílias se tornou mais escasso, contribuindo para o enfraquecimento da procura privada. Neste ambiente monetário e financeiro mais restritivo, depois de ter elevado em 25 pontos base a taxa de juro de referência em Julho, para 4,25% (para fazer face ao agravamento dos riscos inflacionistas, sobretudo relacionados com o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais), o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, aquela taxa num montante acumulado de 175 pontos base, para 2,5%. A cotação do euro registou, no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4,3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1,3917. De referir que, na primeira metade do ano, se observou uma apreciação da divisa europeia, tendo sido alcançado um máximo de EUR/USD 1,5990 em Abril, ocorrendo no segundo semestre uma visível correcção em baixa.

Evolução da Cotação



Fonte: *Bloomberg*

Evolução da Cotação USD/BRL



Brasil

O ano de 2008 pode ser dividido, no que respeita à economia brasileira, em dois períodos distintos: o primeiro de Janeiro a Setembro e o segundo, de Outubro a Dezembro.

No final de 2007, a economia brasileira apresentava taxas de crescimento elevadas. Este crescimento acelerou ao longo dos primeiros nove meses de 2008, impulsionado pela procura interna, pelo aumento do rendimento e pela expansão do crédito. Em função do ritmo de crescimento bem acima do produto potencial, somado ao choque de preços de *commodities* enfrentado na primeira metade do ano, a inflação mostrou rápida deterioração, forçando o Banco Central a iniciar um processo de aperto monetário em Abril e que se estendeu até Setembro.

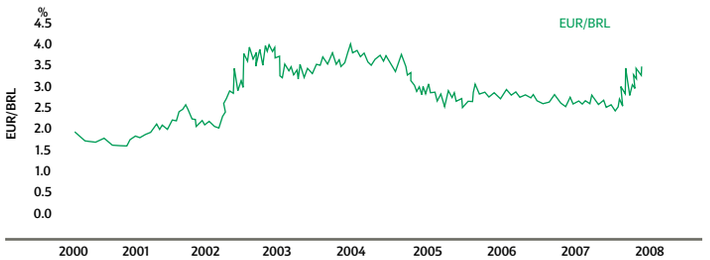
O diagnóstico da autoridade monetária mostrou-se acertado, mas os membros do Comité de política monetária, assim como os demais agentes económicos, foram surpreendidos por uma crise de confiança sem precedentes no âmbito global, incluindo contracção do crédito, falência de grandes bancos e forte queda nos preços dos activos. A falta de previsibilidade e de confiança levou os empresários e consumidores a reverem rapidamente as suas decisões de investimento e consumo, e a actividade económica perdeu dinamismo.

A indústria brasileira cresceu 6,4% até Setembro, mas apresentou queda expressiva no 4º trimestre. Neste contexto, o PIB terá recuado 1% nesse período, após 12 trimestres consecutivos de crescimento. Mesmo assim, o PIB cresceu 5,4% no conjunto de 2008, bem próximo do resultado de 2007 (5,7%). A inflação também mostrou forte descompressão no final do ano, passando de uma média mensal de 0,52% até Setembro para 0,36% no 4º trimestre.

Esta rápida reversão do cenário macroeconómico levou o Banco Central a interromper a trajectória de alta dos juros na reunião de Outubro e a discutir a possibilidade de uma redução da taxa básica já em Dezembro. A taxa Selic encerrou o ano de 2008 em 13,75% (11,25% em Dezembro de 2007) e a inflação oficial medida pelo IPCA apontou elevação média de 5,9% nos preços em 2008, acima do centro da meta de 4,5%, mas abaixo do tecto de 6,5%.

Outra variável que mostrou grande disparidade de comportamento nos dois períodos mencionados foi a taxa de câmbio. A moeda doméstica seguiu uma trajectória de valorização durante boa parte do ano e chegou a ser cotada a USD/BRL 1,56 em Agosto de 2008, mas depreciou rapidamente, testando o patamar de USD/BRL 2,60 após Setembro, com o agravamento da crise internacional. A divisa americana encerrou o ano cotada em USD/BRL 2,34, uma valorização de 31,9% em relação ao final de 2007.

Taxa de Câmbio EUR/BRL



Fonte: *Bloomberg*

Este movimento contrariou a expectativa consensual de que seria pouco provável uma depreciação acentuada do real, dada a robustez das contas externas brasileiras. Apesar da subida do défice da balança corrente, alguns factores – como o título de "grau de investimento", o elevado fluxo de capitais para o país e a posição credora em moeda estrangeira (derivada do elevado stock de reservas internacionais e do baixo endividamento externo) – reforçavam a visão de um sector externo com baixa vulnerabilidade. Mesmo com o choque proeminente, a estrutura da Balança de Pagamentos não foi seriamente afectada. A balança comercial fechou o ano com saldo positivo de 24,7 mil milhões de dólares.

A conta corrente registou, até Novembro, um défice de 25,8 mil milhões de dólares, um resultado facilmente financiado pelo fluxo de Investimento Directo Estrangeiro de 36,9 mil milhões de dólares no período. Por fim, as reservas internacionais atingiram 207,5 mil milhões de dólares em Dezembro (180,3 mil milhões de dólares em 2007). A principal alteração na dinâmica da Balança de Pagamentos a partir de Setembro foi observada nos fluxos capitais de curto prazo, com uma saída considerável de investimento de carteira e renda fixa e a redução da taxa de *roll over* dos vencimentos externos.

A depreciação da divisa, por outro lado, contribuiu para a redução do endividamento público. A manutenção dos superávites expressivos (5,1% do PIB) até Novembro, motivada pelo forte crescimento das receitas de impostos, a despeito do aumento dos gastos públicos, somada à posição credora em dólares do Banco Central, levou a dívida do sector público de 42% do PIB em 2007 para 34,9% do PIB em Novembro de 2008.

Em suma, 2008 foi um ano marcado por desenvolvimentos positivos e negativos, mas que comprovou os avanços da economia brasileira nos últimos anos, com um crescimento acima da média mundial, inflação dentro dos parâmetros estabelecidos, redução do endividamento público e situação externa relativamente sólida, apesar de toda a volatilidade no cenário internacional.

Angola

Em 2008, a economia angolana manteve uma conjuntura de forte crescimento, com uma variação real do PIB de 16%. A actividade do sector petrolífero registou um crescimento de cerca de 13%, tendo o PIB do sector não petrolífero crescido cerca de 19%. A economia angolana vai apresentando cada vez mais sinais de diversificação sectorial para lá do petróleo, com a construção, os serviços e a agricultura a mostrarem um maior potencial de crescimento, mantendo-se o sucesso e a rapidez desta diversificação como um dos principais desafios da economia angolana nos próximos anos.

Taxa de Câmbio EUR/AOA

Fonte: *Bloomberg*

A evolução em alta do preço do petróleo ao longo de 2008 e o aumento da respectiva produção permitiu a manutenção das receitas associadas à sua exportação que, aliada aos resultados da política de estabilização macroeconómica seguida nos últimos anos, permitiu uma evolução favorável das contas públicas e a obtenção de excedentes nas contas externas. O saldo orçamental terá registado um excedente de 10% do PIB, enquanto o saldo da Balança de Mercadorias atingiu perto de 56% do PIB. Neste contexto, prosseguiu, em 2007, a tendência de acumulação de reservas externas, que atingiram cerca de USD 20,4 mil milhões em 2008 (USD 11,3 mil milhões no ano anterior).

Após uma acentuada descida da taxa de inflação entre 2003 e 2007, em 2008, o índice de preços no consumidor manteve um registo semelhante ao observado no ano anterior, aproximadamente 12%. Assim, as autoridades angolanas mantiveram a taxa de juro de redesconto em 19,6%, praticamente 6 pontos percentuais acima do valor mínimo atingido em 2006.

Depois de uma ligeira descida até meados do ano, as taxas de juro dos Bilhetes de Tesouro voltaram a subir, tendo atingindo, em Outubro, um valor próximo de 15%. Estes títulos continuaram a ser suportados por uma elevada procura, como consequência da elevada liquidez existente e da escassez de alternativas de aplicações em moeda angolana.

Com o objectivo facilitar o processo desejado de redução do ritmo de crescimento dos preços, as autoridades angolanas mantiveram a evolução do kwanza ligada à evolução do dólar norte-americano. Esta opção é, em grande medida, suportada pela forte acumulação de reservas cambiais ao longo dos últimos anos que assim garantem os capitais necessários para o suporte de uma cotação estável em redor de USD/AOA 75. No entanto, dada a desvalorização do dólar norte-americano face as principais divisas internacionais, por arrastamento, em 2008, o kwanza desvalorizou-se face a diversas moedas, como por exemplo, o euro, o real brasileiro e o renminbi da China.

Espanha

A economia espanhola registou, em 2008, um crescimento de 1,2%, o que representa uma acentuada desaceleração em relação a 2007 (3,7%). Ao longo do ano foi visível uma crescente degradação da actividade, em especial durante o segundo semestre, altura em que a crise financeira internacional se agudizou, com perturbações nos mercados monetário e de crédito, que se traduziram num ambiente mais restritivo ao nível da liquidez. O consumo privado apresentou, no conjunto de 2008, um crescimento de 0,1%, 3,3 pontos percentuais abaixo do registo do ano anterior, e com uma variação homóloga de -2,3% no 4º trimestre. A degradação do mercado de trabalho, a maior restritividade na concessão de crédito por parte das instituições financeiras e o efeito riqueza negativo associado à desvalorização do mercado imobiliário

condicionaram decisivamente a evolução do consumo das famílias, um dos maiores motores de crescimento da economia na última década. A formação bruta de capital fixo contraiu-se 3%, após crescimento de 5,3%. Esta evolução ficou a dever-se, sobretudo, à evolução negativa da actividade da construção (-5,3%, após variação de 3,8%), tendo a despesa em bens de capital (incluindo máquinas e equipamentos e material de transporte) apresentado uma variação anual de -1,1%, após um ganho de 10% observado em 2007.

Paralelamente, foi visível (através dos diversos indicadores qualitativos) uma deterioração das expectativas de evolução futura da actividade económica. Em 2008, o endividamento das famílias manteve-se estabilizado na ordem de 127% do rendimento disponível e os preços da habitação prosseguiram a evolução desfavorável observada nos últimos anos, tendo recuado 2,8% ao longo de 2008. As despesas das famílias mantiveram-se fortemente influenciadas pela deterioração do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a subir de 8,3% para 11,2% da população activa, e por uma subida da taxa de inflação média anual, de 2,8% para 4,1%, em função das subidas dos preços da energia e da alimentação.

Neste contexto, o crédito ao sector privado registou, ao longo do ano, uma trajectória clara de desaceleração. A variação homóloga dos empréstimos às sociedades não financeiras terá caído de 17,4% para um valor ligeiramente abaixo de 10%. Os empréstimos para aquisição de habitação terão crescido em torno de 5%, abaixo do registo de 13,2% observado um ano antes. E os empréstimos ao consumo viram o respectivo crescimento homólogo descer de 11,2% igualmente para 5%.

Face aos sinais recessivos evidenciados na segunda metade do ano e, após três anos com excedente orçamental, em 2008 voltou a verificar-se um défice das contas públicas (de 3,8% do PIB), suportado na queda das receitas não financeiras e no aumento dos gastos, nomeadamente no aumento da despesa com a Segurança Social e no aumento das despesas com subsídios de desemprego. O saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou a agravar-se, de -8,1% para -8,7% do PIB, condizente com as alterações associadas à procura interna e ao enquadramento económico internacional.

4.2 Situação Económica em Portugal

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% para 0%, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4% e a queda do investimento, que registou uma variação de -0,5%, após um crescimento de 3,1% no ano anterior. O arrefecimento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas. As três primeiras foram afectadas pelas crises financeira e imobiliária de uma forma particularmente rápida e intensa, o que se reflectiu num ajustamento mais pronunciado da respectiva procura interna. A Alemanha, onde o consumo privado revelou uma maior resistência, sofreu um impacto negativo através do seu importante sector exportador. De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado. Destacam-se, neste caso, as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina. A desaceleração das exportações foi comum às mercadorias e aos serviços. Neste último caso, isso aconteceu sobretudo a partir de uma evolução desfavorável das exportações líquidas de serviços de turismo, fortemente afectadas pelo ambiente recessivo no Reino Unido e pela depreciação significativa da libra esterlina, que se aproximou da paridade face ao euro no final do ano.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas. Estima-se que o investimento residencial e o investimento público tenham registado quedas reais em 2008, compensadas por uma variação ligeiramente positiva da despesa de capital das empresas.

Taxa de crescimento real (%), excepto quando indicado

Principais indicadores Macroeconómicos - Portugal	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008E
PIB	2,0	0,8	(0,8)	1,5	0,9	1,4	1,9	0,0
Consumo Privado	1,3	1,3	(0,1)	2,5	2,0	1,9	1,6	1,4
Consumo Público	3,3	2,6	0,2	2,6	3,2	(1,4)	0,0	0,3
Investimento	1,2	(4,7)	(8,3)	2,5	(1,5)	(0,3)	3,1	(0,5)
Exportações	1,8	1,5	3,9	4,0	2,0	8,7	7,5	0,4
Importações	0,9	(0,7)	(0,8)	6,7	3,5	5,1	5,6	2,3
Inflação (IPC)	4,4	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6
Saldo Orçamental (% do PIB)	(4,3)	(2,8)	(2,9)	(3,4)	(6,1)	(3,9)	(2,6)	(2,2)
Dívida Pública (% do PIB)	52,9	55,5	56,9	58,3	63,6	64,7	63,6	65,9
Desemprego (% da população activa)	4,1	5,1	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	(8,5)	(6,0)	(3,3)	(5,7)	(8,3)	(9,3)	(8,2)	(10,3)

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES *Research*
E - Estimativa

No conjunto de 2008, o crescimento do consumo privado manteve-se relativamente estabilizado, em 1,4%. Este registo implica um crescimento ainda superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro. A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8% para 7,6% da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial observado nos dois anos anteriores. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida pronunciada no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

A maior restritividade dos critérios de financiamento contribuiu para uma moderação do crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que desceu de 9,9% para 7,1%. Na base desta evolução esteve a forte desaceleração dos empréstimos aos particulares, cujo crescimento baixou de 9% para 4,6%. Os empréstimos para aquisição de habitação desaceleraram de 8,5% para 4,3% e o crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins caiu de 11,3% para 6,1%. Os empréstimos às sociedades não financeiras mantiveram um crescimento relativamente estável, em torno de 11%, mas em desaceleração face aos registos mais fortes observados na primeira metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,3% para cerca de 10% do PIB.

Gestão Financeira e Mercado de Capitais

A captação de recursos e a concessão de crédito a clientes assumem papéis de extrema importância na sustentabilidade do crescimento da actividade do Grupo BES.

Neste contexto, embora o peso relativo dos recursos de clientes em balanço se tenha mantido estável na estrutura de financiamento, a capacidade de acesso aos mercados financeiros internacionais adquiriu desde há alguns anos uma importância acrescida na gestão financeira do Grupo. Neste âmbito, tem sido desenvolvida ao longo dos anos uma estrutura dinâmica e sofisticada de gestão integrada dos riscos de mercado (taxa de juro, cambial, crédito e acções) e uma prudente gestão do risco de liquidez, o que tem permitido suportar o crescimento da actividade, aproveitando as vantagens proporcionadas pelas perspectivas de evolução das condições económicas. Esta capacidade de actuação nos mercados financeiros tem sido utilizada não apenas no âmbito da gestão financeira e do *trading* proprietário, mas também na prestação de serviços aos clientes.

A partir da segunda metade de 2007 a economia mundial e os mercados financeiros foram marcados pelos efeitos da crise do crédito *subprime* nos EUA, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores e escassez de liquidez nos mercados internacionais. Esta situação foi-se agravando desde então e, durante o ano de 2008, a instabilidade vivida nos mercados financeiros paralisou quase por completo a actividade nos mercados de capitais internacionais, especialmente durante o último quadrimestre do ano. A forte deterioração das condições de mercado que se verificaram após a falência da Lehman Brothers ocorrida em 15 de Setembro levou a que em Outubro os governos europeus anunciassem um conjunto de medidas visando restabelecer a confiança do mercado, contemplando o alargamento das garantias sobre depósitos, a concessão de garantias governamentais ao financiamento dos bancos e a possibilidade de injecção de capital nos bancos.

A actividade desenvolvida pelo Grupo nos mercados financeiros é pautada por uma gestão integrada da totalidade dos riscos de mercado. Neste contexto, os resultados de mercado de 2008 foram significativamente condicionados pela instabilidade e volatilidade verificadas nos mercados financeiros.

Num ano em que os instrumentos de crédito foram fortemente penalizados, com os mercados accionistas em forte queda e com os investidores a apresentarem uma forte aversão às economias emergentes, foi com recurso a instrumentos de taxa de juro que o Grupo mitigou parte substancial dos efeitos negativos nos resultados de mercado.

O profundo envolvimento do Grupo nos mercados financeiros, em particular taxa de juro e cambial, tem permitido disponibilizar, aos seus clientes, em particular do segmento de empresas, soluções de gestão de riscos financeiros inovadoras e adequadas a cada perfil de risco. Apoiado no posicionamento crescente do Grupo BES no segmento de empresas, esta actividade cresceu de forma significativa em 2008, conduzindo a uma diversificação das soluções apresentadas a nível dos produtos de taxa de juro, cambiais e *commodities*.

No âmbito de uma prudente política de gestão de liquidez, especialmente importante no contexto de volatilidade e instabilidade vivida em 2008, destaca-se a actuação do Grupo na diversificação das suas fontes de financiamento, na promoção de aplicações em activos com maior liquidez e no aumento dos activos elegíveis para redesconto junto do BCE e FED.

Dentro da gestão global de liquidez é de realçar a política de financiamento, a qual é estabelecida para todos os passivos, desde a captação de recursos junto de clientes até ao capital ordinário e preferencial dos accionistas, incluindo a utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros. Neste âmbito, o Grupo participa activamente e de forma recorrente nos mercados internacionais através de (i) emissões de capital híbrido, (ii) de emissões de dívida de curto prazo, através dos seus programas de papel comercial (*EUR 2 000 million Euro Commercial Paper Programme e USD 1 000 million U.S. Commercial Paper Programme*), e emissões de dívida de médio e longo prazo, principalmente ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) e (iii) da execução de operações de dívida colateralizada, através da titularização de activos e de emissões de obrigações hipotecárias através do seu programa de obrigações hipotecárias (*EUR 10 000 million Covered Bonds Programme*), estabelecido em Novembro de 2007.

Apesar do contexto bastante adverso vivido em 2008, o Grupo aproveitou as escassas janelas de oportunidade que surgiram nos mercados de capitais internacionais até Julho de 2008 e executou as seguintes emissões de dívida de médio e longo prazo:

- duas operações de obrigações hipotecárias no montante global de 2 500 milhões de euros, efectuadas ao abrigo do seu programa de *Covered Bonds*, em Janeiro e em Julho;
- uma emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias Bradesco, no montante de 1 000 milhões de dólares, em Fevereiro;
- uma emissão ao abrigo do programa EMTN de dívida sénior no montante de 1 250 milhões de euros, em Maio.

Em consonância com as várias iniciativas aprovadas por parte dos diferentes governos europeus e norte-americanos para reforçar a estabilidade financeira e estimular a liquidez nos mercados financeiros, o Governo Português, anunciou em Outubro o seguinte plano:

- a concessão de garantias para o financiamento da banca nacional até ao limite de 20 000 milhões de euros, utilizável até Dezembro de 2009;
- o aumento da cobertura máxima do Fundo de Garantia de Depósitos de 25 000 euros para 100 000 euros; e
- um plano de recapitalização das instituições financeiras com sede em Portugal.

Este conjunto de medidas permitiu que o mercado primário de dívida de médio prazo reabrisse no final do ano, quer para o sector não financeiro como para o sector financeiro, este último através da utilização do mecanismo de concessão de garantias disponibilizadas pelos respectivos Estados, para se financiarem no mercado de capitais internacional.

Apesar de ter obtido no final de Novembro a aprovação de concessão de garantia do Estado Português, apenas em Janeiro de 2009 o BES concretizou a sua primeira emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa, no montante de 1 500 milhões de euros.

Os níveis de liquidez excedentários de curto prazo que caracterizaram o Grupo desde 2001 e se verificaram até Setembro de 2008, foram condicionados pelo agudizar das condições de liquidez que pela primeira vez afectaram for-

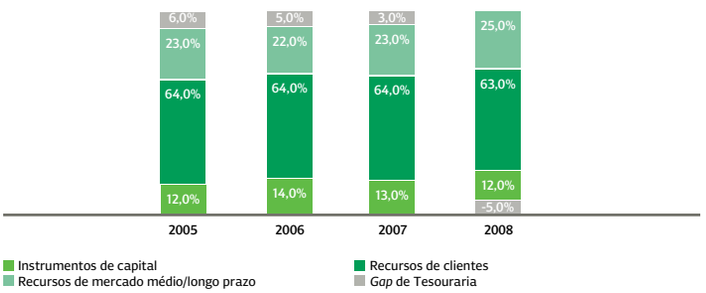
temente as empresas, conduzindo à utilização em maior escala das linhas de crédito aprovadas e à redução dos seus depósitos no Grupo.

Paralelamente, a evolução dos recursos em balanço, embora evidenciando um forte dinamismo no segmento de particulares, não registou um crescimento mais acentuado porque, ao contrário da tendência do mercado, a reconversão de recursos desintermediados em recursos de balanço foi diminuta, traduzindo apenas o ligeiro decréscimo verificado nos activos sob gestão em 2008 nas áreas de fundos de investimento e de banca seguros.

Adicionalmente, sem comprometer a política de gestão prudente de liquidez o Grupo criou uma posição de liquidez de curto prazo que permitiu beneficiar da descida abrupta das taxas de juro de curto prazo verificada a partir de finais de Outubro.

A evolução da estrutura de financiamento do Grupo evidencia a importância e estabilidade dos recursos de clientes em balanço (depósitos e títulos) que assumem, em 2008, 63% do total das fontes de financiamento, enquanto os recursos de médio e longo prazo representam 25%, e os fundos próprios do Grupo contribuem com 12%. A liquidez disponível no curto prazo é gerida numa óptica consolidada, tendo em consideração os activos redescontáveis, em particular junto de Bancos Centrais, e permite minimizar o risco de uma possível aceleração da actividade comercial caracterizada por um ritmo de crescimento do crédito superior ao ritmo de crescimento dos recursos (de balanço) dos clientes.

Estrutura de Financiamento



milhares de euros

Fontes de Financiamento	2005	2006	2007	2008
Recursos de mercado de médio/longo prazo	9 994	10 842	13 407	15 375
Obrigações de Médio e Longo Prazo	7 252	8 980	11 000	13 442
Débitos de médio e longo prazo junto de IC's	2 742	1 862	2 407	1 933
Recursos de clientes em Balanço	27 873	31 995	37 060	38 189
Instrumentos de capital	5 398	7 063	7 509	7 482
Total	**40 333**	**46 805**	**55 673**	**64 889**
Gap de Tesouraria (*)	2 932	3 096	2 302	(3 843)
Caixa e outras disponibilidades junto de IC's	7 139	9 153	10 049	6 716
Débitos de curto prazo junto de IC's	4 207	6 057	7 747	10 559
% sobre os Activos Totais	6%	5%	3%	-5%

(*) liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano

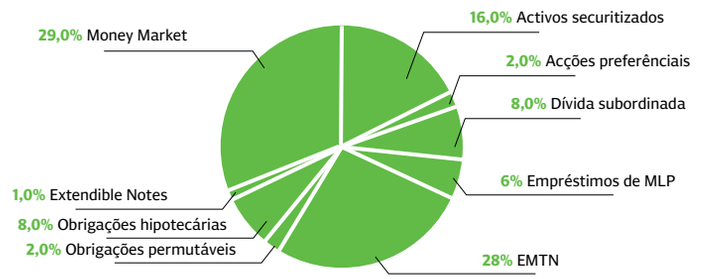
O Grupo monitoriza os seus níveis de liquidez, com especial destaque para o *Gap* de Tesouraria, de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

- não deve exceder 5% do total de activos;
- não deve representar mais de 100% do montante de activos elegíveis para redesconto junto do BCE ou 50% do montante de activos elegíveis para operações *repo*;
- não deve representar mais de 50% das linhas de mercado monetário (estimadas em 10 000 milhões de euros)
- as necessidades de refinanciamento do ano deverão estar cobertas pelo montante disponível de activos redescontáveis.

No âmbito de uma prudente política de gestão da liquidez, o Grupo BES procura por um lado diversificar as suas fontes de financiamento e, por outro, alargar os prazos dos recursos captados.

Em 2008 o Grupo acedeu aos mercados internacionais através de dois novos instrumentos de financiamento, as obrigações hipotecárias e as obrigações permutáveis, demonstrando a sua flexibilidade e capacidade de adaptação a ambientes voláteis.

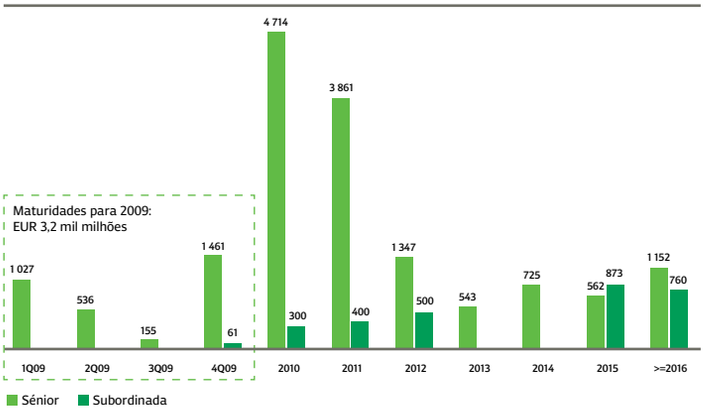
Instrumentos de Financiamento



Não obstante a política de alargamento de prazos dos fundos captados nos mercados de capitais, a actual situação de volatilidade impossibilitou a colocação de emissões com prazos superiores a dois ou três anos. Consequentemente, os montantes a reembolsar em 2010 e 2011 apresentam valores superiores ao habitual, tendência que se poderá manter no futuro próximo.

milhares de euros

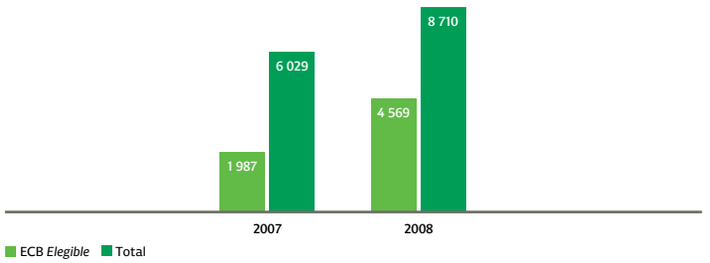
Perfil de Maturidades

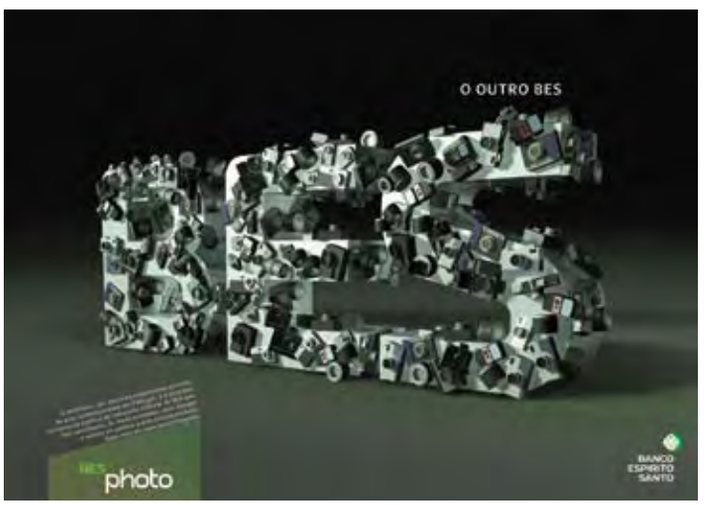


A carteira de títulos elegíveis para redesconto constitui uma fonte adicional de liquidez, quer através do redesconto junto do Banco Central Europeu, quer no mercado de *repos*. Inserido no plano de contingência desenhado pelo Grupo, a carteira de títulos elegíveis para redesconto tem vindo a ser reforçada de forma consistente, tendo sido estabelecido um plano de estruturação de operações de titularização de créditos por forma a monetizar activos ilíquidos do seu balanço.

Em Setembro de 2008 foi concluída a sétima operação de titularização de créditos hipotecários no montante de 1 900 milhões de euros, sendo a classe de títulos emitidos com *rating* AAA (no montante de 1 425 milhões de euros) elegível para redesconto junto do BCE.

Evolução dos Títulos Elegíveis para Redesconto milhões de euros





Notações de *Rating* do Banco Espírito Santo

As notações atribuídas pelas agências de *rating* internacionais ao Banco Espírito Santo reflectem a sua solidez financeira, fruto de uma estratégia de crescimento orgânico bem sucedida. Em 2008 as três principais agências internacionais de *rating* reafirmaram as notações do BES.

Agência	Longo Prazo	Curto Prazo	*Outlook*
Standard & Poor's	A	A1	Estável
Moody's	Aa3	P1	Estável
Fitch	A+	F1	Estável

Standard & Poor's: Em Outubro de 2008 reafirmou o *rating* do BES - A/A-1 (*outlook* estável), com base no bom desempenho financeiro do banco, nomeadamente no que diz respeito à rendibilidade e eficiência, e aos adequados rácios de capital. Já em 2009, e na sequência da revisão do *rating* da República, a S&P reviu o *Outlook* do BES para negativo.

Moody's: Aa3 para a dívida de longo prazo e P1 para a dívida de curto prazo (*outlook* estável). O *rating* atribuído pela *Moody's* reflecte o contínuo reforço no mercado doméstico através de uma forte e diversificada rede de balcões, um bom perfil financeiro e planos de expansão da actividade internacional.

FitchRatings: A+ para dívida de longo prazo e F1 para dívida de curto prazo (*outlook* estável). O *outlook* estável reflecte o bom desempenho da actividade apesar do difícil ambiente.

Gestão dos Riscos

6.1 A Função de Risco no Grupo BES

O controlo e gestão dos riscos têm sempre desempenhado um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rendibilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram também a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

A definição do perfil de risco do Grupo é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que, para tal, o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários à prossecução de tais objectivos.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, um conjunto de Comités especializados assumem um importante papel na área de gestão e controlo de risco:

Comité de Risco: reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco.

Conselho Diário de Crédito: reúne com a presença de membros da Comissão Executiva, sendo apresentadas e decididas as principais operações de crédito, de acordo com as políticas de risco definidas. A situação da tesouraria e a evolução dos mercados financeiros são igualmente objecto de análise nesta reunião.

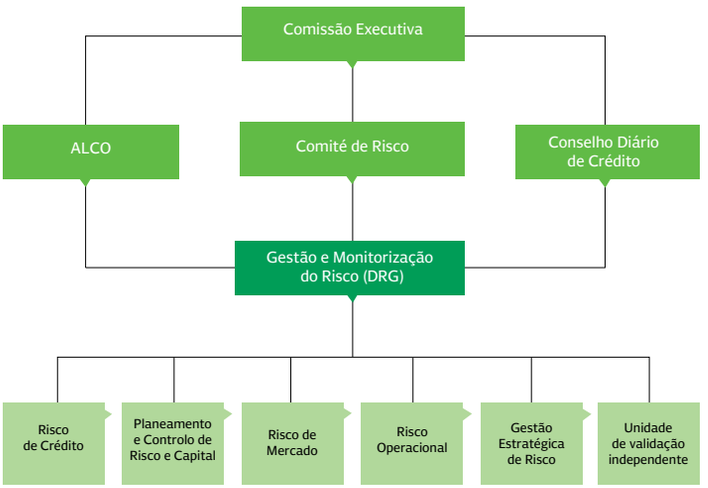
ALCO (*Asset and Liability Committee*): reúne mensalmente, com a presença dos membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, com o objectivo de controlar a gestão do risco de mercado, de taxa de juro e de liquidez.

A nível operacional, a área de gestão e monitorização de risco está centralizada no Departamento de Risco Global, cuja actividade reflecte os princípios subjacentes às melhores práticas de gestão de risco, assegurando:

- a independência face às outras áreas do Grupo BES, nomeadamente aos departamentos comerciais, e credibilidade perante os órgãos de gestão e fiscalização, accionistas, investidores e reguladores;
- a integração e gestão global de todos os riscos (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro do balanço e operacional, ao nível da actividade doméstica e internacional);
- a incorporação consistente dos conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio de todo o Grupo BES, assegurando total transversalidade nas comparações directas de risco e rendibilidade e uma visão única de risco.

A função de risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro do balanço, taxa de câmbio e operacional.

Organização da função de risco no Grupo BES



A área de Risco de Crédito está organizada em sub equipas especializadas na análise e atribuição de *rating* por segmentos: a mesa de *rating* para *top corporates* (empresas com um volume de negócios superior a 50 milhões de euros), instituições financeiras, clientes institucionais, Administração Local e Regional e operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance*; a equipa de Médias Empresas para o segmento de empresas de média dimensão (volume de negócios entre 1,25 e 50 milhões de euros); a equipa de Projectos Imobiliários; o Núcleo de Análise e Investimentos e a equipa de Micro Empresas e *Start-ups*.

O planeamento e controlo dos *portfolio* sujeitos a risco de crédito está a cargo da área de Planeamento e Controlo de Risco e Capital. Esta responsabilidade é assegurada através da monitorização articulada dos seguintes eixos:

- Requisitos de capital e solvabilidade: implementação e desenvolvimento da ferramenta de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito de acordo com as novas regras de Basileia II; planeamento e controlo mensal dos requisitos de capital para risco de crédito e determinação da solvabilidade do Grupo BES.
- Sinistralidade e provisionamento do crédito: elaboração do orçamento de crédito vencido e respectivo acompanhamento mensal; desenvolvimento da metodologia de cálculo das perdas por imparidade do crédito; planeamento e coordenação do processo mensal de determinação das perdas de imparidade e do custo de provisionamento.
- Concentração de risco: reporte dos grandes riscos regulamentares; definição e controlo das métricas internas de concentração do risco de crédito ao nível de grupos económicos e sectores de actividade.

A área de Risco de Mercado, por sua vez, tem como principal função a quantificação, monitorização e reporte do risco de mercado (carteiras de *trading*), risco de taxa de juro do balanço e risco de liquidez.

Quanto à área de Risco Operacional, esta tem como principais responsabilidades (i) assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação das principais fontes de risco; (ii) acompanhar e monitorizar o desempenho de sistemas, processos e produtos/serviços relativamente às fontes de risco operacional identificadas; (iii) controlar os indicadores de risco (KRI); (iv) analisar a ocorrência de eventos e as perdas daí resultantes; (v) promover e acompanhar a implementação de acções de

gestão/mitigação de riscos operacionais; (vi) reportar a informação relevante aos vários níveis hierárquicos.

A área de Gestão Estratégica de Risco, por seu turno, abrange transversalmente todos os tipos de risco ao nível das metodologias, modelos de avaliação e políticas de risco.

A um nível funcional subdivide-se em duas unidades:

- Investigação e Desenvolvimento (I&D) que tem como objectivos (i) desenvolver e monitorizar metodologias e modelos para identificação e quantificação dos vários tipos de risco, incluindo-se neste ponto, no caso do risco de crédito, diversos modelos de PD[4], LGD[5] e EAD[6] utilizados no Grupo; (ii) desenvolver e implementar ferramentas de apoio à decisão baseadas em risco/valor; (iii) dar apoio às áreas de negócio na apropriação dos conceitos de rendibilidade ajustada pelo risco; (iv) apoiar os processos de securitização na gestão do processo de atribuição de *Ratings* e na selecção dos *portfolio* numa lógica de transferência de risco;
- Políticas de Risco/Processos, que é responsável nomeadamente por (i) propor políticas de risco aplicáveis às várias unidades do Grupo Banco Espírito Santo; (ii) participar na avaliação da eficiência e eficácia de processos de decisão e nas propostas de redesenho dos mesmos, quantificando os parâmetros de risco necessários a uma análise custo-benefício; (iii) analisar e propor limites para poderes de aprovação de vários tipos de risco, ao nível da operação, do cliente e de *portfolio*.

A Unidade de Validação Independente desenvolve a sua actividade em estreita colaboração com a área de Gestão Estratégica de Risco e tem como principais atribuições:

- A validação contínua dos modelos e dos parâmetros de risco utilizados no cálculo de requisitos de capital para risco de crédito (PD, LGD e CCF), abordando os seus diversos aspectos quantitativos e qualitativos.
- A validação de novos modelos de risco de crédito desenvolvidos pela área de Gestão Estratégica de Risco, bem como das afinações dos modelos já existentes;
- A identificação de oportunidades de melhoria nos modelos de risco de crédito;
- A articulação com o Banco de Portugal e o Departamento de Auditoria sobre validação dos modelos de risco de crédito do Grupo BES.

6.2 Basileia II (Novo Quadro Prudencial)

Fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por "Basileia II", o Grupo BES posicionou-se para, a partir do exercício de 2008, utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos (método *Internal Ratings Based – IRB (Foundation)*) para tratamento do risco de crédito e do método *Standardized Approach* – TSA, para tratamento do risco operacional.

Culminando um longo período de apetrechamento teórico, estratégico e técnico das diversas entidades e estruturas do Grupo para adaptação aos requisitos inerentes às novas abordagens adoptadas, conduzido em estreita colaboração com o Banco de Portugal, o Grupo finalizou a apresentação da candidatura formal à utilização dos métodos *IRB Foundation* e *TSA* no passado dia 28 de Novembro.

À data presente, o Grupo BES encontra-se na fase final do processo de certificação pelo Banco de Portugal para utilização dos já referidos métodos para tratamento do risco de crédito e do risco operacional.

6.3 Risco de Crédito

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Grupo BES. A sua gestão e controlo é suportada pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco, que tem vindo a ser continuamente aperfeiçoado.

6.3.1 Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores:

- Desenvolvimento contínuo da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- Melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos clientes.

a. Os Sistemas Internos de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes ao seu desenvolvimento e aplicação, os sistemas internos de notação de risco subdividem-se nas seguintes categorias:

Carteiras de Empresas

Segmento de Risco	Definição	Modelo
Start-Up's	Empresas com data de constituição inferior a 2 anos completos e facturação inferior a 25 milhões de euros no 1º ano.	Modelo de *Scoring*.
Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual (ENI's)	Empresas com facturação inferior a 1,25 milhões de euros e particulares caracterizados como ENI's.	Modelo de *Scoring* organizado em duas versões: até 0,5 milhões de euros e acima de 0,5 milhões de euros de facturação.
Médias Empresas	Empresas com volumes de facturação superiores a 1,25 milhões de euros e inferiores a 50 milhões de euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	Modelo de *Rating* organizado em duas versões: até 25 milhões de euros de facturação e entre 25 milhões de euros e 50 milhões de euros.
Grandes Empresas	Empresas com volume de facturação consolidada superior a 50 milhões de euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	*Template* específicos para os vários sectores de actividade.
Sector Imobiliário	Empresas dedicadas à actividade de promoção e investimento imobiliário.	*Template* de Grandes Empresas Imobiliárias e de Projectos imobiliários específicos.
Instituições Financeiras	Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.	*Template* de Bancos, Outras Instituições Financeiras e *Leasings*.
Holdings	Sociedades Gestoras de Participações Sociais que detêm grupos económicos mas não apresentam actividade operacional própria.	*Template* de *Holdings*.
Institucionais	Entidades relacionadas com o Sector Público.	*Template* de Institucionais.
Administrações Locais e Regionais	Entidades da Administração Regional e Local do Estado.	*Template* de Municípios.
Project Finance	Operação de Financiamento a uma sociedade veículo que opera um activo específico numa área de negócio definida, responsável pela geração de *Cash Flows* que permitirá servir a respectiva dívida.	*Template de Project Finance.*
Acquisition Finance	Operações de financiamento associadas a aquisições de empresas (LBOs, MBOs).	*Template de Acquisition Finance.*

(4) PD: *Probability of Default* - Probabilidade de Incumprimento
(5) LGD: *Loss Given Default* - Perda dado o incumprimento
(6) EAD: *Exposure at Default* - Exposição na data de Incumprimento

Carteiras de Particulares

Portfolio	Características	Modelo
Crédito Habitação	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	*Scoring* Originação
	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental
Crédito Individual	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 4 meses)	*Scoring* Originação
	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental
Contas Correntes	Módulo para Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses), módulo para novas contas de clientes antigos e módulo para introdução de limites em contas com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Originação de Limites
	Modelo aplicado a operações sem limite com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental Contas sem limite
	Modelo aplicado a operações com limite com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental Contas com limite
Contas Empréstimo	Modelo clientes (antiguidade conta superior a 6 meses)	*Scoring* Originação
	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental
Financiamentos	Modelo para clientes (antiguidade superior a 6 meses)	*Scorlng* Originação
	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses	*Scoring* Comportamental
Cartões	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	*Scoring* Originação
	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 12 meses	*Scoring* Comportamental

- **Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas**

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes e/ou operações. São utilizados ainda modelos específicos adaptados a operações de *project finance, leveraged finance* e promoção imobiliária.

Relativamente às Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e financiamentos especializados - nomeadamente, *project* e *leveraged finance* - as notações de risco são atribuídas por uma equipa especializada (Mesa de *Rating*). Esta estrutura inclui actualmente quatro equipas organizadas por sectores de actividade, equipas especializadas na atribuição de *rating* a *project finance* e a Instituições Financeiras e uma equipa que valida os *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito pertencentes às sucursais de Londres, Nova Yorque ou ao BES Investimento do Brasil.

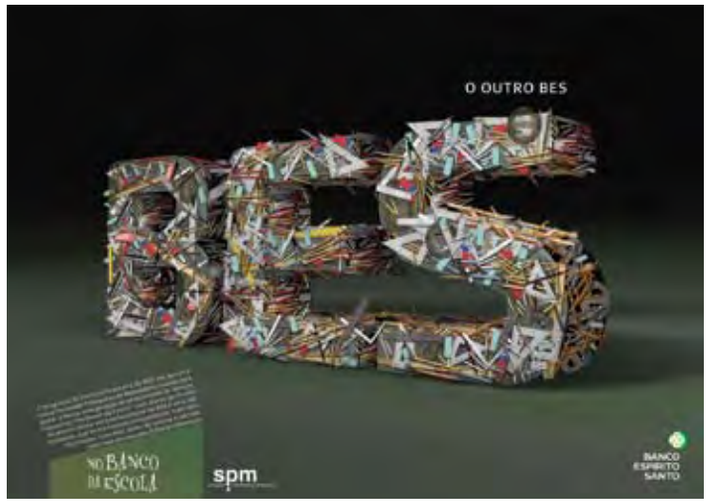
A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como *portfolio* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*) assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo "*expert-based*" (*templates*) baseados em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os clientes em análise. Com excepção da atribuição de *rating* a financiamentos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se ainda por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada participada dentro do respectivo grupo económico, o que poderá condicionar os *rating* finais atribuídos. Os *templates* de actividade e os *templates* "*rules based*" anteriormente descritos foram alinhados com as melhores práticas de uma das principais agências de *rating* internacionais.

Para o segmento de Médias Empresas são utilizados modelos de *rating* estatísticos, os quais combinam informação financeira com dados de natureza qualitativa. A publicação das notações de risco requer um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental e se pronunciam, nas circunstâncias previstas nos respectivos normativos de processo de crédito, sobre as operações de crédito propostas, elaborando para o efeito relatórios de análise de risco.

Para o segmento de Negócios (pequenas empresas), para além da informação financeira e qualitativa, utiliza-se informação sobre o comportamento bancário das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

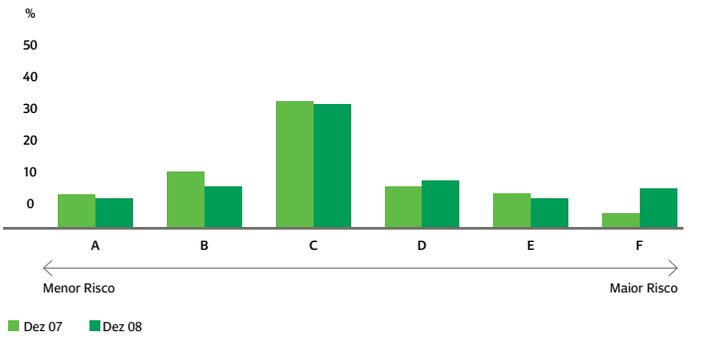
Encontram-se igualmente implementados modelos de *rating* especificamente vocacionados para a quantificação do risco inerente ao financiamento de *start-ups*.

Finalmente, para o sector imobiliário (e, em especial, no caso das pequenas e médias empresas), e atendendo às suas especificidades, os respectivos *ratings* são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias), bem como variáveis qualitativas, sendo esta equipa igualmente responsável pela elaboração das análises de risco das propostas de crédito especializado que revestem a forma de Financiamentos à Construção.

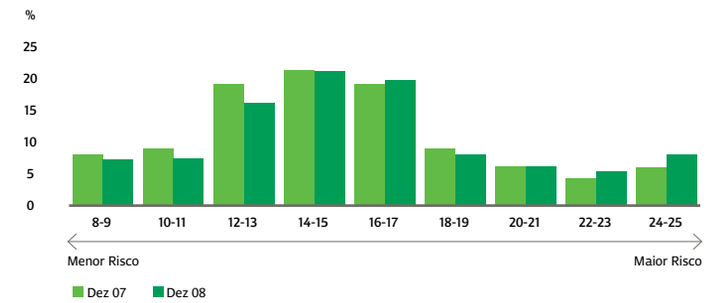


Repartição da carteira de Crédito por notação de *Rating*: Actividade Doméstica

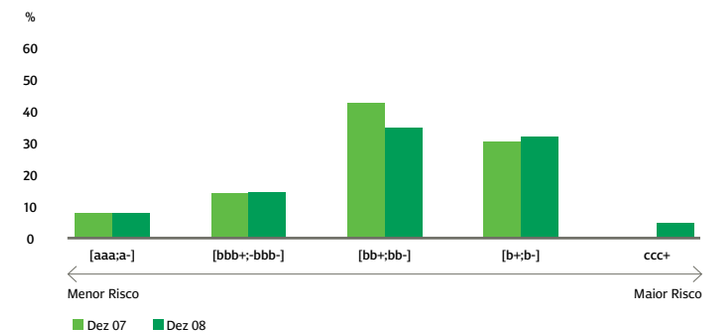
Modelo de *Scoring* Negócios



Modelo de *Rating* Médias Empresas



Modelo de *Rating* Grandes Empresas



• Modelos Internos de *Scoring* para Carteiras de Particulares

O Grupo BES dispõe de modelos de *scoring* de originação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objecto de monitorização periódica.

Paralelamente à estimação dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (LGD) e a exposição estimada para o momento do incumprimento (EAD).

Todos os modelos de *rating* e *scoring* desenvolvidos, atrás descritos, assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito. Os modelos de *rating* e *scoring* foram também utilizados nas campanhas de crédito pré-aprovado levadas a cabo pelo Grupo BES durante o ano de 2008.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação e a eventual recalibração dos modelos são realizadas anualmente. O exercício de validação interna dos diversos modelos de *rating*, concluído em 2008, para os principais *portfolio* de crédito permitiu concluir que os modelos continuam a evidenciar uma boa capacidade de discriminação de risco e, portanto, permanecem válidos.

b. A Concessão de Crédito

No seguimento da implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos e relacionadas, nomeadamente, com o projecto global de revisão e adaptação dos processos de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por notações de *rating*/*scoring* internas, permitiu que o processo de concessão de crédito no Grupo BES seja actualmente assente na utilização abrangente de métricas de rendibilidade ajustada pelo risco.

De forma transversal à quase totalidade dos segmentos comerciais, as notações de *rating*/*scoring* são actualmente incorporadas directamente na definição dos poderes de crédito dos diferentes escalões de decisão, quer em termos de limites de exposição, quer de *pricing*.

Foi igualmente alargada a utilização das notações de *rating*/*scoring* para efeitos de definição de limites de *portfolio* que condicionam a concessão de crédito, quer por produto, quer por segmento e principalmente restringindo os montantes concedidos aos piores riscos. O cumprimento dos limites estabelecidos é sistematicamente objecto de monitorização em Comité de Risco, com uma periodicidade mensal.

c. A Monitorização do Risco de Crédito

O conjunto das actividades de acompanhamento e de controlo actualmente implantadas no Grupo BES tem por objectivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, possibilitar a oportuna definição e implementação de medidas objectivas para situações concretas cujas especifidades indiciem uma deterioração de risco, bem como estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspectiva, tendo como objectivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo BES, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respectivo desenvolvimento é objectivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo composta essencialmente pelos seguintes processos:

• Detecção de sinais de alerta e acompanhamento de clientes

Para além dos modelos de *rating* e *scoring*, e em estreita articulação com o processo de cálculo, análise e avaliação da imparidade do crédito, o Grupo BES tem implementado um sistema de monitorização de risco suportado num conjunto de mecanismos de detecção de múltiplos sinais de alerta nos quais se integram os indícios de imparidade.

É sustentado neste sistema de sinais de alerta que, em função da respectiva frequência, gravidade e correlação, se procede, recorrentemente, à identificação, análise e qualificação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento do seu perfil de risco e, simultaneamente, se definem as opções de relação comercial, se determina o nível de vigilância activa requerido e, sempre que aplicável, se apura o respectivo nível de imparidade do crédito que melhor se ajusta, por um lado, ao perfil e quadro de situação de cada uma das entidades objecto de análise e, por outro, ao grau de cobertura proporcionado pelos instrumentos de mitigação de risco de cada contrato/cliente.

Estas atribuições são da competência da Comissão de Análise de Risco de Crédito que, para o efeito, promove e lidera a realização de reuniões presenciais, que se desenvolvem ao longo do ano, com todas as estruturas comerciais, cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

Num ambiente macro-económico que já se antecipava difícil mas que, especialmente no segundo semestre, se foi mostrando progressivamente ainda

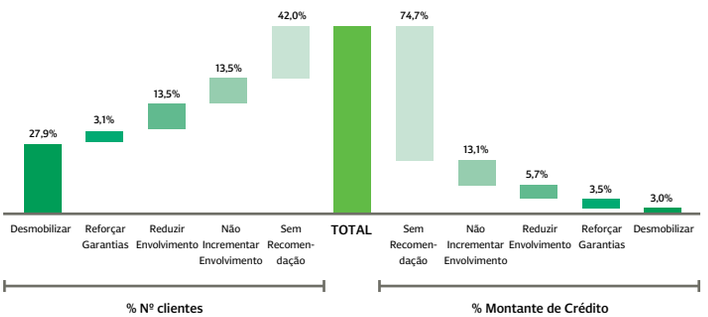
mais adverso, as acções de acompanhamento e monitorização do risco de crédito desenvolvidas neste exercício de 2008 mantiveram-se a um nível naturalmente intenso.

Assim, neste ano, a Comissão de Análise de Risco de Crédito (CARC) procedeu à análise e avaliação, em profundidade, das situações específicas de cerca de 5 400 clientes (dos quais 2 300, cerca de 42%, foram em 2008 referenciados pela primeira vez) cuja exposição global ascendia a valores na ordem dos 6 250 milhões de euros, da qual aproximadamente 30% concentrada no universo de clientes referenciado pela primeira vez.

Dessa avaliação, e tendo presente as respectivas especificidades de cada um dos casos avaliados, entendeu a Comissão emitir recomendações que incidiram sobre 58% dos clientes alvo de análise (abrangendo cerca de 3 100 clientes, dos quais cerca de 36% correspondendo a clientes referenciados pela primeira vez) cuja exposição global representava aproximadamente 25% das responsabilidades totais objecto de análise.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição observada por tipologia de recomendações, sendo de referir a relevância do conjunto de recomendações de cariz mais defensivo, que é particularmente notada em termos de número de clientes (44,5% dos clientes analisados), atenuando-se todavia, de forma muito significativa, quando perspectivada em termos de exposição creditícia (pouco mais de 12%).

Recomendações CARC em 2008 (Perfil de distribuição da carteira analisada)



Em nítida sintonia com as crescentes dificuldades que alguns sectores da economia têm vindo a acusar, e muito na linha do que já se havia verificado no ano precedente, do conjunto das recomendações produzidas em 2008 cerca de 60% foram definidas para clientes com actividades económicas centradas em apenas três sectores: promoção imobiliária, construção civil e comércio por grosso e retalho.

Análise global do perfil de risco das carteiras de crédito

O perfil de risco dos *portfolio* de crédito é analisado mensalmente no Comité de Risco. Nestas reuniões é feito o acompanhamento do perfil de risco do Grupo BES e das respectivas unidades de negócio, integrando quatro grandes eixos de análise: (i) evolução das exposições; (ii) monitorização das perdas creditícias; (iii) alocação e consumo de capital; (iv) controlo da rendibilidade ajustada pelo risco.

d. Processo de Recuperação

Todo o processo de recuperação é desenvolvido com base no conceito integrado de cliente. Cada cliente tem afecto um "recuperador" que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento – empresas ou retalho). O tratamento do crédito a particulares, considerada a volumetria e natureza, em algumas fases obedece a critérios automáticos e industrializados, enquanto o crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se mostre necessário para ressarcimento dos créditos e defesa dos direitos mas mantendo sempre a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento e, por consequência, a manutenção do cliente.

6.3.2 Análise do Risco de Crédito

a. Carteira de Crédito a clientes

A carteira de crédito apresentou em 31 de Dezembro de 2008 um crescimento de 9,7% face ao final do exercício anterior. O crédito a empresas manteve um crescimento forte (+13,4%), tendo a componente do crédito à habitação evoluido em queda com a tendência geral do mercado de habitação (crescimento de 2,9% em 2008 face a 8,1% em 2007, incluindo crédito securitizado). O crédito a particulares para as restantes finalidades apresentou um crescimento substancialmente inferior ao período precedente (3,2% de aumento em 2008 que compara com 17,5% em 2007).

Estrutura da Carteira de Crédito

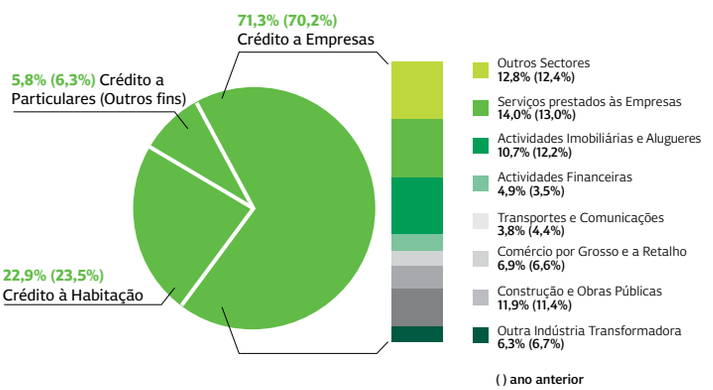
milhões de euros

	Dez. 07		Dez. 08		Variação (%)	
	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado
Crédito Total (bruto)	**43 161**	**47 389**	**48 198**	**51 964**	**11,7**	**9,7**
Habitação	10 141	14 369	11 021	14 787	8,7	2,9
Particulares (outro)	2 714	2 714	2 802	2 802	3,2	3,2
Empresas	30 306	30 306	34 375	34 375	13,4	13,4

Os valores securitizados correspondem ao saldo das operações de securitização no fim dos periodos considerados.

De acordo com a política de diversificação da carteira de crédito, privilegiou-se uma vez mais níveis de concentração conservadores ao nível da exposição sectorial.

Distribuição Sectorial do Crédito Total



Qualidade do Crédito

O desenvolvimento sistemático da modelização do risco de crédito, a melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, o direccionamento dos créditos para os segmentos de clientes e para produtos com menor risco e o reforço dos meios afectos à recuperação têm permitido um maior controlo do risco da carteira de crédito.

milhões de euros

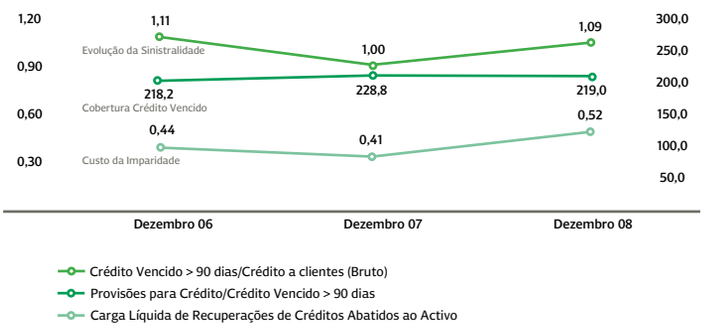
	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Dados Base (milhões de euros)				
Crédito a clientes (bruto)	43 161	48 198	5 037	11,7
Crédito Vencido	507,6	636,9	129,3	25,5
Crédito Vencido > 90 dias	432,9	524,2	91,3	21,1
Crédito com Incumprimento (B.Portugal)[a]	604,2	762,0	157,8	26,1
Provisões para Crédito	990,4	1 148,1	157,7	15,9
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido/Crédito a clientes (bruto)	1,18	1,32	+ 0,14 p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a clientes (bruto)	1,00	1,09	+ 0,09 p.p.	
Crédito com Incumprimento/Crédito a clientes (bruto)[a]	1,40	1,58	+ 0,18 p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito Vencido	195,1	180,3	- 14,8 p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	228,8	219,0	- 9,8 p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito com Incumprimento	163,9	150,7	- 13,2 p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito a clientes	2,29	2,38	+ 0,09 p.p.	
Carga de Provisões para Crédito	0,49	0,57	+ 0,08 p.p.	
Carga Líquida de Recuperações de Créditos Abatidos ao Activo	0,41	0,52	+ 0,11 p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta-Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

No entanto, a crise económica que se tem vindo a instalar, tanto em termos domésticos como a nível internacional, traduziu-se num aumento do crédito vencido há mais de 90 dias, tendo os rácios de sinistralidade registado ligeiro agravamento: o rácio de crédito vencido há mais 90 dias atingiu 1,09%, situando-se o rácio de cobertura por provisões em 219% o que, nas condições actuais, é muito confortável.

Em linha com o actual contexto de crise, a carga de provisionamento passou de 0,41%, em 2007, para 0,52% (quando considerados os valores de reforço das provisões de crédito líquidos de recuperações).

Qualidade do Crédito



b. Exposição a Mercados Emergentes

Em 31 de Dezembro de 2008 a exposição a mercados emergentes em moeda estrangeira, determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos do cálculo de risco – país, elevava-se a 2 062 milhões de euros representando apenas 2,7% do activo líquido consolidado.

milhões de euros

BANCO DE PORTUGAL		Dez. 07		Dez. 08				
Países de Risco	Coeficiente de Risco 2008	Exposição Líquida Total	Exposição Líquida em Moeda Estrangeira	Exposição Bruta [1]	Garantias e Deduções [2]	Exposição Líquida Total	Exposição Líquida em Moeda Estrangeira	Estrutura
AMÉRICA LATINA		**2 385**	**546**	**2 112**	**351**	**1 761**	**552**	**46%**
Bahamas	0%	20	20	26	-	26	26	1%
Brasil	0%	2 131	292	1 547	56	1 491	282	39%
México	10%	4	4	101	94	7	7	0%
Panamá	10%	222	222	229	7	222	222	6%
Venezuela	25%	-	-	188	185	3	3	0%
Outros		8	8	21	9	12	12	0%
LESTE EUROPEU		**3**	**3**	**11**	**1**	**10**	**9**	**0%**
Polónia	0%	-	-	5	-	5	5	0%
Ucrânia	25%	3	3	4	-	4	4	0%
Outros		-	-	2	1	1	-	0%
ÁSIA - PACÍFICO		**197**	**167**	**270**	**6**	**264**	**220**	**7%**
Índia	10%	36	36	41	-	41	41	1%
Macau	10%	80	50	122	-	122	78	3%
República Pop. China	10%	7	7	11	-	11	11	0%
Turquia	25%	58	58	64	3	61	61	2%
Outros		16	16	32	3	29	29	1%
ÁFRICA		**1 445**	**1 154**	**2 078**	**248**	**1 830**	**1 281**	**47%**
África do Sul	10%	1	-	13	10	3	3	0%
Angola	10%	1 433	1 153	1 921	182	1 739	1 200	45%
Cabo Verde	25%	1	1	69	30	39	39	1%
Marrocos	10%	10	-	13	3	10	-	0%
Outros		-	-	62	23	39	39	1%
TOTAL		**4 030**	**1 870**	**4 471**	**606**	**3 865**	**2 062**	**100%**
% ACTIVO LÍQUIDO		**5,9%**	**2,7%**			**5,1%**	**2,7%**	

(1) Valores brutos líquidos de provisão para risco país
(2) Incluem *Trade Finance* inferior a 1 ano

Do conjunto de exposições enquadradas nas economias emergentes, e em consonância com a estratégia de internacionalização que o Grupo vem desenvolvendo, ressaltam as seguintes:

- Angola: o aumento de exposição líquida em 306 milhões de euros encontra-se relacionado com o crescimento da actividade do BES Angola; e
- Brasil: a redução da exposição líquida em cerca de 640 milhões de euros, decorre no essencial da variação da valorização da posição accionista do BES no Banco Bradesco (549 milhões de euros).

Quer a exposição global, quer a individual, estão consideravelmente abaixo dos limites exigidos pelo Banco de Portugal, que recomenda que esta exposição não ultrapasse mais de 30% dos fundos próprios.

6.4 Risco de Mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e preços de mercadorias.

6.4.1 Práticas de Gestão

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão de balanço através do ALCO (*Asset and Liability Committee*). Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado, o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de

mercado, para o qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR, têm sido desenvolvidas outras iniciativas como exercícios de *back testing*, que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e, assim, melhorar as capacidades predictivas do mesmo.

Como complemento ao VaR, têm ainda sido desenvolvidos cenários extremos (*Stress Testing*) que permitem avaliar os impactos de potenciais perdas extremas.

6.4.2 Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 47,3 milhões de euros em Dezembro de 2008, para as suas posições de *trading* em acções, taxa de juro e de *commodities*, bem como para a posição cambial global, o que compara com 24,5 milhões de euros no final do exercício anterior. O valor de 47,3 milhões de euros representa 1,2% dos fundos próprios de base consolidados.

milhões de euros

Value at risk 99% a 10 dias	Dez. 08	Máximo 2008	Média 2008	Dez. 07
Acções	9,2	9,2	15,8	21,1
Mercadorias	-	-	1,1	2,1
Taxa de Juro	32,6	32,6	13,3	4,4
Taxa de Câmbio	25.0	25,0	22,4	11,2
Efeito Diversificação	(19,6)	(19,6)	(19,0)	(14,3)
Total	**47,3**	**47,3**	**33,6**	**24,5**

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos. Foram efectuados cenários extremos a todos os factores de risco, tendo como base as variações a 10 dias mais e menos positivas verificadas nos últimos 20 anos. A 31 de Dezembro de 2008 verifica-se que os factores de risco a que o Grupo BES se encontra mais exposto são as curvas de rendimentos Europeias, as taxas de câmbio na América do Norte e os índices Europeus.

	Cenário Extremo	Perda
Risco de taxa de juro	Variação paralela de 20% da Curva de Rendimentos - Europa	61,1
	Variação da inclinação em 15% da Curva de Rendimentos - Europa	20,4
	Variação da inclinação em 24% da Curva de Rendimentos - América do Norte	10,3
	Variação paralela de 25% da curva de rendimentos - América do Norte	2,3
Risco Cambial	Variações de 18% em países da América do Norte	59,3
	Variações de 34% em países da Europa Emergente	15,6
	Variações de 35% em países de África	6,3
Risco de Acções	Variação de 24% de Índices da Europa	37,4
	Variações de 50% de índices da América do Sul	22,4

Valores em milhões de euros

6.5 Risco de Taxa de Juro do Balanço

O risco de taxa de juro do Balanço pode ser definido como o impacto na situação líquida ou no resultado financeiro de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado.

6.5.1 Práticas de Gestão

O acompanhamento do risco de taxa de juro de Balanço é efectuado internamente no ALCO, através do acompanhamento da margem financeira e quadros de *repricing*, entre outros.

6.5.2 Análise do risco de taxa de juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro de balanço é calculada com base na metodologia do *Bank of International Settlements* (*BIS*), classificando todas as rubricas do activo, passivo e extra-patrimoniais, que sejam sensíveis a taxa de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo da duração e consiste num cenário de *stress testing* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxas de juro.

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 85 milhões de euros em Dezembro de 2008, que compara com 216 milhões de euros no final de 2007.

6.6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de solver as responsabilidades à medida que se vão vencendo sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Os bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo.

Nos últimos anos tem-se verificado na generalidade dos bancos um crescente recurso às fontes de financiamento pela via do mercado *versus* as tradicionais fontes de captação de fundos (depósitos de retalho), especialmente em países com uma tradicional insuficiência de poupança devido à estagnação económica, como Portugal.

É assim fundamental para os bancos manterem uma prudente e sólida gestão do seu Risco de Liquidez, especialmente em alturas de turbulência nos mercados, como acontece actualmente.

6.6.1 Práticas de Gestão

A gestão do risco de liquidez do Grupo BES é centralizada no Departamento Financeiro e é caracterizada pela manutenção de níveis excedentários de liquidez no curto prazo.

Consiste em:

• Delinear anualmente um Plano Financeiro baseado no orçamento aprovado. Com base nas necessidades de financiamento previstas, é estabelecido um plano anual de emissões e securitizações. Este plano é monitorizado regularmente e é revisto ao longo do ano sempre que necessário.

• Monitorizar e controlar o risco de liquidez, o que se reveste de uma importância fundamental para o Grupo. Tem como objectivos manter um nível satisfatório de disponibilidades no curto prazo para fazer face às suas necessidades financeiras, bem como assegurar o refinanciamento atempado da sua actividade corrente, optimizando o custo e maturidade. São utilizadas várias medidas como *gaps* de liquidez e rácios de liquidez.

• Efectuar igualmente *stress tests* onde são consideradas necessidades adicionais de financiamento, com base em cenários extremos mas plausíveis. Desta forma o GBES pretende antecipar possíveis constrangimentos que afectem a liquidez do Grupo.

6.6.2 Análise do Risco de Liquidez

Apesar de não estar imune às condições adversas vividas nos mercados, o Grupo BES tem conseguido superar dificuldades e constrangimentos mantendo razoáveis níveis de liquidez.

A diversificação do perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, áreas geográficas, produtos e instrumentos é um elemento importante de mitigação do risco de liquidez. No ambiente actual de crise, foi mantida uma estrutura bem diversificada.

Como fonte adicional de liquidez, são mantidos na carteira de títulos valores elevados de títulos elegíveis para redesconto, quer junto do Sistema de Bancos Centrais Europeus quer no mercado de *repos*.
Durante o ano de 2008, a carteira de títulos redescontáveis junto do Banco Central Europeu aumentou.

O rácio de liquidez calculado segundo as regras exigidas pela instrução 1/2000 do Banco de Portugal situa-se em 87% no final do ano de 2008, o que compara com 91% no final de 2007. O valor do rácio de liquidez demonstra a manutenção de níveis de liquidez confortáveis num clima de mercado muito adverso.

6.7 Risco Operacional

O risco operacional define-se como o risco de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação, ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.
A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Estes processos fazem parte de um modelo de gestão composto por duas áreas: uma de recolha e tratamento de informação, onde se aplicam ferramentas que permitem a identificação e monitorização do risco; e outra, que utiliza a informação produzida, devidamente trabalhada, na gestão eficaz dos riscos, assegurando o devido acompanhamento das situações de maior criticidade e a implementação da estratégia de gestão do risco.

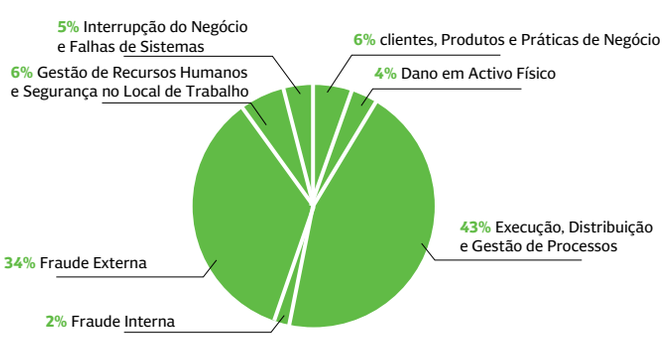
Durante o ano de 2008 manteve-se o enfoque nos seguintes tópicos do modelo de gestão implementado:
- Identificação do risco focada em riscos prioritários (criticidade elevada), definição de cenários e análise profunda de factores que podem ter impacto no perfil de risco das entidades;
- Monitorização, com indicadores e controlos perfeitamente alinhados com os riscos identificados e acompanhamento de tendências;
- Acções de mitigação alinhadas com os riscos de gestão prioritária (por exemplo, desenvolvimento/reforço de planos de continuidade de negócio);
- Dados de perdas (eventos) analisados para a identificação de tendências, revisão de *near-misses* e análise de perdas externas à organização (quando disponíveis);
- Sólido modelo de Governo de Sociedade com relatórios por medida, alinhados com as principais preocupações.

Sendo a gestão do risco operacional um processo em contínua evolução, durante 2008 foram dados passos relevantes, que continuam a ser acompanhados no âmbito da melhoria contínua, tendo sido também efectuada a formalização da candidatura à utilização do método *Standard* para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, contando com representantes dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, com a responsabilidade de garantir nas suas áreas de competência a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Estes representantes desempenham um papel fundamental para a eficaz gestão deste risco, pelo que em 2008 a sua formação/sensibilização foi uma prioridade.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão:
- A Gestão do Sistema de Controlo Interno, a cargo do Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- A Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- A Coordenação de Segurança pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

Distribuição de eventos de Risco Operacional por tipo de perda (dados de 2006, 2007, 2008)



Análise Financeira

7.1 Análise Financeira do Grupo BES

O exercício de 2008 foi particularmente difícil para a actividade e resultados do sector financeiro. Os riscos que estiveram na base da profunda crise financeira global tiveram efeitos severos no sector financeiro mundial originando falências, intervenções governamentais (através da nacionalização ou da criação de mecanismos de capitalização das empresas), quedas acentuadas nos resultados e/ou apuramento de prejuízos avultados num número significativo de bancos internacionais.

Neste contexto, não se pode deixar de realçar o mérito da *performance* alcançada pelo Grupo BES:

- o resultado do exercício totalizou 402,3 milhões de euros, equivalente a uma redução de cerca de 34%, mas representativo do terceiro registo mais elevado da história do Grupo;
- a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 9,8%;
- a solvabilidade, medida pelo rácio *Tier I* (*IRB Foundation*), situou-se nos 7,1%;
- a produtividade e eficiência continuaram a progredir favoravelmente, tendo o rácio *Cost to Income*, excluindo os resultados de mercados, passado para 58,2% (ano 2007: 59,5%);
- a quota média de mercado terá aumentado para 20,9% (Dez, 07: 20,7%).

7.1.1 Actividade

A actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2008 confirmou mais uma vez a força e o *franchising* do Grupo BES, visto ter mantido um crescimento robusto da actividade que lhe proporcionou novos ganhos de quota de mercado. De entre as principais áreas de negócio é de destacar:

- o aumento do crédito em 4,6 mil milhões de euros (+9,7%), incluindo o saldo das operações de titularização;
- o crescimento de 1,1 mil milhões de euros dos recursos de clientes de balanço (+3,0%), com especial referência para os depósitos cujo saldo aumentou 2,6 mil milhões de euros (+11%); e
- um valor de activos totais que se aproximou de 100 mil milhões de euros (incremento de 5,3%).

milhões de euros

Evolução da Actividade	Dez. 07	Dez. 08	Var. %
Activos Totais [1]	**93 819**	**98 825**	**5,3**
Activo Líquido	**68 355**	**75 187**	**10,0**
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	**47 389**	**51 964**	**9,7**
Crédito a Particulares	17 083	17 589	3,0
- Habitação	14 369	14 787	2,9
- Outro Crédito a Particulares	2 714	2 802	3,2
Crédito a Empresas	30 306	34 375	13,4
Recursos Totais de clientes (A+B)	**55 445**	**55 698**	**0,5**
Recursos de clientes de Balanço (A)	37 060	38 189	3,0
- Depósitos de clientes e similares	29 675	29 910	0,8
Depósitos de clientes	23 775	26 387	11,0
Certificados de Depósito	5 900	3 523	-40,3
- Débitos representados por Títulos colocados em clientes [2]	7 385	8 279	12,1
Recursos de Desintermediação (B)	18 385	17 509	-4,8

(1) Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.
(2) Inclui Recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial.

O crédito a empresas manteve um crescimento forte (+13,4%), embora em desaceleração relativamente ao verificado no final de 2007 (+21,5%); o crédito à habitação também desacelerou, acompanhando a tendência geral do mercado de habitação, tendo registado um crescimento de 2,9% (Dez, 07: 8,1%); o crédito a particulares para as restantes finalidades apresentou um aumento de 3,2%, crescendo a ritmo significativamente inferior ao do período precedente (Dez, 07: 17,5%).

No decorrer do mês de Setembro foi concretizada a sétima operação de titularização de crédito à habitação no montante de 1 900 milhões de euros, a qual faz parte das demonstrações financeiras consolidadas em virtude de o Grupo deter a maioria dos riscos e benefícios associados a esta transacção.

A actividade de captação de recursos foi condicionada pela queda nas cotações dos títulos de dívida e de capital que se verificou na generalidade dos mercados. Com efeito, a desvalorização sofrida fez-se sentir fundamentalmente na actividade de *asset management* e nas demais formas de desintermediação, cujos capitais sob gestão tiveram uma redução de 4,8%.

milhões de euros

Evolução dos Recursos de Desintermediação	Dez. 07	Dez. 08	Var. %
Fundos Mobiliários	4 966	4 748	-4,4
Fundos Imobiliários	1 289	1 142	-11,4
Fundos de Pensões	2 800	2 608	-6,9
Bancasseguros	4 933	5 190	5,2
Gestão de Carteiras	1 867	1 968	5,4
Gestão Discricionária e Outros	2 530	1 853	-26,8
TOTAL	**18 385**	**17 509**	**-4,8**

No entanto, os recursos de clientes de balanço neutralizaram aquela redução, fazendo evoluir os recursos totais de clientes para 55,7 mil milhões de euros (+0,5%). Este aumento foi suportado pelo acréscimo dos depósitos (+11,0%) e pela dívida titulada colocada em clientes (+12,1%), que mais que compensaram a redução do saldo captado sob a forma de certificados de depósito.

As unidades operacionais no exterior continuaram a desenvolver-se a bom ritmo, sendo de destacar o BES Angola, que conta com 28 balcões e que conseguiu fazer elevar o activo líquido a mais de 3,5 mil milhões de euros, assente num aumento de 103% nos recursos de clientes e de 104% no crédito.

Considerando a totalidade das unidades operacionais no exterior (em Angola, Espanha, Reino Unido, França/Luxemburgo, EUA, Brasil e Macau), o crédito a clientes aumentou 27,6% (actividade doméstica: 6,2%), enquanto os recursos totais de clientes tiveram uma redução de 15% condicionados pela evolução do *asset management* e pela não renovação de certificados de depósito emitidos pela sucursal de Londres.

milhões de euros

Evolução da Actividade Internacional	Dez. 07	Dez. 08	Var. %
Activos Totais [1]	25 750	26 994	4,8
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	7 607	9 703	27,6
Recursos Totais de clientes	14 718	12 504	-15,0

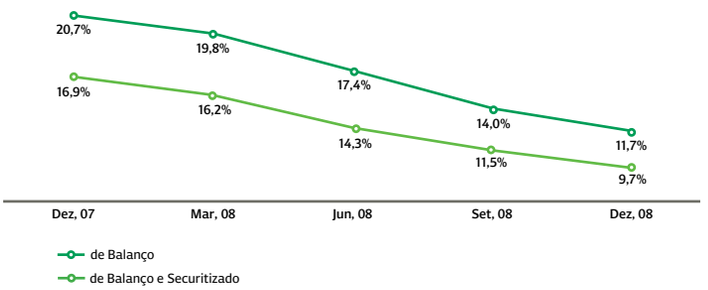
(1) Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

7.1.2 Gestão de Liquidez e Rácio de Transformação

A inactividade do mercado de titularização de activos, a aversão dos investidores institucionais na aquisição de títulos de dívida e os receios acerca da solidez do sistema financeiro mundial trouxeram novos desafios à gestão financeira e condicionaram a expansão da actividade.

Neste contexto, foram tomadas diversas iniciativas tendo em conta o abrandamento do crescimento do activo, designadamente do crédito concedido que, de uma taxa de crescimento de 20,7%, observada em Dezembro de 2007, foi gradualmente desacelerando até se situar nos 11,7%, no final do exercício de 2008.

Evolução do Crédito a clientes (crescimento face ao período homólogo do ano anterior)



Pese embora a estratégia e as iniciativas tomadas, foi mantida a anterior trajectória de evolução dos rácios de transformação que apontava para uma crescente alavancagem do crédito. Assim, o rácio de transformação de recursos totais de balanço em crédito passou para 91% (Dez, 07: 88%), ao mesmo tempo que o rácio de transformação de depósitos em crédito (178%) se manteve praticamente ao nível do ano anterior (177%).

milhões de euros

Actividade com clientes: Rácio de Transformação		Dez. 07	Dez. 08
CRÉDITO A CLIENTES			
Crédito a clientes (bruto)		43 161	48 198
Imparidade		990	1148
Crédito a clientes (líquido)	**A**	**42 171**	**47 050**
RECURSOS DE CLIENTES			
Depósitos	**B**	**23 775**	**26 387**
Depósitos de clientes e similares	**C**	**29 675**	**29 910**
Obrigações colocadas em clientes (1)		7 385	8 279
Recursos de clientes	**D**	**37 060**	**38 189**
Euro Medium Term Notes e Outros (2)		11 029	13 442
Recursos de Balanço	**E**	**48 089**	**51 631**
RÁCIOS DE TRANSFORMAÇÃO			
Depósitos em Crédito	**A/B**	**177%**	**178%**
Depósitos e similares em Crédito	**A/C**	**142%**	**157%**
Recursos de clientes em Crédito	**A/D**	**114%**	**123%**
Recursos de Balanço em Crédito	**A/E**	**88%**	**91%**

(1) Inclui recursos associados a operações de securitização consolidadas e papel comercial.
(2) Inclui obrigações hipotecárias e *exchangeable bonds.*

7.1.3 Nível de Capitalização e Rácios de Capital

Os capitais próprios e equiparados atingiram 7 482 milhões de euros, valor que se situa próximo do final do ano anterior (7 509 milhões de euros), apesar da quebra registada nas reservas de justo valor (-913 milhões de euros) devido principalmente à desvalorização das participações estratégicas, parcialmente repostas em 333 milhões de euros pelo auto-financiamento (aumento das Outras Reservas e Resultados Transitados).

a. Capitais Próprios e Equiparados

milhões de euros

Capitais Próprios e Equiparados	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta
Capital	3 100	3 100	-
Acções Ordinárias	2 500	2 500	-
Acções Preferenciais	600	600	-
Prémios de Emissão	669	669	-
Acções Próprias	(41)	(30)	11
Reservas de Reavaliação	647	(266)	(913)
Outras Reservas e Resultados Transitados	291	624	333
Interesses Minoritários	141	154	13
Passivos Subordinados	2 095	2 829	734
Resultados do Exercício	607	402	(205)
Total	**7 509**	**7 482**	**(27)**

A valorização das principais exposições accionistas da carteira de "Activos disponíveis para venda" traduzia perdas potenciais para o conjunto das posições no montante de 179,5 milhões de euros. Como decorre do actual enquadramento prudencial, as perdas potenciais são deduzidas aos fundos próprios de base (*Core Tier I*) ajustadas pelos activos por impostos diferidos a elas associados, enquanto os ganhos potenciais em títulos de capital são elegíveis como Tier II em apenas 45% do respectivo valor bruto.

milhões de euros

Activos Disponíveis para Venda - Principais Exposições em Acções	Ganhos e Perdas Potenciais Brutos	
	Dez. 07	Dez. 08
Banco Bradesco	661,7	(20,5)
Portugal Telecom	76	(91,2)
EDP	70,5	(75,8)
B. Marocaine Com. Exterieur	8,6	8
Total	**816,8**	**(179,5)**

A evolução das reservas de justo valor fez reduzir o montante dos fundos próprios complementares, tendo tal redução sido compensada pela emissão de 780 milhões de euros de dívida subordinada, fazendo elevar o respectivo saldo no final do exercício para 2 829 milhões de euros.

b. Solvabilidade

Como referido anteriormente o Grupo posicionou-se para, a partir do exercício de 2008, utilizar a abordagem baseada no uso de modelos internos (método *Internal Ratings Based – IRB (Foundation)*) para tratamento de risco de crédito e do método *Standardized Approach* – TSA, para tratamento do risco operacional, tendo finalizado a apresentação da candidatura formal à utilização dos métodos *IRB Foundation* e *TSA* em 28 de Novembro de 2008.
O rácio de solvabilidade, calculado com base no método *IRB*, era de 11,3% (Dez, 07: 11,5%); considerando os fundos próprios de base o rácio *Tier I* situava-se em 7,1% (Dez, 07: 7,5%) e o *Core Tier I* em 6,1% (Dez, 07: 6,6%). Todos os rácios estavam significativamente acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

milhões de euros

Activos de Risco e Capitais Elegíveis (Banco de Portugal)		Dez. 07 Basileia I	Dez. 08 Basileia II Standard	Dez. 08 Basileia II IRB[1]	Mínimos Banco Portugal
Activo Líquido	(1)	68 355	75 187	75 187	
Índice de Risco	(2)/(1)	77%	79%	74%	
Activos de Risco Equivalentes	**(2)**	**52 856**	**59 711**	**55 705**	
Banking Book		48 392	53 791	49 987	
Trading Book		4 464	2 878	2 878	
Risco Operacional		-	3 042	2 840	
Fundos Próprios Totais	**(3)**	**6 067**	**6 277**	**6 273**	
De Base (TIER I)	**(4)**	**3 953**	**3 948**	**3 946**	
Core Tier I	(5)	3 486	3 412	3 412	
Outros Elementos		467	536	534	
Complementares e Deduções		**2 114**	**2 329**	**2 327**	
Rácio Core TIER I	**(5)/(2)**	**6,6%**	**5,7%**	**6,1%**	**5,0%**
Rácio TIER I	**(4)/(2)**	**7,5%**	**6,6%**	**7,1%**	**6,0%**
Rácio de Solvabilidade	**(3)/(2)**	**11,5%**	**10,5%**	**11,3%**	**9,0%**

(1) Cálculo IRB Foundation.

No ano de 2008 os fundos próprios de base (*Tier I*) foram influenciados pelos desvios actuariais provocados pelo rendimento esperado dos fundos de pensões, que fez agravar a respectiva dedução em 133 milhões de euros e ainda pela existência de reservas de justo valor negativas, designadamente nas participações estratégicas, que originou um aumento nas deduções ao *Tier I* de 214 milhões de euros.

No âmbito da regulamentação prudencial do Banco de Portugal, ocorreram as seguintes alterações com impacto material no cálculo dos fundos próprios:

- tratamento das mais e menos valias potenciais em títulos de dívida da carteira de disponíveis para venda que deixaram de ser, respectivamente, deduzidas ao *Tier II* e *Tier I* (Aviso 6/2008);
- período transitório para os desvios actuariais de 2008, com exclusão dos provocados pelo rendimento esperado dos activos dos fundos, a absorver entre 2009 e 2012 (Aviso 11/2008);
- abolição do limite de 10% para os activos por impostos diferidos (Aviso 9/2008); e
- aumento do limite do peso das acções preferenciais no *Tier I* de 20% para 35%.

Refira-se, por último, que as responsabilidades do Grupo para com pensões de reforma e cuidados médicos se encontram totalmente financiadas e rondavam os 2 mil milhões de euros, tendo a contribuição para os fundos de pensões no ano totalizado 538 milhões de euros.

No final do mês de Janeiro de 2009 o Conselho de Administração do BES anunciou ao mercado que irá propor à Assembleia Geral de accionistas, a concretizar no próximo dia 16 de Março de 2009, a realização de um aumento de capital que proporcione um encaixe bruto de até 1 200 milhões de euros. Este aumento de capital tem como objectivo a melhoria dos rácios de capital para os níveis exigidos pelas mais recentes alterações regulamentares do Banco de Portugal a observar até ao final de Setembro de 2009, permitindo o reforço do posicionamento competitivo e a prossecução do crescimento sustentado do negócio do Grupo BES.

7.1.4 Resultados

Os resultados alcançados pelo Grupo BES no exercício de 2008 totalizaram 402,3 milhões de euros, a que corresponde uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 9,8%. Este montante constitui o terceiro registo mais elevado na história do Grupo.

milhões de euros

Resultados da Actividade	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Resultado Financeiro	953,7	1 086,2	132,5	13,9
+ Serviços a clientes	643,4	636,2	(7,2)	(1,1)
= Produto Bancário Comercial	**1 597,1**	**1 722,4**	**125,3**	**7,8**
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	404,1	165,7	(238,4)	(59,0)
= Produto Bancário	**2 001,2**	**1 888,1**	**(113,1)**	**(5,7)**
- Custos Operativos	950,7	1 001,6	50,9	5,4
= Resultado Bruto	**1 050,5**	**886,5**	**(164)**	**(15,6)**
- Provisões liquidas de Reposições	262,9	375,8	112,9	43,0
Crédito	213,2	274,4	61,2	28,7
Títulos	18,7	58,1	39,4	....
Outras	31	43,3	12,3	39,7
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	**787,6**	**510,7**	**(276,9)**	**(35,2)**
- Impostos	152,5	83,5	(69)	(45,3)
= Resultado após Impostos	**635,1**	**427,2**	**(207,9)**	**(32,7)**
- Interesses Minoritários	28	24,9	(3,1)	(11,2)
= Resultado do Exercício	**607,1**	**402,3**	**(204,8)**	**(33,7)**

De entre os factores que mais contribuíram positiva ou negativamente para a geração dos resultados consolidados é de destacar:

- a evolução positiva do produto bancário comercial, que traduz a geração recorrente de receitas, para 1 722,4 milhões de euros (+7,8%);
- o controlo de custos, que conduziu a um aumento de apenas 5,4%, facto especialmente significativo tendo em conta que foram incorridos numa fase de expansão internacional e de alargamento da rede de balcões doméstica;
- o reforço do provisionamento para crédito em 274,4 milhões de euros (+28,7%);
- a redução dos resultados de operações financeiras e diversos para 165,7 milhões de euros (-59%) devido aos reflexos da crise financeira.

Resultados da Actividade: Doméstica e Internacional

A expansão da actividade internacional continuou a processar-se a bom ritmo com efeitos positivos no crescimento do produto bancário comercial que aumentou 28,8% (actividade doméstica: 2,9%).

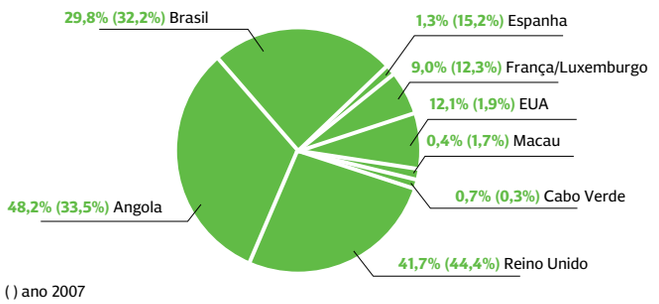
milhões de euros

Resultados da Actividade Doméstica e internacional	Actividade Doméstica 2007	Actividade Doméstica 2008	Actividade Doméstica Var %	Actividade Internacional 2007	Actividade Internacional 2008	Actividade Internacional Var %
Resultado Financeiro	792,9	833,1	5,1	160,8	253,1	57,4
+ Serviços a clientes	502,0	499,9	(0,4)	141,4	136,3	(3,6)
= Produto Bancário Comercial	**1 294,9**	**1 333,0**	**2,9**	**302,2**	**389,4**	**28,8**
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	313,0	103,3	(67,0)	91,1	62,4	(31,5)
= Produto Bancário	**1 607,9**	**1 436,3**	**(10,7)**	**393,3**	**451,8**	**14,9**
- Custos Operativos	785,2	816,9	4,0	165,5	184,7	11,6
= Resultado Bruto	**822,7**	**619,4**	**(24,7)**	**227,8**	**267,1**	**17,3**
- Provisões Líquidas de Reposições	236,2	304,2	28,8	26,7	71,6	....
Crédito	184,8	199,3	7,9	28,4	75,1	....
Títulos	18,7	58,1	....	0,0	0,0	....
Outras	32,7	46,8	43,1	(1,7)	(3,5)	....
= Res. antes de Impostos e Minoritários	**586,5**	**315,2**	**(46,3)**	**201,1**	**195,5**	**(2,8)**
- Impostos	112,3	50,6	(54,9)	40,2	32,9	(18,5)
= Resultado após Impostos	**474,2**	**264,6**	**(44,2)**	**160,9**	**162,6**	**1,1**
- Interesses Minoritários	8,6	5,5	(36,4)	19,4	19,4	0,0
= Resultado do Exercício	**465,6**	**259,1**	**(44,4)**	**141,5**	**143,2**	**1,2**

Apesar do reforço significativo das provisões, que passou de 26,7 milhões de euros (ano de 2007) para 71,6 milhões de euros, o resultado da área internacional atingiu 143,2 milhões de euros e apresenta-se ligeiramente acima do alcançado no exercício de 2007 (141,5 milhões de euros). Atendendo à redução de 44% nos resultados da área doméstica, a contribuição das geografias externas para o resultado consolidado passou para 36% (ano de 2007: 23%).

Todas as geografias onde o Grupo está presente evidenciaram resultados positivos, sendo de assinalar a contribuição de Angola com 48,2 milhões de euros (+44%), seguida do Reino Unido (41,7 milhões de euros) e Brasil (29,8 milhões de euros).

Contribuição da Área Internacional para o Resultado Consolidado — milhões de euros

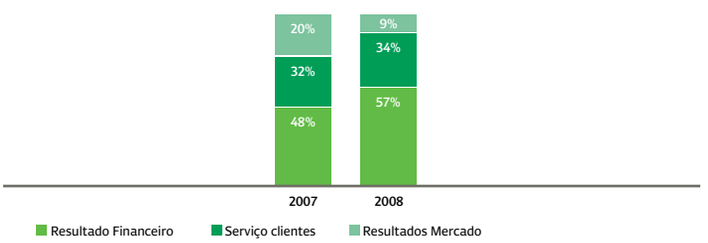


a. Produto Bancário

O produto bancário comercial teve um desempenho positivo, fazendo elevar a geração de rendimentos de natureza mais recorrentes para 1 722,4 milhões de euros (aumento de 7,8%). Os resultados de operações financeiras e diversos, que incluem os ganhos gerados nos mercados financeiros cuja natureza é mais irregular, reduziram-se em 59% acabando por condicionar o produto bancário que registou uma redução de 5,7%.

A estrutura do produto bancário apresenta alterações no peso de cada uma das fontes geradoras de rendimento: o resultado financeiro ganhou peso (de 48% passou para 57%) em contraponto à redução apresentada pelos resultados de *trading*, que passaram a ter uma representatividade de apenas 9% (2007: 20%).

Estrutura do Produto Bancário



b. Resultado Financeiro e Margem

A progressão do resultado financeiro beneficiou em 2008 do efeito volume e de uma relativa estabilidade da margem financeira.

Os proveitos de intermediação ultrapassaram o montante conseguido no ano anterior em 620 milhões de euros, suportados no acréscimo dos juros provenientes do crédito a clientes; os juros passivos tiveram um incremento de 488 milhões de euros, dos quais 328 milhões de euros se referem a custos relativos a recursos com origem nos mercados monetário e de capitais e 160 milhões de euros com origem no aumento do custo com a remuneração dos depósitos.

milhões de euros

Resultados da intermediação de Balanço	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta
Proveitos (Juros Activos)	**3 149**	**3 769**	**620**
de Crédito a clientes	2 278	2 905	627
de Outras Aplicações	871	864	(7)
Custos (Juros Passivos)	**2 195**	**2 683**	**488**
de Depósitos	537	697	160
de Outros Recursos	1 658	1 986	328
Resultado Financeiro	**954**	**1 086**	**132**

Considerando os capitais médios do exercício, registou-se um aumento dos depósitos em 16,0% ao mesmo tempo que o saldo médio do crédito a clientes aumentou 16,7%, determinantes no aumento de 132 milhões de euros do resultado financeiro que atingiu 1 086 milhões de euros.

milhões de euros

Resultados e Margem Financeira	2007			2008		
	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos/ Custos
Activos Financeiros	**53 701**	**5,87**	**3 149**	**61 788**	**6,10**	**3 769**
Crédito a clientes	39 109	5,83	2 278	45 658	6,36	2 905
Outros Activos	14 592	5,97	871	16 130	5,36	864
Passivos Financeiros	**53 701**	**4,09**	**2 195**	**61 788**	**4,34**	**2 683**
Depósitos	19 583	2,74	537	22 715	3,07	697
Outros Recursos	33 081	5,01	1 658	39 031	5,09	1 986
Recursos Diferenciais	1 037	-	-	42	-	-
Resultado / Margem		**1,78**	**954**		**1,76**	**1 086**

A margem financeira relativa reduziu-se ligeiramente (dois pontos base), tendo passado para 1,76%. De entre os factores mais significativos que influenciaram a evolução da margem, destacam-se:

- a reorientação do crédito para segmentos de menor risco, em paralelo com iniciativas tendentes à actualização da política de preços por forma a incorporarem os prémios de liquidez associados à escassez de recursos nos mercados de capitais internacionais;
- o encarecimento generalizado dos recursos induzido pela crise financeira internacional, com especial reflexo nos "Outros Recursos" cuja taxa média passou de 5,01% para 5,09%.

A variação do resultado financeiro pode ainda ser decomposta nos efeitos da variação de margem, da variação do volume de negócio e do efeito conjunto das variações margem e volume, conforme se apresenta no quadro seguinte.

milhões de euros

Decomposição dos efeitos	Efeito Volume	Efeito Margem	Efeito Volume/ Margem	Variação
Activos Financeiros	474	127	19	620
Passivos Financeiros	330	137	21	488
Resultado Financeiro	**144**	**(10)**	**(2)**	**132**

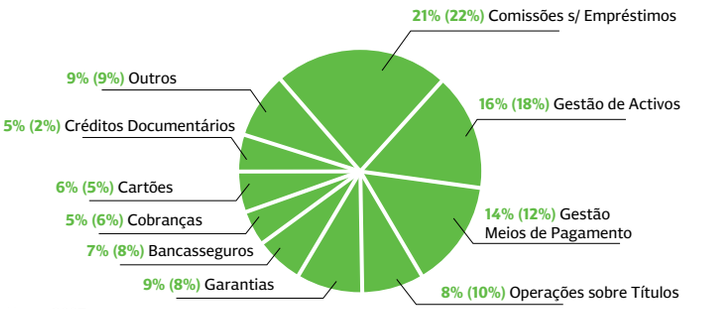
O efeito positivo do acréscimo de volume de negócio representou um ganho de 144 milhões de euros, tendo sido determinante para a melhoria dos resultados de intermediação de balanço, enquanto o efeito taxa explica uma redução de 10 milhões de euros do resultado financeiro.

c. Serviços a clientes

O comissionamento totalizou 636,2 milhões de euros no ano, ligeiramente inferior em termos homólogos (-1,1%), apesar da recuperação registada na última parte do ano.

De entre os serviços que evidenciaram um melhor desempenho destacam-se os créditos documentários (+176,7%), resultante sobretudo do apoio às empresas exportadoras, a gestão de meios de pagamento (+12,2%), a actividade de cartões (+10,5%) e as relacionadas com as garantias prestadas (+7,5%).

Estrutura dos Serviços a clientes (peso no total)



( ) ano 2007

A forte concorrência registada no mercado nacional levou, nomeadamente, à redução das receitas com os serviços de cobrança de valores, decorrente da queda do volume médio de efeitos descontados ao longo de todo o ano. As comissões sobre empréstimos e similares sofreram os efeitos negativos da alteração do enquadramento legal do comissionamento por liquidação antecipada dos empréstimos à habitação e da desaceleração no crescimento do crédito, especialmente da actividade de *corporate* e *project finance*. Os produtos mais dependentes da *performance* dos mercados - operações sobre títulos, gestão de activos e banca seguros - apresentam quebras nos resultados relativamente ao exercício anterior.

d. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

O ano de 2008 foi de grande instabilidade nos mercados financeiros, acentuada a partir de 15 de Setembro com a falência da Lehman Brothers, que condicionou significativamente os resultados do exercício.
Pese embora a situação vivida, os resultados de operações financeiras foram ainda assim positivos em 165,7 milhões de euros, valor que compara com 404,1 milhões de euros atingidos no ano anterior.

Em termos macroeconómicos assistiu-se à entrada dos EUA, do Reino Unido e da Zona Euro em situação de recessão económica e à redução acelerada do consumo e subida da taxa de desemprego. Como consequência, assistiu-se a:

- níveis de volatilidade nos mercados (especialmente accionistas) nunca antes verificados;
- total falta de confiança no sistema financeiro em geral;
- escassez de liquidez, com especial incidência nos últimos meses do ano;
- forte desvalorização das moedas das economias emergentes;
- desvalorização acentuada do preços das *commodities*;
- desvalorização fortíssima dos principais índices accionistas;
- redução acentuada das taxas de juro de referência na Zona Euro e EUA;
- alargamento dos *spreads* de crédito verificado na generalidade dos sectores de actividade, com especial destaque para o sector financeiro e no final de ano também nos soberanos.

Desta forma, e face ao enquadramento anteriormente apresentado, os resultados de mercado alcançados foram fortemente penalizados pela componente de crédito, tendo sido através de instrumentos de taxa de juro que o Grupo conseguiu compensar parte dos impactos negativos absorvidos no corrente exercício.

milhões de euros

Resultados de Operações Financeiras e Diversos	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	38,5	114,5	76,0
Taxa de Juro	18,4	262,2	243,8
Crédito	(29,7)	(144,5)	(114,8)
Cambial e Outros	49,8	(3,2)	(53,0)
Açções	325,1	114,3	(210,8)
Negociação	275,1	22,5	(252,6)
Dividendos	50,0	91,8	41,8
Outros Resultados	40,5	(63,1)	(103,6)
Total	**404,1**	**165,7**	**(238,4)**

Os Outros Resultados foram igualmente condicionados pela apropriação da parte proporcional nos resultados da BES Vida (-37,8 milhões de euros) devido ao reconhecimento de imparidades na carteira de títulos.

e. Custos Operativos

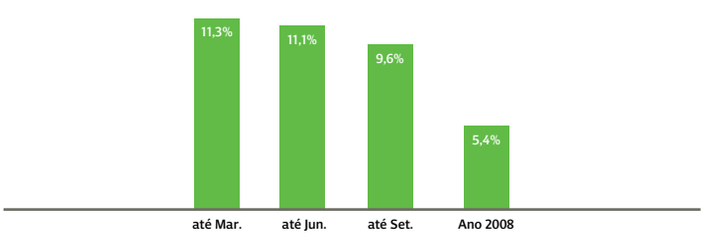
A evolução dos custos de funcionamento foi sendo progressivamente contida tendo os custos operativos totalizado 1 001,6 milhões de euros, com um aumento de apenas 5,4% face a 2007. Este facto ficou a dever-se, não só aos programas de integração e racionalização da operativa em Espanha e da fusão da Besleasing e Factoring no BES, mas também a uma política de restrições nos gastos com publicidade, remunerações variáveis e outros custos correntes, apesar dos efeitos da expansão da rede global de balcões, que no final do exercício atingiu 803 unidades (aumento de 11% no número médio de balcões).

milhões de euros

	Actividade Doméstica		Actividade Internacional		Actividade Consolidada	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
Custos com Pessoal	417,7	1,7	103,4	12,9	521,1	3,8
Gastos Gerais Administrativos	334,5	5,7	68,1	9,2	402,6	6,3
Amortizações	64,7	11,2	13,2	13,9	77,9	11,7
Total	**816,9**	**4,0**	**184,7**	**11,6**	**1 001,6**	**5,4**

Ao longo do exercício de 2008 foram desencadeadas iniciativas que conduziram a uma desaceleração expressiva do crescimento dos custos que passou de 11,3% no primeiro trimestre para 5,4% para o total do exercício.

Desaceleração dos Custos Operativos ao longo de 2008 (crescimento face ao p.h.a.a. - valores acumulados)



No que respeita às responsabilidades do Grupo para com benefícios pós-emprego, procedeu-se ao recálculo actuarial, tendo sido ajustado a taxa de desconto para 5,75%.

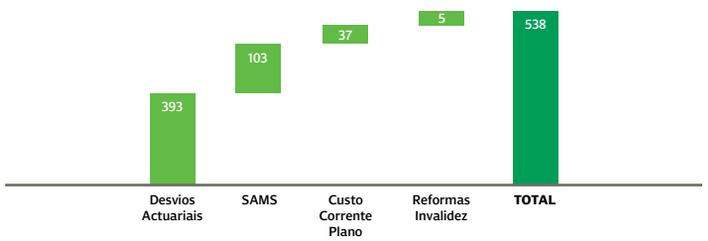
As responsabilidades totais totalizavam 2 065 milhões de euros e encontravam-se totalmente cobertas através dos activos dos fundos (2 057 milhões de euros) e de passivos reconhecidos no balanço no valor de 13 milhões de euros.

milhões de euros

Responsabilidades: Níveis de Financiamento	Dez. 07	Dez. 08
Responsabilidades totais por benefícios pós emprego	**2 081**	**2 065**
Cobertura / Financiamento	**2 344**	**2 070**
Valor dos activos dos Fundos de Pensões no fim do período	2 234	2 057
Valores em Balanço	110	13
Nível de Cobertura	**113%**	**100%**

As contribuições do Grupo para os fundos de pensões totalizaram 538 milhões de euros e os desvios actuariais em balanço fora do corredor atingiram 765 milhões de euros os quais serão objecto de amortização durante quinze anos.

Contribuição para os Fundos de Pensões — milhões de euros



milhões de euros

Desvios Actuariais: Valores em Balanço com Amortizações no Futuro	Dez. 07	Dez. 08
Saldo Inicial	**469**	**328**
Movimentos do ano	(141)	643
Saldo Final	**328**	**971**
do qual:		
dentro do Corredor	234	206
fora do Corredor	94	765

Os gastos gerais administrativos tiveram um incremento de 6,3%, valor que se situa abaixo dos níveis de crescimento geral da actividade no exercício devido às políticas restritivas em certas despesas discricionárias.

As amortizações evidenciam um aumento de 11,7% devido à expansão da actividade internacional e aos investimentos em balcões na área doméstica.

f. Produtividade e Eficiência

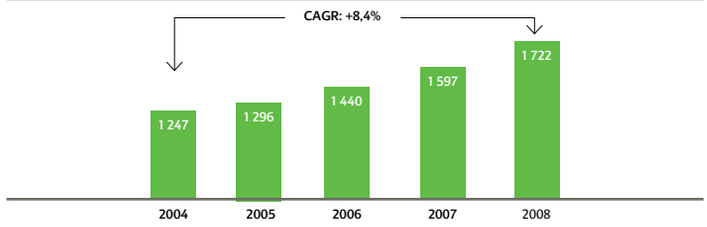
O crescimento da actividade e a moderação no crescimento dos custos continuaram a reflectir-se em ganhos de produtividade, designadamente na diminuição do rácio dos custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido, que progrediu de 1,53% (Dez, 07) para 1,40% no final do corrente exercício.

Indicadores de Produtividade e Eficiência	Dez. 07	Dez. 08	Variação
Cost to Income (com mercados)	47,5%	53,0%	5,5p.p.
Cost to Income (sem mercados)	59,5%	58,2%	(1,3)p.p.
Custos Operativos/Activo Líquido Médio	1,53%	1,40%	(0,13)p.p.

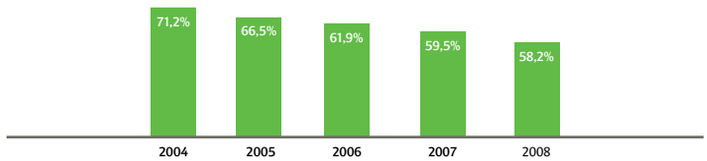
A redução dos resultados de *trading*, por um lado, e a expansão internacional e o alargamento da rede doméstica de balcões, por outro, influenciaram negativamente a evolução do indicador *Cost to income* total. No entanto, excluindo os resultados de *trading*, o *cost to income* reduziu-se de 59,5% (2007) para 58,2%.

O Grupo tem vindo a consolidar a capacidade de geração de rendimentos de natureza recorrente ao mesmo tempo que tem conseguido controlar o agravamento dos custos o que tem permitido melhorar, substancialmente, os níveis de eficiências.

Evolução do Produto Bancário Comercial — milhões de euros



Evolução do *Cost to Income* (excluindo mercados)



g. Provisionamento

O ano de 2008 ficou marcado por um reforço generalizado das provisões, que totalizaram 375,8 milhões de euros (+43,0%). A acentuada queda dos mercados, com desvalorização de acções e obrigações, para além dos reflexos na redução das reservas de justo valor, conduziu a que alguns dos investimentos da carteira de títulos disponíveis para venda apresentassem indícios de imparidade. Como consequência, foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 58,1 milhões de euros.

No que respeita ao provisionamento do crédito, cujo reforço atingiu 274,4 milhões de euros (2007: 213,2 milhões de euros), foi acentuada a política de prudência na avaliação dos riscos.

milhões de euros

Dotações para Provisões	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta
para Crédito a clientes	213,2	274,4	61,2
para Títulos	18,7	58,1	39,4
para Outros Riscos e Encargos	31,0	43,3	12,3
TOTAL	**262,9**	**375,8**	**112,9**

Em linha com o actual contexto de crise, a carga de provisionamento passou de 0,49% em 2007 para 0,57%, com reflexos nos níveis de cobertura do crédito total por provisões que passou de 2,29% para 2,38%.

O reconhecimento de provisões para outros riscos e encargos totalizou 43,3 milhões de euros, e incluem a constituição da provisão para a fusão por incorporação da Besleasing e Factoring no BES, bem assim como a constituição de provisões para imparidade em imóveis recebidos em dação por incumprimento de crédito concedido.

7.1.5 Impactos do Período de Turbulência Financeira

Como largamente exposto ao longo do presente relatório, a crise financeira assumiu proporções gigantescas a nível do sector financeiro mundial. Simultaneamente, com a crise financeira assistiu-se também, numa primeira fase, a uma subida generalizada e substancial das matérias primas, com especial relevo para o petróleo, seguindo-se, durante a segunda metade do ano, uma redução no preço das mesmas, ao mesmo tempo que iam surgindo notícias sobre o inevitável alastramento da crise financeira aos demais sectores económicos.

A economia mundial iniciou assim um ciclo de recessão, apesar dos esforços e programas de reanimação económica que os diversos governos, de modo mais ou menos concertado, foram anunciando.

Neste contexto e apesar da dificuldade em se delimitarem os efeitos provocados pela crise financeira dos restantes, é possível sistematizar as implicações da crise nos seguintes domínios de gestão:

- Liquidez e Gestão Financeira
- Fundos de Pensões
- Capitais Próprios
- Resultados

a. Liquidez e Gestão Financeira

Os impactos na liquidez, capacidade de recorrer ao financiamento junto dos mercados financeiros internacionais e estratégia prosseguida pelo Grupo para assegurar os níveis considerados adequados à gestão de tesouraria e financeira, encontram-se descritos e quantificados no ponto 5 do presente relatório.

b. Fundos de Pensões

A desvalorização dos títulos de capital e de dívida teve impactos na redução da rendibilidade dos Fundos de Pensões que, em vez do retorno esperado positivo de 5,8%, registou uma rendibilidade negativa de 28,0%. Este facto conduziu a que os Fundos de Pensões tenham observado uma redução de valor de 612,3 milhões de euros em vez de um rendimento positivo de 114,9 milhões de euros.

Em consequência, incluindo também a evolução das responsabilidades com pensões, foram apuradas perdas actuariais e financeiras no valor total de 663,0 milhões de euros, que determinaram contribuições do Grupo de 537,9 milhões de euros. Os desvios actuariais registados em balanço passaram de 328,1 milhões de euros para 971,2 milhões de euros, sendo que 765,5 milhões de euros ultrapassam o limite do corredor que serão objecto de amortização durante um período de 15 anos nos termos permitidos pelo IAS 19.

c. Capitais Próprios

A gestão da base de capital constitui uma das principais preocupações da gestão do Grupo não só porque tem de estar adequada à estratégia delineada como tem de cumprir com os mínimos exigidos pelo Banco de Portugal. Como explicitado anteriormente, o capital próprio foi directamente prejudicado pela crise financeira que fez reduzir as reservas de justo valor em 913 milhões de euros.

Numa perspectiva prudencial, também se verificaram efeitos negativos na base de capital porquanto se registou um agravamento nos elementos que concorrem para as deduções aos fundos próprios de base (*Tier I e Core Tier I*):

milhões de euros

	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta
Desvios actuariais fora do corredor determinados de acordo com as regras do Banco de Portugal	26,6	159,9	133,3
Reservas de justo valor negativas em títulos de capital, líquidas de impostos diferidos	16,6	229,8	213,2
TOTAL	**43,2**	**389,7**	**346,5**

A diminuição de 346,5 milhões de euros nos fundos próprios de base representou, *ceteris paribus*, uma redução de aproximadamente 70 pontos de base no rácio *Tier I*.

Em consequência desta redução e considerando, quer as perspectivas de desenvolvimento da actividade do Grupo no médio prazo e demais condicionantes, quer ainda o cumprimento dos novos mínimos fixados para aquele indicador pelo Banco de Portugal a partir de Setembro de 2009, o Conselho de Administração decidiu submeter à aprovação na Assembleia-geral, a realizar em Março de 2009, uma proposta de aumento de capital do BES.

d. Resultados

Os impactos nos resultados do exercício directamente relacionados com o período de crise financeira podem detalhar-se como segue:
(i) falência do *Lehman Brothers Holdings Inc.* que originou perdas em obrigações emitidas por esta entidade, detidas em carteira e recebidas na sequência do exercício de operações de derivados de crédito, no valor de 67,8 milhões de euros;
(ii) colapso do sistema financeiro islandês que determinou perdas por imparidade no valor de 3,7 milhões de euros; e
(iii) acontecimentos relacionados com os fundos *Madoff* que se traduziram no reconhecimento de prejuízos no valor de 1,9 milhões de euros.

Todas estas perdas foram reconhecidas nos resultados do exercício de 2008 do Grupo BES não existindo quaisquer instrumentos mitigantes de risco associados às causas das perdas contabilizadas.

Adicionalmente, e como impacto indirecto do período de turbulência e da crise financeira, deu-se um agravamento generalizado dos spreads de crédito, com os seguintes impactos:
(i) agravamento no custo dos recursos em 19,2 milhões de euros decorrente do refinanciamento efectuado durante o ano e reflexo do aumento do prémio de risco;
(ii) perdas em *Asset Backed Securities* (*ABS*) no valor de 9,4 milhões de euros (ano de 2007: 1,4 milhões de euros) as quais resultaram exclusivamente da desvalorização dos preços de mercado. Neste *portfolio* não se registaram situações de *default*, nem perdas decorrentes de exposições a *sub-prime* ou *monolines*;
(iii) perdas realizadas e originadas pela reavaliação de activos registados ao justo valor no montante de 94 milhões de euros; e
(iv) ganhos decorrentes da reavaliação do passivo contabilizado ao justo valor, no montante de 96,7 milhões de euros.

As posições em balanço, relacionadas com os impactos acima referidos, no final do exercício de 2008 eram as seguintes:

milhares de euros

Instrumento	Valor de balanço	Valor de mercado	Rating (Moodys)	Rating (S&P)	Vintages	Seniority	País de origem
IMPACTOS DIRECTOS							
Obrigações - Lanis	11	11	D	D	1996	Subordinado	Islândia
Obrigações - Island Bank	268	268	D	D	2006	Senior	Islândia
Obrigações - Lehman Broters	8 752	8 752	D	D	2004-2007	Senior	EUA
Residencial Mortgage Backed Securities (RMBS) (a)	2 951	2 800	Aaa	AAA	2005	Rated	Reino Unido
Residencial Mortgage Backed Securities (RMBS) (a)	886	1 212	Aaa	AAA	2007	Rated	Irlanda
IMPACTOS INDIRECTOS							
Asset Backed Securities (ABS) (a)	12 229	12 775	Aaa	NR	2006	Rated	Irlanda
Asset Backed Securities (ABS)	1 865	1 865	A2	A-	2004	Rated	Países Baixos
Asset Backed Securities (ABS)	3 796	3 796	NR	BBB-	2005	Non Rated	Países Baixos
Asset Backed Securities (ABS)	4 094	4 094	Ba1	NR	2005	Rated	Irlanda
TOTAL	**34 852**	**35 573**					

(a) posições registadas em investimentos detidos até à maturidade.

O período de turbulência forçou ainda o reconhecimento de imparidade na carteira de títulos que se reflectiu num reforço de provisões em 58,1 milhões de euros. De igual modo, pela consolidação pelo método de equivalência patrimonial da BES Vida, o Grupo apropriou um prejuízo de 37,8 milhões de euros fortemente influenciado pela desvalorização de títulos.

7.1.6 Rendibilidade

O resultado consolidado proporcionou uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 9,8% e uma rendibilidade dos activos (ROA) de 0,56%, valores inferiores aos apurados no ano de 2007, que foram, respectivamente, de 16,6% e 0,98%.

valores em %

Desagregação da Rendibilidade	Dez. 07	Dez. 08	Var. (p.p.)
Taxa Activos Financeiros	5,87	6,10	0,23
- Taxa Passivos Financeiros	4,09	4,34	0,25
= Margem Financeira	**1,78**	**1,76**	**(0,02)**
+ Rendibilidade Serviços a clientes	1,20	1,03	(0,17)
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	0,75	0,27	(0,48)
= Margem de Negócio	**3,73**	**3,06**	**(0,67)**
- Relevância Custos Operativos	1,77	1,62	(0,15)
- Relevância Provisões	0,49	0,61	0,12
- Relevância Interesses Minoritários e Outros	0,34	0,18	(0,16)
= Rendibilidade dos Activos Financeiros	**1,13**	**0,65**	**(0,47)**
x Relevância Activos Financeiros	0,86	0,87	(0,01)
= RENDIBILIDADE DO ACTIVO (ROA)	**0,98**	**0,56**	**(0,43)**
x Multiplicador das Aplicações	17,00	17,32	0,32
= RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (ROE)	**16,59**	**9,76**	**(6,83)**

Os resultados alcançados pelo Grupo BES no exercício de 2008 colocam em evidência a resiliência do modelo de negócio e estratégia prosseguida. Num período marcado por resultados negativos dos bancos ou com quedas drásticas, o Grupo BES conseguiu alcançar um resultado de 402,3 milhões de euros.

O produto bancário comercial, ao aumentar 7,8% e acima dos custos operativos (5,4%) continuou a evidenciar condições para a criação recorrente de valor, cada vez mais assente na contribuição da área internacional.

A qualidade dos activos manteve-se sob controlo e o nível de provisionamento foi reforçado dada a actual situação económica mundial.

Os níveis de solvabilidade estão consistentemente acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal que aumentou de 6% para 8% o valor mínimo de *Tier I*, a observar a partir de Setembro de 2009. Conscientes deste novo desafio e dos riscos acrescidos que a crise financeira e económica desencadearão, o Conselho de Administração decidiu apresentar à Assembleia Geral uma proposta de aumento do capital social do Banco Espírito Santo. O encaixe que deverá proporcionar 1 200 milhões de euros permitirá ao Grupo ultrapassar estes novos desafios.

7.2 Análise Financeira do BES Individual

Como foi oportunamente divulgado, realizou-se a fusão por incorporação da Besleasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., entidade que já integrava o Grupo BES e cuja actividade era consolidada pelo método integral.

Esta operação, envolvendo a empresa do Grupo especializada no crédito em regime de locação financeira e no *factoring*, representou mais uma etapa na promoção de uma maior eficiência operativa, suportada por uma racionalização mais efectiva dos custos operativos, continuando a disponibilizar aos clientes as competências diferenciadoras do Grupo.

Como consequência desta fusão, os dados relativos a 31 de Dezembro de 2008 do Banco Espírito Santo incorporam os activos e passivos da Besleasing e Factoring, pelo que a sua comparação com a informação de 2007 deve ter em consideração este facto.

7.2.1 Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados (1)

Resultados e Rendibilidade	Simbol.	2004*	2005	2006	2007	2008
BALANÇO (milhões de euros)						
Activos Totais (2)	AT	43 370	59 643	68 773	80 015	89 641
Activo Líquido	AL	33 179	44 643	50 537	58 020	67 425
Activos Financeiros (valores médios)	AF	26 487	29 787	38 147	44 327	52 359
Capital e Reservas (valores médios)	KP	1 821	1 821	2 753	3 419	3 610
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)						
Resultado Financeiro	RF	398,7	412,9	627,2	723,9	799,1
Serviços Bancários a clientes	SB	342,8	327,9	394,8	404,2	408,9
Produto Bancário Comercial	PBC	741,5	740,8	1022,0	1128,1	1208,0
Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	271,2	260,4	176,6	367,1	71,9
Produto Bancário	PB	1 012,7	1 001,2	1 198,6	1 495,2	1 279,9
Custos Operativos	CO	554,4	547,4	663,0	724,1	765,9
Provisões e Impostos	PVI	254,4	263,7	278,1	276,4	302,1
Resultado do Exercício	RL	203,9	190,1	257,5	494,7	211,9
RENDIBILIDADE (%)						
Margem Financeira	RF / AF	1,51	1,39	1,64	1,63	1,53
Rendibilidade Serviços a clientes	SB / AF	1,29	1,10	1,03	0,91	0,78
Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / AF	1,02	0,87	0,46	0,83	0,14
Margem de Negócio	PB / AF	3,82	3,36	3,14	3,37	2,44
Relevância Custos Operativos	CO / AF	2,09	1,84	1,74	1,63	1,46
Relevância Provisões e Impostos	PVI / AF	0,96	0,89	0,73	0,62	0,58
Rendibilidade dos Activos Financeiros	RL / AF	0,77	0,64	0,68	1,12	0,40
Relevância Activos Financeiros	AF/ AL	0,86	0,87	0,86	0,85	0,85
Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / AL	0,66	0,56	0,58	0,94	0,34
Multiplicador Aplicações	AL / KP	16,96	18,73	16,12	15,32	17,03
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	11,20	10,44	9,35	14,47	5,87

(1) Os dados de Balanço de 2008 reflectem a integração da Besleasing e Factoring concretizada em 31/12/2008.
(2) Activo Líquido + Actividade Asset Management + Crédito Securitizado.

7.2.2 Actividade

O dinamismo do negócio mais directamente relacionado com clientes continuou a ser uma das características mais marcantes da actividade do BES, com o crédito a registar um crescimento de 18,1% (considerando os valores securitizados). Excluindo o crédito em locação financeira e o *factoring* resultante da fusão por incorporação referenciada, o crescimento terá rondado os 6,1%.

A dinâmica do crescimento do crédito não foi acompanhada por uma progressão semelhante na captação de recursos de balanço (2,4%). No entanto merece referência o facto de os depósitos de clientes terem registado um crescimento de 8,3%, enquanto a desintermediação, reflexo do desempenho negativo dos mercados financeiros, registou uma quebra de 5,0%.

milhões de euros

Evolução da Actividade	Dez. 07	Dez. 08	Variação
Activos Totais (1)	**80 015**	**89 641**	**12,0%**
Activo Líquido	**58 020**	**67 425**	**16,2%**
Crédito a clientes (incluindo securitizado)	**40 313**	**47 597**	**18,1%**
Crédito a Particulares	16 690	17 131	2,6%
- Habitação	14 091	14 428	2,4%
- Outro Crédito a Particulares	2 599	2 703	4,0%
Crédito a Empresas	23 623	30 466	29,0%
Recursos Totais de clientes (A+B)	**45 077**	**45 043**	**(0,1%)**
Recursos de clientes de Balanço (A)	**30 031**	**30 747**	**2,4%**
- Depósitos de clientes e similares (2)	26 592	26 032	(2,1%)
Depósitos	21 145	22 895	8,3%
Certificados de Depósito	5 447	3 137	(42,4%)
- Débitos representados por Títulos colocados em clientes	3 439	4 715	37,1%
Recursos de Desintermediação (B)	15 046	14 296	(5,0%)

(1) Activo Líquido + Actividade Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.
(2) Inclui: Recursos de clientes e Certificados de Depósito.

O crédito a empresas aumentou 6,8 mil milhões de euros assumindo o crescimento de 29,0%, fortemente influenciado pela incorporação da Besleasing e Factoring (10,8% excluindo este efeito).

O crédito à habitação representa 30% da carteira e o crédito a empresas mantém a maior representatividade atingindo 64% do total, continuando o BES a afirmar-se como uma instituição de forte implantação no tecido empresarial português. No decorrer do exercício foi realizada a sétima operação de securitização de crédito à habitação no valor de 1 900 milhões de euros.

O aperfeiçoamento sistemático de metodologias e processos, e a boa capacidade de avaliação do risco de crédito têm conduzido a uma melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco.

Qualidade de Activos	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a clientes (bruto)	33 364	39 677	6 313	18,9%
Crédito Vencido	442,9	605,4	162,5	36,7%
Crédito Vencido > 90 dias	398,4	506,7	108,3	27,2%
Crédito com Incumprimento (Banco de Portugal)[a]	565,8	736,3	170,5	30,1%
Provisões para Crédito	884,2	1055,4	171,2	19,4%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido/Crédito a clientes (bruto)	1,33	1,53	0,20p.p.	
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a clientes (bruto)	1,19	1,28	0,09p.p.	
Crédito com Incumprimento[a]/Crédito a clientes (bruto)	1,70	1,86	0,16p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito Vencido	199,5	174,3	(25,2)p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	222,1	208,3	(13,8)p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito com Incumprimento	156,2	143,3	(12,8)p.p.	
Provisões para Crédito/Crédito a clientes	2,65	2,66	0,01p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.

A qualidade da carteira de crédito pode ser aferida pela baixa sinistralidade, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias é de 1,3% (Dez, 07: 1,2%), com um elevado nível de cobertura por provisões, em 208% (Dez, 07: 222%). Apesar da diminuição do nível de cobertura de crédito vencido, é de assinalar o reforço do rácio de provisões em balanço em percentagem da carteira de crédito que era 2,66% em 2008. Este agravamento, reflexo da crise económica que se vem instalando, não obstou a que os rácios de cobertura continuem a situar-se em níveis significativos.

7.2.3 Resultados e Produtividade

O BES encerrou o exercício de 2008 com um resultado líquido de 211,9 milhões de euros, traduzindo uma redução de 57,2%.

Para o resultado obtido contribuiu de forma significativa a quebra de 80,4% verificada nos resultados de operações financeiras e diversos. Refira-se, no entanto, o crescimento de 7,1% do produto bancário comercial, totalmente suportado pelo resultado financeiro que registou um aumento de 10,4% em consequência do crescimento dos volumes médios intermediados.

O menor dinamismo dos serviços a clientes encontra-se influenciado pela *performance* negativa das comissões de empréstimos, de cartões e de produtos cujos resultados se encontram mais dependentes da actividade dos mercados (fundos de investimento, bancasseguros e serviços de títulos).

milhões de euros

Desagregação do Resultado	Dez. 07	Dez. 08	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Resultado Financeiro	**723,9**	**799,1**	**75,2**	**10,4**
+ Serviços a clientes	404,2	408,9	4,7	1,2
= Produto Bancário Comercial	**1 128,1**	**1 208,0**	**79,9**	**7,1**
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	367,1	71,9	(295,2)	(80,4)
= Produto Bancário	**1 495,2**	**1 279,9**	**(215,3)**	**(14,4)**
- Custos Operativos	724,1	765,9	41,8	5,8
= Resultado Bruto	**771,1**	**514,0**	**(257,1)**	**(33,3)**
- Provisões líquidas de Reposições	219,6	285,2	65,6	29,9
Crédito	170,1	209,2	39,1	23,0
Títulos	13,8	37,4	23,6	....
Outras	35,7	38,6	2,9	8,1
= Resultado antes de Impostos	**551,5**	**228,8**	**(322,7)**	**(58,5)**
- Impostos	56,8	16,9	(39,9)	(70,2)
= Resultado do Exercício	**494,7**	**211,9**	**(282,8)**	**(57,2)**

O esforço de provisionamento ascendeu a 285,2 milhões de euros, um crescimento homólogo de cerca de 30%, tendo as provisões para crédito aumentado 23% (209,2 milhões de euros) enquanto o reforço da imparidade para títulos atingiu 37,4 milhões de euros. As outras provisões incluem, nomeadamente, os encargos inerentes com os projectos de restruturação e provisões para imóveis recebidos em dação por incumprimento de crédito concedido.

A redução dos resultados do *trading*, por um lado e o alargamento da rede doméstica de balcões, por outro, influenciaram negativamente a evolução do *Cost to Income* total. No entanto, excluindo os resultados de *trading* , o *cost to income* reduziu-se de 64,2% (2007) para 63,4%.

Indicadores de Produtividade e Eficiência	Dez. 07	Dez. 08	Variação
Cost to Income (com mercados)	48,4%	59,8%	11,4p.p.
Cost to Income (sem mercados)	64,2%	63,4%	(0,8)p.p.
Activos Totais[(1)] por Empregado (€,000)	11 790	12 867	9,1%

(1) Activo líquido + Actividade *Asset Management* + Crédito Securitizado

7.2.4 Actividade das Sucursais

O BES dispõe de um conjunto de Sucursais no exterior, de entre as quais se destacam, pela dimensão e pelo posicionamento no desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo, as sucursais em Espanha, Londres e Nova Iorque.

Sucursal em Espanha
Através desta Sucursal o BES desenvolve a sua actividade nas áreas de banca patrimonial (afluentes), banca de empresas e *private banking*. O ano de 2008 foi um ano de consolidação, nomeadamente a nível organizativo, com a implementação de uma nova estrutura de directores territoriais que permite um maior enfoque na banca de aconselhamento. Na banca de empresas consolidou-se a abordagem integrada do Grupo às empresas na Península Ibérica, tendo sido efectuada uma adequação dos *spread* de crédito às condições de custo de *funding*, assistindo-se a uma moderação do crescimento do crédito tendo em conta as debilidades de mercado a nível mundial e concretamente em Espanha.

Sucursal em Londres
A actividade desta Sucursal centra-se no negócio de banca de *wholesale* no mercado europeu, sendo um importante dinamizador da expansão internacional do Grupo BES. Apesar das profundas alterações nos mercados financeiros, com a turbulência a intensificar-se desde meados do ano transacto, a Sucursal manteve um comportamento positivo. No âmbito da política de *funding*, destaque para a autonomia financeira, apesar da forte restrição de liquidez no mercado londrino. Como unidade de crédito especializado, tem tido uma actuação de enorme selectividade na concessão de crédito, mantendo uma conservadora política de gestão de risco. Embora com carácter residual, é de referir a prestação de serviços à comunidade portuguesa residente no Reino Unido e a oferta de diversos produtos de poupança e de financiamento nos mercados britânico e irlandês.

Sucursal em Nova Iorque
Esta Sucursal concentra a sua actividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil, presença que se tem revelado crucial na captação de recursos junto de clientes institucionais e *corporate* americanos, com destaque particular para os depósitos de clientes e para a colocação activa do programa de certificados de depósito e do programa de papel comercial. Apesar da evolução desfavorável dos mercados, a Sucursal registou neste período um forte incremento nos resultados, reforçando a sua posição no desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo. Também de referir que esta sucursal, não tem activos tóxicos em balanço nem participou em qualquer estrutura das designadas operações que afectaram o sector bancário nos EUA.

7.2.5 Outros

Em Março de 2008, o BES foi informado da intenção da sociedade PT.COM, Comunicações Interactivas, S.A., em alienar a totalidade da sua participação no BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A («BEST») à sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A. O BES, enquanto accionista maioritário do BEST, renunciou a exercer qualquer preferência na alienação da referida participação, através de uma deliberação do Conselho de Administração de 14 de Março de 2008, devidamente precedida da obtenção de um parecer favorável a tal decisão por parte da Comissão de Auditoria.

7.2.6 Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo

Nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 31.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral, a seguinte proposta de aplicação dos resultados do exercício:

	euros
Para reserva legal	22 000 000,00
Para distribuição aos Accionistas	80 000 000,00
Para outras reservas	109 877 805,11
Resultado Líquido	**211 877 805,11**

O dividendo relativo aos resultados de 2008 corresponde a um valor bruto por acção de 0,16 euros.

7.3 Análise Financeira das Principais Unidades de Negócio

7.3.1 Banca

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Sede Social: Rua Alexandre Herculano, 38, 1269 -161 Lisboa;
Capital Social: 70 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 100%

A actividade do BES Investimento decorreu sob condições extraordinariamente adversas para a economia em geral e para o sector financeiro e para a banca de investimento, em particular. Não obstante, e beneficiando de uma crescente diversificação de negócios e de áreas de actuação geográfica, o BES Investimento apresentou um produto bancário de 188,7 milhões de euros, apenas inferior em 6,3% ao do exercício precedente e um produto bancário comercial de 148,3 milhões de euros, uma subida de 5,2% face ao ano anterior. Esta *performance* positiva tendo em conta a conjuntura vivida nos mercados financeiros deve-se, sobretudo, à estratégia de expansão internacional, já que 61% do produto bancário foi gerado fora de Portugal.

A contribuição directa de 2008 apresentou um decréscimo de 14,5% face a 2007 devido ao grande acréscimo nas imparidades de activos registadas no exercício. O resultado líquido, no montante de 47,6 milhões de euros, apresentou uma redução de 34,9% face ao ano anterior.

Relativamente à *performance* das diversas áreas de negócio em 2008, destaca-se o seguinte: (i) Fusões e Aquisições: liderança do mercado Ibérico pela primeira vez em 2008, por nº de operações realizadas e por montante (em operações até USD 500 milhões) e concretização de mais de 49 operações a nível global (cerca de 4,6 mil milhões de euros); (ii) *Project Finance*: posição de referência a nível global nos sectores de energias renováveis e infra-estruturas de transporte (5ª posição nas *league tables* de *Global Renewables Sector* do "*Infrastructure Journal*"; (iii) *Acquisition Finance*: maior dinâmica no mercado português, realçando-se a liderança do financiamento total de 1200 milhões de euros, para a aquisição de parte dos activos eólicos da Enersis pela Iberwind; (iv) Mercado de Capitais – Renda Variável: participação em operações de relevo, em Portugal e no Brasil, com destaque para a liderança do IPO da EDP Renováveis (1567 milhões de euros); (v) Mercado de Capitais – Renda Fixa: montagem e agenciamento de 41 novos programas de Papel Comercial em Portugal, num total de 1500 milhões de euros; (vi) Corretagem: subida de um lugar nos *ranking* dos maiores operadores no mercado, tanto em Portugal (1º lugar com 11,7% de quota de mercado) como em Espanha (5º lugar com 5,6% de quota de mercado); (vii) *Private Equity*: actividade marcada pelo fecho da subscrição do ES Infrastructure Fund I (80,7 milhões de euros).

Valores Consolidados — milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	5 480 081	5 331 753	-2,7%
Capital e Reservas	277 086	230 461	-16,8%
Crédito a clientes (bruto)	1 469 570	1 749 855	19,1%
Depósitos de clientes	1 179 681	1 111 755	-5,8%
Produto Bancário	201 523	188 744	-6,3%
Resultado do Exercício	73 028	47 551	-34,9%

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.

Sede Social: Rua Hintze Ribeiro, 2–8, 9500 - 049 Ponta Delgada;
Capital Social: 17 500 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 57,53%

O ano de 2008 representou para o Banco Espírito Santo dos Açores o início de uma nova etapa na vida da instituição. Com os novos órgãos sociais eleitos em Assembleia-geral realizada em Fevereiro, o Banco procedeu à alteração da sua estrutura orgânica e inaugurou o seu primeiro Centro de Empresas, para além de ter aberto novos balcões em Angra do Heroísmo (Terceira) e na Madalena (Pico). Em paralelo, desenvolveram-se inúmeras acções de índole comercial, com destaque para a assinatura de diversos protocolos com empresas e instituições, e de apoio a diversas iniciativas de carácter social e cultural. Na área da emigração o Banco continuou a desenvolver iniciativas com vista a potenciar a aproximação aos emigrantes açorianos.

Ao nível da actividade salienta-se a evolução registada nos depósitos de clientes (+5,0%) e no crédito concedido a clientes (+14,4%), destacando-se o crescimento verificado no crédito à habitação (19,4%). O exercício encerrou com um activo líquido de 497,7 milhões de euros e um resultado líquido de 5,7 milhões de euros, o que representa um crescimento relativamente a 2007, de 16,3% e 12,4%, respectivamente.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	428 031	497 669	16,3%
Capital e Reservas	28 786	31 095	8,0%
Crédito sobre clientes (bruto)	328 685	376 158	14,4%
Depósitos de clientes	281 406	295 371	5,0%
Produto Bancário	16 120	16 704	3,6%
Resultado do Exercício	5 033	5 659	12,4%

Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.

Sede Social: Rua 1º Congresso nº 27, Ingombota – CP 6459 Luanda – Angola;
Capital Social: 10 milhões de $US (7 593 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 79,96%

O Banco Espírito Santo Angola consolidou durante o ano de 2008 o seu posicionamento de banco universal de referência no mercado angolano, destacando-se por manter, a par com a projecção de uma imagem de solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente, os melhores índices de rentabilidade e eficiência. A comprová-lo a atribuição em 2008 de três prémios: melhor banco a operar em Angola e melhor banco da África Sub-Sariana, atribuídos pela *Global Finance* e *EMEA Finance* e pela *World Finance*, respectivamente. Este posicionamento tem sido acompanhado com o aumento gradual da quota de mercado ao nível do activo e dos depósitos de clientes.

A estrutura comercial é composta por 28 balcões (18 dos quais em Luanda), dois centros de Empresas, um centro *Private* em Luanda e um Gabinete de Banca de Investimento. Na área de gestão de activos ficou formalmente constituída a BESAACTIF, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, a primeira sociedade gestora de fundos em actividade em Angola. Neste âmbito foi autorizado e constituído um fundo de investimento imobiliário fechado com a duração de cinco anos e cuja adesão superou as expectativas.

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo líquido ascendia a 3 529 milhões de euros, representando um acréscimo de 171% face ao exercício anterior; os recursos de clientes atingiram 1 681 milhões de euros (+103%); o crédito concedido a clientes e a carteira de títulos (constituída por dívida pública soberana) ascenderam a 1 180 milhões de euros e 1 674 milhões de euros, respectivamente, correspondendo a um crescimento homólogo de 104% e 231%.

O produto bancário ascendeu a cerca de 129 milhões de euros, que compara com 87 milhões de euros do exercício anterior (+49%), para o que contribuiu o aumento do resultado financeiro (+103%) e dos serviços a clientes (+19%). Apesar do crescimento dos custos operativos relacionado com o aumento significativo da actividade, o Banco apresenta elevados níveis de eficiência, traduzidos num Cost to Income de 32,6%, que compara com 38,0% do exercício anterior. O resultado do exercício ascendeu a 81,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 60%.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2007	2008	Variação
Activo Líquido	1 303 134	3 528 885	170,8%
Capital e Reservas	51 320	112 896	120,0%
Crédito sobre clientes (bruto)	578 363	1 180 271	104,1%
Depósitos de clientes	828 597	1 680 624	102,8%
Produto Bancário	86 585	128 784	48,7%
Resultado do Exercício	50 975	81 646	60,2%

* dados IFRS considerados para efeitos de consolidação.

Espírito Santo Bank

Sede Social: 1395 Brickell Avenue, Miami, Florida 133131, EUA;
Capital Social: 16 973 milhares de $US (12 296 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 98,45%

A actividade do ES Bank continuou a registar progressos, com a estrutura da carteira de crédito a evoluir com base em segmentos com melhor risco, apresentando um crescimento de 24,4% em relação ao final do exercício de 2007 (considerando valores em moeda local). Embora localizado em Miami, na Florida, esta unidade do Grupo BES não participou no mercado de crédito à habitação - *subprime* - ficando fora da zona afectada por este tipo de risco.

O resultado operacional registou uma melhoria suportada pelo aumento da margem financeira e pelo crescimento das comissões.

A *broker/dealer*, ES Financial Services, apresentou resultados superiores aos conseguidos no ano anterior, decorrente de uma oferta consistente e diversificada de produtos e de um trabalho efectivo junto dos clientes no sentido de satisfazer os seus objectivos financeiros numa conjuntura particularmente difícil.

Os activos sob gestão atingiram 795 milhões de dólares, um montante ligeiramente inferior ao registado no final de 2007, reflexo da crise dos mercados financeiros.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2007	2008	Variação
Activo Líquido	284 449	355 124	24,8%
Capital e Reservas	21 069	18 537	-12,0%
Crédito sobre clientes (bruto)	227 105	298 153	31,3%
Depósitos de clientes	216 627	287 893	32,9%
Resultado do Exercício	(3 465)	(1 352)	....

* dados IFRS considerados para efeitos de consolidação.

Banco Espírito Santo do Oriente, S.A.

Sede Social: Av. Dr. Mário Soares, n.º 323, Edifício Banco da China, 28tº A e E-F, Macau, China;
Capital Social: 200 milhões de MOP (18 961 milhares de euros); Participação do Grupo BES: 99,75%

Num contexto de forte instabilidade dos mercados financeiros e, por arrastamento, com implicações negativas na actividade económica dos EUA e da Europa, com efeito de contágio aos principais países asiáticos, o Banco Espírito Santo do Oriente continuou a aplicar uma grande selectividade e rigor na concessão de crédito e a privilegiar, como orientação prioritária, a captação de recursos junto de clientes.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) deverá, nos próximos anos, apresentar crescimentos económicos do PIB em torno dos 10%, fruto do crescimento dos sectores do Turismo, do Jogo/Entretenimento, da realização de um conjunto de obras infraestruturantes e da utilização de Macau como plataforma para a cooperação económica entre a República Popular da China e os países de Língua Portuguesa.

Em 2008 o Banco registou um crescimento sustentado da actividade, com o total do activo líquido a atingir o valor de 202,2 milhões de euros, representando um aumento de 26,4 %, comparativamente a 2007. O produto bancário registou uma diminuição de 32,1% e o resultado do exercício (base IFRS) cifrou-se em 368 milhares de euros, registando um decréscimo de 78,6%, explicado, essencialmente, pela variação negativa da reavaliação ao justo valor da nossa carteira de *Fixed Interest Rate Notes*. De referir o forte crescimento dos depósitos de clientes que registaram um aumento de 107,6%, em relação ao período homólogo do ano anterior.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	159 966	202 170	26,4%
Capital e Reservas	24 351	26 178	7,5%
Crédito sobre clientes (bruto)	116 943	153 227	31,0%
Depósitos de clientes	32 699	67 892	107,6%
Produto Bancário	3 697	2 510	-32,1%
Resultado do Exercício	1 723	368	-78,6%

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A.

Sede Social: 45, Avenue Georges Mandel, 75116 Paris, França;
Capital Social: 75 117 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 42,69%

Em 2008, as actividades da Banque Espírito Santo et de la Vénétie, apesar de desenvolvidas num contexto económico-financeiro bastante difícil, proporcionaram um resultado bruto de exploração de 23 milhões de euros, 14,3% superior ao de 2007. Tal foi conseguido em virtude do bom desempenho das áreas de financiamento estruturado e financiamento imobiliário, nas quais o respectivo produto bancário, apresentou um acréscimo de 21,6% e 14%, respectivamente. As actividades de banca de empresas e banca da comunidade portuguesa residente em França, cliente do BES em Portugal mantiveram-se em níveis sensivelmente idênticos aos do ano anterior.

Em 2008, o Banco procedeu à elaboração e lançamento de um plano estratégico a três anos, o qual assenta numa diversificação das linhas de negócio existentes, alargando a *expertise* a novos nichos sectoriais e disponibilizando equipas vocacionadas para o aconselhamento às empresas e para as actividades de *private banking*.

O produto bancário total atingiu o montante de 39,9 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 8,5%, face a 2007. O resultado líquido do exercício, calculado de acordo com as normas IFRS, situou-se nos 12,5 milhões de euros (face a 12,9 milhões de euros em 2007).

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2007	2008	Variação
Activo Líquido	1 282 358	1 331 405	3,8%
Capital e Reservas	80 234	114 496	42,7%
Crédito sobre clientes (bruto)	1 022 234	1 070 124	4,7%
Depósitos de clientes	179 750	188 655	5,0%
Produto Bancário	36 803	39 925	8,5%
Resultado do Exercício	12 889	12 483	-3,1%
Cost to Income	45,1%	42,0%	-3,1pp

* dados sociais de acordo com IFRS.

BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

Sede Social: Praça Marquês de Pombal nº 3-3º, , 1250 - 161 Lisboa;
Capital Social: 63 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 66,00%

A actividade desenvolvida em 2008 foi condicionada pela turbulência dos mercados financeiros e pelos seus reflexos negativos nos principais mercados financeiros mundiais, em especial no último trimestre do ano. Apesar dessa situação conjuntural, o Banco Best prosseguiu a estratégia de melhoria continua dos níveis de serviço e disponibilização de produtos e serviços ajustados ao enquadramento económico-financeiro, registando progressos nos principais indicadores, não só ao nível do resultado liquido que subiu 25,4% face ao ano anterior, mas também no número de novos clientes, que cresceu 11%, e no nível do volume dos activos de clientes que atingiu os 1 166 milhões de euros, representando um crescimento de 4% face ao ano anterior.

Para os resultados alcançados contribuiu um esforço de adequação contínua à conjuntura do mercado, com ajustes sucessivos na estratégia de gestão de oferta e na política comercial de forma a potenciar uma maior diversificação das aplicações financeiras dos clientes, nomeadamente através de produtos estruturados com variantes a nível de sectores de actividade e com diferentes configurações que incluíam prazos ou graus de protecção do capital diferenciados.

Na actividade de *Asset Management*, regista-se, segundo os últimos dados divulgados pela CMVM, um reforço da liderança do Banco Best na distribuição de fundos de investimento estrangeiros em Portugal, com uma quota de mercado de 29,1% no primeiro semestre de 2008.

Também na actividade de *trading* o Banco Best procedeu a um reforço significativo da oferta de produtos e serviços. De acordo com as últimas estatísticas divulgadas pela CMVM e referentes a Agosto de 2008, o Banco Best detinha uma quota de mercado de 32% nas transacções de derivados *on-line*, mantendo também a liderança neste segmento de actividade.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	409 932	612 825	49,5%
Capital e Reservas	19 571	21 585	10,3%
Crédito a clientes (bruto)	26 409	34 954	32,4%
Depósitos de clientes	374 871	533 358	42,3%
Produto Bancário	16 387	20 531	25,3%
Resultado do Exercício	1 893	2 374	25,4%
Recursos Totais de clientes	1 121 192	1 166 000	4,0%

Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.

Sede Social: Av. Álvares Cabral, 41, 1250 - 015 Lisboa;
Capital Social: 11 750 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 85,00%

O volume global de activos sob gestão da Espírito Santo Activos Financeiros, que exerce a sua actividade em Portugal, Espanha, Luxemburgo, Reino Unido, Angola e Brasil através de sociedades especializadas, atingiu cerca de 18,6 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 7,4% face ao ano anterior.

Ao nível dos fundos de investimento, o ano foi marcado pela reestruturação da oferta de produtos através do processo de fusão que envolveu dez fundos de investimento mobiliário. Por outro lado, de salientar o alargamento da oferta de produtos com o lançamento de oito novos fundos mobiliários especiais de investimento/flexíveis e ainda o lançamento de seis novos fundos imobiliários fechados de subscrição particular. No Luxemburgo, é de destacar o lançamento do Fundo Especial de Investimento Espírito Santo Rockefeller Global, S.A. SICAV SIF – Energy Fund, no final do ano. No Reino Unido, foi lançado o primeiro fundo através da Nau Capital que atingiu 200 milhões de euros. Em Angola, foi também lançado o primeiro fundo de investimento imobiliário, tendo o mesmo atingido, no final do ano, o montante de mais de 100 milhões de dólares. Em Espanha, o volume total de activos sob gestão fixou-se em mais de 1 700 milhões de euros.

No âmbito da internacionalização das suas actividades foi adquirida uma sociedade gestora no Brasil, denominada BESAF – BES Activos Financeiros Ltda, na qual participa indirectamente em 50% do capital.

O resultado consolidado do exercício da ESAF apresenta uma diminuição de 19,2% resultante da diminuição dos volumes sob gestão, reflexo da crise intensa vivida pelos mercados financeiros durante o ano de 2008.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	110 097	112 538	2,2%
Capital e Reservas	50 256	62 218	23,8%
Produto Bancário	51 114	47 371	-7,3%
Resultado do Exercício	27 556	22 256	-19,2%
Activos sob Gestão (M€)	20 131	18 629	-7,4%

7.3.3 Seguros

BES - Companhia de Seguros, S.A.

Sede Social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 11º, 1070 - 061 Lisboa;
Capital Social: 15 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 25,00%

A BES Seguros procurou dinamizar a actividade de servir os clientes particulares do BES, BES dos Açores e BEST com os produtos de seguros não vida. Neste sentido, reformulou a sua gama de produtos nos Seguros Auto e Casa, alargando ainda a oferta, com soluções complementares na área da Saúde e iniciando a comercialização do Seguro de Acidentes Pessoais. Também a plataforma telefónica operacional para *servicing* e venda de seguros não vida (BESdirecto Seguros) manteve a boa *performance* evidenciada no ano anterior. Em termos de produção, o número de contratos vendidos para estes produtos foi de cerca de 83 mil (+50% face a 2007). Considerando os contratos do Seguro de Protecção ao Crédito, o volume de contratos vendidos no ano ultrapassou, pela primeira vez, os 100 mil contratos.

Apesar deste excelente ritmo de actividade, os prémios brutos emitidos decresceram 3,0%, devido ao comportamento do Seguro Auto (-11,0%) e, sobretudo, do Seguro Protecção ao Crédito (-37,4%). Os custos com sinistros líquidos de resseguro cresceram 2,7%, chegando aos 42,1 milhões de euros, apresentando um bom comportamento técnico global, com destaque para o Seguro Auto.

Apesar dos impactos decorrentes do comportamento negativo verificado na generalidade dos mercados financeiros a BES Seguros conseguiu atingir um resultado líquido de 4,0 milhões de euros. O rácio combinado após resseguro manteve-se num excelente nível (91,7%), conseguindo mesmo uma melhoria face ao verificado em 2007 (92,1%).

O capital próprio, de 23,0 milhões de euros (-6,0%) está influenciado negativamente pela reserva de reavaliação devido à depreciação ocorrida na valorização da carteira de títulos. Esta situação não prejudicou a evolução favorável da solvência: o rácio de cobertura é de 178,3% (estimativa antes de eventual distribuição de resultados) quando em 2007 foi de 155,7%.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2007	2008	Variação
Activo Líquido	108 662	115 515	6,3%
Capital e Reservas	24 455	22 983	-6,0%
Prémios Brutos Emitidos	73 171	70 953	-3,0%
Custos com Sinistros, líquidos de resseguro	41 016	42 116	2,7%
Custos de Exploração líquidos	12 476	12 241	-1,9%
Resultado do Exercício	4 723	4 008	-15,1%

* dados de acordo com IFRS

BES Vida - Companhia de Seguros, S.A..

Sede Social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 95 – 11º, 1070 – 061 Lisboa;
Capital Social: 250 000 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 50,00%

Num ano marcado por uma forte perturbação dos mercados financeiros e da conjuntura económica, a BES VIDA continuou a desenvolver a sua actividade procurando consolidar a sua posição no mercado dos seguros Vida, sobretudo no mercado da "reforma", onde renovou a posição de liderança pelo 12º ano consecutivo. A produção total obtida foi de 1860 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 19,0% face a 2007. No segmento dos PPR´s, com uma produção de 735 milhões de euros (+23,6%), alcançou uma quota de mercado de 29,7%, mantendo a liderança neste segmento. Os produtos de Capitalização, com uma produção de 1063 milhões de euros (+16,9%), viram aumentar a sua quota de mercado para 14,1% (13,4% em 2007). O volume de prémios dos produtos tradicionais totalizou 62,0 milhões de euros (+4,1%), com uma quota de mercado nos 6,5% (7,1% em 2007). Também as Provisões Matemáticas, no montante de 7302 milhões de euros apresentam um acréscimo em relação a 2007 (+3,8%).

Paralelamente, no controlo dos custos operacionais, a BES Vida verificou um bom comportamento, apresentando uma redução de 14,1% em relação a 2007 nos gastos anuais.

No entanto, esta boa *performance* ao nível da produção e do controlo dos custos não foi suficiente para manter o resultado líquido ao nível do esperado devido ao comportamento da actividade financeira, decorrente do comportamento negativo verificado na generalidade dos mercados financeiros. De facto, a crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global, reduziram em mais de 95% os resultados desta área de actividade face ao ano anterior. Importa referir, neste contexto, o registo de imparidade no valor de 54,5 milhões de euros.

Assim, o resultado líquido da BES Vida é de cerca de 12,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 76,7% em relação ao verificado em 2007. O capital próprio atinge os 99,5 milhões de euros, que representa uma diminuição de 63,7% face a Dezembro de 2007. Esta diminuição é sobretudo consequência da redução da Reserva de Justo Valor, em resultado da queda registada nos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções. No entanto, apesar destes fortes impactos negativos, a solvência apresenta um excesso de cerca de 19 milhões de euros, com o rácio de cobertura de 110% a situar-se acima do limite dos 100%.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores*	2007	2008	Variação
Activo Líquido	7 602 418	7 699 814	1,3%
Capital e Reservas	272 854	99 501	-63,5%
Prémios Brutos Emitidos	493 331	570 639	15,7%
Custos com Sinistros líquidos de Resseguro	709 952	926 236	30,5%
Custos e Gastos de Exploração líquidos	39 106	42 693	9,2%
Resultado do Exercício	52 218	12 170	-76,7%

* dados sociais IFRS antes de ajustamentos para efeitos de consolidação

7.3.4 Crédito Especializado

Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.

Sede Social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 75 – 10º, 1070 - 061 Lisboa;
Capital Social: 7 500 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 23,00%

O ano de 2008 ficou marcado pelo abrandamento da economia, que se reflectiu inevitavelmente na *performance* comercial da Companhia, de uma forma mais marcada no segundo semestre. No entanto, manteve-se a preocupação com a prestação de um serviço de qualidade, que é uma referência no mercado de assistência em Portugal, procurando desta forma fidelizar a carteira de clientes existente. Em Setembro procedeu-se a um aumento do capital social para 7 500 milhares de euros, por incorporação de reservas, e alterou-se o objecto e denominação social para alargar a actividade a outros ramos para além da assistência. Esta medida permitirá complementar a gama de produtos existentes com coberturas adicionais, tornando a oferta mais competitiva perante a concorrência. O total de prémios brutos emitidos atingiu os 25,9 milhões de euros.

O comportamento da sinistralidade revelou um novo agravamento seguindo a tendência dos últimos anos e acentuando a pressão sobre a rentabilidade. Foram abertos cerca de 600 mil processos de assistência (+ 12%) e foram recebidas cerca de 1 725 milhares de chamadas (+ 9%).

Continuou-se a política de controlo de custos, com particular ênfase nos custos com sinistros, apesar da grande pressão colocada pelos prestadores de serviços de reboques que, em consequência da subida dos preços dos combustíveis no primeiro semestre e perante ameaças de paralisação, levaram a um aumento generalizado dos custos com estes serviços. Nos custos fixos de estrutura prosseguiu-se com o programa de racionalização iniciado em 2006. Apesar da conjuntura difícil os resultados financeiros mantiveram-se ao nível do exercício anterior, consequência da prudente política de investimentos adoptada e do recebimento de dividendos de uma das empresas participadas. O exercício encerrou com um resultado líquido de 1 581 milhares de euros (+ 30,6%).

Na vertente internacional, a filial brasileira apresentou novamente um resultado francamente positivo, com um crescimento considerável dos resultados operacionais; a subsidiária na Argentina quase duplicou o volume de negócios e triplicou os resultados e a filial do Chile, no terceiro ano de actividade, voltou a apresentar resultados positivos.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	30 362	32 072	5,6%
Capital e Reservas	8 464	8 818	4,2%
Prémios Brutos Emitidos	25 966	25 896	-0,3%
Resultado do Exercício	1 211	1 581	30,6%

Locarent – Companhia Poruguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Sede Social: Lagoas Park Edifício 11 – 3º Piso, 2740 - 244 Porto Salvo;
Capital Social: 5 250 milhares de euros; Participação do Grupo BES: 45,00%

O exercício de 2008 confirmou a consolidação da Locarent no mercado nacional de *renting* (AOV). Assim, num contexto marcado pelo abrandamento da economia e em particular do sector automóvel, a empresa atingiu uma frota sob gestão de 15 717 viaturas correspondente a 14% de crescimento face a 2007, sustentando o segundo lugar entre os *players* de mercado, com um resultado de exploração de 1 050 milhares de euros.

Concluído o ciclo de lançamento da empresa, novas metas se colocam visando:
- Angariação selectiva e rentável de cientes;
- Retenção de clientes;
- Melhoria da qualidade dos serviços.

A prossecução destes objectivos garantirá a sustentabilidade da empresa e a criação de valor para os accionistas.

milhares de euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2007	2008	Variação
Activo Líquido	289 289	320 322	10,7%
Capital e Reservas	3 064	5 221	70,4%
Imobilizado	260 587	278 946	7,0%
Resultado do Exercício	1 107	1 050	-5,1%

Notas Finais

8.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245ª do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. declara que:

I. as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;

II. as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. (Grupo BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro;

III. tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, dos capitais próprios e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas normas;

IV. o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do BES e do Grupo BES no exercício de 2008 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

8.2 Nota de Agradecimento

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo manifesta o reconhecimento da confiança que os clientes, Accionistas, Colaboradores e Autoridades de Supervisão depositaram no BES e nas demais instituições financeiras do Grupo.

A confiança dos nossos Clientes foi indispensável para que o Grupo continuasse a evoluir positivamente nas principais áreas de negócio; a confiança dos nossos Accionistas foi e continua a ser condição de sucesso do projecto empresarial Grupo BES; a participação e empenho dos Colaboradores foram indispensáveis para a afirmação da marca no mercado e serão determinantes para que o Grupo continue a progredir no futuro.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado ao Grupo Banco Espírito Santo.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Jean Frédéric de Leusse
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Bernard Delas
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Bernard Octave Mary[1]
Michel Goutorbe
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Megre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José Epifânio da Franca

[(1)] Bernard Octave Mary foi cooptado pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro 2008 para substituir Gilles Roland Maurice Jacquin de Margerie, cooptado pelo Conselho de Administração em 1 de Julho de 2008 para substituir Jean-Yves Hocher.

ISAAC JULIEN
1960, Londres, Reino Unido
Western Union Series No. 2
(Flight Towards Other Destinies 1), 2007
Transparência (Duratrans) por
revelação cromogénea, montada
em caixa de luz • 120 x 244 x 7 cm •
Edição 5/6

Courtesy Isaac Julien and
Galeria Helga de Alvear, Madrid; Copyright the Artist

02
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

BANCO ESPÍRITO SANTO

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

01	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	69
02	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	165
03	Anexo - Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	243
04	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	245
05	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais	248
06	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	250

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

1.1 Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2008

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2008
Juros e rendimentos similares	3 370 232	4 880 694
Juros e encargos similares	2 416 506	3 794 525
Margem financeira	**953 726**	**1 086 169**
Rendimentos de instrumentos de capital	49 959	91 856
Rendimentos de serviços e comissões	716 311	709 359
Encargos com serviços e comissões	104 434	110 153
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	65 864	(97 474)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	231 524	213 378
Resultados de reavaliação cambial	27 872	25 619
Resultados de alienação de outros activos	4 388	(2 480)
Outros resultados de exploração	24 095	(7 873)
Produto da actividade	**1 969 305**	**1 908 401**
Custos com pessoal	502 143	521 050
Gastos gerais administrativos	378 831	402 645
Amortizações do exercício	69 755	77 906
Provisões líquidas de reposições e anulações	25 408	19 846
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	213 184	274 431
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18 187	57 407
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 085	24 183
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	31 907	(20 290)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	**787 619**	**510 643**
Impostos		
Correntes	86 916	150 984
Diferidos	65 630	(67 486)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	**635 073**	**427 145**
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	116	(1 466)
Interesses minoritários	28 004	24 861
Resultado consolidado do exercício	**607 069**	**402 284**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

1.2 Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2008
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 361 218	2 027 318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	720 442	664 410
Activos financeiros detidos para negociação	3 847 233	3 690 162
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 426 704	2 161 813
Activos financeiros disponíveis para venda	6 238 889	7 094 111
Aplicações em instituições de crédito	8 210 331	4 531 983
Crédito a clientes	42 170 263	47 049 474
(Provisões)	*(990 395)*	*(1 148 065)*
Investimentos detidos até à maturidade	407 842	2 160 196
Activos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	211 890	936 290
Activos não correntes detidos para venda	279 408	148 372
Propriedades de investimento	-	-
Outros activos tangíveis	537 768	638 487
Activos intangíveis	91 171	124 216
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	573 700	644 506
Activos por impostos correntes	19 708	52 721
Activos por impostos diferidos	23 946	141 753
Outros activos	2 234 200	3 120 916
Total do Activo	**68 354 713**	**75 186 728**
Passivo		
Recursos de Bancos Centrais	1 887 622	4 810 458
(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)	*(71 102)*	*(1 440 505)*
Passivos financeiros detidos para negociação	1 257 201	1 914 423
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	7 096 649	7 681 738
Recursos de clientes e outros empréstimos	23 775 030	26 386 754
Responsabilidades representadas por títulos	24 313 591	24 596 682
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	286 940	727 475
Passivos não correntes detidos para venda	233 189	12 827
Provisões	143 950	131 211
Passivos por impostos correntes	71 136	89 515
Passivos por impostos diferidos	255 903	37 448
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	2 094 815	2 828 983
Outros passivos	1 524 980	1 316 270
Total do Passivo	**62 941 006**	**70 533 784**
Capital		
Capital	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	668 851	668 851
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	(41 437)	(29 838)
Acções preferenciais	600 000	600 000
Reservas de reavaliação	646 701	(266 334)
Outras reservas e resultados transitados	291 392	624 472
Resultado do exercício	607 069	402 284
Dividendos antecipados	-	-
Interesses minoritários	141 131	153 509
Total do Capital	**5 413 707**	**4 652 944**
Total do Passivo + Capital	**68 354 713**	**75 186 728**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

1.3 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Juros e proveitos similares	5	4 880 694	3 370 232
Juros e custos similares	5	3 794 525	2 416 506
Margem financeira		**1 086 169**	**953 726**
Rendimentos de instrumentos de capital		91 856	49 959
Rendimentos de serviços e comissões	6	709 359	716 311
Encargos com serviços e comissões	6	(110 153)	(104 434)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(97 474)	65 864
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	213 378	231 524
Resultados de reavaliação cambial	9	25 619	27 872
Resultados de alienação de outros activos		(4 153)	2 815
Outros resultados de exploração	10	(7 873)	24 095
Proveitos operacionais		**1 906 728**	**1 967 732**
Custos com pessoal	11	521 050	502 143
Gastos gerais administrativos	13	402 645	378 831
Depreciações e amortizações	25 e 26	77 906	69 755
Provisões líquidas de anulações	33	19 846	25 408
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	274 431	213 184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	57 407	18 187
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24 e 28	24 183	6 085
Custos operacionais		**1 377 468**	**1 213 593**
Alienação de subsidiárias e associadas	1	1 673	1 573
Resultados de associadas	27	(20 290)	31 907
Resultado antes de impostos		**510 643**	**787 619**
Impostos			
Correntes	34	150 984	86 916
Diferidos	34	(67 486)	65 630
		83 498	**152 546**
Resultado líquido do exercício		**427 145**	**635 073**
Atribuível aos accionistas do Banco		**402 284**	**607 069**
Atribuível aos interesses minoritários	38	**24 861**	**28 004**
		427 145	**635 073**
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0.81	1.22
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0.81	1.22

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	2 027 318	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	664 410	720 442
Activos financeiros detidos para negociação	17	3 690 162	3 847 233
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	2 161 813	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	19	7 094 111	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	20	4 531 983	8 210 331
Crédito a clientes	21	47 049 474	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	22	2 160 196	407 842
Derivados para gestão de risco	23	936 290	211 890
Activos não correntes detidos para venda	24	148 372	279 408
Outros activos tangíveis	25	638 487	537 768
Activos intangíveis	26	124 216	91 171
Investimentos em associadas	27	644 506	573 700
Activos por impostos correntes		52 721	19 708
Activos por impostos diferidos	34	141 753	23 946
Outros activos	28	3 120 916	2 234 200
Total de Activo		**75 186 728**	**68 354 713**
Passivo			
Recursos de bancos centrais	29	4 810 458	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 914 423	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	30	7 681 738	7 096 649
Recursos de clientes	31	26 386 754	23 775 030
Responsabilidades representadas por títulos	32	24 596 682	24 313 591
Derivados para gestão de risco	23	727 475	286 940
Passivos não correntes detidos para venda	24	12 827	233 189
Provisões	33	131 211	143 950
Passivos por impostos correntes		89 515	71 136
Passivos por impostos diferidos	34	37 448	255 903
Passivos subordinados	35	2 828 983	2 094 815
Outros passivos	36	1 316 270	1 524 980
Total de Passivo		**70 533 784**	**62 941 006**
Capital Próprio			
Capital	37	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	37	668 851	668 851
Acções próprias	37	(29 838)	(41 437)
Acções preferenciais	37	600 000	600 000
Reservas de justo valor	38	(266 334)	646 701
Outras reservas e resultados transitados	38	624 472	291 392
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		402 284	607 069
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		**4 499 435**	**5 272 576**
Interesses minoritários	38	153 509	141 131
Total de Capital Próprio		**4 652 944**	**5 413 707**
Total de Passivo e Capital Próprio		**75 186 728**	**68 354 713**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**2 500 000**	**668 851**	**(63 732)**	**600 000**	**512 042**	**97 997**	**420 714**	**4 735 872**	**86 579**	**4 822 451**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	134 659	-	-	134 659	18 685	153 344
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	3 455	-	3 455	(2 106)	1 349
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	1 030	-	1 030	-	1 030
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	607 069	607 069	28 004	635 073
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**134 659**	**4 485**	**607 069**	**746 213**	**44 583**	**790 796**
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	222 390	(222 390)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(198 324)	(198 324)	-	(198 324)
Dividendos de acções preferenciais (b)	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 37)	-	-	22 295	-	-	-	-	22 295	-	22 295
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	9 969	9 969
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**2 500 000**	**668 851**	**(41 437)**	**600 000**	**646 701**	**291 392**	**607 069**	**5 272 576**	**141 131**	**5 413 707**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(913 035)	-	-	(913 035)	(22 136)	(935 171)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	(2 170)	-	(2 170)	(3 790)	(5 960)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	517	-	517	-	517
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	402 284	402 284	24 861	427 145
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**(913 035)**	**(1 653)**	**402 284**	**(512 404)**	**(1 065)**	**(513 469)**
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	368 213	(368 213)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(238 856)	(238 856)	-	(238 856)
Dividendos de acções preferenciais (b)	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 37)	-	-	11 599	-	-	-	-	11 599	-	11 599
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 38)								-	13 443	13 443
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**2 500 000**	**668 851**	**(29 838)**	**600 000**	**(266 334)**	**624 472**	**402 284**	**4 499 435**	**153 509**	**4 652 944**

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,48 euros e 0,40 euros pagos às acções em circulação em 2008 e 2007, respectivamente

(b) Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às acções preferenciais emitidas pela BES Finance (Nota 37)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		4 782 932	3 258 653
Juros e custos pagos		(3 733 296)	(2 306 283)
Serviços e comissões recebidas		723 499	747 787
Serviços e comissões pagas		(112 970)	(112 987)
Recuperações de créditos		21 954	34 857
Contribuições para o fundo de pensões		(537 882)	(42 951)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(475 620)	(802 110)
		668 617	**776 966**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		2 650 532	(112 707)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(164 940)	634 547
Aplicações em instituições de crédito		3 675 088	(614 065)
Recursos de instituições de crédito		553 681	1 100 195
Crédito a clientes		(5 052 512)	(7 410 850)
Recursos de clientes e outros empréstimos		2 588 770	1 776 876
Derivados para gestão do risco		7 000	(11 968)
Outros activos e passivos operacionais		(855 782)	(709 327)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**4 070 454**	**(4 570 333)**
Impostos sobre os lucros pagos		(165 618)	(60 750)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**3 904 836**	**(4 631 083)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(74 756)	(43 140)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		6 133	12 107
Dividendos recebidos		120 444	83 208
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(26 539 016)	(13 782 478)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		24 174 702	12 823 589
Investimentos detidos até à maturidade		(1 188 807)	119 434
Compra de imobilizações		(228 762)	(307 536)
Venda de imobilizações		522	3 367
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**(3 729 540)**	**(1 091 449)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		11 997 337	9 467 710
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(12 192 096)	(3 202 094)
Emissão de passivos subordinados		780 882	21 134
Reembolso de passivos subordinados		(154 456)	(129 690)
Acções próprias		11 599	22 295
Dividendos de acções ordinárias pagos		(238 856)	(198 324)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**170 930**	**5 947 551**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**346 226**	**225 019**
Caixa e equivalentes no início do período		**1 582 916**	**1 372 190**
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(5 380)	(14 293)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		346 226	225 019
Caixa e equivalentes no fim do período		**1 923 762**	**1 582 916**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	249 979	277 260
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 777 339	1 083 958
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(767 966)	(498 744)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	664 410	720 442
Total		**1 923 762**	**1 582 916**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 - Actividade e Estrutura do Grupo

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas as acções ordinárias se encontram cotadas na Euronext. Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de valores do Luxemburgo 600 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 803 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de Dezembro de 2007: 757), incluindo sucursais no exterior em Londres, Madrid, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de Consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	**1937**	**-**	**Portugal**	**Banca**		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	79,33%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
ES Tech Ventures, SGPS, SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Banco Espirito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
Espírito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40,96%	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,90%	Integral
Espírito Santo Data, SGPS, SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
Cêntimo, SGPS, SA (CÊNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81%	Integral
Fundo de Capital de Risco - FIQ Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,90%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

b) Sub-grupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	**1993**	**1997**	**Portugal**	**Banca de investimento**	**100%**	**Integral**
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, SA	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,5%	Eq. Patrimonial
Coporgest	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25%	Eq. Patrimonial
Neumáticos Andrés Investment, SA	2006	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68%	Eq. Patrimonial [a)]
Synergy Industry and Technology, SA	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	18,67%	Eq. Patrimonial [a)]
Salgar Investments, S.L.	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	23,58%	Eq. Patrimonial
Só Peso Restauração e Hotelaria, SA	2006	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77%	Eq. Patrimonial [a)]
ESSI Comunicações SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI SGPS, SA	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Concordia - Espírito Santo Investment	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	85,42%	Integral
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Morumbi Capital Fund	2005	2005	Ilhas Caimão	Fundo	95,16%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI FIN, SGPS, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Company, SP	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Capital SP	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Management Company, SP	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25%	Eq. Patrimonial
Espirito Santo Investimentos, Ltda	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BES Investimento do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
Espírito Santo Capital Brasil, SA	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	90%	Integral
BES Securities do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
Gespar S/C, Ltda.	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	82,50%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
BRB Internacional, SA	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, SA	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
Cominvest- SGII, SA	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral
Kutaya	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	**2006**	**2006**	**Alemanha**	**Gestão de participações sociais**	**100%**	**Integral**
Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA (ESAF)	**1992**	**1992**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**85%**	**Integral**
Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espírito Santo Fundo de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Capital Mais - Assessoria Financeira, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
Espirito Santo International Asset Management, Ltd.	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - International Distributors Associates, Ltd	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ESAF - Alternative Asset Management, Ltd	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Espírito Santo Data, SGPS, SA (ESDATA)	**1989**	**1995**	**Portugal**	**Prestação de serviços informáticos**	**100%**	**Integral**
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,67%	Eq. Patrimonial
ES Tech Ventures, SGPS, SA (ESTV)	**2000**	**2000**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**100%**	**Integral**
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SGPICE Soc. de Serviços de Gestão	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	**2006**	**2006**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**58,79%**	**Integral**
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	EUA	Gestão de participações sociais	58,79%	Integral
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,99%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	14,69%	Eq. Patrimonial a)
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	16,04%	Eq. Patrimonial a)
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	23,53%	Eq. Patrimonial
Multiwave Photonics, SA	2003	2008	Portugal	Tecnologias de informação	12,20%	Eq. Patrimonial a)
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	21,16%	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME / BES	**1997**	**1997**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**57,09%**	**Integral**
Decomed, SGPS	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	12,15%	Eq. Patrimonial a)
Sopratutto Café, SA	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
Enkrott SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13%	Eq. Patrimonial a)
Rodi - Sinks & Ideas, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	25,29%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Activos Financieros, SA	**1988**	**2000**	**Espanha**	**Gestão de activos**	**92,50%**	**Integral**
Espírito Santo Gestion, SA, SGIIC	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Espírito Santo Pensiones, SGFP, SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	92,50%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	**1963**	**2000**	**Estados Unidos**	**Banca**	**98,45%**	**Integral**
ES Financial Services, Inc.	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	79,25%	Integral
Tagide Properties, Inc.	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	98,45%	Integral
Espírito Santo Representaciones	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	98,45%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	**2002**	**2003**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**40,96%**	**Integral**
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	8,19%	Eq. Patrimonial a)
Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA	2007	2008	Portugal	Concessionária de auto-estradas	16,38%	Eq. Patrimonial a)
Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, SA	2000	2000	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17%	Eq. Patrimonial a)
Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	2001	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17%	Eq. Patrimonial a)
Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, SA	2002	2002	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17%	Eq. Patrimonial a)

a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, o Grupo consolida entidades de finalidade especial, constituídas no âmbito das operações de titularização as quais são referidas na Nota 42.

No decorrer do exercício de 2008 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BES, das quais se destacam as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- Constituição em 14 de Março de 2008 da BESAACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA, detida pelo BES Angola e ESAF em 62% e 35%, respectivamente. Esta subsidiária encontra-se sediada em Angola, e consolida integralmente no Grupo BES;
- Em Julho de 2008, o BES alienou a participação de 35% que detinha na ES *Contact Center* – Gestão de *Call Centers*, SA. à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA., mantendo o Grupo BES 41,67% da empresa por via da participação detida pela ESTV. A ESCC a partir dessa data, passou a ser incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial;
- No âmbito do processo de fusão da ES Concessões e da OPCA – GEST – Gestão, Exploração e Administração de Concessões, Obras Públicas, SA., concretizado em 11 de Dezembro de 2008, ocorreu um aumento de capital da primeira sociedade, passando o BES a deter 40,96% da ES Concessões;
- Em 30 de Dezembro de 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da BES Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA. no BES. Desta fusão não resultou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Empresas associadas (ver Nota 27)

- Aquisição, em Fevereiro de 2008, pela ES Concessões, de 20% do capital social da Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV, pelo valor de 35 056 milhares de euros;
- Em Março de 2008, a ES Concessões passou a consolidar pelo método de equivalência patrimonial a participação representativa de 40% do capital social da Meeseway - Concessões de Transportes, com um valor de aquisição de 2 000 milhares de euros. Em Junho de 2008, esta empresa alterou a denominação social para Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA.;
- No âmbito da fusão da ES Concessões com a OPCA – GEST, as participações nas sociedades Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, SA., Lusoscut Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA. e Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, SA passaram a ser consolidadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Alienação, em Maio de 2008, da participação detida pelo Fundo FCR/PME/BES na Carlua, SGPS, SA, gerando uma mais valia de 967 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 1 673 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 573 milhares de euros) da rubrica ganhos na alienação de subsidiárias e associadas refere-se aos ganhos obtidos na alienação das seguintes participações:

milhares de euros

	Empresa do Grupo detentora da participação	31.12.2008		31.12.2007	
		% de participação alienada	Mais valia	% de participação alienada	Mais valia
Carlua, SGPS, SA	Fundo FCR PME / BES	18,34%	967	-	-
ESCC	BES	35,00%	680	-	-
Inovamais, SA	Fundo de Capital de Risco FIQ Ventures II	20,00%	13	-	-
Inova Europe, SPA	Fundo de Capital de Risco FIQ Ventures II	20,00%	7	-	-
Invent, SA	Fundo de Capital de Risco FIQ Ventures II	20,00%	6	-	-
Sopratutto Café 2, SA	Fundo FCR PME / BES	-	-	49,00%	1 013
Sotancro, SA	BESI	-	-	44,83%	346
Água Mais	Fundo FCR PME / BES	-	-	29,95%	214
			1 673		**1 573**

Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008, o Grupo adoptou as alterações ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações, relativas à transferência de activos financeiros

entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, o Grupo adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias (ver política contabilística descrita na Nota 2.6). Os efeitos decorrentes da aplicação em 2008 destas alterações encontram-se incluídos na Nota 22.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2008 a IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, a IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve efeito significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de Fevereiro de 2009.

2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias
São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas
São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos orgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas desde 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação
Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)
Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)
Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6 Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Activos financeiros ao justo valor através de resultados
Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:
- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 23 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

• Investimentos detidos até à maturidade
Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Activos financeiros disponíveis para venda
Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados e outros títulos de capital.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração ao IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Na sequência da publicação desta alteração ao IAS 39, o Grupo procedeu, no quarto trimestre do ano, à transferência de activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de justo valor através de resultados para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade.

De acordo com as disposições transitórias desta alteração ao IAS 39, as transferências realizadas até 31 de Outubro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos determinado com referência a 1 de Julho de 2008, e as transferências realizadas após aquela data foram efectuadas com base no justo valor determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o valor nominal dos activos, será reconhecida em resultados até à maturidade dos activos, com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os

activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento por perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7 Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5- Activos não correntes derivados para venda são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.23.

2.12 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Números de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.
Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15 Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral de Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BES.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida

do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro. Baseado em acções o justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados como custo com pessoal ao longo do período de serviço definido como 3 anos. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos Membros Executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento finan-

ceiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver nota 2.4) a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23 Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.24 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

Nota 3 - Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em 2007) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em 2007);
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercados (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5 Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.6 Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 - Reporte por Segmentos

A actividade do Grupo BES encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

(i) Banca de empresas e particulares: respeita à totalidade das operações efectuadas pelas unidades do Grupo especialmente vocacionadas para o negócio com empresas (empréstimos, financiamento de projectos, garantias, entre outras) e operações efectuadas com particulares, nomeadamente ao nível da concessão de crédito e captação de recursos;

(ii) Banca de investimento: inclui a actividade da banca de investimento, nomeadamente estruturação de fusões e aquisições, montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e análises;

(iii) Gestão de activos: inclui a actividade de gestão de fundos de investimentos e de gestão de patrimónios;

(iv) Crédito especializado: *leasing/factoring* – inclui as operações efectuadas no âmbito do *leasing* e do *factoring*;

(v) Outros: inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

milhares de euros

	31.12.2008											
	Actividade Doméstica						Actividade Internacional				Intragrupo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Total		
Juros e proveitos similares	5 128 979	148 699	3 055	248 355	2 802	5 531 890	1 113 156	154 293	694	1 268 143	(1 919 339)	4 880 694
Juros e custos similares	4 348 613	120 133	(17)	213 494	16 359	4 698 582	883 063	131 760	225	1 015 048	(1 919 105)	3 794 525
Margem financeira	**780 366**	**28 566**	**3 072**	**34 861**	**(13 557)**	**833 308**	**230 093**	**22 533**	**469**	**253 095**	**(234)**	**1 086 169**
Rendimentos de instrumentos de capital	86 537	3 680	-	-	1 619	91 836	20	-	-	20	-	91 856
Rendimentos de serviços e comissões	469 416	64 673	58 555	6 475	1 615	600 734	104 242	39 193	29 792	173 227	(64 602)	709 359
Encargos com serviços e comissões	(94 139)	(6 417)	(25 142)	(2 360)	(1 937)	(129 995)	(25 673)	(5 109)	(13 530)	(44 312)	64 154	(110 153)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(121 692)	(150 758)	(169)	-	502	(272 117)	(1 551)	176 194	-	174 643	-	(97 474)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	174 286	(5 608)	-	-	20 927	189 605	(3 399)	27 172	-	23 773	-	213 378
Resultados de reavaliação cambial	8 010	129 005	(37)	7	4 004	140 989	20 314	(135 913)	229	(115 370)	-	25 619
Resultados de alienação de outros activos financeiros	(356)	(634)	15	15	(2 270)	(3 230)	(923)	-	-	(923)	-	(4 153)
Outros resultados de exploração	52 568	1 612	520	5 302	16 269	76 271	(6 944)	(9 808)	(192)	(16 944)	(67 200)	(7 873)
Proveitos operacionais	**1 354 996**	**64 119**	**36 814**	**44 300**	**27 172**	**1 527 401**	**316 179**	**114 262**	**16 768**	**447 209**	**(67 882)**	**1 906 728**
(Proveitos operacionais Externos)	1 286 041	65 183	55 113	160 795	33 086	1 600 218	168 235	114 262	24 013	306 510	-	1 906 728
(Proveitos operacionais Intersegmentos)	(68 955)	1 064	18 299	116 495	5 914	72 817	(147 944)	-	7 245	(140 699)	67 882	-
Custos com pessoal	372 485	26 804	8 007	4 781	6 779	418 856	69 822	29 558	3 995	103 375	(1 181)	521 050
Gastos gerais administrativos	355 438	18 997	5 822	9 785	11 247	401 289	51 614	13 223	3 220	68 057	(66 701)	402 645
Depreciações e amortizações	59 993	1 319	511	1 019	1 812	64 654	11 806	1 169	277	13 252	-	77 906
Provisões líquidas de anulações	19 879	2 091	(75)	2 218	-	24 113	(4 267)	-	-	(4 267)	-	19 846
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	193 376	1 922	-	4 009	-	199 307	69 900	5 224	-	75 124	-	274 431
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	37 990	17 912	-	125	1 380	57 407	-	-	-	-	-	57 407
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20 400	2 619	-	419	-	23 438	745	-	-	745	-	24 183
Custos operacionais	**1 059 561**	**71 664**	**14 265**	**22 356**	**21 218**	**1 189 064**	**199 620**	**49 174**	**7 492**	**256 286**	**(67 882)**	**1 377 468**
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 673	1 673	-	-	-	-	-	1 673
Resultados de associadas	-	-	-	-	(24 900)	(24 900)	4 610	-	-	4 610	-	(20 290)
Resultado antes de impostos	**295 435**	**(7 545)**	**22 549**	**21 944**	**(17 273)**	**315 110**	**121 169**	**65 088**	**9 276**	**195 533**	**-**	**510 643**
Impostos												
Correntes	87 375	4 758	6 495	7 703	8 333	114 664	4 934	29 181	2 205	36 320	-	150 984
Diferidos	(54 682)	(3 011)	4	(1 502)	(4 930)	(64 121)	10 344	(13 709)	-	(3 365)	-	(67 486)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	**262 742**	**(9 292)**	**16 050**	**15 743**	**(20 676)**	**264 567**	**105 891**	**49 616**	**7 071**	**162 578**	**-**	**427 145**
Interesses minoritários	5 499	(18)	-	-	-	5 481	16 549	2 822	9	19 380	-	24 861
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	**257 243**	**(9 274)**	**16 050**	**15 743**	**(20 676)**	**259 086**	**89 342**	**46 794**	**7 062**	**143 198**	**-**	**402 284**
Outras Informações												
Activo líquido	86 315 344	3 676 464	85 510	4 430 916	873 431	95 381 665	20 271 460	1 682 994	38 526	21 992 980	(42 187 917)	75 186 728
Valor em balanço de empresas associadas	-	-	-	-	[a] 580 319	580 319	64 187	-	-	64 187	-	644 506
Passivo	83 279 076	3 473 162	17 354	4 340 613	335 297	91 445 502	19 688 236	1 571 085	16 878	21 276 199	(42 187 917)	70 533 784
Investimento em activos tangíveis	68 081	3 874	387	6 161	346	78 849	86 487	-	55	86 542	-	165 391
Investimento em activos intangíveis	50 647	1 832	339	178	-	52 996	10 158	-	217	10 375	-	63 371

a) inclui o investimento na BES-Vida no valor de 367 416 milhares de euros (ver Nota 27)

milhares de euros

	31.12.2007											
	Actividade Doméstica						Actividade Internacional				Intragrupo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Total		
Juros e proveitos similares	3 664 372	139 377	2 195	202 426	2 136	4 010 506	875 437	125 656	478	1 001 571	(1 641 845)	3 370 232
Juros e custos similares	2 928 888	118 127	-	164 104	6 485	3 217 604	724 688	115 926	133	840 747	(1 641 845)	2 416 506
Margem financeira	**735 484**	**21 250**	**2 195**	**38 322**	**(4 349)**	**792 902**	**150 749**	**9 730**	**345**	**160 824**	**-**	**953 726**
Rendimentos de instrumentos de capital	48 458	1 123	-	-	358	49 939	20	-	-	20	-	49 959
Rendimentos de serviços e comissões	434 884	71 850	70 034	6 581	1 306	584 655	93 419	52 630	29 856	175 905	(44 249)	716 311
Encargos com serviços e comissões	(68 320)	(9 811)	(33 419)	(1 792)	(51)	(113 393)	(15 301)	(7 456)	(13 138)	(35 895)	44 854	(104 434)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	86 822	(5 281)	-	44	(3 187)	78 398	(3 303)	(9 231)	-	(12 534)	-	65 864
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	176 409	7 597	-	3	701	184 710	(413)	47 227	-	46 814	-	231 524
Resultados de reavaliação cambial	(19 055)	(15 100)	(9)	(4)	(1 412)	(35 580)	23 616	40 077	(241)	63 452	-	27 872
Resultados de alienação de outros activos financeiros	169	2 373	-	1	-	2 543	271	-	1	272	-	2 815
Outros resultados de exploração	55 411	3 529	776	5 828	17 077	82 621	(3 258)	(5 052)	(149)	(8 459)	(50 067)	24 095
Proveitos operacionais	**1 450 262**	**77 530**	**39 577**	**48 983**	**10 443**	**1 626 795**	**245 800**	**127 925**	**16 674**	**390 399**	**(49 462)**	**1 967 732**
(Proveitos operacionais Externos)	1 393 849	88 781	67 332	109 650	9 113	1 668 725	147 544	127 925	23 538	299 007	-	1 967 732
(Proveitos operacionais Intersegmentos)	(56 413)	11 251	27 755	60 667	(1 330)	41 930	(98 256)	-	6 864	(91 392)	49 462	-
Custos com pessoal	362 602	27 337	7 945	4 891	9 065	411 840	59 720	29 256	2 622	91 598	(1 295)	502 143
Gastos gerais administrativos	321 956	15 992	5 283	8 798	10 439	362 468	50 626	12 208	1 696	64 530	(48 167)	378 831
Depreciações e amortizações	55 298	1 097	338	902	483	58 118	10 272	1 220	145	11 637	-	69 755
Provisões líquidas de anulações	26 032	1 624	(526)	-	-	27 130	(2 009)	-	287	(1 722)	-	25 408
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	172 578	(899)	-	13 110	-	184 789	28 049	346	-	28 395	-	213 184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	14 467	(502)	-	236	3 986	18 187	-	-	-	-	-	18 187
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 331	-	(8)	(238)	-	6 085	-	-	-	-	-	6 085
Custos operacionais	**959 264**	**44 649**	**13 032**	**27 699**	**23 973**	**1 068 617**	**146 658**	**43 030**	**4 750**	**194 438**	**(49 462)**	**1 213 593**
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 573	1 573	-	-	-	-	-	1 573
Resultados de associadas	-	-	-	-	26 751	26 751	5 156	-	-	5 156	-	31 907
Resultado antes de impostos	**490 998**	**32 881**	**26 545**	**21 284**	**14 794**	**586 502**	**104 298**	**84 895**	**11 924**	**201 117**	**-**	**787 619**
Impostos												
Correntes	58 750	(21 358)	7 336	8 244	4 119	57 091	2 130	24 812	2 883	29 825	-	86 916
Diferidos	24 806	29 304	17	(1 983)	3 068	55 212	10 418	-	-	10 418	-	65 630
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	**407 442**	**24 935**	**19 192**	**15 023**	**7 607**	**474 199**	**91 750**	**60 083**	**9 041**	**160 874**	**-**	**635 073**
Interesses minoritários	8 840	(215)	-	-	-	8 625	10 764	8 602	13	19 379	-	28 004
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	**398 602**	**25 150**	**19 192**	**15 023**	**7 607**	**465 574**	**80 986**	**51 481**	**9 028**	**141 495**	**-**	**607 069**
Outras informações												
Activo líquido	79 757 826	3 252 663	85 296	3 967 247	848 176	87 911 208	17 412 351	2 243 146	38 313	19 693 810	(39 250 305)	68 354 713
Valor em balanço de empresas associadas	-	-	-	-	533 614	[(a)] 533 614	40 086	-	-	40 086	-	573 700
Passivo	76 020 596	3 072 567	21 466	3 885 633	216 497	83 216 759	16 947 279	2 009 317	17 956	18 974 552	(39 250 305)	62 941 006
Investimento em activos tangíveis	117 206	2 116	510	208	1 112	121 152	18 254	-	61	18 315	-	139 467
Investimento em activos intangíveis	35 653	744	544	336	1 836	39 113	12 420	-	18	12 438	-	51 551

(a) inclui o investimento na BES-Vida no valor de 457 992 milhares de euros (ver Nota 27)

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

milhares de euros

	31.12.2008									
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado líquido do exercício	259 086	1 261	8 997	41 711	12 101	29 812	48 247	701	368	402 284
Activo líquido	53 193 748	6 336 063	79 215	8 473 771	2 190 626	1 027 561	3 530 153	153 421	202 170	75 186 728
Investimentos em activos tangíveis	78 849	1 438	-	136	167	-	84 750	19	32	165 391
Investimentos em activos intangíveis	52 996	4 936	-	-	-	-	5 438	-	1	63 371

milhares de euros

	31.12.2007									
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado líquido do exercício	465 574	15 165	12 275	44 350	1 928	32 224	33 542	288	1 723	607 069
Activo líquido	54 798 059	5 732 288	61 068	3 711 852	1 505 628	1 045 003	1 275 326	65 734	159 755	68 354 713
Investimentos em activos tangíveis	121 152	6 372	-	-	24	-	11 914	-	5	139 467
Investimentos em activos intangíveis	39 113	4 743	-	-	3	-	7 690	-	2	51 551

Nota 5 - Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 817 592	87 295	2 904 887	2 271 698	6 776	2 278 474
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	377 939	377 939	-	412 491	412 491
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	295 200	40 206	335 406	339 457	1 315	340 772
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	219 254	-	219 254	167 182	-	167 182
Juros de derivados para gestão de risco	-	992 874	992 874	-	122 201	122 201
Outros juros e proveitos similares	50 334	-	50 334	49 112	-	49 112
	3 382 380	**1 498 314**	**4 880 694**	**2 827 449**	**542 783**	**3 370 232**
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1 152 449	206 587	1 359 036	877 271	209 918	1 087 189
Juros de recursos de clientes	660 618	16 941	677 559	532 630	4 836	537 466
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	474 971	22 592	497 563	452 777	-	452 777
Juros de passivos subordinados	96 394	33 558	129 952	106 561	10 895	117 456
Juros de derivados para gestão de risco	-	1 111 254	1 111 254	-	219 490	219 490
Outros juros e custos similares	19 161	-	19 161	2 128	-	2 128
	2 403 593	**1 390 932**	**3 794 525**	**1 971 367**	**445 139**	**2 416 506**
	978 787	**107 382**	**1 086 169**	**856 082**	**97 644**	**953 726**

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 16 190 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 13 102 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (ver nota 21).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

Nota 6 - Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	470 885	483 689
Por garantias prestadas	87 845	64 999
Por operações realizadas com títulos	44 492	63 609
Por compromissos perante terceiros	20 184	17 406
Outros rendimentos de serviços e comissões	85 953	86 608
	709 359	**716 311**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	69 492	62 978
Por operações realizadas com títulos	21 699	14 495
Por garantias recebidas	881	249
Outros encargos com serviços e comissões	18 081	26 712
	110 153	**104 434**
	599 206	**611 877**

Nota 7 - Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	114 210	107 490	6 720	85 536	113 465	(27 929)
De outros emissores	91 167	69 367	21 800	9 243	5 990	3 253
Acções	84 146	84 226	(80)	102 988	86 015	16 973
Outros títulos de rendimento variável	7 602	47 427	(39 825)	25 978	24 492	1 486
	297 125	**308 510**	**(11 385)**	**223 745**	**229 962**	**(6 217)**
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	4 153 787	3 381 308	772 479	1 024 759	1 181 110	(156 351)
Contratos sobre taxas de juro	8 906 287	8 908 611	(2 324)	6 570 100	6 512 057	58 043
Contratos sobre acções/índices	1 991 383	2 053 899	(62 516)	1 424 736	1 334 338	90 398
Contratos sobre créditos	905 556	1 010 958	(105 402)	155 214	145 420	9 794
Outros	275 641	915 926	(640 285)	142 130	196 932	(54 802)
	16 232 654	**16 270 702**	**(38 048)**	**9 316 939**	**9 369 857**	**(52 918)**
	16 529 779	**16 579 212**	**(49 433)**	**9 540 684**	**9 599 819**	**(59 135)**
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	492 582	690 860	(198 278)	315 193	239 594	75 599
Acções	3 511	19 306	(15 795)	32 003	815	31 188
Outros títulos de rendimento variável	152 157	217 084	(64 927)	-	-	-
	648 250	**927 250**	**(279 000)**	**347 196**	**240 409**	**106 787**
Outros activos financeiros (1)						
Aplicações em instituições de crédito	35	-	35	49	-	49
Crédito a clientes	30 495	28 077	2 418	626	953	(327)
	30 530	**28 077**	**2 453**	**675**	**953**	**(278)**
Passivos financeiros (1)						
Recursos de instituições de crédito	31 166	11 694	19 472	13 033	-	13 033
Recursos de clientes	5 685	9 570	(3 885)	1 544	2 364	(820)
Débitos representados por títulos	298 058	131 891	166 167	44 909	51 911	(7 002)
Outros passivos subordinados	46 752	-	46 752	13 279	-	13 279
	381 661	**153 155**	**228 506**	**72 765**	**54 275**	**18 490**
	1 060 441	**1 108 482**	**(48 041)**	**420 636**	**295 637**	**124 999**
	17 590 220	**17 687 694**	**(97 474)**	**9 961 320**	**9 895 456**	**65 864**

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui um efeito positivo de 102 126 milhares de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (31 de Dezembro de 2007: efeito positivo de 9 421 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) cerca de 6,8 milhões de euros de custos inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial (de acordo com a SIC 12), as quais foram alienadas durante o ano de 2007.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2008, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação ascenderam a cerca de 28 438 milhares de euros (2007: 13 291 milhares de euros).

Nota 8 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 465	5 137	(672)	3 284	32	3 252
De outros emissores	21 190	60 048	(38 858)	5 773	34 273	(28 500)
Acções	360 800	102 995	257 805	255 818	3 064	252 754
Outros títulos de rendimento variável	3 506	8 403	(4 897)	4 626	608	4 018
	389 961	**176 583**	**213 378**	**269 501**	**37 977**	**231 524**

Durante o exercício de 2008, o Grupo procedeu à alienação de (i) 42,7 milhões de acções ordinárias do Bradesco, ajustadas do *stock split* (mais valia: 262,1 milhões de euros), (ii) 29,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia: 18,8 milhões de euros) e (iii) 7,6 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia: 8,1 milhões de euros).

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Bradesco, que geraram uma mais valia de 85,5 milhões de euros, (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP que geraram uma mais valia de 41,6 milhões de euros e (iii) 6,9 milhões de acções ordinárias da Portugal Telecom que geraram uma mais valia de 12,8 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

Nota 9 - Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 295 506	1 269 887	25 619	535 066	507 194	27 872
	1 295 506	**1 269 887**	**25 619**	**535 066**	**507 194**	**27 872**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Nota 10 - Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Outros proveitos de exploração		
Serviços informáticos	6 565	4 921
Serviços de *call center*	7 575	7 610
Outros	107 661	98 572
	121 801	**111 103**
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	12 658	12 934
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 901	3 190
Quotizações e donativos	14 024	5 770
Outros	99 091	65 114
	129 674	**87 008**
	(7 873)	**24 095**

Nota 11 - Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Vencimentos e salários	392 252	364 781
Remunerações	386 707	363 421
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	5 545	1 360
Benefícios de saúde - SAMS	19 554	20 288
Outros encargos sociais obrigatórios	47 453	44 076
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	45 654	53 088
Outros custos	16 137	19 910
	521 050	**502 143**

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 8 595 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 9 931 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 703 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 402 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 2 509 milhares de euros relativo ao Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, são apresentados como segue:

milhares de euros

	Conselho de Administração	Comissão de Auditória	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de Dezembro de 2008				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 148	723	11 405	16 276
Custos com pensões de reforma e SAMS	5 307	15	1 227	6 549
Prémios de antiguidade	70	-	108	178
Remunerações variáveis	8 309	-	6 635	14 944
Total	**17 834**	**738**	**19 375**	**37 947**
31 de Dezembro de 2007				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 218	691	8 817	13 726
Custos com pensões de reforma e SAMS	3 593	2	903	4 498
Prémios de antiguidade	-	-	46	46
Remunerações variáveis	7 352	-	7 334	14 686
Total	**15 163**	**693**	**17 100**	**32 956**

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Administradores das empresas subsidiárias, os Directores Coordenadores e os Assessores do Conselho de Administração do BES.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 28 725 milhares de euros e 25 641 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Colaboradores do BES	6 834	6 787
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	2 597	2 131
Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo	**9 431**	**8 918**
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo [a)]	-	563
Total colaboradores do Grupo	**9 431**	**9 481**

a) Em 31 de Dezembro de 2007, o número de colaboradores refere-se à ES Contact Center, que durante o ano de 2008 deixou de consolidar pelo método integral (ver Nota 1)

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Funções directivas	897	824
Funções de chefia	998	962
Funções específicas	3 958	4 211
Funções administrativas e outras	3 578	3 484
	9 431	**9 481**

Nota 12 - Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES, destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. No exercício de 2008 o Banco, após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS). Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	4,00%	3,25%	4,66%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,25%	2,04%	1,59%
Taxas de rendimento do fundo	5,80%	5,25%	-28,03%	12,97%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%	-	-
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens			TV 73/77 (ajustada)	
Mulheres			TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial			*Project Unit Credit Method*	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2008	31.12.2007
Activos	6 292	6 182
Reformados e sobreviventes	5 643	5 540
Total	**11 935**	**11 722**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 286 915)	(70 213)	(1 357 128)	(1 397 653)	(80 911)	(1 478 564)
Activos	(671 203)	(36 543)	(707 746)	(572 712)	(29 764)	(602 476)
	(1 958 118)	**(106 756)**	**(2 064 874)**	**(1 970 365)**	**(110 675)**	**(2 081 040)**
Coberturas						
Saldos dos Fundos	1 952 710	103 917	2 056 627	2 233 343	480	2 233 823
Excesso de cobertura	-	-	-	262 978	-	262 978
Valores a entregar ao fundo/ passivos reconhecidos	(5 408)	(2 839)	(8 247)	-	(110 195)	(110 195)
Desvios actuariais diferidos	955 072	16 100	971 172	305 068	23 019	328 087
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	**949 664**	**13 261**	**962 925**	**568 046**	**(87 176)**	**480 870**

Em 31 de Dezembro de 2008, na sequência da alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, as coberturas incluíam as pensões e os benefícios de saúde. Em 31 de Dezembro de 2007 a cobertura dos benefícios de saúde, no valor de 87 176 milhares de euros encontrava-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço (ver Nota 36).

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	**1 970 365**	**110 675**	**2 081 040**	**1 891 647**	**109 797**	**2 001 444**
Custo do serviço corrente	38 618	2 171	40 789	30 292	1 991	32 283
Custo dos juros	105 580	5 884	111 464	87 196	5 085	92 281
Contribuições dos participantes	3 125	1	3 126	2 826	1	2 827
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(81 301)	(6 383)	(87 684)	(8 258)	(199)	(8 457)
- (Ganhos) e perdas actuariais de experiência	23 491	19	23 510	42 590	(1 881)	40 709
Pensões pagas pelo fundo	(101 460)	-	(101 460)	(96 533)	-	(96 533)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(5 779)	(5 779)	-	(5 520)	(5 520)
Reformas antecipadas	5 108	281	5 389	22 158	1 440	23 598
Diferenças cambiais e outros	(5 408)	(113)	(5 521)	(1 553)	(39)	(1 592)
Responsabilidades no final do exercício	**1 958 118**	**106 756**	**2 064 874**	**1 970 365**	**110 675**	**2 081 040**

As responsabilidades associadas com reformas antecipadas, em 31 de Dezembro de 2008, foram reconhecidas por contrapartida da utilização de provisões (ver Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 17,0 milhões de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos no início do exercício	**2 233 343**	**480**	**2 233 823**	**2 028 303**	**477**	**2 028 780**
Rendimento real do fundo	(612 249)	(54)	(612 303)	257 763	21	257 784
Contribuições do Grupo	434 392	103 490	537 882	42 951	20	42 971
Contribuições dos empregados	3 125	1	3 126	2 826	1	2 827
Pensões pagas pelo fundo	(101 460)	-	(101 460)	(96 533)	-	(96 533)
Diferenças cambiais e outros	(4 441)	-	(4 441)	(1 967)	(39)	(2 006)
Saldo dos fundos no final do exercício	**1 952 710**	**103 917**	**2 056 627**	**2 233 343**	**480**	**2 233 823**

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	604 783	1 061 790
Outros títulos de rendimento variável	510 522	246 535
Obrigações	564 293	264 476
Imóveis	204 261	382 637
Outros	172 768	278 385
Total	**2 056 627**	**2 233 823**

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	75 570	51 972
Obrigações	11 033	-
Imóveis	127 319	124 986
Total	**213 922**	**176 958**

Em 31 de Dezembro de 2008, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 11,3 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2007: 3,5 milhões de acções do BES).

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	**305 068**	**23 019**	**328 087**	**442 352**	**26 535**	**468 887**
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(81 301)	(6 383)	(87 684)	(8 258)	(199)	(8 457)
- (Ganhos) e perdas de experiência	750 622	102	750 724	(115 049)	(1 881)	(116 930)
Amortização do exercício	(16 338)	(569)	(16 907)	(11 448)	(1 083)	(12 531)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(2 588)	(69)	(2 657)	(2 118)	(357)	(2 475)
Outros	(-391)	-	(391)	(411)	4	(407)
Desvios actuariais diferidos no final do exercício	**955 072**	**16 100**	**971 172**	**305 068**	**23 019**	**328 087**
Dos quais:						
Dentro do corredor	194 974	10 689	205 663	223 054	11 067	234 121
Fora do corredor	760 098	5 411	765 509	82 014	11 952	93 966

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos / (passivos) no início do exercício	**262 978**	**(110 195)**	**152 783**	**136 656**	**(109 320)**	**27 336**
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	57 810	6 363	64 173	(34 332)	2 080	(32 252)
(Ganhos) e perdas actuariais do fundo	(727 131)	(83)	(727 214)	157 639	(4)	157 635
Encargos do exercício:						
- Custo do serviço corrente	(38 618)	(2 171)	(40 789)	(30 292)	(1 991)	(32 283)
- Custo dos juros	(105 580)	(5 884)	(111 464)	(87 196)	(5 085)	(92 281)
- Rendimento esperado do fundo	114 882	29	114 911	100 124	25	100 149
- Reformas antecipadas	(5 108)	(281)	(5 389)	(22 158)	(1 440)	(23 598)
Outros	967	114	1 081	(414)	-	(414)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	434 392	109 269	543 661	42 951	5 540	48 491
Activos / (passivos) no final do exercício	**(5 408)**	**(2 839)**	**(8 247)**	**262 978**	**(110 195)**	**152 783**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	38 618	2 171	40 789	30 292	1 991	32 283
Custo dos juros	105 580	5 884	111 464	87 196	5 085	92 281
Rendimento esperado do fundo	(114 882)	(29)	(114 911)	(100 124)	(25)	(100 149)
Amortização do exercício	16 338	569	16 907	11 448	1 083	12 531
Reformas antecipadas	-	-	-	24 276	1 797	26 073
Custos com pessoal	**45 654**	**8 595**	**54 249**	**53 088**	**9 931**	**63 019**

O custo relativo às reformas antecipadas em 2007 inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A amortização adicional dos desvios actuariais por reformas antecipadas em 2008 foi reconhecida por contrapartida da utilização de provisões (ver Nota 33).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
No início do exercício	**568 046**	**(87 176)**	**480 870**	**579 008**	**(82 785)**	**496 223**
Custo do exercício	(45 654)	(8 595)	(54 249)	(53 088)	(9 931)	(63 019)
Utilização de provisões	(7 696)	(350)	(8 046)	-	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	434 392	109 269	543 661	42 951	5 540	48 491
Outros	576	(113)	689	(825)	-	(825)
No final do exercício	**949 664**	**13 261**	**962 925**	**568 046**	**(87 176)**	**480 870**

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde
Responsabilidades	(1 958 118)	(106 756)	(1 970 365)	(110 675)	(1 891 647)	(109 797)	(1 826 346)	(117 330)	(1 552 833)	(95 849)
Saldo dos fundos	1 952 710	103 917	2 233 343	480	2 028 303	477	1 816 229	-	1 511 672	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(5 408)**	**(2 839)**	**262 978**	**(110 195)**	**136 656**	**(109 320)**	**(10 117)**	**(117 330)**	**(41 161)**	**(95 849)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	23 491	19	42 590	(1 881)	3 460	(11 577)	39 592	6 548	6 555	410
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	727 131	83	(157 639)	4	(140 990)	-	(69 709)	-	1 169	-

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31.12.2008 (1)	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Expirado (Abr-08)	1 762 619	12,02	-	-
Plano de 2003					
1º lote	Expirado (Mai-08)	480 576	14,00	-	-
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 001 231	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dez-09	541 599	13,54	106 836	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 371 014	100%

(1) Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.

O movimento das acções subjacentes aos planos em vigor, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo no início do período / exercício	3 484 262	11,89	5 667 612	11,24
Acções alienadas [1]	(1 005 181)	11,54	(2 183 350)	10,21
Saldo no final do período / exercício	**2 479 081**	**12,04**	**3 484 262**	**11,89**

(1) Inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	703	1 402

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.15.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a "data inicial de referência" e a "data final de referência". Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-Jun-2008
Data final de referência	02-Jun-2011
Direitos atribuídos	5 000 000
Preço de referência (euros)	11,00
Taxa de Juro	5,22%
Volatilidade	33,5%
Valor inicial do plano (milhares de euros)	12 902

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, está a ser reconhecida em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2008 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 2 509 milhares de euros. A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 31 de Dezembro de 2008 de 812 milhares de euros.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 27 412 milhares de euros e 23 625 milhares de euros respectivamente (ver Nota 36). Os custos reconhecidos no exercício com o prémio por antiguidade foram de 5 545 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 360 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Nota 13 - Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e alugueres	62 647	58 225
Publicidade e publicações	44 911	43 947
Comunicações e expedição	39 148	35 933
Conservação e reparação	16 131	16 584
Deslocações e representação	31 179	28 424
Transportes	11 408	10 053
Seguros	6 373	5 899
Serviços especializados		
Informática	50 327	44 863
Trabalho independente	8 400	7 896
Mão de obra eventual	10 816	9 155
Sistema electrónico de pagamentos	12 321	11 709
Estudos e consultas	12 035	13 881
Judiciais, contencioso e notariado	10 137	9 580
Consultores e auditores externos	11 536	11 934
Outros serviços especializados	23 922	28 868
Água, energia e combustíveis	10 013	7 757
Material de consumo corrente	6 232	5 731
Outros custos	35 109	28 392
	402 645	**378 831**

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informações e bancos de dados. A rubrica Outros custos inclui custos com formação e fornecimentos externos diversos.

As rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis ascendem aos montantes de 179 milhares de euros e 459 milhares de euros com vencimento até 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2012, respectivamente.

Nota 14 - Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	**402 284**	**607 069**
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	500 000	500 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	2 698	4 090
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	**497 302**	**495 910**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BES (em euros)	**0,81**	**1,22**

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor.

Nota 15 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Caixa	249 979	277 260
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 161 186	984 887
Outros bancos centrais	616 153	99 071
	1 777 339	1 083 958
	2 027 318	**1 361 218**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 767 966 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 498 744 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Durante o exercício de 2008 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 4,07 % (2007: 3,94%).

Nota 16 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	285 873	378 824
Depósitos à ordem	37 122	96 039
	322 995	**474 863**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	124 572	117 277
Cheques a cobrar	3 263	1 570
Outras disponibilidades	213 580	126 732
	341 415	**245 579**
	664 410	**720 442**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 553 513	1 366 296
De outros emissores	97 949	153 937
Acções	15 148	187 611
Outros títulos de rendimento variável	2 889	712 199
	1 669 499	**2 420 043**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo		
	2 020 663	**1 427 190**
	3 690 162	**3 847 233**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	**1 914 423**	**1 257 201**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	631 732	412 762
De 3 meses a um ano	453 479	351 206
De um a cinco anos	250 503	409 018
Mais de cinco anos	318 637	581 078
Duração indeterminada	15 148	665 979
	1 669 499	**2 420 043**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 553 513	-	1 553 513	1 366 296	-	1 366 296
De outros emissores	44 781	53 168	97 949	145 419	8 518	153 937
Acções	15 148	-	15 148	187 611	-	187 611
Outros títulos de rendimento variável	2 889	-	2 889	12 152	700 047	712 199
	1 616 331	**53 168**	**1 669 499**	**1 711 478**	**708 565**	**2 420 043**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 183 408	37 508	71 332	11 779 165	112 862	247 220
- vendas	1 186 093			11 897 733		
Currency Swaps	-					
- compras	1 215 715	3 818	3 629	373 440	2 000	4 531
- vendas	1 229 832			325 110		
Currency Futures	10 571	-	-	-	-	-
Currency Interest Rate Swaps		-				
- compras	1 069 029	154 559	214 750	1 657 950	187 592	176 210
- vendas	926 160			1 660 293		
Currency Options	7 710 712	270 688	188 371	4 170 682	57 980	89 482
	14 531 520	**466 573**	**478 082**	**31 864 373**	**360 434**	**517 443**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 669 564	1 217	1 471	5 353 657	1 444	342
Interest Rate Swaps	54 969 373	1 179 392	974 341	37 695 485	588 160	360 382
Swaption - Interest Rate Options	5 220 548	8 662	7 745	2 360 536	3 814	2 104
Interest Rate Caps & Floors	9 138 244	67 187	40 568	7 361 058	34 672	30 824
Interest Rate Futures	1 314 551	-	-	100 000	-	-
Bonds Options	-	-	-	30 000	665	558
Future Options	20 972 550	-	-	5 451 986	-	189
	93 284 830	**1 256 458**	**1 024 125**	**58 352 722**	**628 755**	**394 399**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	868 417	50 927	61 284	1 835 258	191 300	21 404
Equity / Index Options	4 292 082	186 671	284 943	5 030 269	226 835	309 119
Equity / Index Futures	102 944	-	-	-	-	-
	5 263 443	**237 598**	**346 227**	**6 865 527**	**418 135**	**330 523**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 779 578	60 034	65 989	1 608 191	19 866	14 836
Total	**115 859 371**	**2 020 663**	**1 914 423**	**98 690 813**	**1 427 190**	**1 257 201**

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluía o valor líquido de 5,2 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2007: 2,8 milhões de euros de justo valor passivo).

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Valor justo (líquido)	Nocional	Valor justo (líquido)
Até 3 meses	22 159 442	(130 834)	26 676 635	(99 769)
De 3 meses a um ano	27 487 970	159 994	21 301 291	18 272
De um a cinco anos	49 399 017	76 824	28 482 345	323 321
Mais de cinco anos	16 812 942	256	22 230 542	(71 835)
	115 859 371	**106 240**	**98 690 813**	**169 989**

Nota 18 - Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 324 543	1 234 344
Acções	7 146	192 360
Outros títulos de rendimento variável	830 124	-
Valor de balanço	**2 161 813**	**1 426 704**

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	63 661	468 580
De 3 meses a um ano	568 825	113 332
De um a cinco anos	737 263	155 652
Mais de cinco anos	618 127	496 780
Duração indeterminada	173 937	192 360
	2 161 813	**1 426 704**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	716 453	608 090	1 324 543	420 069	814 275	1 234 344
Acções	7 146	-	7 146	192 360	-	192 360
Outros títulos de rendimento variável	167 000	663 124	830 124	-	-	-
	890 599	**1 271 214**	**2 161 813**	**612 429**	**814 275**	**1 426 704**

Nota 19 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	Custo[1]	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 886 264	2 706	(20)	-	1 888 950
De outros emissores	3 133 588	7 254	(34 170)	(27 046)	3 079 626
Acções	1 680 787	36 655	(228 018)	(67 346)	1 422 078
Outros títulos de rendimento variável	709 966	12 105	(6 846)	(11 768)	703 457
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**7 410 605**	**58 720**	**(269 054)**	**(106 160)**	**7 094 111**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	803 246	911	(1 450)	-	802 707
De outros emissores	2 944 596	27 352	(57 872)	(9 332)	2 904 744
Acções	1 251 511	984 183	(7 774)	(40 207)	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	354 233	4 565	(511)	(14 562)	343 725
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**5 353 586**	**1 017 011**	**(67 607)**	**(64 101)**	**6 238 889**

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 39.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	64 101	57 498
Dotações	57 678	20 165
Utilizações	(19 946)	(10 845)
Reversões	(32)	(1 484)
Diferenças de câmbio e outras	4 359	(1 233)
Saldo final	**106 160**	**64 101**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda, por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	1 331 963	712 158
De 3 meses a um ano	1 227 702	420 870
De um a cinco anos	926 654	1 371 131
Mais de cinco anos	1 482 257	1 221 488
Duração indeterminada	2 125 535	2 513 242
	7 094 111	**6 238 889**

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são as seguintes:

milhares de euros

	31.12.2008				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	412 745	-	(20 493)	-	392 252
Portugal Telecom	454 356	-	(91 222)	-	363 134
EDP	375 893	-	(75 815)	-	300 078
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 963	-	(682)	9 761
	1 245 474	**7 963**	**(187 530)**	**(682)**	**1 065 225**

milhares de euros

	31.12.2007				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	(682)	10 387
Bradespar	6 215	22 029	-	-	28 244
	850 457	**838 820**	**-**	**(682)**	**1 688 595**

Em 31 de Dezembro de 2008, as menos valias das maiores principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os requisitos para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Durante o exercício de 2008, o BES (i) adquiriu 36,5 milhões de acções, ajustadas do *stock split*, do Banco Bradesco por um valor equivalente a 359,8 milhões de euros, e (ii) alienou 42,7 milhões de acções por 510,7 milhões de euros, das quais 38 milhões à BES Vida, que por sua vez procedeu à sua venda integral no corrente exercício (ver Nota 8 e 41).

No contexto destas transacções, os fundos de investimento mobiliário geridos pela ESAF e o Fundo de Pensões do Grupo adquiriram 25,3 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 290,5 milhões de euros e 5,0 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 67,1 milhões de euros, respectivamente.

A desagregação dos Activos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não Cotados	Total	Cotados	Não Cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	149 036	1 739 914	1 888 950	85 707	717 000	802 707
De outros emissores	2 787 828	291 798	3 079 626	681 114	2 223 630	2 904 744
Acções	1 180 678	241 400	1 422 078	1 943 689	244 024	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	73 840	629 617	703 457	35 934	307 791	343 725
	4 191 382	**2 902 729**	**7 094 111**	**2 746 444**	**3 492 445**	**6 238 889**

Nota 20 - Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	1 326	1 269 865
Depósitos	140 508	83 369
Empréstimos	112 593	67 719
Aplicações de muito curto prazo	58 266	345 042
Outras aplicações	173 022	1 445
	485 715	**1 767 440**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1 605 619	3 541 730
Aplicações de muito curto prazo	191 584	1 137 238
Empréstimos	1 998 801	1 732 552
Outras aplicações	251 286	32 575
	4 047 290	**6 444 095**
Perdas por imparidade	(1 022)	(1 204)
	4 531 983	**8 210 331**

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2008, vencem juros à taxa média anual de 4,41% (2007: 4,47%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

A 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica incluía 33 635 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 559 687 milhares de euros) de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	2 472 849	7 812 446
De 3 meses a um ano	1 347 718	156 240
De um a cinco anos	352 317	110 002
Mais de cinco anos	354 970	132 596
Duração indeterminada	5 151	251
	4 533 005	**8 211 535**

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	1 204	2 354
Dotações	417	1 757
Reversões	(656)	(2 251)
Diferenças de câmbio e outras	57	(656)
Saldo final	**1 022**	**1 204**

Nota 21 - Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	11 927 971	9 794 194
Créditos em conta corrente	5 653 679	5 655 418
Locação financeira	3 086 997	2 829 881
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	906 749	1 114 157
Factoring	1 096 588	1 156 111
Descobertos	37 647	49 777
Outros créditos	266 223	245 152
A particulares		
Habitação	10 394 044	9 545 741
Consumo e outros	2 394 856	2 310 264
	35 764 754	**32 700 695**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	6 436 457	6 092 130
Créditos em conta corrente	2 076 222	1 520 636
Locação financeira	293 250	288 123
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	179 742	135 949
Factoring	77 692	-
Descobertos	276 742	74 396
Outros créditos	1 585 150	985 137
A particulares		
Habitação	551 043	529 488
Consumo e outros	319 548	326 505
	11 795 846	**9 952 364**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	112 777	74 790
De 3 meses a 1 ano	174 977	102 863
De 1 a 3 anos	229 075	212 154
Há mais de 3 anos	120 110	117 792
	636 939	**507 599**
	48 197 539	**43 160 658**
Perdas por imparidade	(1 148 065)	(990 395)
	47 049 474	**42 170 263**

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 4 408,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 2 903,4 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 42). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 32 e 42).

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vivo inclui 2 722 664 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (ver Nota 32).

A 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica incluía 605 737 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 163 726 milhares de euros) de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 43.

O escalonamento do crédito a clientes por prazo de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	6 503 207	6 591 577
De 3 meses a um ano	4 869 629	5 821 538
De um a cinco anos	10 393 506	8 584 877
Mais de cinco anos	25 794 258	21 655 067
Duração indeterminada	636 939	507 599
	48 197 539	**43 160 658**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	990 395	869 327
Dotações	312 950	257 737
Utilizações	(87 441)	(80 481)
Reversões	(38 519)	(44 553)
Efeito do desconto	(16 190)	(13 102)
Diferenças de câmbio e outras	(13 130)	1 467
Saldo final	**1 148 065**	**990 395**

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		TOTAL		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	5 343 713	536 339	29 031 563	250 721	34 375 276	787 060	33 588 216
Crédito a particulares - Habitação	1 042 219	205 718	9 978 063	25 428	11 020 282	231 146	10 789 136
Crédito a particulares - Outro	304 240	88 745	2 497 741	41 114	2 801 981	129 859	2 672 122
Total	**6 690 172**	**830 802**	**41 507 367**	**317 263**	**48 197 539**	**1 148 065**	**47 049 474**

milhares de euros

	31.12.2007						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		TOTAL		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	3 283 164	398 599	27 022 385	304 821	30 305 549	703 420	29 602 129
Crédito a particulares - Habitação	871 399	152 696	9 269 550	24 799	10 140 949	177 495	9 963 454
Crédito a particulares - Outro	252 055	68 933	2 462 105	40 547	2 714 160	109 480	2 604 680
Total	**4 406 618**	**620 228**	**38 754 040**	**370 167**	**43 160 658**	**990 395**	**42 170 263**

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 78 017 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2007: 64 218 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 334,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 239,3 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido com imparidade.

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Taxa fixa	5 569 098	4 040 800
Taxa variável	42 628 441	39 119 858
	48 197 539	**43 160 658**

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	607 861	572 483
De um a cinco anos	1 597 098	2 058 919
Mais de cinco anos	1 368 869	1 172 297
	3 573 828	**3 803 699**
Juros vincendos		
Até um ano	29 639	117 264
De um a cinco anos	75 071	278 854
Mais de cinco anos	88 871	289 577
	193 581	**685 695**
Capital vincendo		
Até um ano	578 222	455 219
De um a cinco anos	1 522 027	1 780 065
Mais de cinco anos	1 279 998	882 720
	3 380 247	**3 118 004**

Nota 22 - Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	504 424	394 935
De outros emissores	1 655 772	12 907
	2 160 196	**407 842**

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	406 203	19 740
De 3 meses a um ano	142 941	11 298
De um a cinco anos	974 999	351 625
Mais de cinco anos	636 053	25 179
	2 160 196	**407 842**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não Cotados	Total	Cotados	Não Cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	504 424	-	504 424	379 768	15 167	394 935
De outros emissores	1 262 253	393 519	1 655 772	-	12 907	12 907
	1 766 677	**393 519**	**2 160 196**	**379 768**	**28 074**	**407 842**

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 43. O Grupo avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008								
		Na data da transferência							
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de justo valor		Valor dos Cash flows futuros [a]	Taxa efectiva [b]	Valor de mercado em Dezembro 2008	Reserva de justo valor amortizada no ano	Impacto em resultados [(a)]
			Positiva	Negativa					
De Activos financeiros disponiveis para venda	551 897	522 715	424	(29 607)	701 070	5.75%	485 831	925	-
De Activos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11.50%	237 295	-	2 136
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	**795 011**	**767 245**	**424**	**(29 607)**	**1 110 046**		**723 126**	**925**	**2 136**

a) Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.
b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o minímo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.
c) Impacto em resultados em consequência das reclassificações com data retroactiva a 1 de Julho.

A reclassificação de activos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efectuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adoptadas pelo Regulamento (CE) nº 1004/2008 emitido em 15 de Outubro de 2008, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6. Esta reclassificação foi efectuada devido à situação excepcionalmente adversa dos mercados, provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na referida alteração ao IAS 39.

No segundo semestre de 2008, o Grupo adquiriu à BES VIDA, para a carteira de investimentos detidos até à maturidade, títulos no valor de 689,5 milhões de euros, dos quais 517,9 milhões de euros foram adquiridos através de *brokers*.

Nota 23 - Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007
	Cobertura	Gestão do risco	Total	
Derivados para gestão do risco				
Derivados para gestão do risco - activo	598 469	337 821	936 290	211 890
Derivados para gestão do risco - passivo	(193 464)	(534 011)	(727 475)	(286 940)
	405 005	**(196 190)**	**208 815**	**(75 050)**
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos				
Activos financeiros				
Títulos	-	(726)	(726)	(1 805)
Aplicações em instituições de crédito	-	35	35	49
Crédito a clientes	(26 182)	27 929	1 747	(141)
	(26 182)	**27 238**	**1 056**	**(1 897)**
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	(29 920)	8 843	(21 077)	7 234
Recursos de clientes	(4 088)	10 196	6 108	2 087
Responsabilidades representadas por títulos	(258 107)	162 953	(95 154)	67 601
Passivos subordinados	(17 431)	-	(17 431)	23 257
	(309 546)	**181 992**	**(127 554)**	**100 179**
	(335 728)	**209 230**	**(126 498)**	**98 282**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

31.12.2008							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nacional**	**Justo valor do derivado(2)**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto(1)**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1)**
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 605	(27)	(104)	358	16
Currency Interest Rate Swap	Passivos subordinados	Taxa de juro e câmbio	274 098	(9 390)	19 102	9 196	(19 135)
Currency Interest Rate Swap	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	299 213	(1 763)	(2 415)	(2 243)	2 415
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	197 572	26 603	25 652	(26 182)	(24 894)
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	5 080 698	318 489	286 811	(258 465)	(293 023)
Interest Rate Swap	Passivos subordinados	Taxa de Juro	506 600	33 910	26 527	(26 627)	(27 617)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	196 077	8 232	5 572	(4 088)	(5 685)
Interest Rate Swap	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de Juro	148 000	28 951	30 660	(27 677)	(30 730)
			6 720 863	**405 005**	**391 805**	**(335 728)**	**(398 653)**

(1) Atribuível ao risco coberto
(2) Inclui juro corrido

milhares de euros

31.12.2007							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nacional**	**Justo valor do derivado(2)**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto(1)**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (2)**
Currency Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	(22 678)	(11 995)	22 455	12 621
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 777	60	(63)	265	(32)
Currency Interest Rate Swap	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	(4 841)	(4 191)	4 633	4 191
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de juro	91 993	1 210	969	(767)	(953)
Interest Rate Swap	Passivos subordinados	Taxa de juro	20 000	(864)	(593)	802	658
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	2 564 460	(15 405)	46 205	30 690	(41 027)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de juro	307 859	1 057	(1 580)	1 286	395
Interest Rate Swap	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de Juro	128 000	(1 228)	(9 130)	2 601	8 842
			3 720 389	**(42 689)**	**19 622**	**61 965**	**(15 305)**

(1) Atribuível ao risco coberto
(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 6,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: proveito de 4,3 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

milhares de euros

31.12.2008								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade (1)
	Activo							
FX swap	Aplicações em Instituições de Crédito	33 670	(145)	(145)	35	35	33 635	33 635
Interest Rate Swap	Activos financeiros detidos para negociação	231 514	280	280	(726)	3 216	226 000	226 000
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	563 308	(27 073)	(19 204)	27 929	27 312	605 737	579 291
	Passivo							
Credit Default Swap	Débitos representados por títulos	50 045	(7 031)	(7 201)	5 214	5 340	39 907	47 221
Currency Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	41 283	(1 127)	(6 315)	1 374	7 848	61 382	53 543
Equity/ Index Swap	Débitos representados por títulos	452 832	(42 689)	(39 794)	55 745	58 923	226 469	289 044
Index swap	Débitos representados por títulos	49 281	(547)	(1 369)	222	997	47 191	47 201
Interest Rate Swap / Forwards	Débitos representados por títulos	1 456 159	(119 409)	(121 802)	101 106	54 440	1 344 094	1 402 724
Interest Rate Swap e FX Options	Débitos representados por títulos	10 390	521	521	(708)	(708)	3 784	4 153
Credit Default Swap	Recursos de Instituições de Crédito	150 000	(1 050)	(1 082)	1 083	1 083	148 917	150 000
FX swap	Recursos de Instituições de Crédtio	1 494 617	1 129	1 129	(436)	(436)	1 484 940	1 484 940
Interest Rate e Credit Default Swap	Recursos de Instituições de Crédito	39 020	(416)	(416)	332	332	28 092	27 760
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	7 894	(301)	(301)	7 864	7 864	8 135	8 523
Index Swap / Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	25 838	1 668	(20 179)	10 196	9 570	122 630	112 434
		4 605 851	**(196 190)**	**(215 878)**	**209 230**	**175 816**	**4 380 913**	**4 466 469**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

milhares de euros

31.12.2007								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade (1)
	Activo							
Currency Swap	Aplicações em instituições de crédito	561 051	3 716	(198)	49	49	559 687	561 051
Interest Rate Swap	Activos financeiros detidos para negociação	185 000	319	467	(1 805)	1 098	187 545	189 350
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	122 000	511	511	626	626	163 726	162 668
	Passivo							
Equity Swap	Recursos de clientes	18 969	(192)	(27)	29	29	18 897	14 575
Index Swap	Responsabilidades representadas por títulos	185 800	13 827	4 474	(12 432)	(1 898)	195 903	181 223
Index Swap	Recursos de clientes	82 702	(429)	172	(180)	(275)	82 407	66 204
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	1 186 741	(49 099)	(33 613)	49 078	35 955	905 223	969 483
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	90 862	(1 014)	961	952	(969)	90 041	90 325
		2 433 125	**(32 361)**	**(27 253)**	**36 317**	**34 615**	**2 203 429**	**2 234 879**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2008 a 109 725 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2007: 7 599 milhares de euros de proveitos) e 102 126 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2007: 9 421 milhares de euros de proveitos do exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	8 003 253	(107 611)	886 563	9 381
De 3 meses a um ano	1 318 965	(63 654)	1 460 489	8 863
De um a cinco anos	5 518 979	101 442	1 889 030	(3 317)
Mais de cinco anos	2 452 779	278 638	1 917 432	(89 977)
	17 293 976	**208 815**	**6 153 514**	**(75 050)**

Nota 24 - Activos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	17 042	12 827	235 993	233 189
Imóveis	151 954	-	49 499	-
Equipamento	1 413	-	-	-
Outras imobilizações	1 339	-	-	-
	154 706	**-**	**49 499**	**-**
Perdas por imparidade	(23 376)	-	(6 084)	-
	131 330	**-**	**43 415**	**-**
	148 372	**12 827**	**279 408**	**233 189**

Os valores apresentados referem-se (i) a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 31 367 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 15 855 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 6 863 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2007: 2 299 milhares de euros).

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	49 499	-
Entradas	132 163	60 998
Vendas	(28 290)	(11 744)
Outros movimentos	1 334	245
Saldo final	**154 706**	**49 499**

As entradas referem-se a activos inicialmente registados na rubrica de Outros activos, que foram transferidos para esta categoria de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	6 084	-
Dotações	16 131	2 605
Utilizações	(4 848)	(2 017)
Reversões	(134)	(45)
Transferências (a)	6 143	5 541
Saldo final	**23 376**	**6 084**

(a) Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 28).

Nota 25_Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Imóveis		
De serviço próprio	407 858	405 878
Beneficiações em edifícios arrendados	223 583	200 834
Outros	341	3 913
	631 782	**610 625**
Equipamento		
Equipamento informático	259 047	248 445
Instalações interiores	118 922	103 341
Mobiliário e material	116 769	105 651
Equipamento de segurança	31 021	24 868
Máquinas e ferramentas	33 665	32 967
Material de transporte	5 400	4 700
Outros	5 340	6 150
	570 164	**526 122**
Outras imobilizações	895	557
	1 202 841	**1 137 304**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	17 265	16 275
Imóveis	86 215	12 049
Equipamento	9 430	17 934
Outros	1 026	365
	113 936	**46 623**
	1 316 777	**1 183 927**
Depreciação acumulada	(678 290)	(646 159)
	638 487	**537 768**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**483 211**	**480 770**	**1 627**	**34 328**	**999 936**
Adições	47 710	35 148	155	56 454	139 467
Abates / vendas	(3 567)	(14 104)	-	-	(17 671)
Transferências [a]	10 668	24 646	-	(44 736)	(9 422)
Variação cambial	(1 269)	(883)	(14)	(173)	(2 339)
Outros movimentos [b]	73 872	545	(1 211)	750	73 956
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**610 625**	**526 122**	**557**	**46 623**	**1 183 927**
Adições	11 413	29 728	-	124 250	165 391
Abates / vendas	(2 490)	(9 677)	-	(2)	(12 169)
Transferências [c]	11 363	27 677	324	(57 864)	(18 500)
Variação cambial	1 899	(497)	13	550	1 965
Outros movimentos [d]	(1 028)	(3 189)	1	379	(3 837)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**631 782**	**570 164**	**895**	**113 936**	**1 316 777**
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**219 050**	**397 686**	**271**	**-**	**617 007**
Depreciações do exercício	17 082	26 761	191	-	44 034
Abates / vendas	(3 036)	(13 965)	-	-	(17 001)
Transferências [a]	(2 946)	3 362	-	-	416
Variação cambial	(151)	(917)	(10)	-	(1 078)
Outros movimentos	-	2 931	(150)	-	2 781
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**229 999**	**415 858**	**302**	**-**	**646 159**
Depreciações do exercício	17 920	30 815	201	-	48 936
Abates / vendas	(2 498)	(9 192)	-	-	(11 690)
Transferências [c]	(1 873)	(1 134)	-	-	(3 007)
Variação cambial	146	(156)	10	-	-
Outros movimentos [d]	160	(2 055)	(213)	-	(2 108)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**243 854**	**434 136**	**300**	**-**	**678 290**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	**387 928**	**136 028**	**595**	**113 936**	**638 487**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	**380 626**	**110 264**	**255**	**46 623**	**537 768**

(a) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.
(b) Inclui 73 509 milhares de euros referentes à consolidação pela primeira vez em 2007 da sociedade Praça do Marquês.
(c) Inclui 18 500 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 007 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.
(d) Inclui 4 287 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 2 243 milhares de euros de amortizações acumuladas referente à desconsolidação da ES Contact Center.

Nota 26 - Activos Intangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Goodwill	**15 465**	**7 441**
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	20 847	13 324
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	483 475	428 285
Outras	1 025	1 099
	484 500	**429 384**
Imobilizações em curso	**21 210**	**31 106**
	542 022	**481 255**
Amortização acumulada	(417 806)	(390 084)
	124 216	**91 171**

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**3 282**	**411 469**	**30 393**	**19 429**	**464 573**
Adições:					
Geradas internamente	-	91	-	6 042	6 133
Adquiridas a terceiros	3 854	14 675	150	26 739	45 418
Abates / vendas	-	(3 941)	(27 058)	-	(30 999)
Transferências	-	15 633	392	(20 179)	(4 154)
Variação cambial	-	45	-	(10)	35
Outros movimentos	305	3 637	(2 778)	(915)	249
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**7 441**	**441 609**	**1 099**	**31 106**	**481 255**
Adições:					
Geradas internamente	-	142	-	8 173	8 315
Adquiridas a terceiros	8 147	16 134	74	30 701	55 056
Abates / vendas	-	(390)	(31)	-	(421)
Transferências	-	48 908	(108)	(48 800)	-
Variação cambial	(124)	112	23	29	40
Outros movimentos [(a)]	1	(2 193)	(32)	1	(2 223)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**15 465**	**504 322**	**1 025**	**21 210**	**542 022**
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**-**	**370 247**	**25 674**	**-**	**395 921**
Amortizações do exercício	-	25 494	227	-	25 721
Abates / vendas	-	(3 940)	(25 200)	-	(29 140)
Transferências	-	(3 230)	(393)	-	(3 623)
Variação cambial	-	46	-	-	46
Outros movimentos	-	368	791	-	1 159
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**-**	**388 985**	**1 099**	**-**	**390 084**
Amortizações do exercício	-	28 731	239	-	28 970
Abates / vendas	-	(347)	(31)	-	(378)
Transferências	-	(512)	512	-	-
Variação cambial	-	62	7	-	69
Outros movimentos [(a)]	-	(3)	(936)	-	(939)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**-**	**416 916**	**890**	**-**	**417 806**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	**15 465**	**87 406**	**135**	**21 210**	**124 216**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	**7 441**	**52 624**	**-**	**31 106**	**91 171**

No exercício de 2008, a variação ocorrida no *goodwill* deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 10,64% da BES Leasing e Factoring, da qual resultou um *goodwill* de 7 893 milhares de euros. A variação ocorrida no *goodwill* em 2007 deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 51% da ES DATA, da qual resultou um *goodwill* de 3 691 milhares de euros.

Nota 27 - Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
BES VIDA	7 699 814	7 647 855	7 600 312	7 375 001	99 502	272 854	1 103 970	822 964	(67 861)	52 218	474 997	474 997
ES VÉNÉTIE	1 335 734	1 288 135	1 185 707	1 187 920	150 027	100 215	98 142	87 942	11 423	12 889	42 293	22 000
LOCARENT	320 322	291 074	314 543	286 903	5 779	4 171	94 542	72 839	1 608	1 107	2 517	2 517
BES SEGUROS	115 515	108 662	92 532	84 207	22 983	24 455	64 516	61 862	4 008	4 723	3 749	3 749
ESEGUR	42 419	41 466	29 788	31 552	12 631	9 914	64 482	62 369	5 020	3 609	9 634	9 634
EUROP ASSISTANCE	32 072	31 401	23 255	21 778	8 817	9 623	26 432	26 046	1 581	1 211	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	23 939	26 430	790	1 938	23 149	24 492	652	26	(562)	(1 262)	10 496	10 496
SCI GEORGES MANDEL	12 432	11 916	35	40	12 397	11 876	1 270	1 133	521	353	2 401	2 401
BRB INTERNACIONAL	12 350	11 756	12 203	10 213	147	1 543	2 105	59	(2 619)	(1 002)	10 033	10 033
SGPICE	3 722	2 577	14 025	10 614	(10 303)	(8 037)	10 139	6 255	(1 707)	(612)	2 667	2 667
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	284 861	-	134 217	-	150 644	-	-	-	-	-	35 056	-
LUSOSCUT COSTA DE PRATA	424 782	-	394 851	-	29 931	-	44 290	-	9 704	-	9 972	-
LUSOSCUT BEIRA LITORAL E ALTA	1 020 565	-	925 025	-	95 540	-	122 327	-	30 087	-	23 776	-
LUSOSCUT GRANDE PORTO	674 060	-	643 086	-	30 974	-	53 809	-	352	-	27 948	-
ASCENDI	7 952	-	3 023	-	4 929	-	-	-	(71)	-	2 000	-
RODI SINKS & IDEAS	49 819	36 659	33 770	21 211	16 049	15 448	14 825	-	751	(225)	1 240	1 240
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-.	57 213	45 819
											717 139	**586 700**

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

milhares de euros

	% detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
BES VIDA	50.00%	50.00%	367 416[b)]	457 992	(37 831)	21 752
ES VÉNÉTIE	42.69%	40.00%	64 187	40 089	4 609	5 156
LOCARENT	45.00%	45.00%	2 722	1 998	724	497
BES SEGUROS	25.00%	25.00%	5 743	6 112	1 001	1 180
ESEGUR	44.00%	44.00%	12 402	11 206	2 209	1 468
EUROP ASSISTANCE	23.00%	23.00%	2 028	2 214	364	279
FUNDO ES IBERIA	38.69%	38.69%	9 342	9 811	(519)	(488)
SCI GEORGES MANDEL	22.50%	22,50%	2 789	2 672	117	79
BRB INTERNACIONAL	24.93%	24.93%	37	386	(349)	(274)
SGPICE	33.33%	33.33%	-	-	-	-
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA [a)]	8.19%	-	30 154	-	-	-
LUSOSCUT COSTA DE PRATA [a)]	9.17%	-	18 714	-	554	-
LUSOSCUT BEIRA LITORAL E ALTA [a)]	9.17%	-	43 909	-	1 290	-
LUSOSCUT GRANDE PORTO [a)]	9.17%	-	23 788	-	87	-
ASCENDI [a)]	16.38%	-	1 972	-	(28)	-
RODI SINKS & IDEAS	25.29%	25,29%	5 773	5 560	213	(168)
Outras	-	-	53 530	35 660	7 269	2 426
			644 506	**573 700**	**(20 290)**	**31 907**

a) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.
b) Inclui *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros e *value-in-force* no valor de 50 225 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 54 126 milhares de euros).

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**573 700**	**571 563**
Alienações	(4 460)	(10 534)
Aquisições [b]	136 452	43 140
Resultado de associadas	(20 290)	31 907
Reserva de justo valor de associadas [a]	(29 616)	(24 063)
Dividendos recebidos	(28 588)	(33 249)
Diferenças de câmbio e outras [b]	17 308	(5 064)
Saldo final	**644 506**	**573 700**

(a) Corresponde essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida.
(b) Em 2008 corresponde essencialmente aos movimentos de consolidação das Lusoscut Beira Litoral, Lusoscut Grande Porto e Lusoscut Costa de Prata e Perote-Xalapa.

Nota 28 - Outros Activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	314 414	208 910
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	148 964	128 695
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	43 046	52 742
Contas caução	359 237	126 295
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	133 398	133 010
Sector público administrativo	51 526	42 498
Outros devedores diversos	278 952	143 980
	1 329 537	**836 130**
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(18 003)	(12 099)
	1 311 534	**824 031**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 505	13 423
Outros activos	85 568	45 023
	99 073	**58 446**
Proveitos a receber	**54 959**	**71 392**
Despesas com custo diferido	**139 383**	**111 273**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	166 021	5 016
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	107 512	412 072
Outras operações a regularizar	160 098	92 242
	433 631	**509 330**
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	126 359	100 633
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(6 948)	(8 951)
	119 411	**91 682**
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 12)	**962 925**	**568 046**
	3 120 916	**2 234 200**

Os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 118 500 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de Dezembro de 2007: 118 500 milhares de euros).

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 106 104 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 79 823 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**21 050**	**19 950**
Dotações	11 015	3 967
Utilizações	(319)	-
Reversões	(2 829)	(442)
Outros [(a)]	(3 966)	(2 425)
Saldo final	**24 951**	**21 050**

(a) Inclui imparidade transferida para Activos não correntes detidos para venda (6 143 milhares de euros), no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 24).

Nota 29 - Recursos de Bancos Centrais

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	100 000	-
Depósitos	40 505	71 102
Outros recursos	1 300 000	-
	1 440 505	**71 102**
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	3 369 953	1 762 012
Operações com acordo de recompra	-	54 508
	3 369 953	**1 816 520**
	4 810 458	**1 887 622**

Os outros recursos do sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 1 300 milhões de euros, encontra-se caracterizado por títulos de carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 39).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	4 283 333	1 843 714
De 3 meses a um ano	527 125	43 908
	4 810 458	**1 887 622**

Nota 30 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
No país		
Empréstimos	21	1 512
Mercado monetário interbancário	46 314	37 814
Depósitos	1 165 898	1 176 055
Recursos a muito curto prazo	73 112	37 353
Operações com acordo de recompra	1 664	1 571
Outros recursos	1 072	5 599
	1 288 081	**1 259 904**
No estrangeiro		
Depósitos	3 328 035	2 867 043
Empréstimos	1 645 745	2 120 707
Recursos a muito curto prazo	694 520	241 620
Operações com acordo de recompra	433 247	497 507
Outros recursos	292 110	109 868
	6 393 657	**5 836 745**
	7 681 738	**7 096 649**

A 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica incluía 1 670 084 milhares de euros de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	4 165 934	3 634 217
De 3 meses a um ano	1 080 970	1 055 290
De um a cinco anos	2 075 172	1 628 873
Mais de cinco anos	359 662	778 269
	7 681 738	**7 096 649**

Nota 31 - Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 874 132	9 938 448
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	13 383 655	9 281 688
Outros	14 753	30 970
	13 398 408	**9 312 658**
Depósitos de poupança		
Reformados	83 536	121 998
Outros	1 616 750	1 912 976
	1 700 286	**2 034 974**
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	1 820 566	1 426 814
Outros	593 362	1 062 136
	2 413 928	**2 488 950**
	26 386 754	**23 775 030**

Esta rubrica inclui 122 630 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 191 345 milhares de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Exigível à vista	8 874 132	9 938 448
Exigível a prazo		
Até 3 meses	11 964 393	9 472 037
De 3 meses a um ano	4 028 676	2 344 846
De um a cinco anos	463 960	626 063
Mais de cinco anos	1 055 593	1 393 636
	17 512 622	**13 836 582**
	26 386 754	**23 775 030**

Nota 32 - Responsabilidades Representadas por Títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Euro Medium Term Notes (EMTN) [a]	10 130 109	11 711 322
Obrigações de caixa	5 563 026	5 913 198
Certificados de depósitos	3 522 854	5 899 817
Obrigações hipotecárias	2 663 350	-
Outros	2 717 343	789 254
	24 596 682	**24 313 591**

(a) Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de EMTN inclui 179,9 milhões de euros de *Extendible Notes* 31 de Dezembro de 2007: 882,3 milhões de euros).

O justo valor da carteira de Responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na Nota 43.

Esta rubrica inclui 1 722 827 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 101 126 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Durante o exercício de 2008, o Grupo BES procedeu à emissão de obrigações hipotecárias no valor 2 500 milhões de euros no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating*
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 339 189	25/1/08	25/1/11	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	1 324 161	21/7/08	21/7/10	Anual	5,50%	AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende a cerca de 2 722 664 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008 (ver Nota 21).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nos débitos representados por títulos foi o seguinte:

milhares de euros

	Saldo em 31.12.2007	Emissões	Reembolsos	Recompras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2008
Euro Medium Term Notes (EMTN)	11 711 322	1 790 414	(3 328 030)	(106 642)	63 045	10 130 109
Obrigações de caixa	5 913 198	2 785 401	(802 433)	(2 476 852)	143 712	5 563 026
Certificados de depósitos	5 899 817	-	[b] (2 318 539)	(16 113)	(42 311)	3 522 854
Obrigações hipotecárias	-	2 500 000	-	(2 062)	165 412	2 663 350
Outros	789 254	4 921 522	(3 072 239)	(69 186)	147 992	2 717 343
	24 313 591	**11 997 337**	**(9 521 241)**	**(2 670 855)**	**477 850**	**24 596 682**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial
b) No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor dos mesmos é apresentado pelo líquido

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de Recompras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre valor de balanço é reconhecido em resultados.

A duração residual de Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	5 245 217	5 784 477
De 3 meses a um ano	3 161 303	3 904 911
De um a cinco anos	11 700 981	9 061 863
Mais de cinco anos	4 489 181	5 562 340
	24 596 682	**24 313 591**

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

milhares de euros

			31.12.2008				
Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BESLEAS.IMOB.00		EUR	2000	391	2010	Euribor 6 meses + 0.57%
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001		EUR	2001	15 286	2009	Taxa fixa - 5,53%
BES	BES Euro Renda		EUR	2002	22 514	2010	Taxa fixa - 5,39%
BES	BES-T.14,5%MAIO	a)	EUR	2004	4 693	2014	Euribor 12 meses
BES	BEF 2004/2014		EUR	2004	55 682	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
BES	BES 12/01/2009	a)	USD	2005	680	2009	US LIbor 6 meses
BES	BIC EURO VALOR		EUR	2005	9 847	2010	Euribor 6 meses + 3,00%
BES	BEF 24ªEM		EUR	2005	13 091	2010	taxa fixa - 4,50%
BES	BEF 2005/2010		EUR	2005	17 206	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
BES	BEF 2005/2011		EUR	2005	4 836	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
BES	BIC SNOWBL ABR0		EUR	2005	11 117	2012	Euribor 6 meses
BES	BEF 2005/2012		EUR	2005	15 053	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
BES	BES TARGET 10%		EUR	2005	4 245	2013	Taxa fixa - 5,00%
BES	BIC E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	2 884	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano
BES	BES-E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	8 240	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	2 403	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	1 808	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano
BES	BES ER3,75%0805	a)	EUR	2005	2 400	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano
BES	BES COMMODIT 7%	a)	EUR	2005	1 733	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES FEV 2009		EUR	2006	6 738	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES	BES BRIC MAR.06	a)	EUR	2006	5 197	2009	b)
BES	BES CR.JAP O PL	a)	EUR	2006	4 788	2009	Nikkei 225
BES	BLF L		EUR	2006	20 422	2011	Taxa fixa - 4,74%
BES	Certificados de depósito		EUR	2007	329 648	2009	3,00 % - 5,60%
BES	Certificados de depósito		USD	2007	11 601	2009	4,37% - 5,40%
BES	BES INF.ESTR.07	a)	EUR	2007	1 930	2009	c)
BES	BES I.EST. 07		EUR	2007	2 933	2009	c)
BES	BES JAPÃO FEV07	a)	EUR	2007	4 114	2010	Nikkei 225
BES	BES DUE 2010		EUR	2007	399 982	2010	Euribor 3 meses + 0,09%
BES	BES 4,125% 2010		EUR	2007	52 496	2010	Taxa fixa - 4,125%
BES	BES BRIC MAR.07	a)	EUR	2007	7 395	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return
BES	BES DUE MAIO 10		EUR	2007	501 984	2010	Euribor 3 meses + 0,07%
BES	BES EN.ALT.2010	a)	EUR	2007	4 792	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return
BES	BES DUE 2012		EUR	2007	1 001 258	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES DUE 2013		EUR	2007	502 730	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14		EUR	2007	495 812	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES BENS AGRIC.	a)	EUR	2008	2 986	2010	Indexado Cabaz Commodities
BES	BES OP. FEV.08	a)	EUR	2008	858	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50
BES	BES OP. MAR.08	a)	EUR	2008	1 337	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50
BES	BES DUE MAIO 10		EUR	2008	1 225 263	2010	Euribor 3 meses + 0,80%
BES	BES COMM.MAI.08	a)	EUR	2008	2 889	2010	Indexado Cabaz Commodities
BES	BEF Junho2008/Junho2010		EUR	2008	7 377	2010	Taxa fixa 6,047 %
BES	BES COMM.JUN.08	a)	EUR	2008	826	2010	Indexado Cabaz Commodities
BES	BES 21/07/2010 (obrigações hipotecárias)		EUR	2008	1 324 161	2010	Taxa fixa 5,5%
BES	BEF Junho2008/Dezembro2010		EUR	2008	40 344	2010	Taxa fixa 6,047 %
BES	BES 25/01/2011 (obrigações hipotecárias)		EUR	2008	1 339 189	2011	4,38%
BES	BEF 07_2008//07_2011		EUR	2008	124 363	2011	Taxa fixa 6,138%
BES	BES DUE 2033 0		EUR	2008	35 434	2033	Cupão 0
BES	BES DUE 2034 0		EUR	2008	34 245	2034	Cupão 0
BES	BES DUE 2035 0		EUR	2008	33 246	2035	Cupão 0
BES	BES DUE 2036 0		EUR	2008	32 282	2036	Cupão 0
BES	BES DUE 2037 0		EUR	2008	31 393	2038	Cupão 0
BES	BES DUE 2038 0		EUR	2008	31 105	2038	Cupão 0
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 6 2001		EUR	2001	52 080	2009	Taxa fixa - 5,43%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 7 2001		EUR	2001	52 049	2009	Taxa fixa - 5,41%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 8 2001		EUR	2001	52 034	2009	Taxa fixa - 5,45%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 9 2001		EUR	2001	52 008	2009	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 10 2001		EUR	2001	52 027	2010	Taxa fixa - 5,53%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 11 2001		EUR	2001	51 988	2010	Taxa fixa - 5,57%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 12 2001		EUR	2001	51 953	2010	Taxa fixa - 5,58%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 13 2001		EUR	2001	51 966	2010	Taxa fixa - 5,73%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2001		EUR	2001	52 536	2011	Taxa fixa - 5,68%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 14 2001		EUR	2001	51 953	2011	Taxa fixa - 5,80%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 15 2001		EUR	2001	53 944	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 16 2001		EUR	2001	53 938	2011	Taxa fixa - 5,90%

milhares de euros

				31.12.2008			
Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	39 395	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	39 421	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 29 2001		EUR	2001	52 532	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 30 2001		EUR	2001	50 450	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 17 2001		EUR	2001	54 422	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001		EUR	2001	51 821	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 19 2001		EUR	2001	51 846	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001		EUR	2001	51 797	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 21 2001		EUR	2001	51 755	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 22 2001		EUR	2001	77 613	2013	Taxa fixa - 6,08%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001		EUR	2001	82 044	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 24 2001		EUR	2001	77 193	2014	Taxa fixa - 6,01%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001		EUR	2001	82 141	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 26 2001		EUR	2001	76 988	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	82 431	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002		EUR	2002	56 894	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002		EUR	2002	6 117	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	58 662	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	96 619	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	123 092	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10		USD	2003	55 313	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13		USD	2003	62 777	2013	Taxa fixa - 4,82%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13		USD	2003	62 977	2013	Taxa fixa - 4,83%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13		USD	2003	55 036	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13		USD	2003	55 041	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13		EUR	2003	81 874	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13		EUR	2003	82 033	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13		EUR	2003	76 025	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13		EUR	2003	81 755	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2003	23 588	2013	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15		USD	2003	61 870	2015	Taxa fixa - 5,06%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15		USD	2003	61 802	2015	Taxa fixa - 5,01%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18		USD	2003	64 178	2018	Taxa fixa - 5,37%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	79 487	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	13 711	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	83 882	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	2004	4 262	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	2004	1 632	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	11 864	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	29 276	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	7 015	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	5 845	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14		USD	2004	55 320	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17		USD	2004	37 640	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19		USD	2004	37 588	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2008	34 644	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias		EUR	2008	153 769	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias		EUR	2008	80 368	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias		EUR	2008	81 612	2016	Taxa fixa 4,25%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		EUR	2007	1 028 482	2009	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		GBP	2007	511 810	2009	5,51% - 6,72%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		USD	2007	806 040	2009	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		AUD	2008	73 987	2009	7,35%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito		USD	2007	357 540	2009	4,41% - 5,53%
BES Açores	BES Açores Outubro 2006		EUR	2006	20 101	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES Açores Dezembro 2006		EUR	2006	28 138	2009	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES AÇORES 2007		EUR	2007	23 599	2010	Euribor 6 meses + 0,35%
BES Açores	BES AÇORES DEZ. 08		EUR	2008	30 060	2011	Euribor 3 meses + 1,25%
BES Finance	EMTN 36		EUR	2004	605 567	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	EMTN 29		EUR	2004	602 760	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30		EUR	2004	302 872	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 37		EUR	2004	24 418	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 41		EUR	2005	503 394	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44		EUR	2005	300 678	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 39		EUR	2005	101 079	2015	Euribor 3 meses + 0,23%

				31.12.2008			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BES Finance	EMTN 40	a)	EUR	2005	147 254	2035	d)
BES Finance	EMTN 50		EUR	2006	302 609	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 54		EUR	2006	750 411	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 48		EUR	2006	750 208	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a)	GBP	2006	61 382	2011	Libor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 51		CZK	2006	18 644	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 53		EUR	2006	501 170	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	Extendible Notes	a)	USD	2007	179 930	2009	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Exchangeable Notes		USD	2008	648 214	2011	e)
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a)	EUR	2005	2 523	2010	f)
BESI	BESI MULTIESTRATEGIA MAR2010	a)	EUR	2005	2 501	2010	g)
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a)	EUR	2005	1 514	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11		EUR	2005	4 143	2011	Indexado a Câmbio e Taxa de Juro
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015		EUR	2005	2 370	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI CERT DUAL5%+SX5E JUN09	a)	EUR	2006	2 259	2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009		EUR	2006	285	2009	Taxa Fixa 14.75%
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011		EUR	2006	3 898	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14		EUR	2006	3 616	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a)	EUR	2006	2 917	2014	Taxa Fixa 6.6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	2006	2 861	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI ZERO COUPON JAN2009	a)	EUR	2008	48 032	2009	Cupão Zero
BESI	BESI FIX RAT NOTE 5.308% MAY2009	a)	EUR	2008	124 163	2009	Taxa Fixa 5,308%
BESI	BESI FIX RAT NOTE 5.26% JUN2009	a)	EUR	2008	47 893	2009	Taxa Fixa 5,26%
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE AUG2009	a)	EUR	2008	21 251	2009	Cupão Zero
BESI	12-CDB A		BRL	2008	385 997	2009	1,30%
BESI	12-CDB B		BRL	2008	12 573	2009	1,30%
ES Investment Plc	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII		EUR	1999	2 589	2009	Euribor 6M (Capped 8%)
ES Investment Plc	ESIP JAN01/JAN11 CRDLKD US 11.85a)		USD	2001	1 877	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT APR2010		EUR	2002	279	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP		EUR	2002	7 054	2017	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a)	EUR	2003	12 930	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M		EUR	2003	5 043	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M		EUR	2003	6 545	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EURCRE CRDLINK NOV09	a)	EUR	2004	2 088	2009	Indexado a risco de crédito
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	a)	EUR	2004	5 782	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014		EUR	2004	3 643	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	a)	EUR	2004	7 264	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09		EUR	2005	3 681	2009	Taxa Fixa + i)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010		EUR	2005	328	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	a)	EUR	2005	1 223	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11		EUR	2005	511	2011	i)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013		EUR	2005	4 454	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015		EUR	2005	2 290	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a)	EUR	2005	7 820	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + j)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15		EUR	2005	192	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	a)	EUR	2005	1 291	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015		EUR	2005	4 561	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN		EUR	2005	2 290	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017		EUR	2005	969	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL		EUR	2005	9 087	2035	Euribor 12 meses + k)
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036		EUR	2005	11 592	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR	a)	EUR	2006	1 664	2009	l)
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD	a)	USD	2006	617	2009	l)
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	a)	EUR	2006	1 261	2009	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD	a)	USD	2006	1 593	2009	m)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10		EUR	2006	2 809	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	a)	EUR	2006	6 318	2011	ES Investment Plc
ES Investment Plc	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	a)	EUR	2006	1 516	2011	Indexado a Taxa de Juro Digital
ES Investment Plc	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a)	EUR	2006	8 358	2012	j)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016		EUR	2006	4 135	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021		USD	2006	5 988	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021		USD	2006	3 459	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR3M+9BPS JAN2009		EUR	2007	198 545	2009	Euribor 3M
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M APRIL2009		EUR	2007	15 533	2009	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 TOPIX LINKED	a)	EUR	2007	3 081	2009	Indexada a Topix
ES Investment Plc	ESIP JUL2009 SX5E LINKED	a)	EUR	2007	1 465	2009	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP AUG2009 EQL BASKET	a)	EUR	2007	7 886	2009	o)

				31.12.2008			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
ES Investment Plc	ESIP 23OCT2008 ESTOXX50 LINKED		EUR	2007	1 900	2009	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	962	2010	p)
ES Investment Plc	ESIP JUL2010 EQUITY BASKET LKD	a)	EUR	2007	687	2010	q)
ES Investment Plc	ESIP DEC2010 CLIQUET MSCI BRAZIL	a)	USD	2007	1 436	2010	Indexada a MSCI Brasil
ES Investment Plc	ESIP CIMPOR FIN CRD LKD MAY2011	a)	EUR	2007	9 841	2011	j)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	4 297	2011	r)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a)	EUR	2007	11 380	2011	s)
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	a)	EUR	2007	1 860	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular
ES Investment Plc	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a)	EUR	2007	3 684	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	1 021	2012	t)
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a)	EUR	2007	4 367	2012	u)
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	a)	EUR	2007	3 478	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	2007	756	2012	Commodity Linked
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a)	USD	2007	1 265	2014	v)
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a)	EUR	2007	4 439	2015	j)
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	4 296	2017	p)
ES Investment Plc	ESIP 7% RANGE ACC SEPTEMBER2017		USD	2007	3 783	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED JUN2019		EUR	2007	23 078	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE ZERO COUPON NOV37		EUR	2007	2 867	2037	Juro composto
ES Investment Plc	ESIP JAN2009 SX5E LINKED	a)	EUR	2008	1 056	2009	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP FEB2009 ESTOXX50 LINKED	a)	EUR	2008	596	2009	Indexada ao BSCH
ES Investment Plc	ESIP FEB2009 ESTOXX50 LINKED 2	a)	EUR	2008	1 238	2009	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 REV CONV BASKET LNK	a)	EUR	2008	2 156	2009	Indexada a BCP, Barclays e BSCH
ES Investment Plc	ESIP STD CRD LINKED JUL2009	a)	USD	2008	4 306	2009	w)
ES Investment Plc	ESIP SEP2009 EQL LINKED	a)	EUR	2008	2 527	2009	y)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 EMERGING NOT LINKED	a)	EUR	2008	1 516	2009	z)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD	a)	EUR	2008	1 419	2009	aa)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 3	a)	USD	2008	927	2009	ab)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 2	a)	EUR	2008	242	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 4	a)	USD	2008	273	2009	ad)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 EQL LINKED	a)	EUR	2008	961	2009	ae)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 WRC BZ SHARE LKD	a)	USD	2008	205	2009	af)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 EQL LINKED	a)	EUR	2008	953	2009	ag)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 WRC BZ SHARE LKD 2	a)	EUR	2008	2 025	2009	ah)
ES Investment Plc	ESIP FEB2010 ESTOXX50 LINKED	a)	EUR	2008	2 668	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP MAR2010 WRC BZ SHARE LKD	a)	EUR	2008	695	2010	ah)
ES Investment Plc	ESIP APR10 INDX BASQ LINQ 80%	a)	EUR	2008	1 094	2010	ai)
ES Investment Plc	ESIP APR10 INDX BASQ LINQ 90%	a)	EUR	2008	4 393	2010	ai)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 80% II	a)	EUR	2008	2 832	2010	ai)
ES Investment Plc	ESIP MAY2010 SAN IBE LINKED	a)	EUR	2008	1 548	2010	Indexada a BSCH e Iberdrola
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LINKED JUL2010	a)	USD	2008	775	2010	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 LUXURY GOODS	a)	EUR	2008	3 738	2011	aj)
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA II BSK	a)	EUR	2008	2 885	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	5 621	2011	p)
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA BASKET	a)	EUR	2008	3 062	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 CLIQUET MSCI BRAZIL	a)	EUR	2008	2 202	2011	Indexado MSCI Brasil
ES Investment Plc	ESIP MAR2011 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2008	3 596	2011	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAR2011 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	6 215	2011	p)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 80%	a)	EUR	2008	3 833	2011	ak)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 90%	a)	EUR	2008	4 209	2011	ak)
ES Investment Plc	ESIP APR2011 FX EUR USD LKD	a)	USD	2008	2 801	2011	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAY2011 AGRICULTURE LINKED	a)	EUR	2008	1 654	2011	Indexada a DBLCI-OY Agriculture
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LINKED MAY2011	a)	EUR	2008	780	2011	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LKD MAY2011	a)	EUR	2008	1 128	2011	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAY2011 INDEX BASKET LINKED	a)	EUR	2008	832	2011	al)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 SAN TEF LINKED	a)	EUR	2008	924	2011	Indexada a Telefonica e BSCH
ES Investment Plc	ESIP FTD CRD LINKED JUN2011	a)	EUR	2008	7 344	2011	am)
ES Investment Plc	ESIP AUG2011 INDEX BASKET LINKED	a)	EUR	2008	3 839	2011	an)
ES Investment Plc	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINK	a)	EUR	2008	2 328	2011	p)
ES Investment Plc	ESIP AUG2011 EQL BSKT LINK	a)	USD	2008	699	2011	Indexada a BBVA, Iberdrola e Telefonica
ES Investment Plc	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINKED	a)	EUR	2008	4 316	2011	Indexada à Inflação Francesa e ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP SEP2011 INDEX BASKET LINKED	a)	EUR	2008	1 519	2011	ao)
ES Investment Plc	ESIP SEP2011 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2008	2 421	2011	ap)
ES Investment Plc	ESIP SEP2011 INDEX BASKET LKD 2	a)	EUR	2008	376	2011	al)
ES Investment Plc	ESIP SEP2010 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2008	476	2011	aq)
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 SX5E LINKED	a)	EUR	2008	1 084	2011	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	3 569	2012	ar)

				31.12.2008			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
ES Investment Plc	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a)	EUR	2008	721	2012	as)
ES Investment Plc	ESIP APR2013 EURTRY LKD	a)	EUR	2008	6 611	2013	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	2008	2 312	2013	Indexada a AEGON
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	2008	3 339	2013	as)
ES Investment Plc	ESIP OCT13 EURBRL LINKED BRL	a)	EUR	2008	1 463	2013	Indexada a âmbito
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	2008	2 074	2016	ZC + j)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	2008	4 758	2016	Taxa Fixa 6.30% + j)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	2008	1 398	2016	Euribor 3M + 2.20% + j)
ES Investment Plc	ESIP FEB2018 EQL LINKED	a)	EUR	2008	4 669	2018	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP MAY2021 BBVA LINKED	a)	EUR	2008	6 893	2021	Indexada ao BBVA
ES Investment Plc	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	5 400	2012	Indexada ao BSCH
ES Plc	Papel comercial		USD	2008	7 185	2009	Taxa fixa 0,95%
ES Plc	Papel comercial		GBP	2008	209 825	2009	Taxa fixa 2,35%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	51 455	2009	Taxa fixa 2,6%
ES Plc	Papel comercial		GBP	2008	211 927	2009	Taxa fixa 2,1%
ES Plc	Papel comercial		USD	2008	79 720	2009	Taxa fixa 1,45%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	9 982	2009	5,10%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	49 899	2009	Taxa fixa 2,5%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	19 900	2009	Taxa fixa 4,3%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	74 652	2009	Taxa fixa 2,75%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	148 944	2009	Taxa fixa 2,9%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	74 466	2009	Taxa fixa 2,9%
ES Plc	Papel comercial		EUR	2008	49 258	2009	Taxa fixa 2,98%
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13		EUR	2003	25 398	2013	Taxa fixa - 4,74%
BESIL	BESIL STEP UP 08/27/13		EUR	2003	25 419	2013	Taxa fixa - 4,75%
BESIL	BESIL STEP UP 09/16/13		EUR	2003	25 360	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13		EUR	2003	25 289	2013	Taxa fixa - 4,84%
BESIL	BESIL STEP UP 07/21/14		USD	2004	18 460	2014	Taxa fixa - 6,06%
BESIL	BESIL LTD 5.41% 21/07/14		USD	2004	80 338	2014	Taxa fixa - 5,41%
BESIL	BESIL STEP UP 02/02/17		USD	2004	18 862	2017	Taxa fixa - 5,42%
BESIL	BESIL LTD 5.515% 02/02/17		USD	2004	63 910	2017	Taxa fixa - 5,515%
BESIL	BESIL STEP UP 02/11/19		USD	2004	18 835	2019	Taxa fixa - 5,37%
BESIL	BESIL LTD 5.7065% 11/02/19		USD	2004	65 061	2019	Taxa fixa - 5,7065%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,89%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	7 134	2009	2,90%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,90%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,90%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,90%
BESNAC	Papel comercial		USD	2008	35 859	2009	2,90%
Lusitano SME nº 1	Class A asset backed floating rate notes		EUR	2006	763 945	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME nº 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes		EUR	2006	40 974	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME nº 1	Class C asset backed floating rate notes		EUR	2006	34 073	2028	Euribor + 2,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	755 513	2060	Euribor + 0,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	27 582	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	23 289	2060	Euribor + 0,45%
Lusitano Mortgage nº 6	Class D Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	9 814	2060	Euribor + 0,85%
Lusitano Mortgage nº 6	Class E Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	22 858	2060	Euribor + 2,70%
					24 596 682		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
b) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa
c) Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On)
d) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
e) Taxa fixa de 1,25% com a opção de, na maturidade, os detentores obterem acções do Bradesco em vez da remuneração do capital
f) Indexado a cabaz composto pelas acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular
g) Indexado a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return
h) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor
i) Indexado a câmbio e taxa de juro
j) Indexado a risco de crédito
k) Indexado a reverse floater
l) Indexado a cabaz composto pelos índices S&P 500 e Nikkei
m) Indexado a cabaz composto por acções ABN, BBVA, BSCH, BCP e COMMERZBANK
n) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, S&P 500, Nasdaq, Hang Seng e Topix
o) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, TOPIX, BOVESPA, Hang Seng China
p) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
q) Indexado a cabaz composto pelas acções AXA, Alianz e ING.
r) Indexado a cabaz composto pelas acções EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld
s) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, iShares MSCI Pacific ex-Japan
t) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix

u) Indexado a cabaz composto pelas acções BCP, EDP, Brisa e PT.
v) Indexado a cabaz composto pelas acções BBVA e BSCH
w) Indexada a Crédito (Second to default) sobre Merril Lynch, Morgan Stanley, Lehman Brothers e Goldman Sachs.
y) Indexada a cabaz de Acções Petrochina, Turkcell, Banco Bradesco e Gazprom
z) Indexada a Cabaz de Acções Petrochina, Turkcell, Petrobras e Gazprom
aa) Indexada a Cabaz de Acções Petroleo Brasileiro, China Petroleum e Banco Bradesco.
ab) Indexada a Cabaz de Acções BHP Biliton, Banco Bradesco, China Petroleum e Companhia de Bebidas.
ac) Indexada a Cabaz de Acções Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco e Companhia de Vale Rio Doce
ad) Indexada a Cabaz de Acções Petrobras, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce e Companhia Siderurgia Nacional
ae) Indexada a Cabaz de Acções Petroleo Brasileiro, Apple Inc, Companhia Vale Rio Doce e Companhia de Bebidas das Americas
af) Indexada a Cabaz de Acções Petrobras, Unibanco, Companhia Vale Rio Doce e Apple
ag) Indexada a Cabaz de Acções Bayer, Electridade de França, Iberdrola e Siemens
ah) Indexada a Cabaz de Acções First Solar inc, Suntech Power e Sunpower Corp
ai) Indexada a Cabaz de Índices MSCI Taiwan, Hang Seng, Hang Seng China Enterprises, Nifty, Kospi200, MSCI Singapore
aj) Indexado a cabaz de LVMH, Christian Dior, Philips, Pinault Pritemps, Nokia, Bulgari, Porsche, Swatch, Burberry, Daimler
ak) Indexada a Cabaz de Índices DAX, Russian Depositary, CECE Traded
al) Indexada a Cabaz de índices DBIX India, Russian Depositary, Hang Seng e MSCI Brasil.
am) Indexada a Credito (First to default) sobre Brisa, Bancaja, Portugal Telecom, Cimpor e Repsol
an) Indexada a Cabaz de índices DJ Eurostoxx 50 SP500, Nikkei 225 e Swiss Market Index.
ao) Indexada a Cabaz de Acções Telefonica, Total e Coca-Cola
ap) Indexada a IBOXX Eurozone, SP GSCI Excess Return, EUR/USD e DJ Eurostoxx 50
aq) Indexada a Cabaz de Acções Total, EON, Telefonica, Eni SPA, France Telecom, Deutsche Telecom, General Electric, Louis Vuitton, Allianz e Fortis
ar) Indexada a cabaz de acções EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld
as) Indexada a Cabaz de Acções BBVA, Repsol e Telefonica
ar) Indexado a West Texas Intermediate Light Sweet Crude Oil, Natural Gas e API 2 Steam Coal

Nota 33 - Provisões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

milhares de euros

	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**1 686**	**138 196**	**139 882**
Reforços / (reposições)	23 363	2 045	25 408
Utilizações	(848)	(7 560)	(8 408)
Diferenças de câmbio e outras	-	(12 932)	(12 932)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**24 201**	**119 749**	**143 950**
Reforços / (reposições)	5 688	14 158	19 846
Utilizações	(22 049)	(10 182)	(32 231)
Diferenças de câmbio e outras	-	(354)	(354)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**7 840**	**123 371**	**131 211**

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2008 encontram-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA, e sua transformação em sucursal do BES, foi constituída uma provisão no valor de 23,4 milhões de euros para encargos com o referido processo. Em 2008, o processo de reestruturação foi interrompido tendo sido reposta uma parte da provisão constituída, no valor de 9,2 milhões de euros, referentes a compromissos ainda não assumidos. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 6,0 milhões de euros desta provisão.

No exercício de 2008, foi constituída uma provisão para reestruturação no valor de 14,9 milhões de euros para suportar os custos inerentes ao "Projecto de Reestruturação 20-10". Este projecto é composto por diversas iniciativas, sendo de destacar a integração da subsidiária BES Leasing e Factoring no BES. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 0,4 milhões de euros desta provisão. As utilizações do ano, no valor de 14,5 milhões de euros, incluem aproximadamente 8 milhões de euros referentes a custos com reformas antecipadas (ver Nota 12).

As outras provisões, cujo valor ascende a 123 371 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 119 749 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 33,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 38,6 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 17,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 7,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de cerca de 53,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 52,4 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 19,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 21,2 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Nota 34 - Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Instrumentos financeiros derivados	10 849	9 654	(73 756)	(73 588)	(62 907)	(63 934)
Activos financeiros disponíveis para venda	56 974	7 945	(32 965)	(271 747)	24 009	(263 802)
Crédito a clientes	149 612	101 770	-	-	149 612	101 770
Outros activos tangíveis	-	-	(10 930)	(8 922)	(10 913)	(8 922)
Activos intangíveis	158	197	-	-	158	197
Investimentos em subsidiárias e associadas	26 535	2 361	(48 418)	(28 923)	(21 883)	(26 562)
Provisões	18 459	24 025	-	(4 327)	18 459	19 698
Pensões	16 499	16 111	(42 782)	(37 941)	(26 283)	(21 830)
SAMS	27 176	21 812	-	-	27 176	21 812
Prémios de antiguidade	6 965	6 470	-	-	6 965	6 470
Outros	119	5 481	(6 508)	(4 025)	(6 389)	1 456
Prejuízos fiscais reportáveis	6 318	1 690	-	-	6 318	1 690
Imposto diferido activo/(passivo)	**319 664**	**197 516**	**(215 359)**	**(429 473)**	**104 305**	**(231 957)**
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(177 911)	(173 570)	177 911	173 570	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**141 753**	**23 946**	**(37 448)**	**(255 903)**	**104 305**	**(231 957)**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**(231 957)**	**(88 903)**
Reconhecido em resultados	67 486	(65 630)
Reconhecido em reservas de justo valor	268 874	(83 689)
Reconhecido em outras reservas	2 506	7 771
Variação cambial e outros	(2 604)	(1 506)
Saldo final Activo / (Passivo)	**104 305**	**(231 957)**

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2008 e 2007 teve as seguintes origens:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	(1 027)	-	48 155	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(18 937)	(268 874)	1 232	83 689
Crédito a clientes	(47 842)	-	(38 970)	-
Outros activos tangíveis	2 008	-	43	-
Activos intangíveis	39	-	854	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	(4 679)	-	3 914	-
Provisões	1 239	-	8 562	-
Pensões	7 794	(3 341)	(18 918)	(5 013)
SAMS	(5 364)	-	(549)	-
Prémios de antiguidade	(495)	-	(945)	-
Outros	4 405	835	(1 184)	(2 758)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	-	19 958	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(4 627)	-	43 478	-
Imposto Diferido	(67 486)	(271 380)	65 630	75 918
Impostos Correntes	150 984	3 831	86 916	5 720
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	**83 498**	**(267 549)**	**152 546**	**81 638**

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 3 341 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 186 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções (31 de Dezembro de 2007: 5 013 milhares de euros e 372 milhares de euros, respectivamente).

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		**510 643**		**787 619**
Taxa de imposto do BES	26,5		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		135 320		208 719
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(1,6)	(8 234)	(1,3)	(9 913)
Dividendos excluídos de tributação	(7,3)	(37 392)	(2,4)	(19 105)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(5,2)	(26 999)	(4,9)	(38 566)
Mais-valias não tributadas	(0,4)	(2 012)	(1,6)	(12 482)
Alterações de estimativas	(0,0)	(23)	2,4	18 566
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	0,3	1 741	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	2,3	11 860	0,7	5 866
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	1,1	5 377	(1,1)	(8 455)
Custos não dedutíveis	0,7	3 460	0,6	4 487
Outros	(0,0)	(155)	0,4	3 429
	16,4	**83 498**	**19,4**	**152 546**

Nota 35 - Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações	1 649 819	886 815
Empréstimos	228 527	159 319
Obrigações perpétuas	950 637	1 048 681
	2 828 983	**2 094 815**

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

milhares de euros

Empresa emitente	Designação	31.12.2008				
		Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BES (sucursal de Caimão)	Empréstimos subordinados	2005	237 831	228 528	3,95%	2015
BES Finance	Obrigações subordinadas	1999	35 925	36 253	7,80%	2009
BES Finance	Obrigações subordinadas	2000	300 000	316 394	6,63%	2010
BES Finance	Obrigações subordinadas	2001	400 000	414 355	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	2002	500 000	392 861	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	2004	500 000	342 754	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	2008	20 000	20 138	6,13%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	2003	10 000	9 660	5,50%	2033
BESI	Obrigações subordinadas	2005	60 000	59 735	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	2007	21 184	16 975	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	2008	2 158	2 287	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	2008	8 632	9 008	1,30%	2015
BES	Obrigações subordinadas	2001	7 000	506	6,05%	2011
BES	Obrigações subordinadas	2004	25 000	25 312	6,31%	2014 b)
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	2005	15 000	15 022	5,38%	2015 a)
BES	Obrigações subordinadas	2008	40 650	41 651	4,43%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	90 000	92 224	6,13%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	50 000	50 200	4,99%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	150 000	152 909	6,13%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	150 000	152 424	6,13%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	75 964	76 714	6,13%	2018
BES	Obrigações subordinadas	2008	118 547	119 122	6,13%	2019
BES	Obrigações subordinadas	2008	53 939	53 952	6,13%	2019
			2 871 830	**2 828 983**		

a) Data da *call option*
b) Com *call option* de exercício em 2009

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nos passivos subordinados foi o seguinte:

milhares de euros

	Saldo em 31.12.2007	Emissões	Reembolsos	Recompras (líquidas)	Outros Movimentos	Saldo em 31.12.2008
Obrigações	886 815	760 882	-	(12 734)	14 856	1 649 819
Empréstimos	159 319	20 000	-	(19 090)	68 298	228 527
Obrigações perpétuas	1 048 681	-	-	(122 632)	24 588	950 637
	2 094 815	**780 882**	**-**	**(154 456)**	**107 742**	**2 828 983**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de recompras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de recompra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das recompras efectuadas em 2008, o Grupo reconheceu um ganho de 27,9 milhões de euros.

Nota 36 - Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	49 609	49 530
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	49 641	48 527
Contas caução	185 462	40 924
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 12)	-	87 176
Credores por operações sobre valores mobiliários	187 395	204 522
Credores por fornecimento de bens	73 562	106 046
Credores por contratos de factoring	15 979	9 369
Outros credores	241 430	142 551
	803 078	**688 645**
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	27 412	23 625
Outros custos a pagar	147 384	130 405
	174 796	**154 030**
Receitas com proveito diferido	**12 078**	**10 347**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	90 450	466 435
Operações cambiais a liquidar	128 799	27 306
Outras operações a regularizar	107 069	178 217
	326 318	**671 958**
	1 316 270	**1 524 980**

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na nota 2.6, a aguardar liquidação.

Nota 37 - Capital, Prémios de Emissão, Acções Próprias e Acções Preferenciais

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	31.12.2008	31.12.2007
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	40,00%	40,00%
Credit Agricole, SA	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, SA [1]	3,05%	3,05%
Grupo Credit Suisse	2,70%	-
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA [2]	2,62%	2,62%
Fundo de Pensões BES	2,22%	-
Hermes Pensions Management Limited	2,02%	2,03%
Outros	36,58%	41,49%
	100,00%	**100,00%**

(1) - Sociedade de direito Português totalmente detida pelo Banco Bradesco (Brasil)
(2) - Os direitos de voto relativos a esta entidade são atribuíveis à Portugal Telecom

Acções preferenciais

O Grupo BES emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

A 31 de Dezembro de 2008 o Grupo reconheceu como uma dedução a reservas o montante de 33 480 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 33 480 milhares de euros) relativos aos dividendos declarados pelo Conselho de Administração da emitente em 20 de Maio, cuja liquidação ocorreu no dia 2 de Julho de 2008.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2008, os prémios de emissão são representados por 668 851 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital ocorridos no primeiro semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2006.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções (ver Nota 2.15.). No âmbito da execução deste programa, encontram-se mobilizadas, à data de 31 de Dezembro de 2008, 2 479 mil acções do BES, representativas de 0,50% do capital social (31 de Dezembro de 2007: 3 484 mil acções, representativas de 0,70%) no valor total de 29,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 41,4 milhões de euros), as quais, no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.15, são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período	3 484 262	41 437	5 667 612	63 732
Alienações	(1 005 181)	(11 599)	(2 183 350)	(22 295)
Saldo no final do período	**2 479 081**	**29 838**	**3 484 262**	**41 437**

Nota 38 - Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados e Interesses Minoritários

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

milhares de euros

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças Cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**689 251**	**(177 209)**	**512 042**	**140 910**	**6 241**	**(49 154)**	**97 997**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	1 030	1 030
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	207 440	(72 781)	134 659	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	3 455	-	3 455
Constituição de reservas	-	-	-	26 000	-	196 390	222 390
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**896 691**	**(249 990)**	**646 701**	**166 910**	**9 696**	**114 786**	**291 392**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	517	517
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	(1 195 229)	282 194	(913 035)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(2 170)	-	(2 170)
Constituição de reservas	-	-	-	61 753	-	306 460	368 213
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**(298 538)**	**32 204**	**(266 334)**	**228 663**	**7 526**	**388 283**	**624 472**

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 410 605	5 353 586
Imparidade acumulada reconhecida	(106 160)	(64 101)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	**7 304 445**	**5 289 485**
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 094 111	6 238 889
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(210 334)	949 404
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 22)	(28 258)	-
Impostos diferidos	19 315	(260 898)
Ganhos / (perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	(39 799)	(11 885)
Reserva de justo valor total	**(259 076)**	**676 621**
Interesses minoritários	(7 258)	(29 920)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	**(266 334)**	**646 701**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses minoritários, pode ser assim analisado:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	**646 701**	**512 042**
Variação de justo valor	(1 039 255)	419 125
Alienações do exercício	(213 378)	(231 524)
Imparidade reconhecida no exercício	57 404	19 839
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	282 194	(72 781)
Saldo no final do exercício	**(266 334)**	**646 701**

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
ES CONCESSÕES	19 971	(1 071)	13 055	(980)
BES ANGOLA	38 986	16 362	20 500	10 215
ESAF	16 242	3 205	15 711	3 960
BES AÇORES	14 606	2 401	13 343	2 130
BESLEASING	-	-	8 783	1 599
BEST	8 265	783	7 486	668
BES Investimento do Brasil	5 640	(109)	5 330	412
BES Securities	11 347	3 374	25 354	7 419
FIQ VENTURES II	21 564	(1 902)	18 951	2 119
FCR PME/BES	11 973	942	11 266	554
ES CONTACT CENTER	-	66	398	(51)
OUTROS	4 915	(810)	954	(41)
	153 509	**24 861**	**141 131**	**28 004**

O movimento de interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser assim analisado:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Interesses minoritários no início do período	**141 131**	**86 579**
Alterações de perímetro de consolidação (1)	(3 368)	15 759
Aumentos de capital de subsidiárias	21 348	-
Reduções de capital de subsidiárias	(1 050)	(347)
Dividendos distribuídos	(3 487)	(5 443)
Variação da reserva de justo valor	(22 136)	18 685
Variação cambial e outros	(3 790)	(2 106)
Resultado líquido do ano	24 861	28 004
Interesses minoritários no final do período	**153 509**	**141 131**

(1) Durante o ano de 2007, as alterações de perímetro de consolidação referem-se essencialmente à consolidação do Fundo FIQ Ventures (cuja participação detida diminuiu no segundo semestre de 2007), da Cominvest e da Concordia, tendo estas últimas sido consolidadas pelo método integral pela primeira vez em Junho e Dezembro de 2007, respectivamente.

Nota 39 - Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	6 426 610	5 370 597
Activos financeiros dados em garantia	2 279 209	711 451
Créditos documentários abertos	2 127 792	1 073 334
Outros	107 946	103 121
	10 941 557	**7 258 503**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	10 027 892	7 921 925
Compromissos irrevogáveis	4 586 554	3 413 098
	14 614 446	**11 335 023**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 254 610 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 156 987 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 1 400 000 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 4 568 649 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008);

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 15 322 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 53 209 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 894 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 62 408 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 521 600 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 287 000 milhares de euros).

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados em diversas carteiras de títulos do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Depósito e guarda de valores	60 595 075	67 905 088
Valores recebidos para cobrança	280 250	249 453
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	3 766 429	4 228 346
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 136 767	4 844 388
	68 778 521	**77 227 275**

Nota 40 - Activos sob Gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor dos activos sob gestão geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Fundos de investimento mobiliários	4 748 358	4 966 403
Fundos de investimento imobiliários	1 142 083	1 288 683
Fundos de pensões	2 608 269	2 800 088
Outros activos sob gestão	9 010 162	9 330 399
	17 508 872	**18 385 573**

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do balanço.

Nota 41 - Transacções com Partes Relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES

Empresas
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA
Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA
Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultadoria e Administração de Empresas, SA
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, SA
BES, Companhia de Seguros , SA
Esegur - Empresa de Segurança, SA
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA
Outras:
Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA
Polish Hotel Company, SP
Polish Hotel Capital SP
Polish Hotel Management Company, SP
SES Iberia
Hlc - Centrais de Cogeração, SA
Coporgest
Neumáticos Andrés, Investment, SA
Synergy Industry and Technology, SA
Salgar Investments, SL
Só Peso Restauração e Hotelaria, SA
Apolo Films SL
Brb Internacional, S.A.
Prosport, SA
S.G.P.I.C.E.-Soc. de Serviços de Gestão de Portais na Internet e Consultoria de Empresas, S.A.
E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA
Esiam - Espirito Santo International Asset Management, Ltd
Oblog - Consulting, SA
Société 45 Avenue Georges Mandel, SA
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV
Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA
Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A.
Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.
Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, S.A.
SOUSACAMP, SGPS, SA
GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGPS, SA
OUTSYSTEMS, SA
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA
Multiwave Photonics, SA
BIO-GENESIS
Decomed, SGPS
Sopratutto Café , S.A
Enkrott SA
Rodi Sinks & Ideas, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Empresas
Espirito Santo Financial Group, SA
Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Group Credit Agricole
Credit Agricole SA
Calyon, SA
Calyon Corporate and Investment Bank
Calyon North America Holding
Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza SPA
Banco Credibom, SA
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Esfil - Espírito Santo Financiére, S.A. (Luxemburgo)
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA
GRUPO ESPIRITO SANTO INTERNACIONAL
ESFG International, Ltd
The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, SA
Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA
Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA
Espirito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Espirito Santo Tourism Ltd
Espirito Santo Tourism (Europe) SA
Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Espirito Santo Industrial SA
Espirito Santo Resources Ltd
Espirito Santo Resources (Portugal), SA
Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Esim - Espirito Santo Imobiliário, SA
Espart - Espirito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA
Espírito Santo Property Holding (Portugal), SA
Euroamerican Finance, SA
Gestres - Gestão Estratégica Espirito Santo, SA
Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, SA
Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA
Hotelagos, SA
Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hoteis, SA
Multiger - Sociedade de Compra Venda e Administração de Propriedades, SA
Prosistemas - Consultores de Engenharia, SA
Prosistemas Ambiente - Engenharia e Gestão, SA
Activalor - Sociedade de Valorização de Activos, Lda
Portucale - SGFTC, SA
Escom Investment Limited
Escom Alrosa Limited
Escom Espírito Santo Commerce (UK) Ltd
Escom Afrique Central, Lda
Escom Agro Industries Investments Assets Ltd
Escom Alluvials Ltd
Escom Asia Ltd
Escom Capital Development Ltd
Escom - Congo, SARL
Escom Energy Ltd
Escom Holdings BV
Escom - Espírito Santo Imobiliária SARL
Escom Infrastructures BV
Escom Investments BV
Escom Kimberlities Ltd
Escom Investimentos e Participações, Lda
Escom Management Ltd
Escom Mining Chimbongo Ltd
Escom Mining Development Co. Ltd
Escom Mining Inc
Escom Mining Services Ltd
Escom Natural Resources BV

Empresas

Escom Opca Africa Contractors BV
Escom - Promoção Imobiliária Lda
Espírito Santo Commerce RDC, SPRL
Escom Real Estate Ltd
Escom - Espirito Santo Commerce, SA
Escom Trading & MarketingLtd
Banque Privée Espírito Santo
ES Bank (Panama), SA
Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.
Hospor - Hospitais Portugueses, SA
HME Gestão Hospitalar
Hospital da Arrábida - Gaia, SA

Outras

Societe Financiere et Immobilliaire Cosm
ES Bankers (Dubai) Limited
Esfg Overseas, Ltd
Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apio à Terceira Idade, S.A.
Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA
Espírito Santo Health & Spa (Portugal) - SGPS, SA
Rml - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
Key Space Investments LLC
SCI Bourdonnais, 42
Société Lyonnaise de Marchands de Biens
Tranquilidade SGPS - Unipessoal, Lda
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, SA
Africa Natural Resources, Ltd
Africa Resources, Ltd
Agribahia, S/A
Air Gemini Angola - Companhia de Transportes Aéreos, Lda.
Aleluia - Cerâmicas, SA
Sociedade de Investimentos Hotel Almansor, SA
African Markets Development Limited
Angola Diamonds International Ltd
Atr - Actividades Turisticas e Representações, Lda
Aveiro Incorporated
Azimuth International Resorts LLC
Beach Heath Investments Ltd
Companhia Agricola Botucatu, SA
Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA
Clarendon Properties Inc.
Clínica Parque dos Poetas, SA
Cliria - Hospital Privado de Aveiro, SA
Club Campo Villar Olalla, SA
Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda
Clube Residencial da Boavista, SA
Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape
Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA
Construcciones Sarrion, SL
Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A
E.S.B. Finance Ltd
Eastelco - Consultoria e Comunicação, SA
E.S. Asset Administration Litd
Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Comercial Agrícola, Ltda
Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Holding Administração e Participações, S/A
Espirito Santo Industrial (BVI) SA
Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, SA
Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
Espírito Santo Management Corp.
Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Private Equity Ltd
Espírito Santo Property (Brasil) S/A
ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
Espírito Santo Services SA
Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apio à Terceira Idade, SA
Espírito Santo Venture Ltd
ES Viagens e Turismo, Lda
Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA

Empresas

Esai - Espírito Santo Activos Imobiliários, Ltda (Brasil)
ESAP Brasil Agro - Pecuária, Ltda
Espirito Santo BVI Participation Ltd
Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda
ESDI Admnistração e Participações, Ltda
Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA
Espirito Santo International (BVI) SA
E.S. International Overseas Ltd
Esiam - Espirito Santo International Asset Management Ltd
E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, SA
Espirito Santo do Oriente - Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, Lda
Espirito Santo Property SA
Espirito Santo Property Holding (BVI) SA
Espírito Santo Property España, S.L.
Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda
E.S. Resources Overseas Ltd
Espírito Santo Resources SA
Estoril Incorporated
Euroamerican Finance Corporation Inc.
Euroatlantic Realty Inc.
Europe Assistance Macau - Serviços de Assistência Personalizados, Lda
Europeia - Agência Turística, SA
Fafer - Empreendimentos Turisticos e de Construção, SA
Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
Fisheries Co Limited
GES Finance Ltd
Gesfimo - Espirito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários,SA
Goggles Marine, Ltd
Sociedad Agricola Golondrina, S/A
GreenWoods Ecoresort - Empreendimentos Imobiliários, Lda
GTD - Goods Trading and Distribution Inc.
GTD South Africa (Property) ltd
HCI - Helath Care International Inc
HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, S.A.
Hospital da Luz, SA
Hoteis Tivoli, SA
Hospital Residêncial do Mar, SA
I.A.C. Uk Limited
Inter-Atlântico, S/A
Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA
Imopca, SA
Instituto de Radiologia Dr. Idálio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
Lupiri - Sociedade de Investimentos e Participações
Lusitânia, SA
Luzboa, SA
Monteiro de Barros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade de Pesca Mar Bonançoso Limitada
Sociedade de Pesca Mar Ondulado Limitada
Margrimar - Mármores e Granitos, SA
Marmetal - Mármores e Materiais de Construção, SA
Multiples - Espírito Santo Services Ltd
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA
Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA
New Media Investments Assets, Ltd
Novagest Assets Management, Ltd
OBLOG - Consulting, SA
Opca Angola, SA
Opca Moçambique, Lda
Opcatelecom . Infraestruturas de Comunicação, SA
OPWAY - Engenharia, SA
OPWAY Imobiliária, SA
OPWAY - SGPS, SA
Pavi do Brasil - Pré-Fabricação,Tecnologia e Serviços, Lda
Pavicentro - Pré Fabricação, SA
Pavilis - Pré - Fabricação, SA
Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA
Pavitel, SARL
Persona - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA
Piscicultura Preto Prata Indústria e Comércio, Ltda
Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda

Empresas
Pojuca Administração, SA
Pojuca, SA
Pontave - Construções, SA
Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda
Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda
Progest Congo, SARL
Grupo Proyetos y Servicios Sarrion, SA
Quinray Technologies Corp.
Quinta da Areia - Sociedade Agricola Quinta da Areia, SA
Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA
Recigroup - Indústrias de Reciclagem, SGPS, SA
Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda
Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda
Rushton Business Consultants, Ltd
Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA
Saramagos S/A Empreendimentos e Participações
Société Congolaise de Construction et Travaux Publiques, SARL
Seguros Logo, SA
Seicor - Comércio, Administração e Participações, S/A
Series - Serviços Imobiliários Espirito Santo, SA
Société Immobiliére du Congo, SARL
SIM - Société D' Investissement Minier, SARL
Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia
Société Congolaise de Carriers et des Mines, SARL
Soguest - Sociedade Imobiliária, SA
Solférias - Operadores Turísticos, Lda
Soltrade International Limited
Sopol - Concessões, SGPS, SA
Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA

Empresas
Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, SA
Starfish - Empreendimentos Pesqueiros SARL
Suliglor - Imobiliária do Sul, SA
Surgicare - Unidades de Saúde, SA
T - Vida, Companhia de Seguros, SA
TA DMC, Brasil - Viagens e Turismo, SA
Agência de Viagens Tagus, SA
Terras de Bragança Participações, Ltda
Timeantube Comércio e Serviços de Confecções, Ltda
Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA
TOP A DMC Viajes, SA
Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA
Top Atlântico DMC, SA
Touravion Ltd
Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA
Turifonte - Empreendimentos Hoteleiros, SA
Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA
Vértice Serviços, Lda
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA
Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda
Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.
Ribeira do Marchante, Administração de Bens e Imóveis, S.A.
Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis Imóveis, S.A.
Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens,S.A.
Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda
Campeque-Compra e Venda de Propriedades, Lda
Acro, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Marques e Casal Ribeiro,S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008					31.12.2007				
	Activo	Passivo	Garantias	Proveitos	Custos	Activo	Passivo	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
ESUMÉDICA	1 859	-	-	69	22	1 850	37	-	58	11
EUROP ASSISTANCE	-	1 072	-	29	88	68	1 787	7	1	65
FIDUPRIVATE	3	-	-	-	16	828	773	-	-	10
BES VÉNÉTIE	388 375	76	3 037	16	15	315 607	647	-	10 872	80
BES SEGUROS	-	177	-	60	320	3	7 518	-	8 098	36
ESEGUR	-	191	1 651	64	139	399	233	1 887	10	149
BES VIDA	663 133	104 260	-	270 871	953	29 514	181 118	8	38 974	3 516
LOCARENT	118 932	-	-	7 142	8 324	123 657	2 066	-	5 529	6 705
OUTRAS	4 196	1 890	-	213	2	2 598	658	-	144	187
	1 176 498	**107 666**	**4 688**	**278 464**	**9 879**	**474 524**	**194 837**	**1 902**	**63 686**	**10 759**

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se fundamentalmente a depósitos bancários tomados.

Durante o exercício de 2008, o BES procedeu à venda de 38 milhões de acções do Bradesco (ajustadas do *stock split*) à BES Vida por 438,4 milhões de euros, tendo durante aquele mesmo período a BES Vida procedido à alienação da totalidade destas acções. A mais valia gerada pelo Grupo nesta operação ascendeu a cerca de 234,6 milhões de euros (ver Notas 8 e 19).

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Da avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2008 não resultou a identificação de qualquer responsabilidade do Grupo perante a BES Vida decorrente desta garantia.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008								
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	330 255	-	10 958
ESF PORTUGAL	-	-	95 911	-	95 911	-	256	358	200
BESPAR	-	-	-	-	-	-	3 887	1	933
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	13 602	50	12 362	26 987	11 384	21 311	593	456
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	123	1	97
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	133 097	-	-	133 097	-	10 104	5 656	1 658
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	1 187	-	-	1 187	1 029	66 059	1 463	3 805
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	85 793	83	7 268	93 144	5 684	11 190	1 047	7
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	29 650	-	-	-	29 650	-	56 677	1 442	621
ES BANK PANAMA	218 000	3 984	-	-	221 984	-	-	9 981	475
ES SAUDE	-	101 981	15 810	4 000	121 791	2 784	8 956	10 368	257
OUTRAS	-	3 221	455	-	3 676	95	7 756	7 613	9 012
TOTAL	**248 623**	**342 865**	**112 309**	**23 630**	**727 427**	**20 976**	**516 574**	**38 524**	**28 479**

milhares de euros

	31.12.2007								
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	13	5 563
ESF PORTUGAL	-	-	59 450	-	59 450	-	148	195	146
BESPAR	-	-	-	-	-	-	1 867	242	771
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	833	3 713	31 212	1 030	36 788	1 676	132	411	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	189	1 260	55
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	137 847	-	-	137 847	-	27 299	6 124	231
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 990	-	432	3 422	1 257	89 409	3 144	11 062
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	153 420	183	7 268	160 871	10 349	15 769	8 089	2
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	4 845	-	-	-	4 845	960	145 059	1 270	143
ES BANK PANAMA	219 472	-	-	-	219 472	-	9 000	8 277	611
ES SAUDE		30 700	15 810	4 009	50 519	3	1 105	1 850	53
OUTRAS	-	66 391	458	1 149	67 998	2 002	24 242	13 840	7 268
TOTAL	**225 150**	**395 061**	**107 113**	**13 888**	**741 212**	**16 247**	**314 219**	**44 715**	**25 905**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 6 520 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 10 789 milhares de euros).

Os saldos existentes e as transacções efectuadas com os fundos de pensões do Grupo encontram-se detalhadas na Nota 12.

Nota 42 - Securitização de Activos

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

milhares de euros

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	71 528	Obrigações domésticas e eurobonds
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	528 872	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	536 348	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	750 571	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	842 092	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 108 546	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	818 200	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	946 807	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	788 931	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 865 103	Crédito à habitação (regime geral)

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2008, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* das obrigações inicial			*Rating* das obrigações actual		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dez. de 2015	-	-	-	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dez. de 2015	AAA	Aaa	AAA	n.a.	n.a	NR
	Classe B	42 300	-	-	Dez. de 2015	AA	Aa1	AA	n.a.	n.a	NR
	Classe C	25 200	-	-	Dez. de 2015	A	A1	A+	n.a.	Aaa	NR
	Classe D	103 000	72 586	9 866	Dez. de 2015	-	-	-	-		-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	433 512	142	Dez. de 2035	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dez de 2035	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dez. de 2035	A	A2	A	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dez. de 2035	BBB	Baa2	BBB	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dez. de 2035	BB	Ba1	BB	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dez. de 2035	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	461 488	7 073	Dez. de 2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dez. de 2046	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dez. de 2046	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dez. de 2046	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dez. de 2046	BBB-	Ba1	BB	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dez. de 2046	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	683 619	-	Dez. de 2047	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	23 506	-	Dez. de 2047	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	16 193	-	Dez. de 2047	A	A2	A	A	Baa1	A
	Classe D	14 400	12 536	-	Dez. de 2047	BBB	Baa2	BBB	BBB	Ba3	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dez. de 2047	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	784 693	6 495	Dez. de 2048	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 110	-	Dez, de 2048	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	18 619	-	Dez. de 2048	A+	A1	A+	A+	A3	A+
	Classe D	24 000	23 273	-	Dez. de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	BBB+	B2	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dez. de 2048	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 031 839	802	Dez. de 2059	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dez. de 2059	AA	Aa2	AA	AA	A2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dez. de 2059	A	A1	A	A	Baa2	A
	Classe D	28 000	28 000	-	Dez. de 2059	BBB+	Baa2	BBB	BBB+	B3	BBB
	Classe E	11 900	11 900	-	Dez. de 2059	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	-	Dez. de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dez. de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dez. de 2028	BB	-	BB	BB	-	BB
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dez. de 2028	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dez. de 2028	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	794 013	27 953	Mar. de 2060	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	42 075	Mar. de 2060	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	20 000	Mar. de 2060	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	8 700	Mar. de 2060	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	15 950	Mar. de 2060	BB	–	BB	BB	–	BB
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Mar. de 2060	-	–	-	-	–	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	814 767	814 767	Dez. de 2037	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	35 610	Dez. de 2037	-	-	AA	-	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	39 926	Dez. de 2037	-	-	A	-	-	A
	Classe D	23 741	23 741	23 741	Dez. de 2037	-	-	BBB	-	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	11 871	Dez. de 2037	-	-	BB	-	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	77 696	Dez. de 2037	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 425 000	1 423 000	Out. de 2064	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Out. de 2064	-	-	BBB-	-	-	BBB-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Out. de 2064	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Out. de 2064	-	-	-	-	-	-

Nota: o LM3 e LM4 têm um sistema de amortização das notes *pro rata*, pelo que vão liquidando parte das notes de todas as classes.

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortages No.3, Lusitano Mortages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Mortgages No. 7 plc e o Lusitano Project Finance No.1 plc são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	4 408 013	2 903 355
Responsabilidades representadas por títulos	1 678 048	1 897 325
Capital próprio	(22 201)	(15 993)
Resultado Líquido	(6 208)	(8 493)

Nota 43 - Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

milhares de euros

		Valorizados ao Justo Valor			
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2008					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 027 318	-	-	2 027 318	2 027 318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	630 775	-	33 635	664 410	664 410
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 616 330	2 073 832	3 690 162	3 690 162
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	890 598	1 271 215	2 161 813	2 161 813
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4 191 383	2 902 728	7 094 111	7 094 111
Aplicações em instituições de crédito	4 498 348	-	33 635	4 531 983	4 531 983
Crédito a clientes	45 583 775	-	1 465 699	47 049 474	47 494 261
Investimentos detidos até à maturidade	2 160 196	-	-	2 160 196	2 069 162
Derivados para gestão de risco	-	-	936 290	936 290	936 290
Activos financeiros	**54 900 412**	**6 698 311**	**8 717 034**	**70 315 757**	**70 669 510**
Recursos de bancos centrais	4 810 458	-	-	4 810 458	4 810 458
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 914 423	1 914 423	1 914 423
Recursos de outras instituições de crédito	5 626 103	-	2 055 635	7 681 738	7 681 738
Recursos de clientes e outros empréstimos	26 066 271	-	320 483	26 386 754	26 386 754
Responsabilidades representadas por títulos	18 176 968	-	6 419 714	24 596 682	23 736 882
Derivados para gestão de risco	-	-	727 475	727 475	727 475
Passivos subordinados	2 020 684	-	808 299	2 828 983	2 678 569
Passivos financeiros	**56 700 484**	**-**	**12 246 029**	**68 946 513**	**67 936 299**
31 de Dezembro de 2007					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 361 218	-	-	1 361 218	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	720 442	-	-	720 442	720 442
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 711 478	2 135 755	3 847 233	3 847 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	612 429	814 275	1 426 704	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2 746 444	3 492 445	6 238 889	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	7 650 644	-	559 687	8 210 331	8 210 331
Crédito a clientes	42 006 537	-	163 726	42 170 263	42 471 075
Investimentos detidos até à maturidade	407 842	-	-	407 842	401 898
Derivados para gestão de risco (activo)	-	-	211 890	211 890	211 890
Activos financeiros	**52 146 683**	**5 070 351**	**7 377 778**	**64 594 812**	**64 889 680**
Recursos de bancos centrais	1 887 622	-	-	1 887 622	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 257 201	1 257 201	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	7 096 649	-	-	7 096 649	7 096 649
Recursos de clientes e outros empréstimos	23 583 685	-	191 345	23 775 030	23 775 030
Responsabilidades representadas por títulos	23 212 465	-	1 101 126	24 313 591	23 807 850
Derivados para gestão de risco (passivo)	-	-	286 940	286 940	286 940
Passivos subordinados	2 094 815	-	-	2 094 815	2 068 599
Passivos financeiros	**57 875 236**	**-**	**2 836 612**	**60 711 848**	**60 179 891**

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2008, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro
As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respectivos prazos:

%

	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	2,0000	0,1250	1,5000	4,0000	5,0300	5,5000
1 mês	2,6950	0,9500	2,2500	4,2450	4,7000	5,7900
3 meses	2,9450	1,7500	2,7800	4,6600	4,7900	5,8900
6 meses	3,0100	2,0000	2,8200	4,6500	4,6500	5,8450
9 meses	3,0450	2,2500	2,8800	4,6700	4,4350	5,7800
1 ano	2,6790	1,2100	2,0090	4,7060	4,0890	5,5860
3 anos	2,9260	1,6850	2,8930	4,5220	3,9340	5,1849
5 anos	3,2360	2,0770	3,1891	4,5500	4,2080	5,1257
7 anos	3,4630	2,2780	3,3541	4,6100	4,4490	5,0932
10 anos	3,7350	2,4740	3,4850	4,7200	4,7040	5,0420
15 anos	3,8980	2,6750	3,7091	4,8560	4,9240	4,9532
20 anos	3,8450	2,7085	3,6216	4,9070	5,0130	4,8607
25 anos	3,6730	2,6670	3,4716	4,9100	5,0450	4,7732
30 anos	3,5400	2,6310	3,3591	4,8870	5,0710	4,7032

***Spreads* de crédito**
Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pela Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

pontos de base

Índice	Série	1 ano	3 ano	5 ano	7 ano	10 anos
Ano 2008						
CDX USD Main	11	241,88	228,50	197,54	164,67	148,71
iTraxx Eur Main	10	-	201,61	177,50	161,00	150,71
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	118,79	-	119,00
Ano 2007						
CDX USD Main	9	76,00	72,00	77,88	79,00	85,72
iTraxx Eur Main	8	-	57,44	49,98	38,75	65,19
iTraxx Eur Senior Financial	8	-	-	45,91	-	49,21

Volatilidades de taxas de juro
Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

%

	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	43,99	79,02	81,40	12,22	27,26	17,30
3 anos	33,03	59,69	45,66	15,10	29,55	17,70
5 anos	27,26	47,94	33,30	14,77	26,24	15,90
7 anos	23,94	41,54	26,80	14,31	23,79	14,80
10 anos	21,12	36,03	22,10	13,63	21,63	13,70
15 anos	19,37	29,84	18,00	12,72	18,86	13,00

Câmbios e volatilidade cambiais
Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

%

Cambial	31.12.2008	31.12.2007	Volatilidade(%) 1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3917	1,4721	23,75	23,00	21,00	19,80	19,50
EUR/GBP	0,9525	0,7334	16,90	18,78	18,65	18,26	17,88
EUR/CHF	1,4850	1,6547	11,70	11,00	10,00	9,60	9,20
EUR/NOK	9,7500	7,9580	20,50	18,75	16,80	15,90	15,45
USD/BRL a)	2,3307	1,7637	35,00	33,00	30,50	29,01	27,50
USD/TRY b)	1,5440	1,1664	21,50	21,45	21,20	21,00	20,65

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL
b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações
No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acção:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	31.12.2008	31.12.2007	Variação %	1 mês	3 meses	*Call*	*Put*
DJ EuroStoxx 50	2 448	4 400	(44,4)	41,62	62,93	38,60	38,91
PSI 20	6 341	13 019	(51,3)	21,06	46,98	-	-
IBEX 35	9 196	15 182	(39,4)	39,32	62,97	-	-
FTSE 100	4 434	6 457	(31,3)	30,89	58,88	35,65	36,79
DAX	4 810	8 067	(40,4)	44,83	65,10	37,52	37,76
S&P 500	903	1 468	(38,5)	38,04	70,29	38,69	38,69
BOVESPA	37 550	63 886	(41,2)	43,80	81,22	50,82	46,83

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade
O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos
O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados
O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados do capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 44 - Gestão dos Riscos de Actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição máxima do Grupo BES ao risco de crédito:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	6 973 732	10 014 731
Activos financeiros detidos para negociação	3 672 125	2 947 423
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 324 543	1 234 344
Activos financeiros disponíveis para venda	4 968 576	3 707 451
Crédito a clientes	47 049 474	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	2 160 196	407 842
Derivados para gestão de risco	936 290	211 890
Outros activos	492 352	389 025
Garantias e avales prestados	6 426 610	5 370 597
Créditos documentários	2 127 792	1 073 334
Compromissos irrevogáveis	4 586 554	3 413 098
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	581 915	501 645
	81 300 159	**71 441 643**

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

milhares de euros

	31.12.2008								
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	619 580	(20 317)	4 576	-	1 761	-	-	-	24 541
Indústrias Extractivas	359 339	(5 221)	3 463	-	281	-	-	-	48 104
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	762 750	(14 613)	14 709	-	54 323	(52)	4 306	-	97 878
Têxteis e Vestuário	376 939	(30 625)	9 171	-	22 908	(2 238)	-	-	26 444
Curtumes e Calçado	70 889	(5 150)	1 037	-	499	(499)	-	-	2 995
Madeira e Cortiça	178 445	(12 277)	3 521	-	3 038	-	-	-	6 604
Papel e Indústrias Gráficas	236 259	(5 550)	2 188	-	81 768	-	-	-	40 228
Refinação de Petróleo	59 776	(71)	-	-	-	-	-	-	3 004
Produtos Químicos e de Borracha	601 760	(11 068)	15 565	-	46 109	(5)	13 119	-	70 888
Produtos Minerais não Metálicos	437 653	(11 074)	1 557	-	8 507	-	-	-	47 504
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	543 708	(13 796)	7 083	-	8 014	-	-	-	68 111
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	205 226	(5 261)	1 474	1 981	7 399	(770)	15 467	-	180 668
Fabricação de Material de Transporte	219 522	(5 089)	238 693	-	17 360	-	43 825	-	76 320
Outras Industrias Transformadoras	462 177	(12 772)	1 186	-	3 529	(815)	-	-	15 560
Electricidade, Gás e Água	1 203 185	(7 784)	14 921	-	349 565	-	12 591	-	306 905
Construção e Obras Públicas	5 713 410	(144 439)	172 730	-	326 774	(1 811)	-	-	1 582 880
Comércio por Grosso e a Retalho	3 316 622	(119 655)	26 043	-	140 307	(11 600)	14 645	-	456 361
Turismo	1 273 092	(19 750)	11 874	-	8 905	(376)	-	-	68 346
Transportes e Comunicações	1 838 176	(23 733)	15 659	-	1 033 744	(13 719)	122 573	-	578 606
Actividades Financeiras	2 366 400	(32 740)	1 377 402	2 063 622	1 821 060	(33 829)	900 611	-	501 638
Actividades Imobiliárias	5 139 037	(116 195)	67 173	-	3 546	(968)	-	-	435 895
Serviços Prestados às Empresas	4 950 870	(84 602)	12 082	20	905 480	(13 488)	2 352	-	985 675
Administração e Serviços Públicos	686 795	(9 663)	1 553 579	-	1 888 951	-	504 424	-	45 849
Outras actividades de serviços colectivos	1 778 211	(49 890)	5 046	55 211	243 634	(24 462)	451 389	-	154 115
Crédito à Habitação	11 020 282	(237 772)	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 801 981	(127 934)	-	-	-	-	-	-	119 250
Outros	975 455	(21 024)	129 430	40 979	222 809	(1 528)	74 894	-	482 241
Total	**48 197 539**	**(1 148 065)**	**3 690 162**	**2 161 813**	**7 200 271**	**(106 160)**	**2 160 196**	**-**	**6 426 610**

milhares de euros

	31.12.2007								
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	501 661	(12 360)	1 052	-	-	-	-	-	47 202
Indústrias Extractivas	241 823	(3 649)	8 781	543	37 018	-	-	-	13 172
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	648 532	(16 004)	3 436	-	63 247	(48)	-	-	126 891
Têxteis e Vestuário	364 912	(37 439)	1 435	-	24 484	(2 238)	-	-	31 739
Curtumes e Calçado	76 665	(6 720)	127	-	501	(499)	-	-	3 310
Madeira e Cortiça	166 716	(11 156)	308	-	-	-	-	-	8 994
Papel e Indústrias Gráficas	221 892	(7 103)	6 876	-	33 043	(10)	-	-	38 212
Refinação de Petróleo	115 156	(871)	-	-	-	-	-	-	4 031
Produtos Químicos e de Borracha	531 766	(6 018)	1 400	-	35 772	(5)	-	-	38 383
Produtos Minerais não Metálicos	295 945	(9 889)	221	-	10 041	-	-	-	48 059
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	411 273	(11 447)	316	-	8 365	-	-	-	53 053
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	405 325	(7 533)	411	-	7 762	(1 356)	-	-	154 321
Fabricação de Material de Transporte	355 909	(6 210)	1 050	-	87 691	-	-	-	100 631
Outras Industrias Transformadoras	295 975	(8 283)	2 876	-	6 444	(72)	-	-	25 693
Electricidade, Gás e Água	832 713	(5 885)	57 396	48 279	344 273	-	-	-	307 482
Construção e Obras Públicas	4 928 484	(118 576)	18 472	-	28 712	(1 691)	-	-	1 351 652
Comércio por Grosso e a Retalho	2 853 008	(126 160)	13 114	-	59 330	(852)	-	-	427 496
Turismo	793 279	(17 691)	2 250	-	8 783	(171)	-	-	78 382
Transportes e Comunicações	1 918 958	(32 845)	130 421	-	793 516	(3)	-	-	698 020
Actividades Financeiras	1 512 187	(22 324)	2 088 766	1 149 476	2 055 160	(13 843)	12 907	-	285 769
Actividades Imobiliárias	5 252 041	(95 474)	6 519	-	127 451	(591)	-	-	497 082
Serviços Prestados às Empresas	3 952 450	(53 297)	11 410	143 916	986 225	(23 810)	-	-	554 675
Administração e Serviços Públicos	736 175	(11 265)	1 366 949	-	802 707	-	394 935	-	34 750
Outras actividades de serviços colectivos	1 638 881	(46 902)	49 024	84 490	579 122	(17 050)	-	-	159 343
Crédito à Habitação	10 140 949	(181 985)	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 714 160	(107 249)	-	-	-	-	-	-	78 180
Outros	1 253 823	(26 060)	74 623	-	203 343	(1 862)	-	-	204 075
Total	**43 160 658**	**(990 395)**	**3 847 233**	**1 426 704**	**6 302 990**	**(64 101)**	**407 842**	**-**	**5 370 597**

Em 31 de Dezembro de 2008 a decomposição do crédito a clientes e da carteira de títulos por *ratings* é como segue:

milhares de euros

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	1 042	6,05%
	[bbb+;-bbb-]	1 969	11,43%
	[bb+;bb-]	6 579	38,19%
	[b+;b-]	7 268	42,19%
	ccc+	370	2,15%
Modelos de Médias Empresas	8-9	317	6,20%
	10-11	499	9,77%
	12-13	868	16,99%
	14-15	1 053	20,61%
	16-17	941	18,41%
	18-19	419	8,20%
	20-21	329	6,44%
	22-23	234	4,58%
	24-25	450	8,81%
Modelos de Pequenas Empresas	A	144	4,86%
	B	654	22,07%
	C	1 134	38,27%
	D	376	12,69%
	E	200	6,75%
	F	455	15,36%
Modelos de Crédito Habitação	01	939	9,27%
	02	2 596	25,62%
	03	2 170	21,42%
	04	1 330	13,13%
	05	794	7,84%
	06	553	5,46%
	07	1 606	15,85%
	08	145	1,43%
Modelos de Particulares	01	107	5,38%
	02	152	7,64%
	03	253	12,72%
	04	398	20,01%
	05	301	15,13%
	06	200	10,06%
	07	167	8,40%
	08	147	7,39%
	09	258	12,97%
	10	6	0,30%
Créditos sem rating/scoring interno		10 775	22,36%
Total		**48 198**	**100,00%**

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhões de euros

	31.12.2008				31.12.2007			
	Dezembro	Média Anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média Anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	25	22	25	11	11	13	17	10
Risco taxa de juro	33	13	33	9	4	8	6	6
Acções	9	16	9	15	21	9	16	2
Mercadorias	0	1	0	2	2	3	3	3
Efeito da diversificação	-20	-19	-20	-16	-14	-13	-13	-7
Total	**47**	**33**	**47**	**21**	**24**	**21**	**28**	**14**

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 47 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 24 milhões de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

milhões de euros

	31.12.2008							31.12.2007						
	Montantes Elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montantes Elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	250	250	-	-	-	-	-	277	277	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	6 664	-	6 069	133	47	315	100	9 617	-	8 961	359	50	79	168
Crédito a clientes	47 269	-	30 727	12 030	2 252	1 642	618	42 424	-	27 512	10 903	2 158	1 171	680
Títulos	12 247	2 231	7 135	1 285	986	391	219	10 531	3 691	4 840	986	553	268	192
Fora de balanço			525	43	5	(474)	(84)			84	53	-	(82)	(56)
Total			**44 456**	**13 491**	**3 290**	**1 874**	**853**			**41 398**	**12 301**	**2 761**	**1 436**	**984**
Recursos de outras ICs	12 766	-	10 365	1 423	119	648	211	9 462	-	7 177	1 084	210	715	279
Depósitos	23 859	-	21 190	1 415	1 179	9	66	21 197	-	19 139	904	768	19	368
Repo´s com clientes	1 821	-	1 488	112	218	2	1	1 427	-	1 412	0	14	-	-
Títulos Emitidos*	28 310	-	16 741	513	437	6 564	4 055	26 153	-	17 777	1 805	727	2 736	3 887
Acções Preferenciais	600	-	-	-	-	-	600	600	-	-	-	-	-	600
Fora de Balanço			5 628	563	10	(4 579)	(1 643)			1 423	1 216	(186)	(1 205)	(1 214)
Total			**55 412**	**4 026**	**1 963**	**2 644**	**3 290**			**46 929**	**5 008**	**1 533**	**2 265**	**3 920**
GAP (Activos - Passivos)			**(10 956)**	**9 465**	**1 327**	**(770)**	**(2 437)**			**(5 531)**	**7 293**	**1 227**	**(828)**	**(2 936)**

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

milhões de euros

	31.12.2008				31.12.2007			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	43	(43)	40	(40)	108	(108)	70	(70)
Média do exercício	62	(62)	46	(46)	169	(169)	98	(98)
Máximo para o exercício	85	(85)	53	(53)	255	(255)	138	(138)
Mínimo para o exercício	43	(43)	40	(40)	108	(108)	70	(70)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	8 379 583	289 964	3.46%	7 899 595	364 124	4.61%
Crédito a clientes	45 657 828	2 904 887	6.36%	39 108 815	2 278 474	5.83%
Aplicações em títulos	7 750 462	574 589	7.41%	6 692 630	506 016	7.56%
Activos financeiros	**61 787 873**	**3 769 440**	**6.10%**	**53 701 040**	**3 148 614**	**5.86%**
Recursos monetários	10 309 560	497 563	4.83%	8 516 677	452 778	5.32%
Recursos de clientes	22 715 410	696 720	3.07%	19 583 022	537 466	2.74%
Outros recursos	28 720 941	1 488 988	5.18%	24 564 566	1 204 644	4.90%
Recursos diferenciais	41 962	-	-	1 036 775	-	-
Passivos financeiros	**61 787 873**	**2 683 271**	**4.34%**	**53 701 040**	**2 194 888**	**4.09%**
Resultado Financeiro		**1 086 169**	**1.76%**		**953 726**	**1.78%**

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, é analisado como segue:

milhares de euros

		31.12.2008				31.12.2007			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(3 791 015)	4 064 237	8 966	282 188	(3 465 214)	3 560 809	(108 013)	(12 418)
GBP	LIBRA ESTERLINA	(1 150 808)	1 066 053	33 779	(50 976)	(938 743)	1 028 160	(198 612)	(109 195)
BRL	REAL BRASILEIRO	456 111	(58 636)	(67 828)	329 647	514 625	-	70 085	584 710
DKK	COROA DINAMARQUESA	36 899	(3 773)	-	33 126	358 431	(356 478)	-	1 953
JPY	YEN	(213 029)	277 067	(20 843)	43 195	(62 230)	134 941	10 720	83 431
CHF	FRANCO SUIÇO	66 484	(56 229)	(62 401)	(52 146)	33 058	21 293	30 983	85 334
SEK	COROA SUECA	24 020	(25 577)	5 227	3 670	(21 620)	19 872	(5 213)	(6 961)
NOK	COROA NORUEGUESA	(8 362)	(7 542)	22 017	6 113	10 044	(7 860)	65 604	67 788
CAD	DOLAR CANADIANO	383	1 193	(203)	1 373	(41 366)	43 201	(7 491)	(5 656)
ZAR	RAND	(1 633)	685	(51)	(999)	4 451	(4 959)	-	(508)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	37 270	(29 892)	14	7 392	65 433	(63 710)	1 606	3 329
AOA	KWANZA	17 601	-	-	17 601	18 358	-	-	18 358
CZK	COROA CHECA	(26 601)	27 907	(17 039)	(15 733)	(34 065)	37 554	(5 302)	(1 813)
	OUTRAS	52 951	12 061	(4 597)	60 415	46 407	(14)	14 177	60 570
		(4 499 729)	**5 267 554**	**(102 959)**	**664 866**	**(3 512 431)**	**4 412 809**	**(131 456)**	**768 922**

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, estando a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Para efeitos de gestão de tesouraria, são considerados os seguintes elementos:

milhões de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Caixa e Outras disponibilidades junto de Instituições de crédito	6 716	10 049
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(10 559)	(7 747)
***Gap* de tesouraria I** [(1)]	**(3 843)**	**(2 302)**
Títulos elegíveis para redesconto	8 710	6 029
Títulos utilizados em 31 Dezembro de 2008	(1 400)	-
***Gap* de tesouraria II**	**3 467**	**8 331**
Rácio de liquidez [(2)]	**87%**	**91%**

(1) *Gap* de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. O *gap* de tesouraria positivo indica níveis de liquidez excedentários.
(2) Rácio de liquidez calculado de acordo com a instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008 o *Gap* de tesouraria era negativo em 3 843 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: positivo em 2 302 milhões de euros), sendo mais que coberto através de títulos transformáveis em meios líquidos, designadamente, junto do Banco Central Europeu ou do mercado de *repos*, no valor de 8 710 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 6 029 milhões de euros). Deste último montante, 1 400 milhões de euros foram utilizados ficando no entanto disponíveis para reutilização, no prazo de uma semana e três meses no valor de 900 milhões de euros e 500 milhões de euros, respectivamente.

Risco operacional
O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade
Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o Processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método *Internal Ratings Based* – IRB) e o método *Standard* para o tratamento do risco operacional (método *The Standardized Approach* – TSA).

O processo de certificação pelo Banco de Portugal para a utilização destas metodologias encontra-se em fase de conclusão tal como referido no capítulo 7 do Relatório de Gestão.

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o método do indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor), os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a "Goodwill" apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor ocorridos até 31 de Dezembro de 2007. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.

- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2008 e 2007 apresentam-se no quadro seguinte:

milhões de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	**3 953**	**3 751**
Incorporação resultados do ano	289	334
Desvio actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(133)	157
Amortização do período transitório IFRS	(20)	(141)
Dedução de participação em sociedades financeiras e outros elementos	69	(133)
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(174)	(56)
Outros efeitos	(36)	41
Saldo no fim do exercício	**3 948**	**3 953**

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

milhões de euros

		31.12.2008	31.12.2007
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		3 139	3 127
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)		913	625
Interesses Minoritários		154	141
Activos Intangíveis		(125)	(91)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(160)	(27)
Goodwill		(341)	(315)
Reservas de justo valor com impacto prudencial		(230)	(56)
Periodo transitório IFRS		62	82
Fundos Próprios para determinação do Rácio *Core Tier I*	**(A1)**	**3 412**	**3 486**
Acções Preferenciais		600	600
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(64)	(133)
Fundos Próprios de Base (*TIER I*)	**(A2)**	**3 948**	**3 953**
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		36	428
Divida Subordinada elegível		2 366	1 824
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(64)	(133)
Fundos Próprios Complementares (*TIER II*)		**2 339**	**2 119**
Deduções		**(9)**	**(5)**
Fundos Próprios Elegíveis (Método *Standard*)	**(A3)**	**6 277**	**6 067**
B1- Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)			
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)		n.a.	48 392
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)		n.a.	4 464
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)	**(B1)**	**n.a.**	**52 856**
B2- Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - *Standard*)			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		53 791	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		2 878	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		3 042	n.a.
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - *Standard*)	**(B2)**	**59 711**	**n.a.**
C1- Rácios Prudenciais Basileia I			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B1)	n.a.	6,6%
Rácio *Tier 1*	(A2 / B1)	n.a.	7,5%
Rácio de Solvabilidade	**(A3 / B1)**	**n.a.**	**11,5%**
C2- Rácios Prudenciais Basileia II - *Standard*			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B2)	5,7%	n.a.
Rácio *Tier 1*	(A2 / B2)	6,6%	n.a.
Rácio de Solvabilidade	**(A3 / B2)**	**10,5%**	**n.a.**

Actividade das sucursais financeiras (*off-shores*)

O Grupo BES dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 3 713 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 2 409 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

milhões de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros de justo valor	280	156
Activos financeiros disponíveis para venda	65	409
Aplicações em Instituições de crédito	2 811	1 519
Crédito a clientes	383	289
Outros activos	174	36
	3 713	**2 409**
Recursos de Instituições de crédito	1 569	540
Recursos de clientes	2 005	1 754
Outros passivos	54	70
Fundos próprios	85	45
	3 713	**2 409**

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do BES Finance, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação, em 31 de Dezembro de 2008, ascendem a 13 933 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 15 216 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação servem de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos que, em 31 de Dezembro de 2008, ascendia a 54 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 254 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

Nota 45 - Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterado) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterado.

IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo não adoptou retrospectivamente o IFRS 8, contudo prevê-se que em 2009 os segmentos reportáveis sofram alteração face aos apresentados em 2008 na Nota 4 – Reporte por segmentos, uma vez que terão de se vincular a critérios de gestão.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income.*

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income.*

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros '*puttable*' e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros *puttable* e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reaquisição (instrumentos *puttable*), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente se qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos surbordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:
- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecido em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:
- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração ao IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo em 2010;

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;

- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo;

- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo;

- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades do Grupo na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27;

- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta norma será adoptada pelo Grupo em 2009 não sendo expectável que a mesma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo;

- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo adoptará esta norma em 2009 não esperando actualmente impactos significativos decorrentes da sua adopção;

- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Nota 46 - Eventos Subsequentes

- Em 9 de Janeiro de 2009 o BES colocou, na sua totalidade, uma emissão de dívida a 3 anos garantida pelo Estado no montante de 1,5 mil milhões de euros. Cerca de 80% deste montante foi subscrito por investidores internacionais tendo obrigado a rateio com a procura registada a elevar-se a 1,9 mil milhões de euros;

- O BES anunciou a constituição de uma *holding* para as participações em activos disponíveis para venda, onde integrará as suas participações não estratégicas (Portugal Telecom, EDP – Energias de Portugal, Banco Bradesco, entre outros). O objectivo do Banco é manter uma maioria de controlo da nova *holding*, que deverá vir a ser cotada em bolsa;

- **Aumento de Capital**
  No final do mês de Janeiro de 2009 o Conselho de Administração do BES anunciou ao mercado que irá propor à Assembleia Geral de accionistas, a realizar no próximo dia 16 de Março de 2009, a realização de um aumento de capital que proporcione um encaixe bruto de até 1 200 milhões de euros. Este aumento de capital tem como objectivo o aumento dos rácios de capital para níveis exigidos pelas mais recentes alterações regulamentares do Banco de Portugal a observar até ao final de Setembro de 2009, permitindo o reforço do posicionamento competitivo e a prossecução do crescimento sustentado do negócio do Grupo BES.

Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

2.1 Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2008

milhares de euros

	31.12.2007	31.12.2008
Juros e rendimentos similares	2 724 868	3 884 765
Juros e encargos similares	2 000 977	3 085 705
Margem financeira	**723 891**	**799 060**
Rendimentos de instrumentos de capital	236 770	212 031
Rendimentos de serviços e comissões	466 705	492 083
Encargos com serviços e comissões	72 711	97 169
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(59 172)	(277 478)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	190 448	233 976
Resultados de reavaliação cambial	(3 047)	(29 970)
Resultados de alienação de outros activos	52	(1 137)
Outros resultados de exploração	12 278	(51 515)
Produto bancário	**1 495 214**	**1 279 881**
Custos com pessoal	363 536	375 311
Gastos gerais administrativos	303 549	325 656
Amortizações do exercício	57 040	64 935
Provisões líquidas de reposições e anulações	40 634	59 976
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	151 892	166 040
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	13 762	37 370
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	13 332	21 796
Resultado antes de impostos	**551 469**	**228 797**
Impostos		
Correntes	50 626	82 393
Diferidos	6 144	(65 474)
Resultado após impostos	**494 699**	**211 878**
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	44	(2 045)

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

2.2 Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2008

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Activo				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 755 753	-	1 755 753	1 216 096
Disponibilidades em outras instituições de crédito	337 637	-	337 637	477 216
Activos financeiros detidos para negociação	2 874 846	-	2 874 846	2 617 896
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 021 218	-	2 021 218	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	7 295 683	76 818	7 218 865	5 589 481
Aplicações em Instituições de Crédito	7 120 941	141	7 120 800	10 375 037
Crédito a clientes	39 677 298	627 514	39 049 784	32 875 867
Investimentos detidos até à maturidade	1 806 473	-	1 806 473	390 025
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	986 241	-	986 241	165 346
Activos não correntes detidos para venda	149 904	23 375	126 529	43 415
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	1 043 167	631 933	411 234	386 223
Activos intangíveis	484 271	392 739	91 532	69 961
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 147 746	109 272	1 038 474	1 084 641
Activos por impostos correntes	48 497	-	48 497	14 434
Activos por impostos diferidos	279 119	-	279 119	157 580
Outros activos	2 270 583	12 168	2 258 415	1 470 259
Total de Activo	**69 299 377**	**1 873 960**	**67 425 417**	**58 020 160**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4 710 444	-	4 710 444	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	1 532 270	-	1 532 270	1 034 222
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	14 411 923	-	14 411 923	13 299 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 894 653	-	22 894 653	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	14 326 387	-	14 326 387	12 088 864
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-
Derivados de cobertura	796 523	-	796 523	189 651
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	541 821	-	541 821	521 280
Passivos por impostos correntes	62 125	-	62 125	42 545
Passivos por impostos diferidos	164 081	-	164 081	350 210
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	3 473 819	-	3 473 819	2 573 805
Outros passivos	878 663	-	878 663	503 814
Total de Passivo	**63 792 709**	**-**	**63 792 709**	**53 582 852**
Capital				
Capital	2 500 000	-	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	666 327	-	666 327	666 327
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-
Acções próprias	(29 838)	-	(29 838)	(41 437)
Reservas de reavaliação	(197 391)	-	(197 391)	597 027
Outras reservas e resultados transitados	481 732	-	481 732	220 692
Resultado do exercício	211 878	-	211 878	494 699
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Total de Capital	**3 632 708**	**-**	**3 632 708**	**4 437 308**
Total de Passivo + Capital	**67 425 417**	**-**	**67 425 417**	**58 020 160**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

2.3 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Juros e proveitos similares	4	3 884 765	2 724 868
Juros e custos similares	4	3 085 705	2 000 977
Margem financeira		**799 060**	**723 891**
Rendimentos de instrumentos de capital	5	212 031	236 770
Rendimentos de serviços e comissões	6	492 083	466 705
Encargos com serviços e comissões	6	(97 169)	(72 711)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(277 478)	(59 172)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	233 976	190 448
Resultados de reavaliação cambial	9	(29 970)	(3 047)
Resultados de alienação de outros activos		(1 878)	52
Outros resultados de exploração	10	(51 515)	12 278
Proveitos operacionais		**1 279 140**	**1 495 214**
Custos com pessoal	11	375 311	363 536
Gastos gerais administrativos	13	325 656	303 549
Depreciações e amortizações	25 e 26	64 935	57 040
Provisões líquidas de anulações	33	59 976	40 634
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 e 21	166 040	151 892
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	37 370	13 762
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24, 27 e 28	21 796	13 332
Custos operacionais		**1 051 084**	**943 745**
Alienação de subsidiárias e associadas	27	741	-
Resultado antes de impostos		**228 797**	**551 469**
Impostos			
Correntes	34	82 393	50 626
Diferidos	34	(65 474)	6 144
Resultado líquido do exercício		**211 878**	**494 699**
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,43	1,00
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,43	1,00

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 755 753	1 216 096
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	337 637	477 216
Activos financeiros detidos para negociação	17	2 874 846	2 617 896
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	2 021 218	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	19	7 218 865	5 589 481
Aplicações em instituições de crédito	20	7 120 800	10 375 037
Crédito a clientes	21	39 049 784	32 875 867
Investimentos detidos até à maturidade	22	1 806 473	390 025
Derivados para gestão de risco	23	986 241	165 346
Activos não correntes detidos para venda	24	126 529	43 415
Outros activos tangíveis	25	411 234	386 223
Activos intangíveis	26	91 532	69 961
Investimentos em subsidiárias e associadas	27	1 038 474	1 084 641
Activos por impostos correntes		48 497	14 434
Activos por impostos diferidos	34	279 119	157 580
Outros activos	28	2 258 415	1 470 259
Total de Activo		**67 425 417**	**58 020 160**
Passivo			
Recursos de bancos centrais	29	4 710 444	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 532 270	1 034 222
Recursos de outras instituições de crédito	30	14 411 923	13 299 938
Recursos de clientes	31	22 894 653	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	32	14 326 387	12 088 864
Derivados para gestão de risco	23	796 523	189 651
Provisões	33	541 821	521 280
Passivos por impostos correntes		62 125	42 545
Passivos por impostos diferidos	34	164 081	350 210
Passivos subordinados	35	3 473 819	2 573 805
Outros passivos	36	878 663	503 814
Total de Passivo		**63 792 709**	**53 582 852**
Capital Próprio			
Capital	37	2 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	37	666 327	666 327
Acções próprias	37	(29 838)	(41 437)
Reservas de justo valor	38	(197 391)	597 027
Outras reservas e resultados transitados	38	481 732	220 692
Resultado líquido do exercício		211 878	494 699
Total de Capital Próprio		**3 632 708**	**4 437 308**
Total de Passivo e Capital Próprio		**67 425 417**	**58 020 160**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**2 500 000**	**666 327**	**(63 732)**	**482 062**	**229 510**	**257 451**	**4 071 618**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	115 312	-	-	115 312
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(31 174)	-	(31 174)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	1 030	-	1 030
Outros movimentos	-	-	-	-	470	-	470
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	494 699	494 699
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	**-**	**-**	**-**	**115 312**	**(29 674)**	**494 699**	**580 337**
Constituição de reservas	-	-	-	-	59 127	(59 127)	-
Dividendos de acções ordinárias [(a)]	-	-	-	-	-	(198 324)	(198 324)
Variação de acções próprias	-	-	22 295	-	-	-	22 295
Impacto da fusão por incorporação do BESSA	-	-	-	(347)	(38 271)	-	(38 618)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**2 500 000**	**666 327**	**(41 437)**	**597 027**	**220 692**	**494 699**	**4 437 308**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(794 418)	-	-	(794 418)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(23 615)	-	(23 615)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	517	-	517
Outros movimentos	-	-	-	-	186	-	186
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	211 878	211 878
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	**-**	**-**	**-**	**(794 418)**	**(22 912)**	**211 878**	**(605 452)**
Constituição de reservas	-	-	-	-	255 843	(255 843)	-
Dividendos de acções ordinárias [(a)]	-	-	-	-	-	(238 856)	(238 856)
Variação de acções próprias	-	-	11 599	-	-	-	11 599
Impacto da fusão por incorporação da BES Leasing	-	-	-	-	28 109	-	28 109
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**2 500 000**	**666 327**	**(29 838)**	**(197 391)**	**481 732**	**211 878**	**3 632 708**

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,48 e 0,40 euros pagos às acções em circulação em 2008 e 2007, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

milhares de euros

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		3 772 030	2 665 455
Juros e custos pagos		(2 956 212)	(1 884 804)
Serviços e comissões recebidas		513 385	505 106
Serviços e comissões pagas		(99 986)	(80 932)
Recuperações de créditos		20 904	31 574
Contribuições para o fundo de pensões		(524 823)	(41 056)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(398 838)	(650 172)
		326 460	**545 171**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		(157 148)	(65 425)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 783 571)	922 291
Aplicações em instituições de crédito		3 274 737	121 743
Recursos de instituições de crédito		964 462	(1 596 219)
Crédito a clientes		(2 006 690)	(3 515 997)
Recursos de clientes		1 720 835	1 552 748
Derivados para gestão do risco		303 918	(4 031)
Outros activos e passivos operacionais		317 886	(45 914)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**2 960 889**	**(2 085 633)**
Impostos sobre os lucros pagos		(98 106)	(32 502)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**2 862 783**	**(2 118 135)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(16 200)	(138 920)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		741	521
Dividendos recebidos		212 031	236 770
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(23 889 805)	(11 830 149)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		20 741 332	10 565 454
Investimentos detidos até à maturidade		(976 417)	117 895
Compra de imobilizações		(113 667)	(145 795)
Venda de imobilizações		187	212
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**(4 041 798)**	**(1 194 012)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		4 219 418	3 876 477
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(3 339 621)	(185 829)
Emissão de passivos subordinados		749 100	-
Reembolso de passivos subordinados		-	(99 762)
Acções próprias		11 599	22 295
Dividendos de acções ordinárias pagos		(238 856)	(198 324)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**1 401 640**	**3 414 857**
Efeito da fusão do BES Leasing em caixa e seus equivalentes		1 196	-
Efeito da fusão do BESSA em caixa e seus equivalentes		-	28 228
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**223 821**	**130 938**
Caixa e equivalentes no início do exercício		1 278 472	1 150 408
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		19 027	(2 874)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		223 821	130 938
Caixa e equivalentes no fim do exercício		**1 521 320**	**1 278 472**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	197 588	225 073
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 558 165	991 023
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(572 070)	(414 840)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	337 637	477 216
Total		**1 521 320**	**1 278 472**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 - Actividade

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. Em Dezembro de 2005 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Maio de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Abril de 2007 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. - Espanha (BESSA). Em Dezembro de 2008, foi realizada a fusão por incorporação da BESLeasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A..

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na Euronext.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 743 Balcões (31 de Dezembro de 2007: 706), de sucursais no exterior em Londres, Espanha (sucursal com 26 balcões), Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, de uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira e 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, o Banco adoptou as alterações ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações, relativas à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, o Banco adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias (ver política contabilística descrita na Nota 2.5). Os efeitos decorrentes da aplicação em 2008 destas alterações encontram-se incluídos na Nota 22.

Adicionalmente, o Banco adoptou ainda em 2008 o IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, o IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve efeito significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de Fevereiro de 2009.

2.2 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação
Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)
Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)
Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na

Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na nota 2.5.

Imparidade
O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:
- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflicta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5 Outros activos financeiros

Classificação
O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Activos financeiros ao justo valor através dos resultados
Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:
- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 23 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

• Investimentos detidos até à maturidade
Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Activos financeiros disponíveis para venda
Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento
Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente
Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias
O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração ao IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Na sequência da publicação desta alteração ao IAS 39, o Banco procedeu, no quarto trimestre do ano, à transferência de activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de justo valor através de resultados para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade.

De acordo com as disposições transitórias desta alteração ao IAS 39, as transferências realizadas até 31 de Outubro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos determinado com referência a 1 de Julho de 2008, e as transferências realizadas após aquela data foram efectuadas com base no justo valor determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o valor nominal dos activos, será reconhecida em resultados até à maturidade dos activos, com base no método da taxa efectiva.

Imparidade
Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções ou outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6 Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Banco obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.22.

2.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Números de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Banco, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais
Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário
Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador
Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 Benefícios aos empregados

Pensões
Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BES.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pelo Banco, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com as reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2009 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

A cada data do balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde
Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios por antiguidade
No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método

da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)
O BES estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco ou, alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados como custo com pessoal ao longo do período de serviço definido como 3 anos. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)
De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

2.21 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22 Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.23 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

Nota 3 - Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em 2007) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em 2007);
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5 Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 - Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 155 109	18 502	2 173 611	1 777 989	6 509	1 784 498
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	259 287	259 287	-	316 678	316 678
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	451 189	26 109	477 298	379 724	1 315	381 039
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	207 809	-	207 809	103 897	-	103 897
Juros de derivados para gestão de risco	-	729 937	729 937	-	84 727	84 727
Outros juros e proveitos similares	36 823	-	36 823	54 029	-	54 029
	2 850 930	**1 033 835**	**3 884 765**	**2 315 639**	**409 229**	**2 724 868**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	680 205	22 592	702 797	671 498	-	671 498
Juros de responsabilidades representadas por títulos	688 121	61 999	750 120	498 954	66 459	565 413
Juros de recursos de clientes	606 112	13 670	619 782	434 837	4 836	439 673
Juros de derivados para gestão de risco	-	835 556	835 556	-	175 162	175 162
Juros de passivos subordinados	147 571	29 879	177 450	139 452	7 501	146 953
Outros juros e custos similares	-	-	-	2 278	-	2 278
	2 122 009	**963 696**	**3 085 705**	**1 747 019**	**253 958**	**2 000 977**
	728 921	**70 139**	**799 060**	**568 620**	**155 271**	**723 891**

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

Nota 5 - Rendimentos de Instrumentos de Capital

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	123 361	187 351
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	88 670	49 419
	212 031	**236 770**

Nota 6 - Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	335 591	320 301
Por garantias prestadas	72 156	60 185
Por operações realizadas com títulos	7 134	8 178
Por compromissos perante terceiros	20 725	18 952
Outros rendimentos de serviços e comissões	56 477	59 089
	492 083	**466 705**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	53 172	43 610
Por operações realizadas com títulos	13 490	10 817
Por garantias recebidas	12 556	237
Outros encargos com serviços e comissões	17 951	18 047
	97 169	**72 711**
	394 914	**393 994**

Nota 7 - Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	5 391	6 063	(672)	20 845	27 596	(6 751)
De outros emissores	65 268	60 546	4 722	-	4	(4)
Acções	2 224	14 046	(11 822)	47	5 357	(5 310)
Outros títulos de rendimento variável	7 248	47 427	(40 179)	25 281	24 493	788
	80 131	**128 082**	**(47 951)**	**46 173**	**57 450**	**(11 277)**
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 338 992	2 287 399	51 593	915 528	1 059 971	(144 443)
Contratos sobre taxas de juro	6 416 839	6 209 213	207 626	4 790 026	4 798 802	(8 776)
Contratos sobre acções/índices	1 177 589	1 193 247	(15 658)	762 214	687 569	74 645
Contratos sobre créditos	759 570	815 272	(55 702)	126 931	118 649	8 282
Outros	205 073	463 904	(258 831)	78 390	77 015	1 375
	10 898 063	**10 969 035**	**(70 972)**	**6 673 089**	**6 742 006**	**(68 917)**
	10 978 194	**11 097 117**	**(118 923)**	**6 719 262**	**6 799 456**	**(80 194)**
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	223 039	528 318	(305 279)	139 501	149 722	(10 221)
Acções	3 511	19 303	(15 792)	32 003	814	31 189
Outros títulos de rendimento variável	152 157	217 083	(64 926)	-	-	-
	378 707	**764 704**	**(385 997)**	**171 504**	**150 536**	**20 968**
Outros activos financeiros [1]						
Crédito a clientes	23 498	-	23 498	609	953	(344)
Aplicações em instituições de crédito	35	6 263	(6228)	49	-	49
	23 533	**6 263**	**17 270**	**658**	**953**	**(295)**
Passivos financeiros [1]						
Recursos de instituições de crédito	31 166	11 750	19 416	13 033	-	13 033
Recursos de clientes	5 685	-	5 685	1 342	2 038	(696)
Débitos representados por títulos	241 667	102 625	139 042	468	25 077	(24 609)
Empréstimos subordinados	46 029	-	46 029	12 621	-	12 621
	324 547	**114 375**	**210 172**	**27 464**	**27 115**	**349**
	726 787	**885 342**	**(158 555)**	**199 626**	**178 604**	**21 022**
	11 704 981	**11 982 459**	**(277 478)**	**6 918 888**	**6 978 060**	**(59 172)**

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option.*

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui um efeito positivo de 104 366 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: efeito negativo de 41 milhares de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Banco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2008, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação ascenderam a cerca de 28 438 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 13 291 milhares de euros).

Nota 8 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 367	4 711	(344)	3 257	32	3 225
De outros emissores	15 134	17 616	(2 482)	1 808	15 806	(13 998)
Acções	312 063	76 388	235 675	198 967	1 709	197 258
Outros títulos de rendimento variável	3 505	2 378	1 127	4 571	608	3 963
	335 069	**101 093**	**233 976**	**208 603**	**18 155**	**190 448**

Durante o exercício de 2008, o Banco procedeu à alienação de (i) 42,7 milhões de acções ordinárias do Banco Bradesco, ajustadas do *stock split* (mais valia: 262,1 milhões de euros), (ii) 29,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia: 18,8 milhões de euros) e (iii) 7,6 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia: 8,1 milhões de euros).

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Banco Bradesco (mais valia de 85,5 milhões de euros) e (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia de 41,6 milhões de euros) e (iii) 6,9 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia de 12,8 milhões de euros).

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 40.

Nota 9 - Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 165 145	1 195 115	(29 970)	440 664	443 711	(3 047)
	1 165 145	**1 195 115**	**(29 970)**	**440 664**	**443 711**	**(3 047)**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

Nota 10_ Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	9 772	5 288
Outros	51 220	67 111
	60 992	**72 399**
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	2 608	4 541
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 047	2 517
Quotizações e donativos	12 731	4 257
Outros	94 121	48 806
	112 507	**60 121**
	(51 515)	**12 278**

Nota 11 - Custos com pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Vencimentos e salários	275 348	257 505
Remunerações	268 674	256 540
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	6 674	965
Benefícios de saúde - SAMS	18 704	19 448
Outros encargos sociais obrigatórios	33 498	30 710
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	39 045	47 948
Outros custos	8 716	7 925
	375 311	**363 536**

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 8 005 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 9 323 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 703 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 402 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 1 975 milhares de euros relativos ao Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV), conforme política contabilística descrita na Nota 2.14. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 12.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

milhares de euros

	Conselho de Administração	Comissão de Auditória	Outro pessoal chave da gestão [1]	Total
31 de Dezembro de 2008				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 661	723	5 944	10 328
Custos com pensões de reforma e SAMS	5 307	15	725	6 047
Prémios de antiguidade	70	-	45	115
Remunerações variáveis	7 541	-	2 340	9 881
Total	**16 579**	**738**	**9 054**	**26 371**
31 de Dezembro de 2007				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 561	691	5 344	9 596
Custos com pensões de reforma e SAMS	3 593	2	710	4 305
Prémios de antiguidade	-	-	37	37
Remunerações variáveis	6 502	-	1 863	8 365
Total	**13 656**	**693**	**7 954**	**22 303**

(1) Directores Coordenadores e Assessores do Conselho de Administração.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 24 141 milhares de euros e 24 761 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores do Banco é de 6 967 (31 de Dezembro de 2007: 6 787) e apresenta a seguinte decomposição por categoria profissional:

	31.12.2008 [1]	31.12.2007 [1]
Funções directivas	490	449
Funções de chefia	840	771
Funções específicas	2 679	2 546
Funções administrativas e outras	2 958	3 021
	6 967	**6 787**

(1) Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estão incluídos os colaboradores de unidades de negócio que foram integradas no BES durante o exercício.

Nota 12 - Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco decidiu constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES, destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. No exercício de 2008 o Banco, após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS). Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	4,00%	3,25%	4,68%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,25%	2,04%	1,59%
Taxas de rendimento do fundo	5,80%	5,25%	-28,82%	13,23%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%	-	-
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		*Project Unit Credit Method*		

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2008	31.12.2007
Activos	5 910	5 805
Reformados e sobreviventes	5 577	5 475
Total	**11 487**	**11 280**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 270 829)	(69 285)	(1 340 114)	(1 380 097)	(79 781)	(1 459 878)
Activos	(633 978)	(34 123)	(668 101)	(538 124)	(27 516)	(565 640)
	(1 904 807)	**(103 408)**	**(2 008 215)**	**(1 918 221)**	**(107 297)**	**(2 025 518)**
Coberturas						
Saldos dos Fundos	**1 899 481**	**103 408**	**2 002 889**	**2 180 186**	**-**	**2 180 186**
Excesso de cobertura	-	-	-	261 965	-	261 965
Valores a entregar ao fundo/ passivos reconhecidos	(5 326)	-	(5 326)	-	(107 297)	(107 297)
Desvios actuariais diferidos	944 498	16 444	960 942	301 943	22 949	324 892
Regime transitório	39 469	32 866	72 335	59 204	40 691	99 895
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço no final do exercício	**978 641**	**49 310**	**1 027 951**	**623 112**	**(43 657)**	**579 455**

Em 31 de Dezembro de 2008, na sequência da alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, as coberturas com saldos de fundos incluíam as pensões e os benefícios de saúde.

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	**1 918 221**	**107 297**	**2 025 518**	**1 833 600**	**106 589**	**1 940 189**
Custo do serviço corrente	36 135	1 999	38 134	27 996	1 828	29 824
Custo dos juros	102 671	5 694	108 365	84 879	4 933	89 812
Contribuições dos participantes	2 925	-	2 925	2 625	-	2 625
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(78 655)	(6 177)	(84 832)	(8 250)	(198)	(8 448)
- (Ganhos) e perdas de experiência	23 994	53	24 047	43 061	(1 813)	41 248
Pensões pagas pelo fundo	(100 300)	-	(100 300)	(95 383)	-	(95 383)
Benefícios pagos pelo Banco	-	(5 739)	(5 739)	-	(5 482)	(5 482)
Reformas antecipadas	5 108	281	5 389	22 158	1 440	23 598
Integração das responsabilidades do BESSA	-	-	-	8 465	-	8 465
Diferenças cambiais e outros	(5 292)	-	(5 292)	(930)	-	(930)
Responsabilidades no final do exercício	**1 904 807**	**103 408**	**2 008 215**	**1 918 221**	**107 297**	**2 025 518**

As responsabilidades associadas com reformas antecipadas, em 31 de Dezembro de 2008, foram reconhecidas por contrapartida da utilização de provisões (ver Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 15,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 16,5 milhões de euros) e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos no início do exercício	**2 180 186**	**-**	**2 180 186**	**1 970 591**	**-**	**1 970 591**
Rendimento real do fundo	(600 223)	-	(600 223)	256 236	-	256 236
Contribuições do Banco	421 415	103 408	524 823	41 056	-	41 056
Contribuições dos empregados	2 925	-	2 925	2 625	-	2 625
Pensões pagas pelo fundo	(100 300)	-	(100 300)	(95 383)	-	(95 383)
Integração das responsabilidades do BESSA	-	-	-	6 535	-	6 535
Diferenças cambiais e outros	(4 522)	-	(4 522)	(1 474)	-	(1 474)
Saldo dos fundos no final do exercício	**1 899 481**	**103 408**	**2 002 889**	**2 180 186**	**-**	**2 180 186**

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	593 724	1 037 508
Outros títulos de rendimento variável	497 963	238 807
Obrigações	542 012	249 162
Imóveis	203 413	379 911
Outros	165 777	274 798
Total	**2 002 889**	**2 180 186**

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	75 570	51 972
Obrigações	11 033	-
Imóveis	120 486	124 986
Total	**207 089**	**176 958**

Em 31 de Dezembro de 2008, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 11,3 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2007: 3,5 milhões de acções).

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	**301 943**	**22 949**	**324 892**	**436 695**	**26 082**	**462 777**
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício						
- Alteração de pressupostos	(78 655)	(6 177)	(84 832)	(8 250)	(198)	(8 448)
- (Ganhos) e perdas de experiência	736 139	53	736 192	(115 505)	(1 813)	(117 318)
Amortização do exercício	(12 161)	(312)	(12 473)	(8 467)	(765)	(9 232)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(2 588)	(69)	(2 657)	(2 118)	(357)	(2 475)
Outros	(180)	-	(180)	(412)	-	(412)
Desvios actuariais diferidos no final do exercício	**944 498**	**16 444**	**960 942**	**301 943**	**22 949**	**324 892**
Dos quais:						
Dentro do corredor	189 646	10 341	199 987	217 669	10 730	228 399
Dentro do corredor alargado	52 923	3 440	56 363	61 175	4 176	65 351
Fora do corredor	701 929	2 663	704 592	23 099	8 043	31 142

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo no início do exercício	**59 204**	**40 691**	**99 895**	**88 805**	**50 863**	**139 668**
Amortização por reservas	(19 735)	(7 825)	(27 560)	(29 601)	(10 172)	(39 773)
Saldo no final do exercício	**39 469**	**32 866**	**72 335**	**59 204**	**40 691**	**99 895**

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos / (passivos) no início do exercício	**261 965**	**(107 297)**	**154 668**	**136 991**	**(106 589)**	**30 402**
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	54 661	6 124	60 785	(34 811)	2 011	(32 800)
Ganhos e (perdas) actuariais dos fundos	(712 145)	-	(712 145)	158 566	-	158 566
Encargos do exercício:						
- Custo do serviço corrente	(36 135)	(1 999)	(38 134)	(27 996)	(1 828)	(29 824)
- Custo dos juros	(102 671)	(5 694)	(108 365)	(84 879)	(4 933)	(89 812)
- Rendimento esperado do fundo	111 922	-	111 922	97 670	-	97 670
- Reformas antecipadas	(5 108)	(281)	(5 389)	(22 158)	(1 440)	(23 598)
Contribuições pagas pelo Banco	421 415	109 147	530 562	41 056	5 482	46 538
Integração das responsabilidades do BESSA	-	-	-	(1 930)	-	(1 930)
Outros	770	-	770	(544)	-	(544)
Activos / (passivos) no final do exercício	**(5 326)**	**-**	**(5 326)**	**261 965**	**(107 297)**	**154 668**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	36 135	1 999	38 134	27 996	1 828	29 824
Custo dos juros	102 671	5 694	108 365	84 879	4 933	89 812
Rendimento esperado do fundo	(111 922)	-	(111 922)	(97 670)	-	(97 670)
Amortização do exercício	12 161	312	12 473	8 467	765	9 232
Reformas antecipadas	-	-	-	24 276	1 797	26 073
Custos do exercício	**39 045**	**8 005**	**47 050**	**47 948**	**9 323**	**57 271**

O custo relativo às reformas antecipadas em 2007 inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço. A amortização adicional dos desvios actuariais por reformas antecipadas em 2008 foi reconhecida pela utilização de provisões (ver Nota 33).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
No início do exercício	**623 112**	**(43 657)**	**579 455**	**662 492**	**(29 644)**	**632 848**
Custo do exercício	(39 045)	(8 005)	(47 050)	(47 948)	(9 323)	(57 271)
Utilização de provisões	(7 696)	(350)	(8 046)	-	-	-
Amortização do regime transitório (por reservas)	(19 735)	(7 825)	(27 560)	(29 601)	(10 172)	(39 773)
Contribuições pagas pelo Banco	421 415	109 147	530 562	41 056	5 482	46 538
Integração dos activos/(responsabilidades) líquidas do BESSA	-	-	-	(1 930)	-	(1 930)
Outros	590	-	590	(957)	-	(957)
No final do exercício	**978 641**	**49 310**	**1 027 951**	**623 112**	**(43 657)**	**579 455**

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Pensões de reforma	Benefícios de saúde
Responsabilidades	(1 904 807)	(103 408)	(1 918 221)	(107 297)	(1 833 600)	(106 589)	(1 772 396)	(114 373)	(1 393 000)	(86 280)
Saldo dos fundos	1 899 481	103 408	2 180 186	-	1 970 591	-	1 766 187	-	1 354 289	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**(5 326)**	**-**	**261 965**	**(107 297)**	**136 991**	**(106 589)**	**(6 209)**	**(114 373)**	**(38 711)**	**(86 280)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	23 994	53	43 061	(1 813)	2 916	(11 568)	28 899	5 418	2 480	144
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	712 145	-	(158 566)	-	(140 259)	-	(64 787)	-	2 243	-

Até 31 de Dezembro de 2007 os benefícios de saúde encontravam-se integralmente cobertos através de passivos reconhecidos em balanço.

SIBA

No exercício de 2000, o Banco estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou, alternativamente, (iii) vendê-las ao Banco pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31.12.2008 (1)	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Expirado (Abr-08)	1 762 619	12,02	-	-
Plano de 2003					
1º lote	Expirado (Mai-08)	480 576	14,00	-	-
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 001 231	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dec-09	541 599	13,54	106 836	100%
2º lote	Dec-10	1 270 175	13,54	1 371 014	100%

(1) - Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006

O movimento das acções subjacente aos planos em vigor durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e o exercício de 2007 foi como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo no início do exercício	3 484 262	11,89	5 667 612	11,24
Acções alienadas (1)	(1 005 181)	11,54	(2 183 350)	10,21
Saldo no final do exercício	**2 479 081**	**12,04**	**3 484 262**	**11,89**

(1) inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	703	1 402

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.14.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No exercício de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a "data inicial de referência" e a "data final de referência". Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-Jun-2008
Data final de referência	02-Jun-2011
Direitos atribuidos	3 937 250
Preço de referência	11,00
Taxa de Juro	5,22%
Volatilidade	33,5%
Valor inicial do plano (milhares de euros)	9 821

Conforme a politica contabilística descrita na nota 2.14, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 9 821 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base o Banco reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 1 910 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 31 de Dezembro de 2008 de 639 milhares de euros.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 25 566 milhares de euros e 20 530 milhares de euros respectivamente (ver Nota 36). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 6 674 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 965 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Nota 13_Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e alugueres	50 900	46 054
Publicidade e publicações	36 203	36 348
Comunicações e expedição	29 568	26 790
Conservação e reparação	13 514	13 770
Deslocações e representação	19 202	17 960
Água, energia e combustiveis	8 471	6 461
Transportes	9 564	8 732
Material de consumo corrente	4 822	4 633
Serviços especializados		
Informática	49 566	45 223
Mão-de-obra eventual	5 413	4 905
Trabalho independente	5 588	5 597
Sistema electrónico de pagamentos	11 839	11 281
Estudos e consultas	11 868	13 455
Judiciais, contencioso e notariado	8 860	8 676
Consultores e auditores externos	3 995	3 962
Segurança e vigilância	4 245	3 229
Outros serviços especializados	28 132	25 936
Outros custos	23 906	20 537
	325 656	**303 549**

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos de serviços de avaliação, *call center*, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

As rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis ascendem aos montantes de 179 milhares de euros e 459 milhares de euros com vencimento até 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2012, respectivamente.

Nota 14_Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	211 878	494 699
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	500 000	500 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	2 698	4 090
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	**497 302**	**495 910**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	**0,43**	**1,00**

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos porque as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Nota 15 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Caixa	197 588	225 073
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 151 023	979 012
Outros bancos centrais	407 142	12 011
	1 558 165	**991 023**
	1 755 753	**1 216 096**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 572 070 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 414 480 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2008 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 4,07% (31 de Dezembro de 2007: 3,94%).

Nota 16 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	280 877	374 395
Depósitos à ordem	7 969	9 193
	288 846	**383 588**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	48 791	93 620
Cheques a cobrar	-	8
	48 791	**93 628**
	337 637	**477 216**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 049 091	723 364
De outros emissores	2 272	930
Outros títulos de rendimento variável	-	698 353
	1 051 363	**1 422 647**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 823 483	1 195 249
	2 874 846	**2 617 896**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	**1 532 270**	**1 034 222**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	560 611	347 491
De 3 meses a um ano	421 205	336 586
De um a cinco anos	63 397	194 466
Mais de cinco anos	6 150	82 458
Duração indeterminada	-	461 646
	1 051 363	**1 422 647**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 049 091	-	1 049 091	723 364	-	723 364
De outros emissores	2 189	83	2 272	747	183	930
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	698 353	698 353
	1 051 280	**83**	**1 051 363**	**724 111**	**698 536**	**1 422 647**

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 471 773	40 508	75 574	12 133 575	112 847	247 145
- vendas	1 498 026			12 252 372		
Currency Swaps						
- compras	1 207 649	4 099	3 723	345 984	2 056	2 243
- vendas	1 222 113			347 198		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 364 308	112 550	106 995	1 657 950	187 591	176 211
- vendas	1 351 033			1 660 294		
Currency Options	7 698 528	289 504	212 519	4 218 176	57 379	86 511
	15 813 430	**446 661**	**398 811**	**32 615 549**	**359 873**	**512 110**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	989 564	637	1 290	5 353 657	1 444	342
Interest Rate Swaps	48 794 876	1 066 278	874 815	29 831 122	616 970	401 020
Swaption - Interest Rate Options	5 585 336	8 662	7 756	2 330 536	3 814	2 105
Interest Rate Caps & Floors	7 339 549	61 085	34 656	5 135 206	29 862	25 529
Interest Rate Futures	-	-	-	100 000	-	-
Bonds Options	-	-	-	30 000	665	558
Future Options	20 972 550	-	-	3 229 375	-	-
	83 681 875	**1 136 662**	**918 517**	**46 009 896**	**652 755**	**429 554**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	625 186	45 466	22 093	1 797 380	85 468	24 648
Equity / Index Options	2 050 016	134 050	138 228	1 505 819	76 345	56 716
Equity / Index Futures	255	-	-	-	-	-
	2 675 457	**179 516**	**160 321**	**3 303 199**	**161 813**	**81 364**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 840 761	60 644	54 621	1 439 622	20 808	11 194
Total	**105 011 523**	**1 823 483**	**1 532 270**	**83 368 266**	**1 195 249**	**1 034 222**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Justo Valor Líquido	Nocional	Justo Valor Líquido
Até 3 meses	23 013 193	(44 233)	27 362 969	(149 180)
De 3 meses a um ano	23 779 626	97 365	18 730 128	77 424
De um a cinco anos	39 074 233	234 452	21 016 696	286 240
Mais de cinco anos	19 144 471	3 629	16 258 473	(53 457)
	105 011 523	**291 213**	**83 368 266**	**161 027**

Nota 18 - Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 183 951	894 329
Acções	7 144	192 354
Outros títulos	830 123	-
Valor de balanço	**2 021 218**	**1 086 683**

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	48 469	398 001
De 3 meses a um ano	546 218	103 330
De um a cinco anos	542 196	63 724
Mais de cinco anos	608 727	329 274
Duração indeterminada	275 608	192 354
	2 021 218	**1 086 683**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	643 229	540 722	1 183 951	178 708	715 621	894 329
Acções	7 144	-	7 144	192 354	-	192 354
Outros títulos de rendimento variável	166 999	663 124	830 123	-	-	-
	817 372	**1 203 846**	**2 021 218**	**371 062**	**715 621**	**1 086 683**

Nota 19 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	Custo[1]	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	197 375	2 538	(1)	-	199 912
De outros emissores	5 124 498	5 518	(17 482)	(11 690)	5 100 844
Acções	1 488 423	15 144	(214 562)	(50 601)	1 238 404
Outros títulos de rendimento variável	684 584	16 833	(7 185)	(14 527)	679 705
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**7 494 880**	**40 033**	**(239 230)**	**(76 818)**	**7 218 865**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	259 735	820	(922)	-	259 633
De outros emissores	3 224 405	1 726	(20 604)	(7 492)	3 198 035
Acções	1 025 822	818 878	(6 822)	(28 143)	1 809 735
Outros títulos de rendimento variável	335 445	4 190	(472)	(17 085)	322 078
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**4 845 407**	**825 614**	**(28 820)**	**(52 720)**	**5 589 481**

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívidas.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidencia objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 39.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**52 720**	**49 040**
Dotações	37 401	14 241
Utilizações	(17 745)	(10 845)
Reversões	(31)	(479)
Transferências	8 413	-
Diferenças de câmbio e outras	(3 940)	763
Saldo final	**76 818**	**52 720**

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	1 271 591	642 209
De 3 meses a um ano	1 038 639	324 453
De um a cinco anos	511 390	799 231
Mais de cinco anos	2 479 136	1 691 775
Duração indeterminada	1 918 109	2 131 813
	7 218 865	**5 589 481**

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são as seguintes:

milhares de euros

	31.12.2008				
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	412 745	-	(20 493)	-	392 252
Portugal Telecom	454 356	-	(91 222)	-	363 134
EDP	375 893	-	(75 815)	-	300 078
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 963	-	(682)	9 761
	1 245 474	**7 963**	**(187 530)**	**(682)**	**1 065 225**

milhares de euros

Descrição	31.12.2007				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	(682)	10 387
	844 242	**816 791**	**-**	**(682)**	**1 660 351**

Em 31 de Dezembro de 2008, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Durante o exercício de 2008, o BES (i) adquiriu 36,5 milhões de acções, ajustadas do *stock split*, do Banco Bradesco por um valor equivalente a 359,8 milhões de euros; e (ii) alienou 42,7 milhões de acções por 510,7 milhões de euros, das quais 38 milhões à BES Vida, que por sua vez procedeu à sua venda integral no corrente exercício (ver Notas 8 e 40).

No contexto destas transacções, os fundos de investimento mobiliário geridos pela ESAF e o Fundo de Pensões do Banco adquiriram 25,3 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 290,5 milhões de euros e 5,0 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 67,1 milhões de euros, respectivamente.

Esta rubrica no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	143 022	56 890	199 912	47 562	212 071	259 633
De outros emissores	1 738 052	3 362 792	5 100 844	11 401	3 186 634	3 198 035
Acções	1 122 431	115 973	1 238 404	1 707 688	102 047	1 809 735
Outros títulos de rendimento variável	-	679 705	679 705	-	322 078	322 078
	3 003 505	**4 215 360**	**7 218 865**	**1 766 651**	**3 822 830**	**5 589 481**

Nota 20 - Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	249 463	1 348 181
Mercado monetário interbancário	53 894	1 310 118
Depósitos	913 496	580 952
Aplicações de muito curto prazo	57 931	377 260
Outras aplicações	6 709	1 473
	1 281 493	**3 617 984**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	4 000 017	4 420 583
Aplicações de muito curto prazo	372 466	1 351 258
Empréstimos	1 227 416	969 433
Outras aplicações	239 549	16 145
	5 839 448	**6 757 419**
Perdas por imparidade	(141)	(366)
	7 120 800	**10 375 037**

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2008, vencem juros à taxa média anual de 4,41% (31 de Dezembro de 2007: 4,47%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica inclui 27 372 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 559 687 milhares de euros) de aplicações registadas ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	5 336 780	9 703 137
De 3 meses a um ano	1 028 700	436 419
De um a cinco anos	399 245	103 014
Mais de cinco anos	351 065	132 582
Duração indeterminada	5 151	251
	7 120 941	**10 375 403**

Os movimentos ocorridos no período como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**366**	**1 595**
Dotações	253	1 114
Reversões	(486)	(2 236)
Diferenças de câmbio e outras	8	(107)
Saldo final	**141**	**366**

Nota 21 - Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 655 791	8 773 195
Empréstimos	10 519 673	5 295 525
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	899 656	1 108 224
Factoring	1 096 588	158 019
Descobertos	37 242	49 641
Locação financeira	3 086 673	1 876
Outros créditos	235 612	198 124
A particulares		
Habitação	7 355 827	8 327 928
Consumo e outros	2 313 604	2 228 742
	31 200 666	**26 141 274**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 950 128	3 703 654
Créditos em conta corrente	1 281 973	1 050 661
Descobertos	24 148	27 199
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	179 742	135 950
Locação financeira	293 250	258 102
Factoring	77 692	-
Outros créditos	1 339 865	876 701
A particulares		
Habitação	420 178	431 927
Consumo e outros	304 262	295 332
	7 871 238	**6 779 526**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	98 706	44 478
De 3 meses a 1 ano	169 116	96 709
De 1 a 3 anos	220 355	191 110
Mais de 3 anos	117 217	110 574
	605 394	**442 871**
	39 677 298	**33 363 671**
Perdas por imparidade	**(627 514)**	**(487 804)**
	39 049 784	**32 875 867**

O justo valor da carteira de Crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica inclui 454 099 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 156 049 milhares de euros) de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vivo inclui 2 722 664 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (ver Nota 32).

Durante o mês de Julho de 2007, o BES concretizou uma operação de securitização de crédito à habitação (*Lusitano Mortgages No. 6*), no valor de 1 100 milhões de euros. Em Dezembro de 2007 o BES participou, conjuntamente com outras entidades do Grupo BES, numa operação de securitização de créditos *project finance*, no valor total de 1 079 milhões de euros, dos quais 889 milhões de euros foram cedidos pelo BES (ver Nota 41). Em Setembro de 2008, o BES efectuou uma operação de securitização de crédito à habitação no valor de 1 900 milhões de euros (Lusitano Mortgages No. 7).

Em 31 de Dezembro de 2008 o crédito vivo inclui 71 822 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2007: 63 102 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	6 395 461	5 644 786
De 3 meses a um ano	4 727 367	4 798 897
De um a cinco anos	9 118 724	6 134 674
Mais de cinco anos	18 830 352	16 342 443
Duração indeterminada	605 394	442 871
	39 677 298	**33 363 671**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas como correcção aos valores do crédito no activo foram os seguintes:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	487 804	369 366
Dotações	187 612	172 826
Utilizações	(80 426)	(77 759)
Reversões	(21 339)	(19 812)
Transferências [a]	35 551	36 640
Diferenças de câmbio e outras [b]	18 312	6 543
Saldo final	**627 514**	**487 804**

(a) Provisões realocadas de provisões para riscos gerais de crédito (ver Nota 33)
(b) A 31 de Dezembro de 2008 inclui 18 618 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação da Besleasing e a 31 de Dezembro de 2007 inclui 6 384 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação do BESSA

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de Dezembro de 2008, 427 872 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2007: 396 386 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 33).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Taxa fixa	4 174 003	3 645 911
Taxa variável	35 503 295	29 717 760
	39 677 298	**33 363 671**

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	607 861	3 239
De um a cinco anos	1 597 098	130 988
Mais de cinco anos	1 368 869	131 176
	3 573 828	**265 403**
Juros vincendos		
Até um ano	29 963	-
De um a cinco anos	75 071	-
Mais de cinco anos	88 871	5 425
	193 905	**5 425**
Capital vincendo		
Até um ano	577 898	3 239
De um a cinco anos	1 522 027	130 988
Mais de cinco anos	1 279 998	125 751
	3 379 923	**259 978**

Nota 22 - Investimentos Detidos até à Maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	322 337	390 025
De outros emissores	1 484 136	-
	1 806 473	**390 025**

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 39.

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	371 053	6 085
De 3 meses a um ano	118 389	9 254
De um a cinco anos	853 739	350 267
Mais de cinco anos	463 292	24 419
	1 806 473	**390 025**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não Cotados	Total	Cotados	Não Cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	322 337	-	322 337	374 858	15 167	390 025
De outros emissores	1 094 222	389 914	1 484 136	-	-	-
	1 416 559	**389 914**	**1 806 473**	**374 858**	**15 167**	**390 025**

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 43. O Banco avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos (registados como activos financeiros disponíveis para venda) no valor de 409 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008						
	Na data da transferência						
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de justo valor		Valor de mercado em Dezembro 2008	Reserva de justo valor amortizada no ano	Impacto em resultados [a]
			Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433 247	408 987	366	(24 626)	380 071	726	-

a) Impacto em resultados consequência das reclassificações com data retroactiva a 1 de Julho

No segundo semestre de 2008, o Banco adquiriu à BES VIDA, para a carteira de investimentos detidos até à maturidade, títulos no valor de 689,5 milhões de euros, dos quais 517,9 milhões de euros foram adquiridos através de brokers.

Nota 23 - Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007
	Cobertura	Gestão do risco	Total	
Derivados para gestão do risco				
Derivados para gestão do risco - Activo	731 440	254 801	986 241	165 346
Derivados para gestão do risco - Passivo	(397 380)	(399 143)	(796 523)	(189 651)
	334 060	**(144 342)**	**189 718**	**(24 305)**
Componente de justo valor dos Activos e Passivos cobertos				
Activos financeiros				
Aplicações em instituições de crédito	-	(6 228)	(6 228)	49
Títulos	-	(726)	(726)	(1 805)
Crédito a clientes	1 895	20 924	22 819	(158)
	1 895	**13 970**	**15 865**	**(1 914)**
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	(29 920)	8 899	(21 021)	7 234
Recursos de clientes	(4 088)	13	(4 075)	1 723
Débitos representados por títulos	(222 323)	93 443	(128 880)	5 404
Passivos subordinados	(17 698)	-	(17 698)	22 455
	(274 029)	**102 355**	**(171 674)**	**36 816**
	(272 134)	**116 325**	**(155 809)**	**34 902**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

31.12.2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado[1]	Var. justo valor do derivado no ano	Componente do justo valor do elemento coberto[2]	Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2]
Interest Rate Swap	Crédito a Clientes	Taxa de juro	66 993	(2 267)	(3 218)	1 895	3 183
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	Taxa de juro	148 000	29 489	30 660	(27 677)	(30 730)
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	Taxa de juro	196 077	8 232	5 572	(4 088)	(5 685)
Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	Taxa de juro	10 530 481	275 899	230 066	(222 323)	(235 351)
Interest Rate Swap	Passivos Subordinados	Taxa de juro	500 000	33 860	26 712	(26 894)	(26 894)
Currency Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	Taxa de juro e câmbio	299 213	(1 763)	(2 415)	(2 243)	2 415
Currency Interest Rate Swap	Passivos Subordinados	Taxa de juro e câmbio	274 098	(9 390)	19 102	9 196	(19 135)
			12 014 862	**334 060**	**306 479**	**(272 134)**	**(312 197)**

(1) Inclui juro corrido.
(2) Atribuível ao risco coberto.

milhares de euros

31.12.2007							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**justo valor do derivado[1]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente do justo valor do elemento coberto[2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2]**
Currency Interest Rate Swap	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	(22 678)	(11 995)	22 455	12 621
Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	(4 841)	(4 191)	4 633	4 191
Interest Rate Swap	Crédito Interno	Taxa de juro	91 993	1 210	969	(767)	(953)
Interest Rate Swap	Obrigações emitidas	Taxa de juro	1 306 665	(376)	22 065	7 770	(22 251)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	191 077	822	(1 463)	831	275
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	128 000	(1 228)	(9 130)	2 601	8 842
			2 307 035	**(27 091)**	**(3 745)**	**37 523**	**2 725**

(1) Inclui juro corrido.
(2) Atribuível ao risco coberto.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 5,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: proveito de 1,0 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas notas 2.4, 2.5 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

milhares de euros

31.12.2008								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade**
	Activo							
FX swap	Aplicações em Instituições de Crédito	33 670	(145)	(145)	(6 228)	(6 228)	27 372	33 635
Interest Rate Swap	Activos financeiros detidos para negociação	231 514	280	280	(726)	3 216	226 000	226 000
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	631 466	(27 073)	(19 204)	20 924	20 315	454 099	433 175
	Passivo							
FX swap	Recursos de Instituições de Crédito	1 494 617	1 129	1 129	(436)	(436)	1 484 940	1 484 940
Credit Default Swap	Recursos de Instituições de Crédito	150 000	(1 050)	(1 082)	9 335	9 335	157 169	150 000
Index Swap / Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	193 805	5 995	6 064	13	-	2 925	2 912
Index Swap	Débitos representados por títulos	43 816	(473)	(816)	170	512	42 026	41 857
Forwards / Interest Rate Swap	Débitos representados por títulos	1 381 292	(123 005)	(125 584)	93 273	95 797	1 154 438	1 234 205
		4 160 180	**(144 342)**	**(139 358)**	**116 325**	**122 511**	**3 548 969**	**3 606 724**

milhares de euros

31.12.2007								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade**
	Activo							
Currency Swap	Aplicações em instituições de crédito	561 051	(333)	(198)	49	49	559 687	561 051
Interest Rate Swap	Activos financeiros detidos para negociação	185 000	319	467	(1 805)	1 098	187 545	189 350
Interest Rate Swap	Crédito Interno	115 000	461	461	609	609	156 049	154 991
	Passivo							
Index Swap	Obrigações emitidas	68 524	6 911	2 844	(6 042)	(669)	71 110	64 520
Interest Rate Swap	Obrigações emitidas	95 210	(3 671)	453	3 676	(1 689)	84 613	87 737
Index Swap	Recursos de clientes	3 000	(58)	(58)	51	51	2 639	2 675
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	75 000	(843)	1 022	841	(1 022)	74 159	75 000
		1 102 785	**2 786**	**4 991**	**(2 621)**	**(1 573)**	**1 135 802**	**1 135 324**

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 31 de Dezembro de 2008 a 104 325 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2007: 41 milhares de euros de proveitos) e 104 366 milhares de euros de proveitos gerados no exercício.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	7 976 450	(107 498)	620 954	4 495
De 3 meses a um ano	1 029 227	(33 201)	273 837	1 415
De um a cinco anos	10 931 118	165 934	1 160 626	(2 817)
Mais de cinco anos	2 205 509	164 483	1 354 403	(27 398)
	22 142 304	**189 718**	**3 409 820**	**(24 305)**

Nota 24 - Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	148 492	49 499
Equipamento	1 412	-
	149 904	**49 499**
Perdas por imparidade	(23 375)	(6 084)
	126 529	**43 415**

Os valores apresentados referem-se a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de Dezembro de 2008, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 31 367 milhares de euros, tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 6 863 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2007: 15 855 milhares de euros e 2 299 milhares de euros, respectivamente).

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**49 499**	**-**
Entradas	99 076	60 998
Vendas	(28 290)	(11 744)
Outros movimentos [a]	29 619	245
Saldo final	**149 904**	**49 499**

a) Em 31 de Dezembro de 2008 inclui 29 625 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação da Besleasing

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**6 084**	**-**
Dotações	15 699	2 605
Utilizações	(4 848)	(2 017)
Reversões	-	(45)
Transferências [a]	4 181	5 541
Diferenças de câmbio e outras [b]	2 259	-
Saldo final	**23 375**	**6 084**

(a) Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10 (ver Nota 28).
(b) A 31 de Dezembro de 2008 inclui 1 735 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação da BESleasing.

Nota 25 - Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Imóveis		
De serviço próprio	293 767	293 602
Beneficiações em edifícios arrendados	207 652	184 823
Outros	14	13
	501 433	**478 438**
Equipamento		
Equipamento informático	244 613	232 841
Instalações interiores	112 065	95 593
Mobiliário e material	98 412	87 994
Equipamento de segurança	28 231	22 377
Máquinas e ferramentas	30 436	29 245
Material de transporte	1 930	1 730
Outros	360	338
	516 047	**470 118**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	16 336	15 373
Imóveis	2 087	4 741
Equipamento	6 629	16 194
Outros	635	352
	25 687	**36 660**
	1 043 167	**985 216**
Depreciação acumulada	**(631 933)**	**(598 993)**
	411 234	**386 223**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**427 366**	**407 968**	**29 421**	**864 755**
Adições	41 892	27 289	51 532	120 713
Abates / vendas	(2 817)	(11 925)	-	(14 742)
Transferências [a]	10 668	20 098	(44 342)	(13 576)
Variação cambial	(5)	(347)	49	(303)
Outros movimentos [b]	1 334	27 035	-	28 369
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**478 438**	**470 118**	**36 660**	**985 216**
Adições	586	23 072	43 941	67 599
Abates / vendas	(2 232)	(6 829)	-	(9 061)
Transferências [c]	9 628	26 743	(54 871)	(18 500)
Variação cambial	(32)	(452)	(43)	(527)
Outros movimentos [d]	15 045	3 395	-	18 440
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**501 433**	**516 047**	**25 687**	**1 043 167**
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**209 642**	**354 874**	**-**	**564 516**
Amortizações do exercício	14 040	20 244	-	34 284
Abates / vendas	(2 817)	(11 908)	-	(14 725)
Transferências [a]	(2 946)	(261)	-	(3 207)
Variação cambial	(1)	(323)	-	(324)
Outros movimentos [b]	262	18 187	-	18 449
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**218 180**	**380 813**	**-**	**598 993**
Amortizações do exercício	14 393	24 976	-	39 369
Abates / vendas	(2 247)	(6 770)	-	(9 017)
Transferências [c]	(1 873)	(1 134)	-	(3 007)
Variação cambial	(3)	(443)	-	(446)
Outros movimentos [d]	3 216	2 825	-	6 041
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**231 666**	**400 267**	**-**	**631 933**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	**269 767**	**115 780**	**25 687**	**411 234**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	**260 258**	**89 305**	**36 660**	**386 223**

(a) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.
(b) A rubrica Outros movimentos refere-se à fusão por incorporação do BESSA.
(c) Inclui 18 500 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 007 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço.
(d) A rubrica Outros movimentos refere-se à fusão por incorporação da Besleasing.

Nota 26 - Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como se segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	20 064	11 994
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	444 036	400 793
Imobilizações em curso	**20 171**	**22 735**
	484 271	**435 522**
Amortização acumulada	**(392 739)**	**(365 561)**
	91 532	**69 961**

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

milhares de euros

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**371 054**	**18 082**	**18 378**	**407 514**
Adições:				
Geradas internamente	22	-	6 010	6 032
Adquiridas a terceiros	6 920	-	18 162	25 082
Abates / vendas	-	(18 082)	-	(18 082)
Transferências	19 815	-	(19 815)	-
Variação cambial	(9)	-	-	(9)
Outros movimentos [a]	14 985	-	-	14 985
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**412 787**	**-**	**22 735**	**435 522**
Adições:				
Geradas internamente	-	-	7 958	7 958
Adquiridas a terceiros	8 279	-	29 831	38 110
Transferências	40 347	-	(40 347)	-
Variação cambial	5	-	(5)	-
Outros movimentos [b]	2 682	-	(1)	2 681
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**464 100**	**-**	**20 171**	**484 271**
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**338 079**	**18 082**	**-**	**356 161**
Amortizações do exercício	22 756	-	-	22 756
Abates / vendas	-	(18 082)	-	(18 082)
Variação cambial	27	-	-	27
Outros movimentos [a]	4 699	-	-	4 699
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**365 561**	**-**	**-**	**365 561**
Amortizações do exercício	25 566	-	-	25 566
Variação cambial	5	-	-	5
Outros movimentos [b]	1 607	-	-	1 607
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**392 739**	**-**	**-**	**392 739**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	**71 361**	**-**	**20 171**	**91 532**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	**47 226**	**-**	**22 735**	**69 961**

(a) Valores relativos à fusão por incorporação do BESSA.
(b) Valores relativos à fusão por incorporação da BESleasing.

Nota 27 - Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

milhares de euros

	31.12.2008				31.12.2007			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor Nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor Nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES [a]	2 013 303	57,52%	5,00	9 653	2 013 103	57,52%	5,00	9 652
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	90,01	21 341	199 500	99,75%	84,57	21 341
BES ANGOLA	799 600	79,96%	7,18	9 102	799 600	79,96%	6,79	9 102
BES-VIDA [a]	24 999 800	50,00%	5,00	474 996	24 999 700	50,00%	5,00	474 994
BESI	14 000 000	100,00%	5,00	159 834	14 000 000	100,00%	5,00	159 834
BESLEASING E FACTORING	-	-	-	-	8 777 241	89,36%	5,00	45 934
BESNAC	1 000	100,00%	0,71	36	1 000	100,00%	0,67	36
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
BIC INTERNATIONAL BANK	10 000 000	100,00%	1,00	24 197	10 000 000	100,00%	1,00	24 197
CÊNTIMO	500 000	100,00%	1,00	925	500 000	100,00%	1,00	925
E.S. BANK	6 377 050	98,45%	3,58	71 027	6 377 050	98,45%	3,39	71 027
E.S. PLC [a]	29 997	99,99%	5,00	38	29 996	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	1 645 000	70,00%	5,00	8 205	1 645 000	70,00%	5,00	8 205
ESCLINC	100	100,00%	5 836,68	788	100	100,00%	5 513,17	788
ES CONCESSÕES [c]	390 000	40,96%	5,00	19 794	390 000	60,00%	5,00	19 794
ESDATA	1 400 000	100,00%	5,00	7 805	1 400 000	100,00%	5,00	7 805
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
ES CONTACT CENTER [b]	-	-	-	-	525 001	35,00%	1,00	739
E.S. F. CONSULTANTS	700 000	100,00%	5,00	3 500	700 000	100,00%	5,00	3 500
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,30	39	49 995	99,99%	0,38	39
ESUMÉDICA	74 700	24,90%	5,00	395	74 700	24,90%	5,00	395
EUROP ASSISTANCE	230 000	23,00%	5,00	1 147	230 000	23,00%	5,00	1 147
FIDUPRIVATE	6 190	24,76%	5,00	31	6 190	24,76%	5,00	31
LOCARENT	472 500	45,00%	5,00	2 518	472 500	45,00%	5,00	2 518
QUINTA DOS CÓNEGOS [a]	599 400	81,00%	5,00	4 893	488 400	66,00%	5,00	3 964
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,50%	152,45	2 401	15 750	22,50%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	165 025	1	100,00%	25 000,00	165 025
ES SERVICIOS	9 998	99,98%	1,50	15	9 998	99,98%	1,50	15
ESAF ESPANHA	500	50,00%	1 000,00	33 515	500	50,00%	1 000,00	33 515
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
Outros				107				-
				1 147 746				**1 193 380**
Perdas por imparidade				**(109 272)**				**(108 739)**
				1 038 474				**1 084 641**

(a) Alterações decorrentes da fusão por incorporação da Besleasing.
(b) Participação alienada em Julho de 2008.
(c) Em Dezembro de 2008 foi realizada a fusão da ES Concessões com OPCA Gest, tendo o BES reduzido a participação na ES Concessões.

No decorrer do exercício de 2008 ocorreram alterações ao nível dos investimentos em subsidiárias, das quais se destacam:

- Em Julho de 2008, o BES alienou a participação de 35% que detinha na ES Contact Center – Gestão de Call Centers, S.A. à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA., registando uma mais valia de 741 milhares de euros;
- No âmbito do processo de fusão da ES Concessões e da OPCA – GEST – Gestão, Exploração e Administração de Concessões, Obras Públicas, S.A., concretizado em 11 de Dezembro de 2008, ocorreu um aumento de capital da primeira sociedade, passando o BES a deter 40,96% da sociedade;
- Em 30 de Dezembro de 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da Besleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. no BES.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**108 739**	**74 508**
Dotações	532	7 001
Outros [a]	1	27 230
Saldo final	**109 272**	**108 739**

(a) A 31 de Dezembro de 2007, refere-se à fusão por incorporação do BESSA.

Nota 28 - Outros Activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	72 689	49 880
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	42 935	52 640
Contas caução	359 237	126 295
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	168 607	169 792
Sector público administrativo	50 930	26 428
Outros devedores diversos	133 945	169 150
	828 343	**594 185**
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	**(5 221)**	**(4 182)**
	823 122	**590 003**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 334	13 269
Outros activos	14 236	38 609
	27 570	**51 878**
Proveitos a receber	**44 631**	**57 931**
Despesas com custo diferido	**198 960**	**100 494**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	17 935	19 376
	17 935	**19 376**
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	125 193	78 635
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(6 947)	(7 513)
	118 246	**71 122**
Pensões de reforma (ver Nota 12)	**1 027 951**	**579 455**
	2 258 415	**1 470 259**

Os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 118 500 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (31 de Dezembro de 2007: 118 500 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 105 327 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 79 328 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39, o qual é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**11 695**	**13 088**
Dotações	5 648	3 813
Utilizações	(319)	-
Reversões	(83)	(42)
Transferências [(a)]	(4 181)	(5 541)
Outros [(b)]	(592)	377
Saldo final	**12 168**	**11 695**

(a) Imparidade transferida para a rubrica de Activos não correntes detidos para venda, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10 (ver Nota 24).
(b) A 31 de Dezembro de 2008 inclui 90 milhares de euros provenientes da fusão por incorporação da BESleasing.

Nota 29 - Recursos de Bancos Centrais

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	40 491	71 102
Outros recursos	1 300 000	-
	1 340 491	**71 102**
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	3 369 953	1 762 012
	3 369 953	**1 762 012**
	4 710 444	**1 833 114**

Os outros recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 1 300 milhões de euros, encontra-se colaterizado por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 39).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	4 183 318	1 789 206
De 3 meses a um ano	527 126	43 908
	4 710 444	**1 833 114**

Nota 30 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
No país		
Depósitos	1 303 768	285 536
Recursos a muito curto prazo	72 149	35 710
Empréstimos	22	-
Operações com acordo de recompra	1 664	1 571
Outros recursos	1 492	1 614
	1 379 095	**324 431**
No estrangeiro		
Depósitos	9 817 612	10 450 189
Empréstimos	1 829 561	1 839 689
Recursos a muito curto prazo	730 184	229 272
Operações com acordo de recompra	430 769	362 760
Outros recursos	224 702	93 597
	13 032 828	**12 975 507**
	14 411 923	**13 299 938**

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui 1 642 109 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 386 997 milhares de euros) de recursos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	5 729 116	4 331 321
De 3 meses a um ano	2 925 037	2 501 939
De um a cinco anos	4 069 963	5 326 131
Mais de cinco anos	1 687 807	1 140 547
	14 411 923	**13 299 938**

Nota 31 - Recursos de Clientes

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	7 863 946	9 168 637
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	11 894 389	8 303 168
Outros	376 409	247 172
	12 270 798	**8 550 340**
Depósitos de poupança		
Reformados	81 088	118 763
Outros	1 611 667	1 892 923
	1 692 755	**2 011 686**
Outros recursos	**1 067 154**	**1 414 746**
	22 894 653	**21 145 409**

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui 2 925 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 76 798 milhares de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Exigível à vista	**7 863 946**	**9 168 637**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	10 815 568	8 322 585
De 3 meses a um ano	2 938 558	1 746 964
De um a cinco anos	367 883	524 439
Mais de cinco anos	908 698	1 382 784
	15 030 707	**11 976 772**
	22 894 653	**21 145 409**

Nota 32 - Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Certificados de depósitos	3 137 154	5 446 975
Obrigações de caixa	3 752 907	3 438 542
Euro Medium Term Notes	4 415 544	3 203 347
Obrigações hipotecárias	2 665 412	-
Outros	355 370	-
	14 326 387	**12 088 864**

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na Nota 42.

Durante o exercício de 2008, o Banco procedeu à emissão de 4 219,4 milhões de euros de títulos (3 173,5 milhões de euros durante o exercício de 2007), tendo sido reembolsados 723,5 milhões de euros (185,8 milhões de euros durante o exercício de 2007).

Incluído no valor de emissões ocorridas durante exercício de 2008, encontra-se a emissão de obrigações hipotecárias no valor de 2 500 milhões de euros no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº13 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating*
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 339 189	25/1/08	25/1/11	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	1 324 161	21/7/08	21/7/10	Anual	5,50%	AAA

O valor dos créditos que contragarantiram esta emissão ascende a cerca de 2 722 664 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008 (ver Nota 21).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	3 380 077	4 604 083
De 3 meses a um ano	185 631	1 489 534
De um a cinco anos	9 575 118	3 180 439
Mais de cinco anos	1 185 561	2 814 808
	14 326 387	**12 088 864**

As características essenciais destes recursos, para o Banco, são como segue:

milhares de euros

				31.12.2008			
Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BESLEAS.IMOB.00		EUR	2000	391	2010	Euribor 6 meses + 0,67%
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001		EUR	2001	15 286	2009	Taxa fixa - 5,53%
BES	BES Euro Renda		EUR	2002	22 514	2010	Taxa fixa - 5,39%
BES	BES-T.14,5%MAIO	a)	EUR	2004	4 693	2014	Euribor 12 meses
BES	BEF 2004/2014		EUR	2004	102 008	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
BES	BES 12/01/2009	a)	USD	2005	680	2009	US LIbor 6 meses
BES	BIC EURO VALOR		EUR	2005	9 847	2010	Euribor 6 meses + 3,00%
BES	BEF 24ªEM		EUR	2005	19 199	2010	Taxa fixa - 4,50%
BES	BEF 2005/2010		EUR	2005	17 206	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
BES	BEF 2005/2011		EUR	2005	4 836	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
BES	BIC SNOWBL ABR0		EUR	2005	11 117	2012	Euribor 6 meses
BES	BEF 2005/2012		EUR	2005	15 053	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
BES	BES TARGET 10%		EUR	2005	4 245	2013	Taxa fixa - 5,00%
BES	BIC E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	2 884	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES-E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	8 240	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	2 403	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	1 808	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	a)	EUR	2005	2 400	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES COMMODIT 7%	a)	EUR	2005	1 733	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BEF 2005/2015		EUR	2005	10 023	2015	Taxa fixa 4,721 %
BES	BES FEV 2009		EUR	2006	6 738	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES	BES BRIC MAR.06	a)	EUR	2006	5 197	2009	b)
BES	BES CR.JAPAO PL	a)	EUR	2006	4 788	2009	Nikkei 225
BES	BLF L		EUR	2006	20 422	2011	Taxa fixa - 4,74%
BES	Certificados de depósito		EUR	2007	332 694	2009	3,00 % - 5,60%
BES	Certificados de depósito		USD	2007	26 601	2009	4,37% - 5,40%
BES	BES INF.ESTR.07	a)	EUR	2007	1 930	2009	c)
BES	BES I.EST. 07		EUR	2007	2 933	2009	c)
BES	BES JAPAO FEV07	a)	EUR	2007	4 114	2010	Nikkei 225
BES	BES DUE 2010		EUR	2007	400 476	2010	Euribor 3 meses + 0,09%
BES	BES 4,125% 2010		EUR	2007	52 496	2010	Taxa fixa - 4,125%
BES	BES BRIC MAR.07	a)	EUR	2007	7 395	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return
BES	BES DUE MAIO 10		EUR	2007	501 984	2010	Euribor 3 meses + 0,07%
BES	BES EN.ALT.2010	a)	EUR	2007	4 792	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return
BES	BES DUE 2012		EUR	2007	1 001 437	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES DUE 2013		EUR	2007	503 708	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14		EUR	2007	500 443	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES BENS AGRIC.	a)	EUR	2008	2 986	2010	indexado Cabaz Commodities
BES	BES OP. FEV.08	a)	EUR	2008	858	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50
BES	BES OP. MAR.08	a)	EUR	2008	1 337	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50
BES	BES DUE MAIO 10		EUR	2008	1 257 296	2010	Euribor 3 meses + 0,07%
BES	BES COMM.MAI.08	a)	EUR	2008	2 889	2010	Indexado Cabaz Commodities
BES	BEF Junho2008/Junho2010		EUR	2008	57 434	2010	Taxa fixa 6,047 %
BES	BES COMM.JUN.08	a)	EUR	2008	826	2010	Indexado Cabaz Commodities
BES	BES 21/07/2010		EUR	2008	1 326 223	2010	Taxa fixa 5,5%
BES	BEF Junho2008/Dezembro2010		EUR	2008	40 344	2010	Taxa fixa 6,047 %
BES	BES 25/01/2011		EUR	2008	1 339 189	2011	4,375%
BES	BEF 07_2008//07_2011		EUR	2008	124 363	2011	Taxa fixa 6,138%
BES	BEF 07_2008 / 01_2012		EUR	2008	128 474	2012	Taxa fixa 6,138%
BES	BES DUE 2033 0		EUR	2008	35 434	2033	Cupão 0
BES	BES DUE 2034 0		EUR	2008	34 245	2034	Cupão 0
BES	BES DUE 2035 0		EUR	2008	33 246	2035	Cupão 0
BES	BES DUE 2036 0		EUR	2008	32 282	2036	Cupão 0
BES	BES DUE 2037 0		EUR	2008	31 393	2037	Cupão 0
BES	BES DUE 2038 0		EUR	2008	31 105	2038	Cupão 0
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 6 2001		EUR	2001	52 080	2009	Taxa fixa - 5,43%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 7 2001		EUR	2001	52 049	2009	Taxa fixa - 5,41%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 8 2001		EUR	2001	52 034	2009	Taxa fixa - 5,45%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 9 2001		EUR	2001	52 008	2009	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 10 2001		EUR	2001	52 027	2010	Taxa fixa - 5,53%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 11 2001		EUR	2001	51 988	2010	Taxa fixa - 5,57%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 12 2001		EUR	2001	51 953	2010	Taxa fixa - 5,58%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 13 2001		EUR	2001	51 966	2010	Taxa fixa - 5,73%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2001		EUR	2001	52 536	2011	Taxa fixa - 5,68%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 14 2001		EUR	2001	51 953	2011	Taxa fixa - 5,80%

				31.12.2008			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 15 2001		EUR	2001	53 944	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 16 2001		EUR	2001	53 938	2011	Taxa fixa - 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	39 395	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	39 421	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 29 2001		EUR	2001	52 532	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 30 2001		EUR	2001	50 450	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 17 2001		EUR	2001	54 422	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001		EUR	2001	51 821	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 19 2001		EUR	2001	51 846	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001		EUR	2001	51 797	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 21 2001		EUR	2001	51 755	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 22 2001		EUR	2001	77 613	2013	Taxa fixa - 6,08%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001		EUR	2001	82 044	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 24 2001		EUR	2001	77 193	2014	Taxa fixa - 6,01%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001		EUR	2001	82 141	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 26 2001		EUR	2001	76 988	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	82 431	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002		EUR	2002	56 894	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002		EUR	2002	6 117	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	58 662	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	96 619	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	123 092	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10		USD	2003	55 313	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13		USD	2003	62 777	2013	Taxa fixa - 4,82%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13		USD	2003	62 977	2013	Taxa fixa - 4,83%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13		USD	2003	55 036	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13		USD	2003	55 041	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13		EUR	2003	81 874	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13		EUR	2003	82 033	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13		EUR	2003	76 025	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13		EUR	2003	81 755	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2003	23 588	2013	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15		USD	2003	61 870	2015	Taxa fixa - 5,06%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15		USD	2003	61 802	2015	Taxa fixa - 5,01%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18		USD	2003	64 178	2018	Taxa fixa - 5,37%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	79 487	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	13 711	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	83 882	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	2004	4 262	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	2004	1 632	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	11 864	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	29 276	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	7 015	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE		EUR	2004	5 845	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14		USD	2004	55 320	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17		USD	2004	37 640	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19		USD	2004	37 588	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2008	34 644	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias		EUR	2008	153 769	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias		EUR	2008	80 368	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias		EUR	2008	81 612	2016	Taxa fixa 4,25%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		EUR	2007	1 028 482	2009	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		GBP	2007	511 810	2009	5,51% - 6,72%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		USD	2007	806 040	2009	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito		AUD	2008	73 987	2009	7.35%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito		USD	2007	357 540	2009	4,41% - 5,53%
					14 326 387		

a) Passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido.
b) Indexado a cabaz composto pelos índices Nifty Índia + RDX Rússia + HK Hang Seng + Bovespa.
c) Indexada a cabaz de acções (Brisa, Abertis, REW e E.On).

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui 1 196 464 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 155 723 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registadas no balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Nota 33 - Provisões

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

milhares de euros

	Provisão para riscos gerais de crédito	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	**385 536**	**1 686**	**98 659**	**485 881**
Dotações / (reposições)	17 069	23 059	506	40 634
Utilizações	-	(848)	(5 298)	(6 146)
Transferências	(36 640)[a]	-	-	(36 640)
Diferenças de câmbio e outras	30 421 [b]	-	7 130 [c]	37 551
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**396 386**	**23 897**	**100 997**	**521 280**
Dotações / (reposições)	42 931	5 688	11 357	59 976
Utilizações	(30)	(22 049)	(5 924)	(28 003)
Transferências	(43 964)[a]	-	-	(43 964)
Diferenças de câmbio e outras	32 549 [d]	-	(17)	32 532
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**427 872**	**7 536**	**106 413**	**541 821**

(a) Provisões realocadas para activos financeiros disponíveis para venda e para perdas por imparidade de crédito (ver Notas 19 e 21, respectivamente).
(b) Inclui 31 236 milhares de euros relativos à fusão por incorporação do BESSA.
(c) Inclui 7 132 milhares de euros relativos à fusão por incorporação do BESSA.
(d) Inclui 32 426 milhares de euros relativos à fusão por incorporação da Besleasing.

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2008 encontram-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA e sua transformação em sucursal, foi constituída uma provisão no valor de 23,1 milhões de euros para encargos com o referido processo. Em 2008, o processo de reestruturação foi interrompido tendo sido reposta uma parte da provisão constituída, no valor de 9,2 milhões de euros, referentes a compromissos ainda não assumidos. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 5,7 milhões de euros desta provisão.

No exercício de 2008, foi constituída uma provisão para reestruturação no valor de 14,9 milhões de euros para suportar os custos inerentes ao "Projecto de Reestruturação 20-10". Este projecto é composto por diversas iniciativas, sendo de destacar a integração da subsidiária Besleasing & Factoring no BES. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 0,4 milhões de euros desta provisão. As utilizações do ano, no valor de 14,5 milhões de euros, incluem aproximadamente 8 milhões de euros referentes a custos com reformas antecipadas (ver Nota 12).

As Outras provisões, cujo valor ascende a 106,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 101,0 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Banco Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 33,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 38,6 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 17,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 7,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 48,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 46,8 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 7,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 8,1 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Nota 34 - Impostos

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como seguem:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(73 588)	(73 588)	(73 588)	(73 588)
Activos financeiros disponíveis para venda	56 357	6 586	(23 468)	(207 571)	32 889	(200 985)
Crédito a clientes	144 525	96 479	-	-	144 525	96 479
Outros activos tangíveis	-	-	(10 930)	(8 922)	(10 930)	(8 922)
Activos intangíveis	158	186	-	-	158	186
Investimentos em subsidiárias e associadas	26 535	2 253	(8 547)	(8 547)	17 988	(6 294)
Provisões	16 682	18 564	-	-	16 682	18 564
Pensões	13 133	13 809	(46 505)	(50 538)	(33 372)	(36 729)
SAMS	14 835	11 645	-	-	14 835	11 645
Prémios de antiguidade	6 775	6 286	-	-	6 775	6 286
Outros	119	1 772	(1 043)	(1 044)	(924)	728
Activo/(passivo) por imposto diferido	**279 119**	**157 580**	**(164 081)**	**(350 210)**	**115 038**	**(192 630)**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	**(192 630)**	**(174 287)**
Reconhecido em resultados	65 474	(6 144)
Reconhecido em reservas de justo valor	225 107	(25 451)
Reconhecido em outras reservas	9 351	13 612
Variação cambial e outros [(a)]	7 736	(360)
Saldo no final do exercício (Activo/(Passivo))	**115 038**	**(192 630)**

(a) Inclui 8 928 milhares de euros relativos à fusão por incorporação da Besleasing.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2008 e 2007 teve as seguintes origens:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	28 955	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(8 767)	(225 107)	(4 426)	25 451
Crédito a clientes	(39 129)	-	(46 202)	-
Outros activos tangíveis	2 008	-	(165)	-
Activos intangíveis	39	-	854	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	(24 282)	-	(3 579)	-
Provisões	1 882	-	(7 728)	-
Pensões	3 920	(7 277)	(17 590)	(10 916)
SAMS	(1 116)	(2 074)	(1 481)	(2 696)
Prémios de antiguidade	(489)	-	(761)	-
Outros	460	-	(1 275)	-
Prejuízos fiscais reportáveis e créditos por dupla tributação internacional	-	-	59 542	-
Impostos Diferidos	**(65 474)**	**(234 458)**	**6 144**	**11 839**
Impostos Correntes	**82 393**	**3 831**	**50 626**	**5 720**
Total de imposto reconhecido	**16 919**	**(230 627)**	**56 770**	**17 559**

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 3 341 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 186 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções (31 de Dezembro de 2007: 5 013 milhares de euros e 372 milhares de euros, respectivamente).

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008		31.12.2007	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**228 797**		**551 469**
Taxa de imposto	26,5		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		60 631		146 139
Dividendos excluídos de tributação	(19,6)	(44 820)	(11,5)	(63 204)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(0,5)	(1 100)	(1,1)	(6 246)
Mais-valias não tributadas	(0,9)	(1 961)	(2,3)	(12 482)
Alterações nas estimativas	1,8	4 169	(1,3)	(7 437)
	7,4	**16 919**	**10,3**	**56 770**

Nota 35 - Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações	765 013	-
Empréstimos	2 693 785	2 573 805
Obrigações perpétuas	15 021	-
	3 473 819	**2 573 805**

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

milhares de euros

			31.12.2008			
Designação	**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de Emissão**	**Valor de Balanço**	**Taxa de juro actual**	**Maturidade**
Empréstimos Subordinados	USD	2000	50 000	36 268	7.90%	2009
Empréstimos Subordinados	EUR	2000	300 000	316 589	6.63%	2010
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	400 000	414 412	6.25%	2011
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	500 000	518 951	6.63%	2012
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	500 000	542 693	4.51%	2015 a)
Empréstimos Subordinados perpétuo	EUR	2003	310 000	316 048	5.59%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	102 695	5.39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	102 695	5.39%	2014
Empréstimos Subordinados	JPY	2005	213 068	228 528	3.95%	2015
Empréstimos Subordinados	EUR	2006	12 200	12 529	5.59%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 140	6.13%	2018
Empréstimos Subordinados perpétuo	EUR	2004	80 000	82 237	5.50%	-
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 200	4.99%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	90 000	92 224	6.13%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	150 000	152 909	6.13%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	150 000	152 424	6.13%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	75 964	76 714	6.13%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	40 650	41 651	4.43%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	118 547	119 121	6.13%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	53 939	53 953	6.13%	2019 b)
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	25 311	6.31%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2001	7 000	506	6.05%	2011
Obrigações Subordinadas Perpétuas	EUR	2005	15 000	15 021	5.38%	2015 a)
			3 361 368	**3 473 819**		

a) data da call option
b) com call option de exercício em 2009

Durante o exercício de 2008, o Banco efectuou emissões no valor de 749,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: não foi efectuada qualquer emissão), não se tendo verificado nenhum reembolso (31 de Dezembro de 2007: reembolsos no valor de 99,8 milhões de euros),

Nota 36 - Outros Passivos

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	36 924	37 349
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	49 355	48 523
Contas caução	185 460	26 824
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	65 432	61 211
Credores por operações sobre valores mobiliários	17 698	26 041
Outros credores	168 684	105 114
	523 553	**305 062**
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	25 566	20 530
Outros custos a pagar	129 692	108 312
	155 258	**128 842**
Receitas com proveito diferido	**9 492**	**2 966**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	-
Operações cambiais a liquidar	114 715	22 374
Outras operações a regularizar	75 645	44 570
	190 360	**66 944**
	878 663	**503 814**

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na trade date conforme política contabilística descrita na nota 2.5.

Nota 37 - Capital, Prémios de Emissão e Acções Próprias

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	31.12.2008	31.12.2007
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. (1)	3,05%	3,05%
Credit Suisse Group	2,70%	-
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (2)	2,62%	2,62%
Fundo de Pensões BES	2,22%	-
Hermes Pensions Management Limited	2,02%	2,03%
Outros	36,58%	41,49%
	100,00%	**100,00%**

(1) - Sociedade de direito português totalmente detida pelo Banco Bradesco (Brasil)
(2) - Os direitos de voto relativos a esta entidade são atribuíveis à Portugal Telecom

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2008, os prémios de emissão são representados por 666 327 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital ocorridos no primeiro semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2006.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções. Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se à data de 31 de Dezembro de 2008 mobilizadas 2 479 mil acções do BES, representativas de 0,50% do Capital Social do BES (31 de Dezembro de 2007: 3 484 mil acções, representativas de 0,70%) no valor total de 29,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 41,4 milhões de euros) as quais, no âmbito da politica contabilística descrita na Nota 2.14, são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período	3 484 262	41 437	5 667 612	63 732
Alienações	(1 005 181)	(11 599)	(2 183 350)	(22 295)
Saldo no final do período	**2 479 081**	**29 838**	**3 484 262**	**41 437**

Nota 38 - Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

milhares de euros

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**656 378**	**(174 316)**	**482 062**	**140 910**	**88 600**	**229 510**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	1 030	1 030
Alterações de justo valor	140 934	(25 622)	115 312	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	26 000	33 127	59 127
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(31 174)	(31 174)
Impacto da fusão por incorporação do BESSA	(518)	171	(347)	-	(38 271)	(38 271)
Outros movimentos	-	-	-	-	470	470
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**796 794**	**(199 767)**	**597 027**	**166 910**	**53 782**	**220 692**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	517	517
Alterações de justo valor	(1 019 525)	225 107	(794 418)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	50 000	205 843	255 843
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(23 615)	(23 615)
Impacto da fusão por incorporação da Besleasing	-	-	-	11 753	16 356	28 109
Outros movimentos	-	-	-	-	186	186
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**(222 731)**	**25 340**	**(197 391)**	**228 663**	**253 069**	**481 732**

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 494 880	4 845 407
Imparidade acumulada reconhecida	(76 818)	(52 720)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	7 418 062	4 792 687
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	**7 218 865**	**5 589 481**
Ganhos/ (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(199 197)	796 794
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 22)	(23 534)	-
Impostos diferidos	25 340	(199 767)
	(197 391)	**597 027**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	**597 027**	**482 062**
Variação de justo valor	(822 919)	317 100
Alienações do exercício	(233 976)	(190 446)
Imparidade reconhecida no exercício	37 370	13 762
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver nota 34)	225 107	(25 451)
Saldo no final do exercício	**(197 391)**	**597 027**

Nota 39 - Passivos Contingentes e Compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	15 684 795	16 117 094
Activos financeiros dados em garantia	2 133 150	582 299
Créditos documentários abertos	1 620 305	887 476
Outros	107 670	101 814
	19 545 920	**17 688 683**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	11 185 595	6 539 978
Compromissos irrevogáveis	4 281 531	2 747 108
	15 467 126	**9 287 086**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 134 400 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 131 183 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 1 400 000 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 4 568 649 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008);

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 15 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 52 912 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 150 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 61 664 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 521 600 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 287 000 milhares de euros);

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Depósito e guarda de valores	54 556 472	63 016 007
Valores recebidos para cobrança	279 912	195 075
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	7 919 687	6 066 469
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 387 637	4 384 662
	66 143 708	**73 662 213**

Nota 40 - Transacções com Partes Relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício em análise, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008					31.12.2007				
	Activo	Passivo	Garantias	Proveitos	Custos	Activo	Passivo	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
BESLEASING E FACTORING	-	-	-	-	-	1 763 290	70	847 878	60 175	882
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	-	5 680	-	-	-	-	6 213
ES CONCESSÕES	161 380	51	-	8 896	-	91 495	34	-	1 993	-
ES ACE 2	-	-	-	-	2 824	-	-	-	-	1 440
ESAF	-	65 777	-	21 739	2 878	-	29 484	-	29 917	2 128
ESAF ESPANHA	2 277	15 754	-	7 746	598	-	-	-	7 162	392
ES SERVICIOS	6 534	235	-	3 198	381	-	-	-	215	1 902
BESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	8 836	2 838
ESGEST	-	442	-	-	1 273	-	212	-	-	1 063
ESDATA	-	2 405	-	-	11	-	2 555	-	-	11
ESINF	-	2	-	-	5 284	-	-	-	-	6 251
BESNAC	-	363 790	366 458	-	6 124	-	213 801	217 377	-	4 290
CÊNTIMO	1 819	-	-	-	-	1 819	327	-	-	-
BESI	1 061 704	197 758	-	18 771	9 525	218 337	262 210	-	13 825	4 978
BES GMBH	-	58	-	-	15	-	115	-	61	77
BES ORIENTE	38	492	-	-	16	-	211	-	-	16
BES FINANCE	164 851	8 184 347	8 468 257	117 938	477 749	-	9 660 968	9 862 641	1	480 356
ES PLC	389 063	482 805	990 491	20 021	11 327	568 507	194 155	195 500	24 756	2 524
ES BANK	-	2 757	-	-	-	-	2 124	-	-	-
ES TECH VENTURES	82 594	22 675	-	4 344	527	70 977	7 045	-	4 332	158
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	1 010	-	-	-	-	1 340
ES CONTACT CENTER	-	-	-	-	2 605	488	-	-	-	4 508
ESCLINC	-	-	-	-	1 204	-	-	-	-	991
BEST	-	338 544	-	177	13 008	-	168 954	-	549	1 650
BES AÇORES	56 566	89 890	-	1 743	-	21 757	18 584	-	313	685
BES ANGOLA	1 549 358	61 999	-	26 085	2 883	23 033	29 443	-	-	4 062
ES FIN. CONSULTANTS	163	-	-	-	-	143	-	-	-	-
QUINTA DOS CONEGOS	269	-	-	-		1 417	-	-	-	-
BIBL	699 977	310 694	1 257 455	45 808	26 220	764 730	65 461	-	24 931	3 280
FCR PME	-	1 975	-	-	94	-	2 010	-	-	79
FIQ VENTURES II	10 113	1 071	-	372	-	-	361	-	-	363
CLN'S	-	-	-	-	-	-	-	-	6 846	11 877
SPE-LM6	108 234	-	-	1 152	3 141	-	-	-	-	-
SPE-LM7	1 443 642	-	-	20 661	-	-	-	-	-	-
SPE-PF1	786 258	-	-	45 877	-	-	-	-	1 416	-
PRAÇA DO MARQUES	7 120	499	-	-	1 440	7 120	263	-	-	-
	6 531 960	**10 144 020**	**11 082 661**	**344 528**	**575 817**	**3 533 113**	**10 658 387**	**11 123 396**	**185 328**	**544 354**
Empresas associadas										
BES VIDA	663 133	104 260	-	270 871	290	29 242	162 778	8	38 499	3 006
ES VÉNÉTIE	381 688	76	3 037	16	15	309 107	617	-	10 872	80
LOCARENT	118 932	-	-	7 142	7 850	123 657	2 057	-	5 529	6 103
BES SEGUROS	-	177	-			-	3 931	-	8 020	36
EUROP ASSISTANCE	-	1 072	-	-	88	-	1 787	7	1	65
ESUMÉDICA	1 859	-	-	69	-	1 850	30	-	58	-
FIDUPRIVATE	3	-	-	-	9	825	773	-	-	-
ESEGUR	-	191	1 651	64	14	399	183	1 887	10	12
OUTRAS	4 000	1 890	-	213	2	2 598	644	-	144	2
	1 169 615	**107 666**	**4 688**	**278 375**	**8 268**	**467 678**	**172 800**	**1 902**	**63 133**	**9 304**

Durante o exercício de 2008, o BES procedeu à venda de 38 milhões de acções do Banco Bradesco (ajustadas do *stock split*) à BES Vida, no valor de 438,4 milhões de euros, tendo durante aquele mesmo período a BES Vida procedido à alienação da totalidade destas acções. A mais valia gerada pelo Banco nesta operação ascendeu a cerca de 234,6 milhões de euros (ver Notas 8 e 19).

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existentes entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Da avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2008 não resultou a identificação de qualquer responsabilidade do Banco perante a BES Vida decorrente desta garantia.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

milhares de euros

	31.12.2008							31.12.2007		
	Activos									
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Activos	Garantias	Passivos
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	85 793	83	7 268	93 144	5 684	11 190	160 830	10 349	15 763
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	133 097	-	-	133 097	-	10 104	137 847	-	27 299
ES SAUDE	-	101 981	15 810	4 000	121 791	2 784	8 956	50 510	3	1 105
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	13 602	50	12 362	26 987	11 384	21 311	15 260	1 676	132
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	123	-	-	188
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	27 964	-	-	-	27 964	-	34 428	4 835	960	145 059
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	1 187	-	-	1 187	1 029	66 059	31	1 257	89 288
ES BANK PANAMA	-	3 984	-	-	3 984	-	-	-	-	9 000
BESPAR	-	-	-	-	-	-	3 887	-	-	1 867
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	256	-	-	148
OUTRAS	-	3 221	455	-	3 676	95	7 756	66 840	2 002	20 670
TOTAL	**28 937**	**342 865**	**16 398**	**23 630**	**411 830**	**20 976**	**164 070**	**436 153**	**16 247**	**310 519**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco, bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 6 520 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 10 789 milhares de euros).

Os saldos existentes e as transacções efectuadas com os fundos de pensões do Banco encontram-se detalhadas na Nota 12.

Nota 41 - Securitização de Activos

A 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

milhares de euros

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	71 528	Obrigações domésticas e *eurobonds*
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	528 872	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	536 348	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	750 571	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	842 092	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 108 546	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	818 200	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	946 807	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc (*)	Dezembro de 2007	1 079 100	788 931	Crédito *Project Finance*
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 865 103	Crédito à habitação (regime geral)

(*) Esta operação de securitização inclui 888 600 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 190 500 milhares de euros de créditos de outras entidades do Grupo BES.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2008, podem ser analisadas como segue:

milhares de euros

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo BES (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* das obrigações inicial			*Rating* das obrigações actual		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA	n.a.	n.a	NR
	Classe B	42 300	-	-	Dezembro de 2015	AA	Aa1	AA	n.a.	n.a	NR
	Classe C	25 200	-	-	Dezembro de 2015	A	A1	A+	n.a.	Aaa	NR
	Classe D	103 000	72 586	-	Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	433 512	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	461 488	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	683 619	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	23 506	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	16 193	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	A	Baa1	A
	Classe D	14 400	12 536	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	BBB	Ba3	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	784 693	1 500	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 110	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	18 619	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	A+	A3	A+
	Classe D	24 000	23 273	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	BBB+	B2	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 031 839	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	AA	A2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	A	Baa2	A
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	BBB+	B3	BBB
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	BB	-	BB
	Classe D	28 035	28 035	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	794 013	22 650	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	42 075	Março de 2060	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	20 000	Março de 2060	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	8 700	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	15 950	Março de 2060	BB	-	BB	BB	-	BB
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	814 767	708 848	Dezembro de 2037	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	30 981	Dezembro de 2037	-	-	AA	-	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	34 736	Dezembro de 2037	-	-	A	-	-	A
	Classe D	23 741	23 741	8 309	Dezembro de 2037	-	-	BBB	-	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	2 374	Dezembro de 2037	-	-	BB	-	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	-	Dezembro de 2037	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 425 000	1 423 000	Outubro de 2064	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	294 500	294 500	-	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	BBB-
	Classe C	180 500	180 500	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Nota 42 - Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

milhares de euros

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor		Total Valor de Balanço	Justo valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização		
31 de Dezembro de 2008					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 755 753	-	-	1 755 753	1 755 753
Disponibilidades em outras instituições de crédito	337 637	-	-	337 637	337 637
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 616 331	1 258 515	2 874 846	2 874 846
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	890 599	1 130 619	2 021 218	2 021 218
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4 191 382	3 027 483	7 218 865	7 218 865
Aplicações em instituições de crédito	7 093 428	-	27 372	7 120 800	7 120 800
Crédito a clientes	38 527 547	-	522 237	39 049 784	39 494 571
Investimentos detidos até à maturidade	1 806 473	-	-	1 806 473	1 718 838
Derivados para gestão do risco	-	-	986 241	986 241	986 241
Activos financeiros	**49 520 838**	**6 698 312**	**6 952 467**	**63 171 617**	**63 528 769**
Recursos de bancos centrais	4 710 444	-	-	4 710 444	4 710 444
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 532 270	1 532 270	1 532 270
Recursos de outras instituições de crédito	12 348 036	-	2 063 887	14 411 923	14 411 923
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 693 875	-	200 778	22 894 653	22 894 653
Responsabilidades representadas por títulos	9 521 342	-	4 805 045	14 326 387	13 493 742
Derivados para gestão do risco	-	-	796 523	796 523	796 523
Passivos subordinados	3 245 184	-	228 635	3 473 819	3 339 612
	52 518 881	**-**	**9 627 138**	**62 146 019**	**61 179 167**
31 de Dezembro de 2007					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 216 096	-	-	1 216 096	1 216 096
Disponibilidades em outras instituições de crédito	477 216	-	-	477 216	477 216
Activos financeiros detidos para negociação	-	724 111	1 893 785	2 617 896	2 617 896
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	371 062	715 621	1 086 683	1 086 683
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 766 651	3 822 830	5 589 481	5 589 481
Aplicações em instituições de crédito	9 815 350	-	559 687	10 375 037	10 375 037
Crédito a clientes	32 719 818	-	156 049	32 875 867	33 176 679
Investimentos detidos até à maturidade	390 025	-	-	390 025	384 100
Derivados para gestão do risco	-	-	165 346	165 346	165 346
Activos financeiros	**44 618 505**	**2 861 824**	**7 313 318**	**54 793 647**	**55 088 534**
Recursos de bancos centrais	1 833 114	-	-	1 833 114	1 833 114
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 034 222	1 034 222	1 034 222
Recursos de outras instituições de crédito	13 299 938	-	-	13 299 938	13 299 938
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 068 611	-	76 798	21 145 409	21 145 409
Responsabilidades representadas por títulos	11 933 141	-	155 723	12 088 864	11 725 864
Derivados para gestão do risco	-	-	189 651	189 651	189 651
Passivos subordinados	2 573 805	-	-	2 573 805	2 558 570
	50 708 609	**-**	**1 456 394**	**52 165 003**	**51 786 768**

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2008, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro
As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respectivos prazos:

%

	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	2,0000	0,1250	1,5000	4,0000	5,0300	5,5000
1 mês	2,6950	0,9500	2,2500	4,2450	4,7000	5,7900
3 meses	2,9450	1,7500	2,7800	4,6600	4,7900	5,8900
6 meses	3,0100	2,0000	2,8200	4,6500	4,6500	5,8450
9 meses	3,0450	2,2500	2,8800	4,6700	4,4350	5,7800
1 ano	2,6790	1,2100	2,0090	4,7060	4,0890	5,5860
3 anos	2,9260	1,6850	2,8930	4,5220	3,9340	5,1849
5 anos	3,2360	2,0770	3,1891	4,5500	4,2080	5,1257
7 anos	3,4630	2,2780	3,3541	4,6100	4,4490	5,0932
10 anos	3,7350	2,4740	3,4850	4,7200	4,7040	5,0420
15 anos	3,8980	2,6750	3,7091	4,8560	4,9240	4,9532
20 anos	3,8450	2,7085	3,6216	4,9070	5,0130	4,8607
25 anos	3,6730	2,6670	3,4716	4,9100	5,0450	4,7732
30 anos	3,5400	2,6310	3,3591	4,8870	5,0710	4,7032

Spreads de crédito
Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

pontos de base

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2008						
CDX USD Main	11	241,88	228,50	197,54	164,67	148,71
iTraxx Eur Main	10	-	201,61	177,50	161,00	150,71
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	118,79	-	119,00
Ano 2007						
CDX USD Main	9	76,00	72,00	77,88	79,00	85,72
iTraxx Eur Main	8	-	57,44	49,98	38,75	65,19
iTraxx Eur Senior Financial	8	-	-	45,91	-	49,21

Volatilidades de taxas de juro
Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the money) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

%

	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	43,99	79,02	81,40	12,22	27,26	17,30
3 anos	33,03	59,69	45,60	15,10	29,55	17,70
5 anos	27,26	47,94	33,30	14,77	26,24	15,90
7 anos	23,94	41,54	26,80	14,31	23,78	14,80
10 anos	21,12	36,03	22,10	13,63	21,63	13,70
15 anos	19,37	29,84	18,00	12,72	18,86	13,00

Câmbios e volatilidade cambiais
Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

%

			Volatilidade(%)				
Cambial	31.12.2008	31.12.2007	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1.3917	1.4721	23.75	23.00	21.00	19.80	19.50
EUR/GBP	0.9525	0.7334	16.90	18.78	18.65	18.26	17.88
EUR/CHF	1.4850	1.6547	11.70	11.00	10.00	9.60	9.20
EUR/NOK	9.7500	7.9580	20.50	18.75	16.80	15.90	15.45
USD/BRL a)	2.3307	1.7637	35.00	33.00	30.50	29.01	27.50
USD/TRY b)	1.5440	1.1664	21.50	21.45	21.20	21.00	20.65

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL
b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações
No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	31.12.2008	31.12.2007	Variação %	1 mês	3 meses	*Call*	*Put*
DJ Euro Stoxx 50	2 448	4 400	(44,4)	41,62	62,93	38,60	38,91
PSI 20	6 341	13 019	(51,3)	21,06	46,98	-	-
IBEX 35	9 196	15 182	(39,4)	39,32	62,97	-	-
FTSE 100	4 434	6 457	(31,3)	30,89	58,88	35,65	36,79
DAX	4 810	8 067	(40,4)	44,83	65,10	37,52	37,76
S&P 500	903	1 468	(38,5)	38,04	70,29	38,69	38,69
BOVESPA	37 550	63 886	(41,2)	43,80	81,22	50,82	46,83

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade
O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos
O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados
O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 43_Gestão dos Risco de Actividade

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps, forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

milhares de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	6 973 732	10 014 731
Activos financeiros detidos para negociação	2 874 846	1 919 543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 183 951	894 329
Activos financeiros disponíveis para venda	5 300 756	3 457 668
Crédito a clientes	39 049 784	32 875 867
Investimentos detidos até à maturidade	1 806 473	390 025
Derivados para gestão de risco	986 241	165 346
Outros activos	492 352	389 025
Garantias e avales prestados	15 684 795	16 117 094
Créditos documentários	1 620 305	887 476
Compromissos irrevogáveis	4 281 531	2 747 108
	80 254 766	**69 858 212**

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

milhares de euros

	31.12.2008								
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade [a]	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	524 269	(18 558)	4 576	-	1 761	-	-	-	24 536
Indústrias Extractivas	292 215	(4 572)	2 472	-	-	-	-	-	47 404
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	713 251	(13 927)	10 513	-	49 329	(52)	4 306	-	97 848
Têxteis e Vestuário	356 592	(30 367)	9 171	-	22 781	(2 238)	-	-	26 444
Curtumes e Calçado	61 351	(5 074)	1 037	-	499	(499)	-	-	2 995
Madeira e Cortiça	162 414	(11 481)	3 521	-	3 038	-	-	-	6 604
Papel e Indústrias Gráficas	219 205	(5 196)	491	-	76 165	-	-	-	40 228
Refinação de Petróleo	56 183	(71)	-	-	-	-	-	-	3 004
Produtos Químicos e de Borracha	560 989	(8 850)	15 565	-	43 832	(5)	13 119	-	70 888
Produtos Minerais não Metálicos	287 610	(10 432)	1 557	-	8 507	-	-	-	47 458
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	489 042	(13 000)	3 381	-	8 014	-	-	-	67 999
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	175 464	(5 067)	1 474	1 981	1 280	(770)	12 053	-	180 607
Fabricação de Material de Transporte	192 865	(4 860)	238 693	-	7 419	-	41 601	-	76 320
Outras Industrias Transformadoras	450 643	(12 274)	1 186	-	912	(815)	-	-	15 552
Electricidade, Gás e Água	804 289	(6 358)	13 212	-	325 661	-	11 116	-	306 905
Construção e Obras Públicas	4 831 726	(127 700)	52 973	-	320 180	(1 811)	-	-	1 572 892
Comércio por Grosso e a Retalho	2 794 919	(111 345)	25 194	-	122 664	(8 469)	9 570	-	452 980
Turismo	974 469	(18 436)	10 340	-	8 701	(376)	-	-	67 936
Transportes e Comunicações	1 479 561	(20 778)	8 116	-	921 422	(1 890)	116 186	-	578 127
Actividades Financeiras	1 710 220	(23 585)	1 269 979	1 988 811	4 081 752	(21 183)	783 533	-	10 109 809
Actividades Imobiliárias	4 858 290	(113 203)	66 978	-	3 546	(968)	-	-	433 729
Serviços Prestados às Empresas	4 571 467	(80 732)	12 074	18	895 350	(13 444)	2 352	-	979 003
Administração e Serviços Públicos	665 445	(9 380)	1 049 157	-	199 912	-	322 337	-	37 620
Outras actividades de serviços colectivos	1 601 649	(47 700)	4 835	30 408	180 845	(24 295)	437 487	-	150 940
Crédito à Habitação	7 849 862	(215 644)	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 703 244	(124 221)	-	-	-	-	-	-	118 531
Outros	290 064	(12 575)	68 351	-	12 113	(3)	52 813	-	168 436
TOTAL	**39 677 298**	**(1 055 386)**	**2 874 846**	**2 021 218**	**7 295 683**	**(76 818)**	**1 806 473**	**-**	**15 684 795**

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 627 514 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 427 872 milhares de euros (ver Nota 33).

milhares de euros

	31.12.2007						
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade [a]	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	394 353	(9 592)	1 052	-	-	-	34 635
Indústrias Extractivas	205 825	(3 061)	1 898	-	-	-	12 449
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	517 955	(14 519)	2 837	-	32 688	(48)	126 468
Têxteis e Vestuário	282 612	(33 936)	1 435	-	24 345	(2 238)	31 739
Curtumes e Calçado	55 919	(6 572)	127	-	501	(499)	3 310
Madeira e Cortiça	132 747	(10 510)	308	-	-	-	8 970
Papel e Indústrias Gráficas	85 163	(5 093)	4 321	-	27 466	(10)	38 212
Refinação de Petróleo	61 027	(653)	-	-	-	-	4 031
Produtos Químicos e de Borracha	427 603	(4 734)	1 215	-	35 772	(5)	38 383
Produtos Minerais não Metálicos	204 022	(8 215)	221	-	10 041	-	48 011
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	290 447	(10 070)	316	-	5 209	-	52 921
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	129 620	(6 041)	411	-	3 752	(1 356)	154 278
Fabricação de Material de Transporte	318 535	(5 786)	115	-	78 727	-	100 631
Outras Industrias Transformadoras	184 105	(6 648)	929	-	3 181	(72)	16 751
Electricidade, Gás e Água	475 847	(3 512)	16	44 700	342 430	-	289 501
Construção e Obras Públicas	3 553 369	(107 492)	2 770	-	28 712	(1 691)	1 201 614
Comércio por Grosso e a Retalho	1 839 503	(111 591)	12 077	-	30 249	(852)	418 524
Turismo	575 665	(13 960)	1 286	-	8 212	(171)	77 860
Transportes e Comunicações	1 097 539	(17 777)	9 581	-	660 384	(3)	678 290
Actividades Financeiras	1 249 281	(26 628)	1 796 406	876 240	2 502 655	(13 026)	11 281 044
Actividades Imobiliárias	4 320 849	(83 953)	6 519	-	127 432	(591)	491 311
Serviços Prestados às Empresas	2 991 262	(44 331)	4 233	143 910	922 713	(13 321)	532 825
Administração e Serviços Públicos	526 605	(8 678)	723 478	-	259 633	-	34 729
Outras actividades de serviços colectivos	1 274 680	(42 449)	45 666	21 833	517 908	(17 050)	159 115
Crédito à Habitação	8 824 959	(175 492)	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 598 891	(103 440)	-	-	-	-	77 420
Outros	745 288	(19 457)	679	-	20 191	(1 787)	204 072
TOTAL	**33 363 671**	**(884 190)**	**2 617 896**	**1 086 683**	**5 642 201**	**(52 720)**	**16 117 094**

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 487 804 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 396 386 milhares de euros (ver Nota 33).

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO *(Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhões de euros

	31.12.2008				31.12.2007			
	Dezembro	Média Anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média Anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	16	19	16	11	10	12	17	9
Risco taxa de juro	29	13	29	9	5	10	21	9
Acções	9	13	9	12	20	8	2	2
Mercadorias	0	1	0	2	2	3	4	3
Efeito da diversificação	-16	-18	-16	-15	-15	-13	-14	-9
Total	**38**	**28**	**38**	**19**	**23**	**20**	**30**	**14**

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de 38 milhões de euros para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2008							31.12.2007						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	198	198	-	-	-	-	-	225	225	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em ICs	8 684	-	7 568	399	302	315	100	11 446	-	10 401	705	93	79	168
Crédito a clientes	38 818	-	25 677	8 787	2 161	1 589	604	32 747	-	20 814	8 203	2 079	1 038	613
Títulos	11 277	1 999	7 117	706	974	243	238	8 525	3 081	3 423	453	1 379	141	48
Fora de Balanço	-	-	3 966	156	5	(3 736)	(377)	-	-	77	53	-	(82)	(49)
Total			**44 328**	**10 048**	**3 442**	**(1 589)**	**565**			**34 715**	**9 414**	**3 551**	**1 176**	**780**
Recursos de outras ICs	19 432	-	16 933	1 503	117	644	235	15 539	-	13 214	1 214	185	626	301
Depósitos	21 716	-	19 155	1 350	1 142	4	65	19 647	-	17 699	851	717	13	367
Repo´s com clientes	527	-	194	112	218	2	1	491	-	477	-	14	-	-
Títulos Emitidos*	18 622	-	8 436	441	193	5 544	4 008	14 697	-	7 740	1 318	316	2 494	3 679
Fora de Balanço			5 587	488	6	(4 583)	(1 538)		-	1 684	687	(152)	(1 084)	(1 099)
Total			**50 305**	**3 894**	**1 676**	**1 611**	**2 771**			**40 814**	**4 070**	**1 080**	**2 049**	**3 248**
GAP (Activos - Passivos)			**(5 977)**	**6 154**	**1 766**	**(3 200)**	**(2 206)**			**(6 099)**	**5 344**	**2 471**	**(873)**	**(2 468)**

* Os montantes em risco estão ao valor nominal.

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos e não paralelos para deslocação da curva de rendimento de 100 p.b. e todos os escalões de taxa de juro.

milhões de euros

	31.12.2008				31.12.2007			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
No final do período	90	(90)	61	(61)	90	(90)	63	(63)
Média do exercício	88	(88)	57	(57)	158	(158)	92	(92)
Máximo para o exercício	128	(128)	73	(73)	244	(244)	131	(131)
Mínimo para o exercício	57	(57)	41	(41)	90	(90)	63	(63)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

milhares de euros

	31.12.2008			31.12.2007		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	11 220 082	426 356	3,80%	8 297 881	449 290	5,41%
Crédito a clientes	35 247 449	2 173 612	6,17%	31 173 299	1 790 296	5,74%
Aplicações em títulos	6 665 523	428 059	6,42%	4 855 918	319 639	6,58%
Aplicações diferenciais	991 129	-	-	122 766	-	-
Activos financeiros	**54 124 183**	**3 028 027**	**5,59%**	**44 449 864**	**2 559 225**	**5,76%**
Recursos monetários	16 692 402	702 797	4,21%	14 711 601	683 172	4,64%
Recursos de clientes	19 700 782	619 782	3,15%	15 653 158	435 359	2,78%
Outros recursos	17 730 999	906 388	5,11%	14 085 105	716 803	5,09%
Passivos financeiros	**54 124 183**	**2 228 967**	**4,12%**	**44 449 864**	**1 835 334**	**4,13%**
Resultado Financeiro		**799 060**	**1,48%**		**723 891**	**1,63%**

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, é analisado como segue:

milhares de euros

		31.12.2008				31.12.2007			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(3 993 923)	4 111 050	(55 055)	62 072	(3 467 345)	3 564 426	69 187	166 268
GBP	LIBRA ESTERLINA	(1 044 813)	1 003 697	33 779	(7 337)	(846 369)	911 065	(198 612)	(133 916)
BRL	REAL BRASILEIRO	372 261	-	7 043	379 304	421 810	-	1 237	423 047
DKK	COROA DINAMARQUESA	36 590	(3 773)	-	32 817	358 187	(356 478)	-	1 709
JPY	YEN	(213 520)	277 067	(20 843)	42 704	(62 503)	134 941	10 720	83 158
CHF	FRANCO SUICO	63 579	(56 229)	(42 878)	(35 528)	(18 099)	21 293	30 983	34 177
SEK	COROA SUECA	23 639	(25 577)	5 227	3 289	(21 910)	19 872	(5 213)	(7 251)
NOK	COROA NORUEGUESA	(8 377)	(7 542)	22 017	6 098	10 026	(7 860)	65 604	67 770
CAD	DOLAR CANADIANO	(2 863)	1 193	(203)	(1 873)	(41 621)	43 201	(6 400)	(4 820)
ZAR	RAND	(2 012)	685	(51)	(1 378)	4 629	(4 959)	-	(330)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	29 499	(29 892)	14	(379)	65 114	(63 710)	1 606	3 010
CZK	COROA CHECA	(9 916)	9 302	(17 039)	(17 653)	(17 806)	18 777	(5 302)	(4 331)
OUTROS		60 511	12 060	(22 954)	49 617	34 537	(14)	(41 839)	(7 316)
		(4 689 345)	**5 292 041**	**(90 943)**	**511 753**	**(3 581 350)**	**4 280 554**	**(78 029)**	**621 175**

Nota: activo / (passivo)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, estando a estratégia financeira do Banco desenvolvida no Relatório de Gestão.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução nº1/2000 do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2008 o rácio de liquidez era de 97% (31 de Dezembro de 2007: 102%).

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Banco concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o Processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método "*Internal Ratings Based*" – IRB) e o método "*Standard*" para o tratamento do risco operacional (método "*The Standardized Approach*" – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o método do indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor), os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a "*Goodwill*" apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.

- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso nº 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso nº 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2008 e 2007 apresentam-se no quadro seguinte:

milhões de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	**3 230**	**3 237**
Incorporação Resultados do período	132	255
Variação dos Desvios Actuariais de Benefícios Pós-Emprego fora do corredor	(106)	187
Amortização do período transitório dos IFRS	(19)	(140)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras	(7)	(236)
Activos Intangíveis	(22)	(19)
Reservas de Reavaliação	(206)	(9)
Outros efeitos	20	(45)
Saldo no fim do exercício	**3 021**	**3 230**

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

milhões de euros

		31.12.2008	31.12.2007
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		3 136	3 125
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)		614	475
Activos Intangíveis		(92)	(70)
Desvios Actuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(237)	(131)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial		(214)	(8)
Periodo transitório IFRS		56	75
Fundos Próprios para determinação do Rácio *Core Tier I*	**(A1)**	**3 263**	**3 466**
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(242)	(236)
Fundos Próprios de Base *(TIER I)*	**(A2)**	**3 021**	**3 230**
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		30	361
Divida Subordinada elegível		2 871	2 287
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(243)	(236)
Fundos Próprios Complementares *(TIER II)*		**2 658**	**2 412**
Deduções		**(51)**	**(5)**
Fundos Próprios Elegíveis (Método *Standard*)	**(A3)**	**5 628**	**5 637**
B1- Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)			
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)		n.a.	44 368
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)		n.a.	3 785
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)	**(B1)**	**n.a.**	**48 153**
B2- Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - Método *Standard*)			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		49 514	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		2 233	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		2 056	n.a.
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - Método *Standard*)	**(B2)**	**53 803**	**n.a.**
C1- Rácios Prudenciais Basileia I			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B1)	n.a.	7,2%
Rácio *Tier 1*	(A2 / B1)	n.a.	6,7%
Rácio de Solvabilidade	**(A3 / B1)**	**n.a.**	**11,7%**
C2- Rácios Prudenciais Basileia II - Método *Standard*			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B2)	6,1%	n.a.
Rácio *Tier 1*	(A2 / B2)	5,6%	n.a.
Rácio de Solvabilidade	**(A3 / B2)**	**10,5%**	**n.a.**

Actividade das sucursais financeiras (off-shores)

O Banco dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira apresentava a seguinte estrutura:

milhões de euros

	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros ao justo valor	280	156
Activos financeiros disponíveis para venda	65	409
Aplicações em instituições de crédito	2 811	1 519
Crédito a clientes	383	289
Outros activos	174	36
	3 713	**2 409**
Recursos de instituições de crédito	1 569	540
Recursos de clientes	2 005	1 754
Outros passivos	54	70
Fundos próprios	85	45
	3 713	**2 409**

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados por esta estrutura são idênticos aos utilizados pelo Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) junto de instituições de crédito. Estas duas áreas de actuação representam cerca de 90% do total dos activos da Sucursal que, em 31 de Dezembro de 2008, ascendem a 13 814 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 14 756 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação servem de suporte à actividade global do Banco e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 54 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 254 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do BES.

Nota 44 - Fusão da Besleasing & Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008, foi realizada a fusão por incorporação da Besleasing & Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BESLEASING) no Banco Espírito Santo, S.A.

Por ser detentor de 100% das acções da BESLEASING, a integração contabilística dos activos e passivos desta sociedade foi efectuada com base nos respectivos valores contabilísticos à data da fusão. As rubricas relativas à reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados da BESLEASING foram adicionadas às respectivas rubricas do capital próprio do BES, tendo o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 sido adicionado à rubrica de resultados transitados. A diferença entre o valor do envolvimento e o capital próprio da BESLEASING foi reflectida como uma reserva de fusão e abatida aos capitais próprios do BES.

O balanço da BESLEASING à data da fusão pode ser analisado como segue:

milhares de euros

	31.12.2008
Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 192
Activos financeiros detidos para negociação	10
Crédito a clientes	4 286 222
Activos não correntes detidos para venda	27 889
Outros activos tangíveis	6 982
Activos intangíveis	1 075
Activos por impostos correntes	5
Activos por impostos diferidos	8 928
Outros activos	98 401
Total de Activo	**4 430 708**
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	3 071 664
Responsabilidades representadas por títulos	990 624
Provisões	32 426
Passivos por impostos correntes	1 235
Passivos subordinados	47 402
Outros passivos	197 262
Total de Passivo	**4 340 613**
Capital Próprio	
Capital	49 114
Outras reservas e resultados transitados	30 264
Resultado líquido do período	15 530
(Dividendos antecipados)	(4 813)
Total de Capital Próprio	**90 095**
Total de Passivo e Capital Próprio	**4 430 708**

Nota 45 - Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterado) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de non-vesting conditions e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterado.

IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step *acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 - *Reporte* financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Banco não adoptou retrospectivamente o IFRS 8, contudo prevê-se que em 2009 os segmentos reportáveis sofram alteração face aos apresentados em 2008 na Nota 4 – Reporte por segmentos, uma vez que terão de se vincular a critérios de gestão.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de "*comprehensive income*".

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Banco estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Banco não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros '*puttable*' e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros '*puttable*' e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reaquisição (instrumentos '*puttable*'), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do banco.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:
- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Banco, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:
- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Banco em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração ao IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Banco em 2010;

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumen-

tos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco;

- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco;

- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Banco em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco;

- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras consolidadas do Banco;

- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades do Banco na medida em que, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27;

- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta norma será adoptada pelo Banco em 2009 não sendo expectável que a mesma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Banco;

- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Banco adoptará esta norma em 2009 não esperando actualmente impactos significativos decorrentes da sua adopção;

- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

Nota 46 - Eventos Subsequentes

- Em 9 de Janeiro de 2009 o BES colocou, na sua totalidade, uma emissão de dívida a 3 anos garantida pelo Estado no montante de 1,5 mil milhões de euros. Cerca de 80% deste montante foi subscrito por investidores internacionais tendo obrigado a rateio com a procura registada a elevar-se a 1,9 mil milhões de euros.

- O BES anunciou a constituição de uma holding para as participações em activos disponíveis para venda, onde integrará as suas participações não estratégicas (Portugal Telecom, EDP – Energias de Portugal, Banco Bradesco, entre outros). O objectivo do Banco é manter uma maioria de controlo da nova *holding*, que deverá vir a ser cotada em bolsa.

- **Aumento de Capital**
  No final do mês de Janeiro de 2009 o Conselho de Administração do BES anunciou ao mercado que irá propor à Assembleia Geral de accionistas, a concretizar no próximo dia 16 de Março de 2009, a realização de um aumento de capital que proporcione um encaixe bruto de até 1 200 milhões de euros. Este aumento de capital tem como objectivo a melhoria dos rácios de capital para níveis exigidos pelas mais recentes alterações regulamentares do Banco de Portugal a observar até ao final de Setembro de 2009, permitindo o reforço do posicionamento competitivo e a prossecução do crescimento sustentado do negócio do Banco.

03

ANEXO - Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos.

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)

I MODELO DE NEGÓCIO

1 Descrição do modelo de negócio

No ponto 3 do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição detalhada sobre a estratégia e o modelo de negócio do Grupo.

2 Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo estão igualmente divulgados no ponto 3 do Relatório de Gestão. No que se refere às operações de titularização estão detalhadas no ponto 5 do Relatório de Gestão.

3, 4 e 5 Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 3 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 4[(1)] apresenta-se informação detalhada acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6 e 7 Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 6 do Relatório de Gestão dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES.
Também na Nota 44 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pelo Grupo e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8, 9 e 10 Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

No ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão apresentam-se os impactos do período de turbulência financeira.

11 Comparação dos impactos entre períodos

Os impactos directos e indirectos do período de turbulência no Grupo verificaram-se no exercício de 2008 os quais se encontram desenvolvidos no ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão.

12 Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos dos activos e passivos detidos para negociação e dos activos ao justo valor através de resultados e dos activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8.
Os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas 19 e 38, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota 19.

13 Turbulência financeira na cotação das acções do BES

No ponto 2.4 do Relatório de Gestão dá-se nota da evolução da cotação das acções do BES que acompanhou a desvalorização geral dos títulos de capital do sector financeiro.

14 Risco de perda máxima

No ponto 6.4 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 44 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15 Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

No ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão e na Nota 43 faz-se divulgação sobre o impacto nos resultados decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para determinação do impacto.

(1) Para efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IV NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16 Valor nominal e justo valor das exposições

17 Mitigantes do risco de crédito

18 Informação sobre as exposições do Grupo
Nos pontos 5.,6. e 7. do Relatório de Gestão dá-se nota sobre as exposições afectadas pelo período de crise.

19 Movimentos nas exposições entre períodos
Tal como referido no ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão os impactos ocorreram no exercício de 2008. No entanto nas notas explicativas consta informação diversa em que se comparam as exposições e os resultados, com fortes exposições aos mercados, do exercício de 2007 e 2008.

20 Exposições que não tenham sido consolidadas
Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 42. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21 Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados
O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22 Produtos estruturados
Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23 *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação
As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas nas Nota 2 e Nota 42.

24 e 25 Justo valor dos instrumentos financeiros
Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Na Nota 2 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26 Descrição das políticas e princípios de divulgação
O Grupo BES, no contexto da sua politica de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas, o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade.

As demonstrações financeiras são preparadas tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais. Também os Relatórios de Governo e de Sustentabilidade proporcionam uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo e da responsabilidade social que considera assumir perante os inúmeros desafios que o mundo actual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendorismo.

Complementarmente, o Grupo estabelece contactos regulares com os *stakeholders*, designadamente, aquando da divulgação trimestral de resultados, realiza anualmente o *Strategy Day* e concretiza *road shows*. Sempre que necessário procede, pontualmente, à emissão de comunicados de factos relevantes para além da veiculação de notícias através dos meios de comunicação social.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 75.186.728 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 4.499.435 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 402.284 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;

b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.940.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o nº 715, fls. 178 do Livro C- 2/3

KPMG

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

KPMG

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2009

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 67.425.417 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.632.708 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 211.878 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;

b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o nº 715, fls. 178 do Livro C - 2/3

KPMG

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2009

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

BANCO ESPIRITO SANTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Comissão de Auditoria
Av. da Liberdade, 195-13º
1250-142 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2008

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco Espírito Santo, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pela Comissão de Auditoria, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Sociais, individuais e consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do **Banco Espírito Santo, S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

No exercício de 2008, a Comissão de Auditoria acompanhou, nos termos legais, regulamentares e estatutários, a gestão e a evolução dos negócios do **Banco Espírito Santo, S.A.**, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração do Banco e apreciou a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos, e de auditoria interna em vigor. No exercício das nossas competências acompanhámos, ainda, (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pelo Banco, funções estas a cargo da KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (KPMG), a qual foi designada pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas do Banco no quadriénio 2008-2011.

CRF 091/1 Mod 972.1 - 6.000 ex. - 11/2006

BANCO ESPIRITO SANTO

A Comissão de Auditoria tomou conhecimento dos termos das Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2008, ambas emitidas com data de 25 de Fevereiro de 2009, sem reservas, e com as quais concordamos.

Procedemos, também, à análise do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2008, tanto numa óptica individual como consolidada, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do **Banco Espírito Santo, S.A.** aprove:

a) O Relatório de Gestão, bem como os restantes documentos de prestação de contas, tanto individuais como consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

b) A proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2008, no montante de 211.877.805,11 Euros.

Conforme requerido pelo n.º 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, ainda, informar que a Comissão de Auditoria emitiu, com data de 13 de Março de 2008, parecer favorável à eventual decisão do Conselho de Administração no sentido do **Banco Espírito Santo, SA** não exercer o seu direito de preferência sobre a então projectada alienação, pela PT.COM, Comunicações Interactivas, S.A. à sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A, de acções do BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A..

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2009

A Comissão de Auditoria

Dr. José Manuel Ruivo da Pena

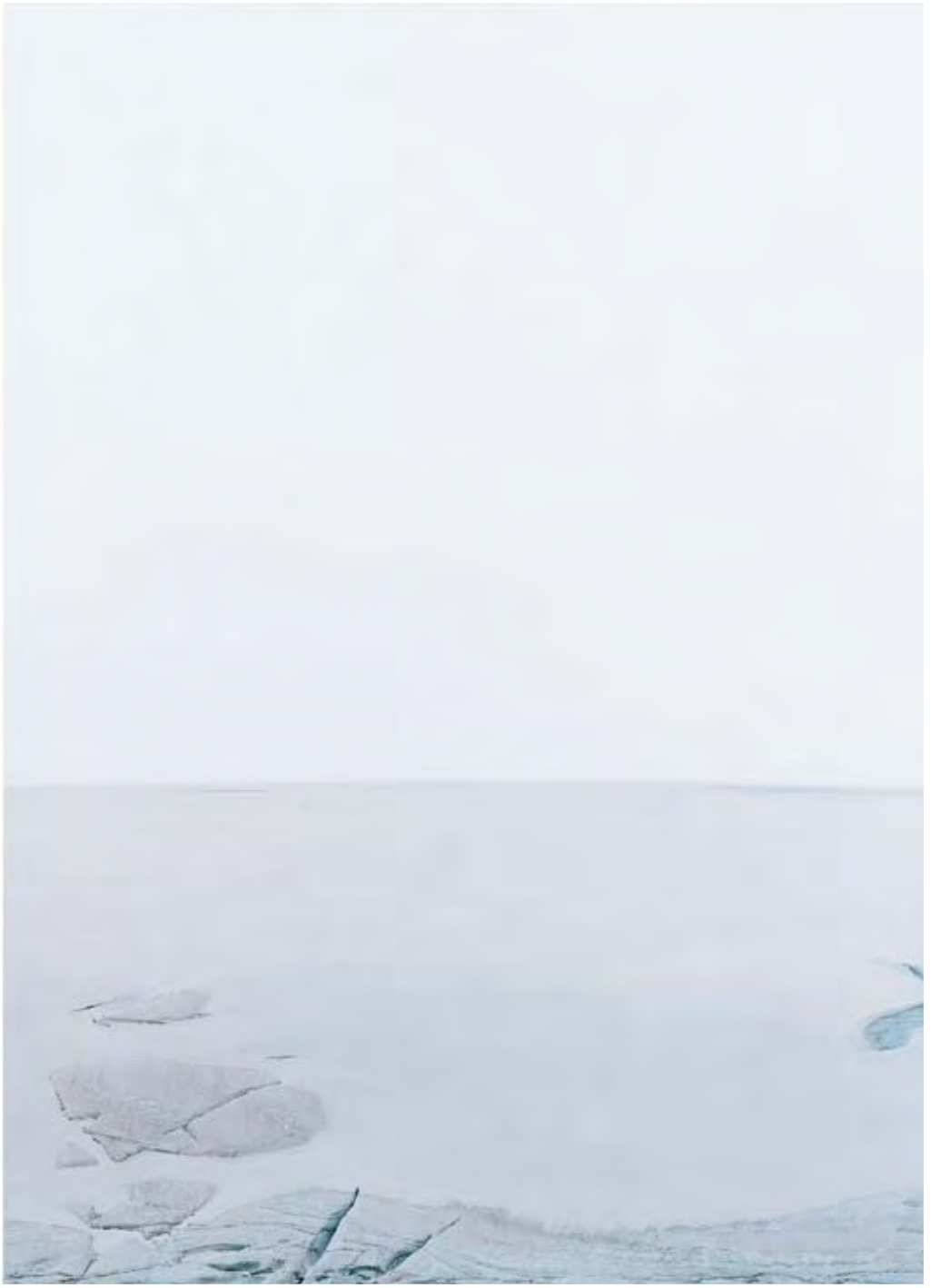
Sr. Luis Daun e Lorena

Dr. João Faria Rodrigues

CRP 92/1 Mod.9793-5.000 ex. - 7/2006

AXEL HÜTTE
1951, Essen, Alemanha
Djupavatnet, Diptychoc, Norway, 2000
Prova por revelação cromogénea,
colada sobre Diasec
187 x 147 cm (Díptico)
Edição 3/4

Cortesia Galeria Mário Sequeira



03
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

BANCO ESPÍRITO SANTO

ÍNDICE

03

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

0	Declaração de Cumprimento	256
I	Assembleia Geral	260
II	Órgãos de Administração e Fiscalização	262
III	Informação	279

O Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário do Banco Espírito Santo (o «BES») respeitante ao exercício de 2008 inclui os elementos de informação e obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento 1/2007, da CMVM, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009.

Declaração de cumprimento

0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

O BES encontra-se sujeito às regras e recomendações aprovadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sobre o Governo das Sociedades, actualmente contidas no Regulamento 1/2007, da CMVM, e no Código de Governo das Sociedades, aprovado em Setembro de 2007.

0.2 Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.

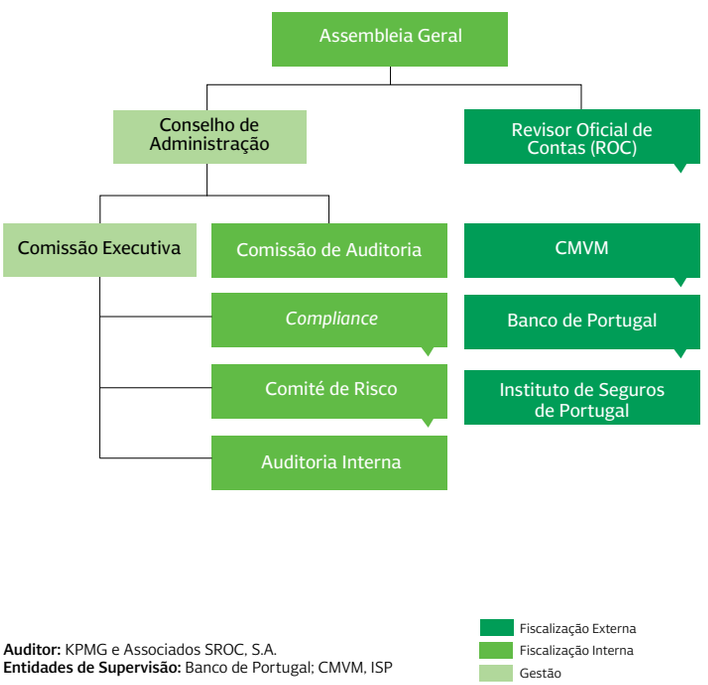
Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
I.1.1 O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	X		I.1
I.1.2 A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	X		I.3
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	X		I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	X		I.5
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência	X		I.8
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	X		I.10
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.		X	I.6
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.		X	I.7
I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes	X		I.1
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	X		III.1
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione		NA	
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	X		I.13 e I.14
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	X		0.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	X		II.4
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade	X		II.6
II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	X		II.9
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	X		II.9
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	X		II.9 e II.10
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	X		II.22
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	X		II.22

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de Administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	X		II.18 e II.20
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de Administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de Accionistas uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	X		II.18
II.1.5.3 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de Accionistas.	X		II.19
II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	X		II.20
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	X		II.20
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		II.2 e II.3
II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	X		II.3
II.2.3 Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade		NA	
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	X		II.9
II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	X		II.3
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	X		II.3
II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente da Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões	X		II.3
II.3.3 O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		NA	
II.4.1 O Gonselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.		NA	
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	x		II.3
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	x		II.3
II.4.4 A Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	X		II.3
II.4.5 A Comissão para as matérias financeiras, Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	X		II.3
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria		X	
II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	X		II.19
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	X		II.6

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de Apoio ao Investidor.	X		II.12
III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral	X		II.12

0.3 Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade divirjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

A estrutura de Governo do BES é a seguinte:



Auditor: KPMG e Associados SROC, S.A.
Entidades de Supervisão: Banco de Portugal; CMVM, ISP

A Assembleia Geral de Accionistas reúne pelo menos uma vez por ano, e tem por principais competências proceder à apreciação e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de cada exercício, deliberar sobre a distribuição de resultados e proceder à eleição dos órgãos sociais.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração, eleito por mandatos de quatro anos, sendo permitida a reeleição dos membros respectivos.

Actualmente, o Conselho de Administração é composto por 26 membros, dos quais 7 são qualificados como administradores independentes (cfr. o ponto II.9)

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, que reúne semanalmente ou sempre que convocada pelo seu Presidente. A Comissão Executiva é composta por 11 membros.

O órgão de fiscalização é a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração. Composta por três administradores independentes.

O Revisor Oficial de Contas e auditor externo do BES é a KPMG & Associados SROC, S.A.

O BES está sujeito à supervisão do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal e da Comissão do Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

O Conselho de Administração, na avaliação ao modelo de Governo efectuada em 2008, não encontrou constrangimentos relevantes no modelo de governo societário, tal como decidido pelos accionistas do BES em 2006, quando optaram pelo modelo de governo anglo-saxónico, composto por Conselho de Administração, compreendendo a Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

Identificam-se no quadro seguinte as recomendações do Código de Governo das Sociedades que o BES não segue, conjuntamente com as razões da divergência de prática do Governo.

Recomendações da CMVM	Razões da divergência
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	O BES assegura a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto. A casa 100 acções corresponde um voto.
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	O BES exige a participação de pelo menos 50% do capital social para a Assembleia Geral reunir em primeira data de convocação. As matérias para as quais a lei exige maioria qualificada carecem de ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira ou em segunda convocação. O BES entende que estas regras asseguram a necessária representatividade das deliberações dos seus accionistas.
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	A avaliação do desempenho do órgão de administração é assegurada pela Comissão de Vencimentos do BES, bem como pela Assembleia Geral de Accionistas. A reflexão sobre o sistema de governo adoptado é efectuada directamente pelo Conselho de Administração.
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas	A Recomendação é apenas parcialmente adoptada. O BES entende que a divulgação da remuneração em termos individuais não acrescenta qualquer valor à informação global colocada à disposição dos Accionistas e muito menos permite aferir o desempenho de cada administrador. A divulgação da remuneração em termos globais garante um adequado conhecimento do custo (fixo e variável) da Sociedade com o órgão de administração. A indicação de remunerações recebidas em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas também não é divulgada.

0.4 O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.

No final do ano de 2008, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos membros da Comissão de Auditoria, aos membros não executivos do Conselho de Administração e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, de modo a aferir da respectiva independência. Os referidos questionários incluíram questões sobre as circunstâncias de que o Código das Sociedades Comerciais faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo código.

Como resultado, e na ausência de dados diversos daqueles que foram prestados aquando da designação dos respectivos membros, o Conselho de Administração verificou a manutenção da situação de independência relativamente aos 3 membros da Comissão de Auditoria, a 4 membros não executivos do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente (Alberto Oliveira Pinto, Nuno Godinho de Matos, Isabel de Sousa Coutinho e José Epifânio da Franca), e a todos os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Para mais informações sobre os administradores independentes, cfr. o ponto II.9.

Assembleia-geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia-Geral

A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, e podem ser ou não accionistas.

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é doutorado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela mesma Universidade onde é Professor Catedrático desde 1980. Desde 1984 é Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa. É Presidente da Direcção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Exerce em Lisboa a actividade de jurisconsulto e advogado. É "Advogado Especialista" nas áreas de Direito Fiscal e Direito Europeu.

Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tem uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Exerce, desde 1960, a advocacia em acumulação com a de administrador de empresas e de docente universitário.

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Licenciado em Direito na Universidade Católica Portuguesa. Tem um Mestrado em Direito da mesma Universidade e uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Desde Setembro de 1999, é assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Desde Outubro de 2005 exerce as funções de Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM – Espírito Santo Commerce, S.A.

O Secretário da Sociedade, bem como a respectiva equipa de apoio, coordena a prestação dos serviços de recursos humanos e de apoio logístico necessários à preparação da Assembleia Geral.

Neste âmbito, existe um *Comité* composto pelos departamentos de organização, *compliance*, executivo de operações, comunicação, assessoria jurídica, Gabinete de Relação com investidores e ES Informática que monitoriza e coordena a prestação dos serviços e apoio logístico à Assembleia Geral. Este *comité* é responsável, entre outras coisas, pelo processo de votação em Assembleia Geral e pela coordenação do mesmo com o Presidente da Mesa, sendo os meios descritos considerados por este suficientes e adequados às suas necessidades.

As actas das reuniões das Assembleias Gerais são disponibilizadas aos accionistas no sítio *Internet* do BES, no prazo de 5 dias após a sua realização, onde se encontra ainda um acervo histórico das listas de presenças, das ordens de trabalho e das deliberações tomadas em cada Assembleia Geral relativamente a, pelo menos, os 3 anos antecedentes.

I.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

Os actuais membros que compõem a mesa da assembleia-geral foram eleitos em 18 de Dezembro de 2006 até ao final do mandato que terminou em 31 de Dezembro de 2007 e foram reeleitos na assembleia geral de 30 de Março de 2008, para o período 2008 - 2011.

I.3 Indicação da remuneração do Presidente da mesa da Assembleia-Geral

Em 2008, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma retribuição mensal de 1 500,00 euros, um total de 13.500,00 euros.

I.4 Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia-Geral

Só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, os accionistas com direito de voto cujas acções se encontrem inscritas em seu nome em conta de registo de valores mobiliários no quinto dia útil anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias úteis, sendo que neste mesmo prazo deve ser entregue na Sociedade a declaração que ateste a efectivação do depósito ou bloqueio. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

O Conselho de Administração irá propor em Assembleia Geral de 16 de Março de 2009, a alteração do contrato da sociedade, modificando o respectivo artigo 16.º, número 1, o artigo 19.º, número 2, e aditando um número 3 ao artigo 19.º, bem como deliberar a alteração do artigo 4.º do Regulamento da Assembleia Geral dos Accionistas, de modo a facilitar a possibilidade da participação dos Senhores Accionistas na sociedade, clarificando que embora o prazo do bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral seja de cinco dias úteis, a comprovação desse bloqueio passa a poder ser efectuada até ao terceiro dia útil anterior à data da reunião.

I.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral

O BES não obriga ao bloqueio das acções até que a sessão da Assembleia Geral seja retomada, bastando a antecedência ordinária exigida para a primeira sessão.

A clarificação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da Assembleia Geral serão deliberadas no próximo dia 16 de Março 2009 em Assembleia Geral, conforme descrito no ponto I.4. supra.

I.6 Número de acções a que corresponde um voto

A cada cem acções corresponde um voto, mas os accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

I.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Um accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

São as seguintes as regras estatutárias sobre quórum:

Artigo 18.º / Quórum

1. Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral não poderá reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

2. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

Artigo 19.º / Maioria Deliberativa

1. Sem prejuízo dos casos em que a lei ou os estatutos exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos.

2. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação ou outros assuntos para os quais a Lei exija maioria qualificada, sem especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação."

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

O voto por correspondência não impede a representação do accionista na Assembleia Geral. O número de votos exercidos por correspondência é incluído para a contagem do quórum constitutivo da Assembleia Geral, devendo valer, igualmente, para a segunda convocação da Assembleia Geral para o qual foi emitido.

Os votos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O Secretário da Sociedade e o Presidente da mesa da Assembleia Geral verificam a autenticidade do voto e asseguram, até ao momento da votação, a sua confidencialidade, nos seguintes termos: os votos por correspondência são imediatamente entregues ao cuidado do Secretário da Sociedade, que os guarda e entrega ao Presidente da mesa da Assembleia Geral no momento da votação de cada ponto.

O voto por correspondência é revogável a todo o momento. A presença na Assembleia Geral do Accionista que votou por correspondência, bem como a do seu representante, deve ser entendida como revogação do respectivo voto por correspondência.

Não existem restrições estatutárias ao exercício do direito de voto por correspondência.

I.9 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória, bem como do Regulamento da Assembleia Geral dos Accionistas do BES (que pode ser consultado em www.bes.pt)

Para facilitar a votação por correspondência, e para os accionistas que o pretendam, o BES disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do Secretário do BES (Avenida da Liberdade, 195, 14.º andar, 1250-142 Lisboa) ou no sítio da sociedade (www.bes.pt). Nas minutas disponibilizadas, a declaração de voto indica os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina.

I.10 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia-Geral

O prazo mínimo que deve mediar entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data de realização da Assembleia-geral é de três dias úteis.

I.11 Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não é admitido o voto electrónico.

I.12 Informação sobre a intervenção da Assembleia-Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração

A Assembleia Geral pronuncia-se anualmente sobre a política de remuneração dos órgãos sociais do Banco Espírito Santo.

As propostas do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimento sobre a remuneração dos órgãos sociais são aprovadas em Assembleia Geral, conforme descrito no ponto I.18.

De igual modo, procede anualmente à apreciação geral da administração, o que faz com base na avaliação de desempenho que efectua sobre a actividade social do último exercício decorrido.

I.13 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem estas medidas.

I.14 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, adivulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Em 2006, o BES reorganizou as suas participações no sector segurador português, tendo adquirido 50% do capital e dos direitos de voto da sociedade BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., e vendido 15% da sua participação na BES, Companhia de Seguros, S.A., onde manteve uma participação de 25%.

Ambas as transacções tiveram subjacente a celebração de um acordo parassocial com o accionista de controlo Crédit Agricole, S.A., que entretanto cedeu a sua posição à Sociedade Crédit Agricole Assurances, nos termos do qual, entre outras estipulações, se acordou que caso o accionista BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, deixe de deter, por qualquer razão, pelo menos 33% do capital social ou dos direitos de voto do BES, o Crédit Agricole Assurances terá o direito potestativo de alienar ao BES ou a quem este nomear a totalidade das suas acções na BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. e na BES, Companhia de Seguros, S.A.

I.15 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem tais acordos.

II

Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade

Mesa da Assembleia Geral
Paulo de Pitta e Cunha **Presidente**
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz **Vice-Presidente**
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo **Secretário**

Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto **Presidente**
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado **Vice-Presidente**
Jean-Frédéric de Leusse **Vice-Presidente**
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Feixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amilcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Bernard Delas
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Bernard Octave Mary [1]
Michel Joseph Paul Goutorbe
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca

Comissão de Auditoria
José Manuel Ruivo da Pena **Presidente**
Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas (ROC)
KPMG & Associados, SROC SA, representado por Inês Maria Bastos Viegas
Clare Neves Girão de Almeida
Revisor Oficial de Contas Supente, Jean-Éric Gaign (ROC)

Secretário da Sociedade
Eugénio Fernando Quintais Lopes **Secretário**
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros **Secretário Suplente**

[1] Bernard Octave Mary foi cooptado pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro 2008 para substituir Gilles Roland Maurice Jacquin de Margerie, cooptado pelo Conselho de Administração em 1 de Julho de 2008 para substituir Jean-Yves Hocher.

II.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado **Presidente**
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa

Comissões de acompanhamento das unidades de negócio[1]:

i) Empresas / *Wholesale* / Banca de Investimentos
Acompanha a evolução destas áreas de negócio, assegurando a articulação entre a actividade de *Corporate Banking* do BES e a do Banco Espírito Santo de Investimento, bem como, a nível internacional, promovendo a coordenação da actividade de *Corporate Banking* do BES com a Sucursal em Espanha e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil.

ii) Retalho (Banca de Particulares e Negócios)
Acompanha a evolução da actividade com respeito a cada um dos principais segmentos de Clientes (Afluentes, Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual e outros Particulares) e promove o negócio *cross-segment* com outras Áreas de Negócio (designadamente, Médias e Grandes Empresas). Acompanha ainda a actividade de *Assurfinance*, promovendo a captação e fidelização ao BES de Clientes da Companhia de Seguros Tranquilidade.

iii) *Private*
Acompanha a evolução da actividade do *Private Banking*, assegurando a articulação com outras áreas de negócio, potenciando a crescente articulação entre os Centros Private e Centros de Empresas bem como da actividade desenvolvida pelo *International Private Banking*, esta mais orientada para os portugueses residentes no exterior.

iv) Internacional
Promove a actividade do Grupo BES a nível internacional e o respectivo desenvolvimento, quer contribuindo para a expansão do negócio das empresas participadas e sucursais já existentes, quer avaliando e propondo à Comissão Executiva novas iniciativas em mercados ou tipos de negócio. Contribui para a articulação entre a actividade do BES em Portugal e as diversas unidades existentes no estrangeiro - com destaque para Espanha, Brasil e Angola.

[1] A composição de cada Comissão pode ser consultada no ponto II.3

Comissões Transversais:

i) Gestão de Activos e Passivos (ALCO)
Analisa a informação macroeconómica das principais regiões económicas internacionais e de Portugal, contribuindo para a perspectivação dos respectivos impactos a prazo sobre a actividade bancária. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo BES e de cada uma das suas principais unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objectivos estratégicos em matéria de crescimento da actividade creditícia e de captação de recursos de Clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mis-match* do balanço) e de preços / margens. Compete igualmente a este Comité acompanhar e analisar a oferta de bancos concorrentes, bem como, no quadro da estratégia estabelecida, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respectivos preços a praticar.

ii) Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)
Estabelece as prioridades dos investimentos informáticos e operativos, bem como a sua implementação. Acompanha o desenvolvimento de projectos especiais nas áreas operativa, de sistemas, qualidade e custos. Em particular, cumpre-lhe monitorizar a evolução global do Banco em matéria de indicadores de qualidade, quer em termos de atendimento e serviço prestado aos Clientes, quer do apoio prestado pelas áreas centrais às áreas comerciais.

iii) Risco
É responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo lhe, em especial, acompanhar a evolução do risco em cada um dos principais segmentos de Clientes e categorias de produto. Para além disso, é responsável pelo acompanhamento de projectos especiais na área do Risco, com destaque para o Projecto Basileia II.

iv) Conselho Financeiro e de Crédito
Decide acerca das operações de crédito que não se enquadram nos limites de concessão de crédito estabelecidos para cada Administrador.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis

a). Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade:

b). Informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização

A distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Actuais pelouros:
Presidente da Comissão Executiva, do Conselho Financeiro e de Crédito e do Comité ALCO. Departamentos de Planeamento e Contabilidade, Compliance, Comunicação, Desinvestimento, Gabinete de Relações com Investidores, Secretariado-Geral da Comissão Executiva, Compras e Património. Assegura ainda a interligação das actividades do BES com as sociedades ESAF, ES Ventures, Banco BEST, BES Angola e ES Bank.

Comissões a que pertence:
Retalho; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); *Private*; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Actuais pelouros:
Coordenador do *Private Banking* do Grupo BES, Sucursal Financeira Exterior (Madeira) Residentes no Estrangeiro, Centro de Estudos da História do BES. Assegura a interligação da actividade do BES com a Sucursal em Espanha.

Comissões a que pertence:
Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

António José Baptista do Souto

Actuais pelouros:
Empresas Norte, Empresas Sul, *Corporate Banking*, Marketing de Empresas e Institucionais, Municípios e Institucionais e Departamento de Pessoal.

Comissões a que pertence:
Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática; Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.

Jorge Alberto Carvalho Martins

Actuais pelouros:
Presidência do Conselho de Crédito do Porto, Departamento Comercial Norte e Departamento de Crédito Habitação, Departamento de Dinamização de Imobiliárias e Promotores Externos, Departamento Técnico de Imobiliário, assegurando a interligação com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas.

Comissões a que pertence:
Retalho; *Private*; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Empresas; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Actuais pelouros:
Risco Global; interligação com o Banco Espírito Santo de Investimento, do qual é Presidente da Comissão Executiva.

Comissões a que pertence:
Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)

Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Actuais pelouros:
Organização; Departamento Executivo de Operações, intreligação com a ES Informática, a ESDATA e a ES Recuperação de Crédito.

Comissões a que pertence:
Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Actuais pelouros:
Assessoria jurídica ao Conselho de Administração do BES, Departamento Jurídico Auditoria e Inspecção, Gabinete de Coordenação da Segurança e Gabinete de Participadas

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Actuais pelouros:
Departamento de Marketing Estratégico, Departamento de Marketing de Retalho, Departamento de Marketing de Comunicação e Estudos do Consumidor, Departamento de Informação de Gestão, Departamento de Qualidade de Serviço, Departamento de *Direct* e *Self Banking*, Gabinete Universidades, Gabinete Assurfinance, Gabinete de Captação de Crédito Imobiliário Turístico, assegurando a interligação com as sociedades BES Companhia de Seguros e ES Contact Center.

Comissões a que pertence:
Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.

Pedro José de Sousa Fernandes Homem

Actuais pelouros:
Departamento de Banca Transaccional e Negócio Internacional, Sucursais no exterior - em articulação com o Amílcar Morais Pires (Nova Iorque, Londres e Cabo Verde), ES Bank e outras participações internacionais.

Comissões a que pertence:
Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Actuais pelouros:
Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, Departamento de Estruturação e Securitização de Crédito, Departamento de Gestão da Poupança, Departamento de Negociação e Compras, Gabinete de Controlo de Custos, Controlo de Gestão (função partilhada com o Ricardo Salgado) ES Research, assegurando a interligação com as sociedades BES Vida, Companhia de Seguros, BES Finance, BES Cayman, BESIL, BIBL e BES GmbH.

Comissões a que pertence:
Private; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Conselho Financeiro e de Crédito.Conselho Financeiro e de Crédito.

Nota
O administrador Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires detém o pelouro financeiro do BES, que ainda não exerce há dois mandatos.

O Banco Espírito Santo entende que as especificidades exigidas para o cargo do pelouro financeiro não justificam uma rotatividade do seu administrador, discordando com o conteúdo da recomendação da CMVM.

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Actuais pelouros:
Departamento Comercial Sul, Departamento de Crédito Individual, *Acquiring* e Cartões, assegurando ainda a articulação com o BES dos Açores e com a sucursal de Espanha (função partilhada com o José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva).

Comissões a que pertence:
Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Retalho; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.

c.) Lista de matérias indelegáveis

Para além das matérias que por lei são indelegáveis na Comissão Executiva, o Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (que pode ser consultado em www.bes.pt/ir) estabelece ainda que caberá sempre a este:

a. Definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade;
b. Definir a estrutura empresarial do Grupo;
c. Tomar todas as decisões que considere estratégicas, em função do seu montante, do seu risco ou das suas características especiais.

d.) Prestação de informação:

O Presidente da Comissão Executiva remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria as convocatórias e as actas das reuniões da Comissão Executiva.

Todos os membros da Comissão Executiva prestam quaisquer informações que sejam solicitadas pelos restantes órgãos sociais.

e.) Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é o órgão de fiscalização do BES, competindo-lhe, em geral, fiscalizar a administração do Banco, a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e representar o BES, para todos os efeitos, junto do auditor externo da Sociedade, que é anualmente avaliado por esta Comissão.

O relatório anual sobre a actividade da Comissão de Auditoria inclui a descrição da actividade de fiscalização desenvolvida e é objecto de divulgação no site do BES, em www.bes.pt, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

A Comissão de Auditoria é composta por três administradores não executivos e qualificados como independentes: José Manuel Ruivo da Pena, Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena e João de Faria Rodrigues. (Cfr. o pontoII.9 para a sua caracterização e o ponto II. 10 para as respectivas qualificações profissionais e actividades exercidas nos últimos cinco anos).

II.4 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

Sistema de Controlo Interno

O Banco Espirito Santo mantém e opera um Sistema de Controlo interno, cuja gestão está confiada ao Departamento de Compliance.
Para melhor assegurar o cumprimento desta responsabilidade, o Departamento de Compliance constituiu, em estrutura autónoma e diferenciada, uma **Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno (UGSCI).**

A UGSCI tem por missão o levantamento, sistematização, monitorização e manutenção do Sistema de Controlo Interno do BES, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do Sistema de Controlo Interno de todo o GBES, que deverá ser garante da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete ainda à UGSCI preparar e assegurar o Reporte Interno, traduzido designadamente em pontos de situação mensais, e Reporte Externo às diversas entidades regulamentares, nacionais e internacionais, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do Sistema de Controlo Interno.

No desenho e avaliação do Sistema de Controlo Interno, o GBES adoptou as metodologias e princípios *COSO (Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* organização criada em 1985 nos EUA, dedicada a identificar e combater as causas do reporte financeiro fraudulento, estabelecendo, para esse efeito, recomendações e *frameworks* para as empresas):

- A cultura de controlo interno promovida na organização determina a conduta e consciência dos seus colaboradores;
- A organização enfrenta uma diversidade de riscos que devem ser avaliados ao nível da entidade e dos processos;
- Os procedimentos de controlo definidos contribuem para assegurar que as directivas de gestão estão a ser cumpridas;
- Toda a informação relevante deve ser identificada e comunicada;
- O SCI deve ser suportado por um processo de monitorização.

Sistema de Controlo dos Riscos

No Grupo BES a função do risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro de balanço, taxa de câmbio e operacional.

É da responsabilidade da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo definir o perfil de risco objectivo mediante a fixação de limites globais e específicos. Compete-lhe igualmente fixar os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e recursos necessários para tal.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito e o Departamento de Auditoria (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 6 do Relatório de Gestão).

O **Comité de Risco** reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para todos os tipos de risco, nomeadamente de crédito, operacional e de mercados, liquidez e taxa de juro de balanço, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/clientes.

O **Departamento de Risco Global (DRG)** centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo. As principais funções do Departamento de Risco Global são:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, por forma a permitir a gestão do risco global do Grupo;
- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo;
- Contribuir para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital.

A Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC) tem como objectivos:

- Proceder à análise e avaliação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
  - Perfil económico e financeiro dos clientes;
  - Tipologia da exposição de crédito nos clientes;
  - A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respectivas avaliações e às entidades que as realizaram;
  - Sinais de alerta (*warning signals*) detectados no perfil comportamental dos clientes nas suas relações com o banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância activa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/grupos analisados;
- Proceder à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados para o universo de entidades previamente seleccionado em função dos critérios objectivos estabelecidos.

O Departamento de Auditoria e Inspecção tem por missão avaliar a eficácia e adequação dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, inerentes à actividade das sociedades incluídas no perímetro do Grupo BES com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições, compete-lhe designadamente:

- Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos respectivos, bem como a conformidade da actividade com os preceitos legais / regulamentares e os textos normativos internos aplicáveis;
- Colaborar com todos os órgãos do Grupo BES na aplicação e correcta observância das políticas superiormente definidas, particularmente no que respeita a sensibilização/aplicação de procedimentos de controlo interno;
- Conferir e avaliar a defesa e segurança dos valores monetários, escriturais e documentais, de titularidade do Grupo BES ou confiados à sua guarda;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação do Grupo BES com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de supervisão, bem como responder às solicitações de outras instituições públicas e privadas;
- Participar na definição e elaboração dos textos normativos, na óptica da uniformização dos procedimentos de prevenção, controlo e segurança, bem como emitir e fazer publicar comunicações e circulares sobre matérias enquadráveis no âmbito da sua esfera específica de intervenção;
- Zelar para que práticas contrárias aos textos normativos e/ou regulamentos internos sejam prontamente corrigidas, pugnando, paralelamente, para que os procedimentos adoptados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

II.5 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

No BES, o Conselho de Administração não tem qualquer competência para deliberar um aumento de capital.

II.6 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

Todos os órgãos da sociedade dispõem de regulamentos internos de funcionamento. O regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o regulamento da comissão de auditoria e o Regulamento da Assembleia Geral podem ser todos consultados em www.bes.pt.
Não existem regras relativas a incompatibilidades definidas internamente nem existe qualquer número máximo de cargos acumuláveis.

Todos os órgãos sociais e comissões do Banco Espiríto Santo elaboram actas das revisões que realizam.

II.7 Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

Os membros do órgão de administração e fiscalização são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

Não existem regras específicas da Sociedade para a falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador, sendo prática do BES que se proceda à cooptação de um substituto, que será ratificada na Assembleia Geral imediatamente subsequente. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

II.8 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa

Em 2008 o Conselho de Administração do BES reuniu 8 vezes, a Comissão de Auditoria 14 vezes e a Comissão Executiva 81 vezes. A indicação do número de reuniões da Comissão de Auditoria e da Comissão Executiva diz respeito às reuniões exclusivas de cada um destes órgãos.

II.9 Identificação dos membros do Conselho de Administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Administrador	Data Nascimento	Nacionalidade	Comissão Executiva	Independente	Razão para não Independência
Alberto Oliveira Pinto	26/06/1932	Portuguesa	Não	Sim	
Ricardo Salgado	25/06/1944	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Jea-Fréderic de Leusse	29/10/1957	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
José Manuel Espírito Santo	02/05/1945	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
António Souto	17/04/1950	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Jorge Martins	17/07/1957	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Aníbal Oliveira	24/09/1935	Portuguesa	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
Manuel Fernando Espírito Santo	20/07/1958	Portuguesa	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
José Maria Ricciardi	27/10/1954	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Jean-Luc Guinoiseau	20/12/1954	Francesa	Sim	Não	Executivo
Rui Silveira	11/12/1954	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Joaquim Goes	09/09/1966	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Pedro Homem	19/07/1947	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Luís Daun e Lorena	11/10/1944	Portuguesa	Não	Sim	
Ricardo Espírito Santo Silva	04/11/1958	Portuguesa	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
José Pena	05/11/1940	Portuguesa	Não	Sim	
Amílcar Morais Pires	30/05/1961	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Bernard Delas	01/08/1948	Francesa	Não	Não	
Nuno Godinho de Matos	31/10/1949	Portuguesa	Não	Sim	
João Freixa	24/06/1956	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Bernard Octave Mary [1]	24/08/1955	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Michel Goutorbe	16/11/1956	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Pedro Amaral	27/06/1968	Portuguesa	Não	Não	Vínculo contratual ao BES
Isabel de Sousa Coutinho	12/12/1946	Portuguesa	Não	Sim	
João de Faria Rodrigues	31/10/1955	Portuguesa	Não	Sim	
José Epifânio da Franca	02/01/1955	Portuguesa	Não	Sim	

(1) Cooptado pelo CA em Outubro de 2008 para substituir o Sr. Gilles Roland maurice Jaccquin de Margerie que renunciou às suas funções no dia 7 de Novembro de 2008 (2)
(2) O Sr. Gilles Roland maurice Jaccquin de Margerie foi cooptado pelo CA em Julho de 2008 para substituir o Sr. Jean-Yves Hocher que renunciou às suas funções

O Conselho de Administração é composto por 26 membros, dos quais 11 são executivos e 15 não executivos, composição esta que o BES considera garantir efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos 15 administradores não executivos, 7 são qualificados como administradores independentes, representando estes mais de 25% do total do órgão de administração. Nessa medida, cumprem todos também com o regime de incompatibilidades previsto no Código das Sociedades Comerciais.

Trata-se dos 3 administradores que compõem a Comissão de Auditoria (os administradores José Pena, Luís Daun e Lorena e João Faria Rodrigues), sendo os restantes 4 os administradores Alberto de Oliveira Pinto (Presidente do Conselho de Administração), Nuno Godinho de Matos, Isabel de Sousa Coutinho e José Epifânio da Franca.

O processo de verificação da independência dos administradores não executivos está exposta no ponto 0.4 do presente relatório.

Os administradores independentes participam em todas as reuniões do Conselho de Administração, acompanhando por essa via o andamento da actividade do BES, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo BES.

No exercício das suas funções o órgão de administração não se deparou com nenhum constrangimento.

II.10 Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo do mandato

Alberto Alves de Oliveira Pinto Presidente

Qualificação Profissional: Licenciado em Ciências Económicas pelo ISCEF.
Percurso profissional nos últimos 5 anos: Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Imobiliário entre 1991 e 2005.
É Administrador não executivo do Banco Espírito Santo de Fevereiro 2006 a Março de 2008. Administrador não executivo da Galp Energia entre 2006 e 2008. É Presidente do Conselho de Administração do BES desde Março de 2008.
Nº de acções em 31/12/2008: 0
1ª Designação: Fevereiro de 2006
Termo do mandato: 2011

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado Vice-Presidente

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.
Percurso profissional nos últimos 5 anos: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre Outubro 2005 e Dezembro 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do *Board of Directors*, do *Human Resources* e *Compensation Committee* e do *Nominating and Governance Committee* da NYSE Euronext
Nº de acções em 31/12/2008: 500 214
1ª Designação: Setembro 1991
Termo do mandato: 2011

Jean-Frédéric de Leusse Vice-Presidente

Qualificação Profissional: *École Polytechnique; École Nationale d'Administration.*
Percurso profissional nos últimos 5 anos: Entre 2003 e 2005 foi director da área internacional de Banca de Retalho do Crédit Agricole, S.A. e Presidente do *Crédit Agricole Private Equity.* É, desde 2006, director da área internacional do Crédit Agricole S.A. Em Outubro de 2008 foi nomeado Vice-Presidente executivo do Crédit Agricole e Director da divisão de negócios especializados.
É Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, desde 2004.
Nº de acções em 31/12/2008: 0
1ª Designação: Março de 2004
Termo do mandato: 2011

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex – Instituto de Estudos Superiores de Évora).
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group,S.A.
Nº de acções em 31/12/2008: 158 725
1ª Designação: Abril de 1992
Termo do mandato: 2011

António José Baptista do Souto

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração da E.S. Data. S.G.P.S.
Nº de acções em 31/12/2008: 28 795
1ª Designação: Novembro de 1990
Termo do mandato: 2011

Jorge Alberto Carvalho Martins

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Nº de acções em 31/12/2008: 66 742
1ª Designação: Julho de 1993
Termo do mandato: 2011

Aníbal Costa Reis de Oliveira

Qualificação Profissional: Curso Geral de Comércio (Porto); Curso de Engenharia Química (Alemanha).
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Funções executivas nas várias empresas do Grupo Riopele.
Nº de acções em 31/12/2008: 328 000
1ª Designação: Abril de 1992
Termo do mandato: 2011

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: *B.A. Business Administration, Richmond College, London International Bankers' Course at Barclays and Midland Bank, em Londres; INSEAD, Fontainebleau - "Inter-Alpha Banking Programme".*
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Presidente da Comissão Executiva da sociedade Espírito Santo Resources. Membro Executivo do *World Travel & Tourism Council* desde 2003.
Nº de acções em 31/12/2008: 1 064
1ª Designação: Abril de 1992
Termo do mandato: 2011

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Qualificação Profissional: Licenciado em "*Sciences Economiques Appliquées*" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de *Louvain*, Bélgica.
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador executivo do Banco Espírito Santo. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES Investimento. Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil, S.A. Administrador não executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. de Março a Junho 2006 e Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, desde Julho 2006.
Nº de acções em 31/12/2008: 16 342
1ª Designação: Março de 1999
Termo do mandato: 2011

Jean-Luc Guinoiseau

Qualificação Profissional: Diplomado em Estudos Superiores Económicos do Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris), tendo efectuado o percurso CESA "*Management Stratégique*" – HEC, Paris.
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador executivo do Banco Espírito Santo.
Nº de acções em 31/12/2008: 51 507
1ª Designação: Setembro de 1999
Termo do mandato: 2011

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.
Percurso profissional nos últimos cinco anos: Advogado, Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Tranquilidade.
Nº de acções em 31/12/2008: 30 462
1ª Designação: Março de 2000
Termo do mandato: 2011

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Qualificação Profissional: Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em Business Administration pelo INSEAD, em *Fontainebleau*.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom.

Nº de acções em 31/12/2008: 49 327

1ª Designação: Março de 2000

Termo do mandato: 2011

Pedro José de Sousa Fernandes Homem

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.

Nº de acções em 31/12/2008: 23 345

1ª Designação: Junho de 2000

Termo do mandato: 2011

Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Qualificação Profissional: Frequentou o terceiro ano do Curso de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, onde é também membro da Comissão de Auditoria.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2002

Termo do mandato: 2011

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia – *The City University,* Londres, Inglaterra.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Vice-Presidente Executivo do BES Investimento do Brasil, Membro do Conselho de Administração do BES Investimento desde 2003, tendo sido nomeado Administrador Executivo em 2005. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo desde 2002.

Nº de acções em 31/12/2008: 41 841

1ª Designação: Março de 2002

Termo do mandato: 2011

José Manuel Ruivo da Pena

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); posteriormente frequentou o *International Advanced Executive Program* (IAEP) da *JL Kellog Graduate School of Management, Northwestern University,* Chicago, EUA.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: desde 2003, membro não executivo do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e, até 2007, membro da Comissão de Auditoria. Desde 2006, Presidente dos Conselhos Fiscais da BES Seguros, S.A. e da BES Vida, S.A. Desde 2007, Presidente dos Conselhos Fiscais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e da Patran, S.A. Foi nomeado Presidente da Comissão de Auditoria do BES em Março de 2008.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Maio de 2003

Termo do mandato: 2011

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Qualificação Profissional: Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Até 2004, foi assessor do Conselho de Administração do BES e Coordenador do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos. É Administrador executivo do Banco Espírito Santo desde Março 2004 e membro do Conselho de Administração do BES Investimento, desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2006.

Nº de acções em 31/12/2008: 24 291

1ª Designação: Março de 2004

Termo do mandato: 2011

Bernard Delas

Qualificação Profissional: Licenciado em *Sciences Économiques*, pela *Université* de Paris.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: É Director Geral do Crédit Agricole Assurances desde 2004. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, desde 2005 e Vice-Presidente da BES Vida e BES Seguros.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2005

Termo do mandato: 2011

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: exerce a actividade de advogado

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Abril de 2006

Termo do mandato: 2011

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Qualificação Profissional: Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia; MBA na Universidade Nova de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Entre 2004 e 2005 foi Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Vice-Presidente do Caixa - Banco de Investimento (Caixa BI) e Administrador não executivo da EDP- Energias de Portugal. Desde Outubro 2005, foi assessor do Conselho de Administração do BES e é membro do Conselho de Administração do BES desde 2006, e vice-Presidente do BES dos Açores desde Novembro de 2006.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Setembro de 2006

Termo do mandato: 2011

Bernard Octave Mary

Qualificação Profissional: Licenciado em *Etudes Comptables Supérieures - DESS Systèmes d'Information* - MBA da Universidade de Chicago.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Director Geral do Crédit Agricole du Nord Est e Director Geral delegado do Crédit Agricole. É Membro do Conselho de Administração do BES desde Outubro 2008.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Outubro de 2008

Termo do mandato: 2011

Michel Goutorbe

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Entre 2005 e 2007, foi Director Geral adjunto da PREDICA. É Presidente da Comissão Executiva da BES Vida e BES, Companhia de Seguros, desde 2007, e membro do Conselho de Administração do BES.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Julho de 2007

Termo do mandato: 2011

Pedro Mosqueira do Amaral

Qualificação Profissional: Licenciado em Gestão de Empresas, *European University*, Bruxelas, Bélgica.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador do BES GmbH, desde 2006 e membro do Conselho de Administração do BES desde 2008.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2008

Termo do mandato: 2011

Isabel Maria Osório de Antas Megre de Sousa Coutinho

Qualificação Profissional: Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) em 1969.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Foi Presidente da Fundação Pão de Açúcar – Auchan até 2007, é membro do Conselho de Administração do BES desde 2008.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2008

Termo do mandato: 2011

João de Faria Rodrigues

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1980).

Percurso profissional nos últimos cinco anos: É Revisor Oficial de Contas desde 1992. Entre 1997 e 2008, foi *Senior Audit Manager* na *Grant Thornton & Associados - SROC , Lda.* É membro do Conselho de Administração do BES desde 2008, integrando a Comissão de Auditoria

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2008

Termo do mandato: 2011

João Epifânio da Franca

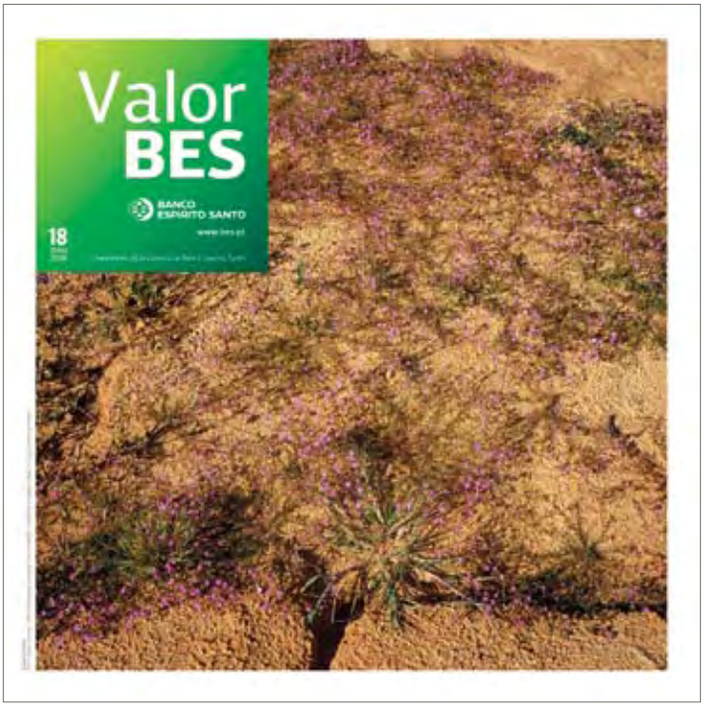
Qualificação Profissional: Licenciado pelo Instituto Superior Técnico (IST) em 1978. Doutorou-se no Imperial College of Science and Technology (Londres, Reino Unido) em 1985 e em 1992 obteve a Agregação pela Universidade Técnica de Lisboa. É Professor Catedrático Convidado do Departamento de Engenharia Electrónica e de Computadores do IST e "Adjunct Professor" da Faculdade de Engenharia Electrónica da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: fundador da CHIPIDEA, que durante vários anos consecutivos foi considerada uma das 500 empresas Europeias com melhores indicadores de desenvolvimento de negócio e de criação de emprego (Europe 500). Em 2007 a Chipidea foi adquirida pela MIPS Technologies Inc. (Mountain View, California), empresa cotada no NASDAQ. Nessa altura, passou a integrar o Board of Directors da MIPS e manteve-se como Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Portuguesa (Chipidea Microelectrónica, S.A.), até Setembro de 2008. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2008.

Nº de acções em 31/12/2008: 0

1ª Designação: Março de 2008

Termo do mandato: 2011



Posição Accionista e Obrigacionista dos Membros dos Orgãos Sociais

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº titulos à data de 31/12/2007	Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário / Euros	Nº titulos à data de 31/12/2008
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	436 880	7/1/08	33 334	0	14.50	
			1/7/08	10 000	0	9.45	
			8/7/08	10 000	0	8.87	
			22/8/08	10 000	0	8.80	500 214
	Acções Fiduprivate	20		0	0		20
José Manuel Pinheiro E. S. Silva	Acções BES	124 725	29/1/08	10 000	0	12.21	
			11/4/08	5 000	0	11.48	
			24/6/08	1 000	0	10.45	
			13/10/08	18 000	0	8.30	158 725
	Acções Fiduprivate	20		0	0		20
António José Baptista do Souto	Acções BES	46 950	9/4/08	0	18 155	11.95	28 795
	Obrigações Besi Dual 5%	2 500		0	0		2 500
Jorge Alberto Carvalho Martins	Acções BES	66 742		0	0		66 742
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Acções BES	195 832	25/6/08	54 168		10.79	
			10/7/08	25 000		8.99	
			11/7/08	25 000		8.95	
			17/11/08	28 000		7.01	328 000
	Obg ES Invest PLC 5% 28/05/2010	25		0	0		25
	Obg BES Inv 30/11/2011	6 000	24/4/08	0	6 000	42.11	0
	Obg BESI Range Accrual	10 000		0	0		10 000
	Obg BES Subord 2008 3ª S	0	30/9/08	400	0	1 000.00	400
Manuel F. Moniz G. E.S. Silva	Acções BES	1 064		0	0		1 064
José Maria Espirito Santo S. Ricciardi	Acções BES	19 555	8/5/08	0	3 213	12.41	16 342
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau	Acções BES	51 507		0	0		51 507
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Acções BES	30 462		0	0		30 462
Joaquim Aníbal B. Freixial de Goes	Acções BES	47 917	8/5/08	0	4 590	12.41	
			14/7/08	6 000		9.05	49 327
	Obrigações BES Finance 2035	160		0	0		160
	Obg BES Subord 2008 3ª S	0	30/9/08	45	0	1 000.00	45
Pedro J. de Sousa Fernandes Homem	Acções BES	41 501	17/10/08	0	18 156	8.03	23 345
Ricardo Abecassis Espirito Santo Silva	Acções BES	43 004	31/1/08	470	0	11.69	
			1/2/08	1 530	0	11.96	
			7/5/08	320	0	12.43	
			7/5/08	0	3 963	12.41	
			17/6/08	480	0	10.96	41 841
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Acções BES	24 291		0	0		24 291
José Manuel Ruivo da Pena	Obrigações BES Finance 2035	60		0	0		60
João Eduardo Moura Silva Freixa	Obrigações BES Finance 17/05/2011	0	11/8/08	30		1 000.00	30
José Albergaria Epifânio da Franca	Obg BES Subord 2008 3ª S	0	30/9/08	1 000	0	1 000.00	1 000

II.11 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Alberto Alves de Oliveira Pinto
Não exerce cargos noutras entidades

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Presidente)
BES Finance, Ltd. (Vogal)
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Bank (Vogal)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Presidente)
Espírito Santo Financial Services Inc. (Vogal)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Bradesco, S.A. (Vogal)

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Banque Espírito Santo et de la Vénétie (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
Casa dos Pórticos - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
ES Bankers (Dubai) Limited (Presidente)
Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Presidente)
ESFG Overseas, Limited (Presidente)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Services, S.A (Vogal)
NYSE Euronext (Membro do "Board of Directors"; Membro do "*Human Resources & Compensation Committee* e Membro do "*Nominating & Governance Committee*")
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S.A. (Presidente)

Jean-Fréderic Marie Jacques de Leusse
A.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (vogal)
BSF Bank Saudi Al Fransi (Arábia Saudita) (Administrador)
Calyon (Administrador – Membro do "Comité Exécutif")
Credit Agricole Asset Management (Administrador)
Crédit Agricole Egypt S.A.E. (Vice-Presidente)
Credit Agricole Luxembourg (Presidente)
De Dietrich (França) (Membro do" Conseil de Surveillance")
Emporiki Bank (Grécia) (Presidente)
Sofinco (Administrador)
Union de Banques Árabes et Francaises (Membro do "Conseil de Surveillance")
Outros cargos
Credit Agricole,S.A.("Directeur Général Délegué" ;"Directeur du pôle Métiers Specialisés"; Membro do "Comité Executif")

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (Vogal)
Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A (Presidente)
B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
ESFG Overseas Limited (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A (Vogal)
Europ Assistance - Companhia Portuguesa Seguros Assistência, S.A. (Vogal)
Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultoria, Administração de Empresas, S.A. (Presidente)

António José Baptista do Souto
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Angra Moura - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (Vogal)
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (Vogal)

Jorge Alberto Carvalho Martins
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Conselho Fiscal
Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega (Presidente)
Órgão de Administração
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Vogal)
Conselho Superior
Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (Vogal)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Diliva - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Olinerg – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Oliren – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Olinveste, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. (Gerente)
Saramagos – Sociedade Produtora de Energia, S.A. (Presidente)
Mesa da Assembleia Geral
Olifil Têxteis, S.A (Presidente)
Texarte Têxteis, S.A. (Presidente)

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Espírito Santo Bank (Vogal)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Orgão de Administração
Academia de Música de Santa Cecília (Presidente do Conselho Administrativo Não Executivo)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Health & SPA, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Industrial S.A. (Presidente)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources, Limited (Presidente da Comissão Executiva)
Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A (Vogal)
Espírito Santo Tourism (Europe), S.A. (Presidente)
Euroamerican Finance Corporation, Inc. (Presidente)
Herdade da Comporta – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. (Presidente)
Santogal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Sociedade de Investimentos Imobiliários Sodim, S.A. (Vogal)
Mesa da Assembleia Geral
Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Peru, S.A. (Presidente)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)
BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)
ES Recuperação de Crédito, ACE (Vogal)
Mesa da Assembleia Geral
ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A (Vice-Presidente)
B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)
Conselho Geral e de Supervisão
EDP – Energias de Portugal, S.A (Vogal)
Mesa da Assembleia Geral
Espart - Espírito Santo Participações Financeiras - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
Conselho Fiscal
Sporting Clube de Portugal (Vice-Presidente)

Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Espírito Santo – Informática, ACE (Presidente)
ES Recuperação de Crédito, ACE (Presidente)

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Mesa da Assembleia Geral
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Presidente)
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
Capital Mais - Assessoria Financeira, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures – SGPS, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A (Presidente)
Espirito Santo Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A (Presidente)
B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Cimigest – SGPS, S.A. (Vogal)
Sociedade de Administração de Bens, Casa de Bons Ares, S.A. (Vogal)
Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda. (Gerente)
Conselho Fiscal
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)
Mesa da Assembleia Geral
BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Secretário)
ESEGUR - Empresa de Segurança, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S.A. (Presidente)
SGPICE – Sociedade de Serviços de Gestão de Portais na Internet e de Consultoria de Empresas, S.A. (Secretário) - cargo cessou em 5 de Janeiro de 2009
Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, S.A. (Presidente)
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Fundo de Turismo - Capital de Risco, S.A. (Presidente)
FT Turismo Fundos - SGFII,S.A.(Presidente)
Oblog Consulting, S.A. (Presidente)
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
T - Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
ES Tech Ventures, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
BES - Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A. (Vogal)
Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Conselho Fiscal
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Presidente).
Fundação da Universidade Católica Portuguesa (Presidente)

Pedro José de Sousa Fernandes Homem
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (EUA) (Vogal)
Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A. (Vogal)
B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Advita – Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas para a Vida (Suplente da Direcção)
Spinnaker Global Opportunity Fund Ltd. (Director)

Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Campeque, Lda (Gerente)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Angola, SARL (Presidente)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
BES Finance Limited (Vogal)
BES Investimento do Brasil, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (EUA) (Vice-Presidente)
Espírito Santo Investimentos, S.A. (Brasil) (Presidente)
Diretoria
BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Investimentos, S.A (Brasil) (Presidente)
GESPAR S/C Ltda. (Brasil) (Diretor)
Conselho Fiscal
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Presidente)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Agriways, S.A. (Brasil) (Vice-Presidente)
Bradespar, S.A. (Brasil) (Vogal)
Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (Vogal)
Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
Companhia Brasileira de Desenvolvimento Imobiliário Turístico - Invest Tur Brasil (Vogal)
Espírito Santo Control, S.A. (Vogal)
Espírito Santo International, S.A (Vogal)
Espírito Santo Property (Brasil), S.A., (Vogal)

Euroamerican Finance Corporation, Inc. (BVI) (Vogal)
Monteiro Aranha, S.A. (Brasil) (Vogal)
Pojuca, S.A. (Brasil) (Presidente)
Diretoria
Associação Espírito Santo Cultura (Brasil) (Diretor)
Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
ESAI - Espírito Santo Activos Imobiliários Ltda. (Brasil) (Diretor)
ESAP Brasil Agro-Pecuária (Diretor)
ESAP Espírito Santo Agro-Pecuária, S.A. (Uruguai) (Diretor)
ESCAE - Administração e Participações Ltda. (Brasil) (Diretor)
ES Consultoria, Ltda. (Brasil) (Diretor)
E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Presidente)
Europ Assistance (Brasil) (Diretor)
InterAtlântico S.A. (Brasil) (Presidente)
Pojuca Administração, S.A. (Brasil) (Presidente)
Quinta da Baroneza Emp.e Part. Ltda. (Diretor)
Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda (Diretor)
Terras de Bragança Participações Ltda. (Diretor)
Conselho Fiscal
Banco Bradesco, S.A. (Vogal)
Conselho Consultivo
Associação Brasileira de Bancos Internacionais, S.A (Vogal)
Portugal Telecom - Brasil (Vogal)

José Manuel Ruivo da Pena
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Conselho Fiscal
BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Presidente)
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.(Presidente)

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
BES Finance Limited (Vogal)
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
Bank Espírito Santo International Limited (Presidente)
BIC – International Bank, Limited (Presidente)
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espirito Santo PLC (Vogal)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Vogal)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Vogal)

Bernard Delas
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
BES – Companhia de Seguros, S.A (Vice-Presidente)
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vice-Presidente)
Credit Agricole Assicurazione (Vice-Presidente)
Credit Agricole Assurance Itália Holding (Presidente)
Credit Agricole Life Insurance (Sérvia) (Presidente do "Conseil de Surveillance")
Credit Agricole Reinsurance (Administrador)
Crédit Agricole Risk Insurance (Administrador)
Credit Agricole Vita (Vice-Presidente)
Gimar Finance (França) (Membro do "Conseil de Surveillance")
Pacifica (França) (Administrador)
Outros Cargos
Credit Agricole Assurances (Directeur Général Assurance à l'International)
Credit Agricole Life Insurance Japan Ltd. (Director)
Finaref Insurance Company Ltd. (Director)
Finaref Life Ltd. (Director)
Space Holding (Irlanda) (Director)
Space Reinsurance Company Ltd. (Director)

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Mesa da Assembleia Geral
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A (Presidente)

João Eduardo Moura da Silva Freixa
Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Vice-Presidente)

Bernard Octave Mary
A.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Órgão de Administração
Caisse Locale de Credit Agricole Mutuel Developpement Partage (Administrador)
Credit Agricole – NV Landbouwkrediet (Administrador)
FRCA Champagne Ardennes (Administrador)
FRCA Picardie (Administrador)
Industries et Agro Ressources pôle de Compétitivité (Administrador e Presidente em representação da sociedade CR 802 Nord Est)
Le Clos Barrois («Gérant»)
Points Passarelle du Credit Agricole (Administrador)
Synergie (GIE) (Presidente)
Outros cargos
CR 802 Nord Est («Directeur Général»)
Crédit Agricole, S. A. («Directeur Général Délégué»)
FRCA Champagne Ardennes («Secrétaire Général»)

Michel Joseph Paul Goutorbe
A.Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)
B.Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES
Orgão de Administração
BES, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)
Câmara de Comércio Luso-Francesa (Vogal)

Pedro Mosqueira do Amaral
Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES
Órgão de Administração
BES Beteiligungs GmbH (Gerente)

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES
Associação Novo Futuro (IPSS) (Membro da Direcção)

João de Faria Rodrigues
Não exerce cargos noutras entidades

José de Albuquerque Epifânio da Franca
Não exerce cargos noutras entidades

II.12 a II.17
Não aplicável

II.18 Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos

Politica de Remuneração
A Comissão de Vencimentos determina a remuneração dos membros que integram os diversos órgãos sociais do BES. No entanto, a benefício da transparência do processo de fixação das remunerações, a Comissão de Vencimentos submete anualmente à apreciação da Assembleia Geral de accionistas uma proposta contendo a sua política de remuneração dos órgãos sociais e dos demais dirigentes do BES (Na Assembleia Geral de 2009, a declaração sobre a política de remunerações dos dirigentes do BES será apresentada pelo Conselho de Administração). A proposta apresentada à Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 teve o seguinte conteúdo principal:

1. Os Membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma retribuição mensal fixa, paga doze vezes ao ano.
2. Os Membros da Comissão de Auditoria auferem uma retribuição fixa, a ser paga catorze vezes durante o ano.
3. Os Membros do Conselho de Administração são remunerados nos seguintes termos:
   a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável, que nunca poderá exceder cinco por cento dos lucros líquidos individuais do exercício.
   b) Os membros da Comissão Executiva beneficiam ainda de um plano de pagamento de remuneração variável para o período 2008–2010 (PPRV 2008-2010), que consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável indexada à eventual valorização das acções do BES.
   c) Os membros da Comissão Executiva que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o BES podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício de funções executivas no BES.
   d) A remuneração fixa e variável dos membros da Comissão Executiva obedece a critérios de alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo, não descurando em simultâneo as práticas do mercado português.
   e) Os membros não executivos do Conselho de Administração, que não façam parte da Comissão de Auditoria, são remunerados do seguinte modo:
      I. Os membros não executivos auferirão uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões do Conselho de Administração;
      II. Os membros não executivos considerados como administradores independentes auferirão uma remuneração mensal fixa, paga doze vezes ao ano;
      III. Os membros que desempenharem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções que desempenhem.
4. Relativamente à retribuição dos Dirigentes do Banco, a Comissão de Vencimentos recomendou em 2008 ao Conselho de Administração, que estes sejam remunerados:
   a) nos termos dos respectivos contratos de trabalho, no respeito pela política salarial do Banco;
   b) que a tal remuneração acresça, como tem ocorrido, um bónus anual consistente na participação nos lucros do Banco, bónus esse que se recomenda seja aprovado em função do respectivo desempenho de cada Dirigente e aprovado por administradores independentes do Conselho de Administração;
   c) que à remuneração salarial possa ainda acrescer a qualificação como beneficiários do plano de pagamento de remuneração variável para o período 2008–2010 (PPRV 2008-2010), que consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável indexada à eventual valorização das acções do BES.
5. A Comissão de Vencimentos terá a remuneração que lhe for fixada em Assembleia Geral.

Não existem termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição ou outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos

II.19 Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive

A Comissão de Vencimentos do Banco é composta pelos seguintes membros:

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Exerce a actividade de advocacia na Sociedade Amaral Cabral & Associados, da qual é Sócia e Administradora; é assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Administradora não executiva da Cimigest, SGPS, S.A. e da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Daniel Proença de Carvalho
Entre 2007 e 2008 foi Presidente do Conselho Estratégico do Hospital Amadora-Sintra Sociedade Gestora, S.A..É Presidente do Conselho de Administração da ZON Multimédia, Presidente do Conselho Consultivo da sociedade de Capital de Risco *Explorer Investments* - Sociedade de Capital de Risco, Administrador da sociedade SINDCOM - Sociedade de Investimentos na Indústria e Comércio, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação "D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud", desde 2005.

Jacques dos Santos
É desde 1991, *Partner* e *Senior Partner* na MAZARS AUDITORES PORTUGAL. Entre 1992 e 2006 foi Presidente do Conselho Fiscal do Banco Espírito Santo e é Presidente do Conselho Fiscal da BESPAR, desde 1992. É Presidente do Conselho Fiscal da Fromageries BEL desde 1995 e Presidente do Conselho Fiscal da Solubema – Sociedade luso-belga de Mármores, desde 1993. É Vogal do Conselho Fiscal da ESAF – SGPS SA.

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração, ou tem qualquer vínculo familiar com algum dos seus membros. Encontra-se presente em cada Assembleia Geral de Accionistas um representante da Comissão de Vencimentos.

II.20 Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. Esta indicação deve incluir o seguinte:

a) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca do eventual diferimento do pagamento da componente variável;

b) Distinção da importância devida aos administradores executivos em relação à devida aos não executivos;

O Conselho de Administração do BES é composto por 26 membros, dos quais 11 são executivos e 15 são não executivos. Entre os não executivos, 3 membros pertencem à Comissão de Auditoria e 2 (Ricardo Abecassis Espiríto Santo e Pedro Mosqueira do Amaral) desempenham funções executivas em outras sociedades do Grupo BES.

A remuneração dos membros dos Órgãos Sociais do BES obedece aos critérios enunciados no ponto II.18 supra.

Os membros da Comissão Executiva beneficiam ainda de um plano de pagamento de remuneração variável para o período 2008–2010 (PPRV 2008-2010), que consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável indexada à eventual valorização das acções do BES. (cfr. a alinea c) a seguir)

A remuneração fixa e variável dos membros da Comissão Executiva é determinada pela Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, e obedece a critérios de alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo, não descurando em simultâneo as práticas do mercado português, conforme descrito no ponto II.18 deste Relatório.

(milhares de euros)	2008
Comissão Executiva	12 651
Componente Fixa	3 808
Componente Variável	8 843
Comissão de Auditoria	765
Outros	971
Conselho de Administração	**14 387**

No cálculo da remuneração dos membros do Órgão de Administração do BES foram incluídos os montantes auferidos por funções de administração exercidas em outras sociedades do Grupo BES. O montante total pago por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 1 297 milhares de euros.

A remuneração dos administradores executivos representou 88% do total da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração. Por outro lado, verifica-se que a remuneração variável dos administradores executivos representou 1.5% do resultado líquido consolidado de 2007, e corresponde a 70% do total da remuneração auferida por estes administradores e 61% da remuneração total do Conselho de Administração.

c) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia qualquer direito a acções, a opções sobre acções ou a componentes variáveis da remuneração;

Em Assembleia geral de 30 de Março 2008, foi aprovado o Plano de Pagamento de Remuneração Variável - PPRV 2008-2010 - que consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável, que se encontra indexada à eventual valorização das Acções BES no triénio que termina em 2010.
A cada Beneficiário é atribuído um número de unidades de conta (que não são acções) servindo de base de cálculo para o pagamento da remuneração variável.

O PPRV 2008-2010 implica a emissão máxima de 5.000.000 (cinco milhões) unidades de conta a serem repartidas por todos os Beneficiários, podendo tal número ser excedido por força dos ajustamentos que se venham a revelar necessários.

A remuneração variável corresponde ao montante que resulta da valorização das Acções BES multiplicado pelo número de unidades de conta atribuídas a cada Beneficiário.

A remuneração variável a pagar a cada Beneficiário será o montante em euros que resultar da aplicação da seguinte fórmula:

RV = (Valor Final – Valor Inicial) x N

Em que:

RV = Remuneração Variável

Valor Final = valor correspondente à média aritmética simples da cotação de fecho da acção BES na EURONEXT LISBOA – Bolsa de Valores Euronext Lisboa (ou a que lhe venha a suceder em virtude da sua integração em outra, ou outras, bolsas de valores) nos 10 dias de mercado anteriores à Data Final de Referência.

Valor Inicial = valor unitário de referência por cada unidade de conta atribuída, que é definido na Data Inicial de Referência. Este Valor Inicial pode ser ajustado ao longo do tempo, nos termos previstos na Cláusula Sexta do Plano.

O **Valor Inicial** encontra-se fixado pelo Conselho de Administração em 11 euros.

N = número de unidades de conta atribuídas a cada Beneficiário e sujeito a ajustamento, nos termos da Cláusula Sexta.

Os Beneficiários recebem a remuneração variável a título de prémio de desempenho, o qual lhes será creditado no final do primeiro mês após a Data Final de Referência, na conta onde habitualmente for liquidada a sua retribuição, após dedução dos encargos fiscais aplicáveis.

Podem ser Beneficiários do PPRV 2008-2010:
a) Os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BES.
b) Os trabalhadores do Grupo BES, no activo, com vínculo laboral efectivo.

A execução do PPRV 2008-2010 compete ao Conselho de Administração do BES (o «CA»).

Mediante proposta da Comissão Executiva do BES, compete ao CA proceder à selecção dos Beneficiários e à repartição entre eles das unidades de conta. A decisão do CA terá de ser ratificada pela Comissão de Vencimentos do BES, relativamente às unidades de conta a atribuir aos membros da Comissão Executiva.
O PPRV 2008-2010 substituiu, enquanto sistema de incentivos, o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), que havia sido aprovado em 2000, e que cessou a sua aplicação durante o ano de 2008, mantendo-se apenas em aberto o vencimento de algumas das suas emissões.

d) Informação suficiente sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho;

e) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Apenas os membros da Comissão Executiva auferem uma retribuição variável, sendo a dos restantes órgãos sociais sempre fixa.

Os factores de remuneração ligados ao desempenho são a parte variável da retribuição, fixada anualmente e alinhada com os objectivos estratégicos do Grupo, e a eventual retribuição derivada da execução do PPRV 2008-2010, conforme descrito nos pontos II.18 e neste II.20.

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários.

f) Atribuição de acções e ou direitos de adquirir opções sobre acções e ou a qualquer outro sistema de incentivos com acções;

Não existe nenhum sistema de atribuição de acções ou de direitos de adquirir acções, mas apenas o PPRV 2008-2010, descrito em II.18, que veio substituir o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA).

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

A componente variável da remuneração dos administradores executivos é paga sob forma de participação nos lucros e, conforme descrito no ponto II.18, tal não poderá exceder os 5% do resultado líquido. Em 2008, os administradores executivos receberam uma participação de 1,5% do resultado liquido do exercício de 2007, correspondente a um valor de 8 843 milhares de euros.

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Em 2008 não foram pagas indemnizações a ex-administradores.

i) Montantes a qualquer outro título pagos por outras sociedades em relação de domínio de grupo;

O montante total pago por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 1 297 milhares de euros.

j) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;

Os administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

a. O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade, ou vinte e cinco anos de actividade profissional ou em caso de invalidez.
b. O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direcção ou em órgãos de administração do anterior "Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A."
c. O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde, grosso modo, a cem por cento da última remuneração anual ilíquida auferida pelo administrador em causa.

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários que sejam considerados como remuneração.

II.21 Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa

Em 2008, não foram efectuados tais pagamentos.

II.22 Informação sobre a politica de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

b. Política de comunicação de irregularidades

A política de comunicação de irregularidades do BES assenta nas seguintes linhas gerais.

a) Natureza complementar: A comunicação de irregularidades, pelos colaboradores do BES, pode apenas ocorrer quando os mecanismos institucionais (auditorias e inspecções) não funcionem ou não funcionem atempadamente.
b) Categorias de colaboradores sujeitos ao dever de comunicação: Todos os colaboradores do BES.
c) Comunicações anónimas: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas, garantindo-se no entanto absoluta confidencialidade acerca da identificação do colaborador que efectuar a comunicação, desde que tal confidencialidade seja solicitada.
d) Não retaliação: Não serão tomadas quaisquer medidas contra os colaboradores que notifiquem comportamentos irregulares. Adverte-se contudo de que terão de ser comunicadas práticas concretas e indicada a causa invocada da sua irregularidade, não sendo admissíveis alegações vagas sobre pessoas.
e) Entidade que recolhe as comunicações: Comissão de Auditoria, nos termos legais.
f) Entidade que investiga as comunicações: Consoante a matéria que for objecto da comunicação, o processo de investigação da mesma poderá ser atribuido pela Comissão de Auditoria, ao Departamento de Auditoria e Inspecção ou ao *Compliance Officer*.
g) Arquivo das comunicações: Quando seja manifesta a falta de credibilida de das comunicações, as mesmas são de imediato destruídas. Quando dêem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Caso das in vestigações efectuadas não resulte qualquer procedimento, disciplinar ou legal, as comunicações serão destruídas no prazo de 3 meses a contar da data em que foram enviadas.

Informação

III.1 Estrutura de Capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social do BES é de 2 500 milhões de euros, representado por 500 milhões de acções com valor nominal de 5 euros cada. As acções do BES encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisboa, estão incluídas em 28 índices bolsistas, entre os quais se destacam os seguintes: PSI 20, Euronext 100, Dow Jones Eurostoxx, Dow Jones Stoxx 600 Banks, FTSE *All World Developed*.

No Banco Espírito Santo,

a) Não existe capital subscrito não liberado nem capital autorizado não emitido;
b) Não existem quaisquer obrigações convertíveis, *warrants* e/ou acções com direitos especiais ou privilégios;
c) Não existem modos de aumento exponencial da influência de accionistas, não se encontrando figuras como *golden shares* ou *priority shares*;
d) Não existem acordos parassociais de que o BES tenha conhecimento com incidência sobre o exercício do direito de voto;
e) Não existe voto plural;
f) Não estão consagrados limites ao exercício do direito de voto;
g) Não existe qualquer restrição estatutária à aquisição ou transmissão de acções;
h) Qualquer aumento do capital social tem de ser previamente autorizado por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas.

O Grupo BES tem também acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd. (sociedade detida a 100% pelo BES), que totalizam 600 milhões de euros, representados por 600 000 acções com valor nominal de 1000 euros cada. Esta emissão é totalmente garantida pelo BES. As acções preferenciais estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

III.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Participações Qualificadas		Nº acções	% direitos de voto
BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.			
- directamente		200 000 000	40,00%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização		1 029 555	0,21%
	Total Imp.	**201 029 555**	**40,21%**
CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)			
- directamente		54 032 850	10,81%
	Total Imp.	**54 032 850**	**10,81%**
BRADPORT, SGPS, S.A (sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco, Brasil)			
- directamente		15 250 000	3,05%
	Total Imp.	**15 250 000**	**3,05%**
CREDIT SUISSE GROUP			
- indirectamente		13 497 468	2,70%
	Total Imp.	**13 497 468**	**2,70%**
FUNDO PENSÕES BES			
(Direitos de votos imputáveis ao BES) (Fundo gerido pela ESAF- Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.)		11 080 134	2,22%
		11 080 134	**2,22%**
HERMES PENSIONS MANAGEMENT LIMITED			
- indirectamente		10 114 631	2,02%
	Total Imp.	**10 114 631**	**2,02%**
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.			
- através dos Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo PT e que são geridos pela PREVISÃO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.		13 107 904	2,62%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT		72 137	0,01%
	Total Imp.	**13 180 041**	**2,64%**
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)			
- directamente		6 479 695	1,30%
- através da BESPAR, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A, que por sua vez é participada em 100% pela Espirito Santo Financial Group S.A.)		201 029 555	40,21%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização		94 495	0,02%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e/ou elementos das suas administrações e fiscalizações		5 553 654	1,11%
	Total Imp.	**213 157 399**	**42,63%**
ESPIRITO SANTO INTERNATIONAL, S.A. (Luxemburgo)			
- através da ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A.		213 157 399	42,63%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e por elementos das suas administrações e fiscalizações		84 587	0,02%
	Total Imp.	**213 241 986**	**42,65%**

III.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções tais como cláusulas de conhecimento para as alienações, ou limitações à titularidade de acções

Não existem restrições à transmissibilidade das acções.

III.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A Sociedade desconhece a existência de acordos parassociais.

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

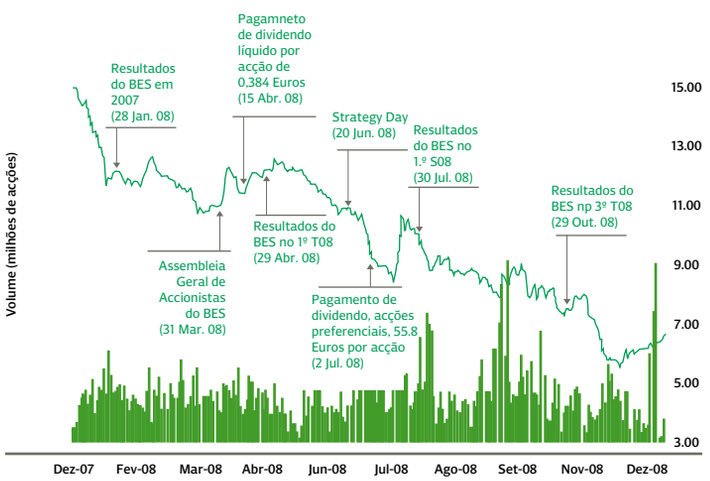
As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 50% dos votos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira, quer em segunda convocação. Para que a Assembleia possa deliberar em primeira convocação, devem estar presentes ou devidamente representados accionistas que detenham acções correspondentes a, pelo menos, 50% do capital. Em segunda convocação, a Assembleia pode reunir seja qual for o número de accionistas presentes e o capital representado.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam directamente exercidos por estes

O PPRV 2008-2010 substituiu, enquanto sistema de incentivos, o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), que havia sido aprovado em 2000, e que cessou a sua aplicação durante o ano de 2008, mantendo-se apenas em aberto o vencimento de algumas das suas emissões. No respeitante ao SIBA; que implicava a participação dos trabalhadores no capital, os direitos de voto eram directamente exercidos por estes, pelo que não existiam quaisquer mecanismos de controlo (cfr. Pontos II.18 e II.20)

III.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta designadamente:

a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
b) O anúncio de resultados;
c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.



III.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

O Banco procura distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2008, o Conselho de Administração do BES vai submeter à aprovação da Assembleia Geral Anual o pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,16 euros, que representa uma redução de cerca de 67% face ao dividendo distribuído no ano anterior. O *Dividend Yield* (relação entre o dividendo bruto por acção e a cotação) evoluiu de 3,20% para 2,39%, com o *Pay-Out Ratio* consolidado correspondente a situar-se em 19,9% (39,5% em 2007).

A aplicação dos resultados dos últimos seis exercícios foi a seguinte:

				Payout Ratio	
	Dividendo Bruto (euros)	Nº Acções Emitidas	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Base Individual	Base Consolidada
2002	86 100 000	300 000 000	0,287	66,6%	38,7%
2003	99 000 000	300 000 000	0,330	51,6%	39,6%
2004	110 400 000	300 000 000	0,368	54,0%	40,1%
2005	120 000 000	300 000 000	0,400	63,1%	42,8%
2006	200 000 000	500 000 000	0,400	77,7%	47,5%
2007	240 000 000	500 000 000	0,480	48,5%	39,5%*
2008	80 000 000	500 000 000	0,160	37,8%	**19,9%**

* Excluindo os factores de natureza não recorrente o *payout ratio* em base consolidada seria 43,0%

III.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptadas adoptadas ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabililidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competências do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;

Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;

Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não existe qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções, mas apenas o Plano de Pagamento de Remuneração Variável - PPRV 2008-2010 - acima referido no ponto II.18 e II.20, que consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável, que se encontra indexada à eventual valorização das Acções BES no triénio que termina em 2010.

III.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Todos os negócios e operações realizados pela Sociedade com membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da actividade corrente do Banco.

III.12 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

Funções do Gabinete;
Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;
Vias de acesso ao Gabinete;
Sítio da sociedade na Internet;
Identificação do representante para as relações com o mercado.

Gabinete de Relações com Investidores
O Gabinete de Relações com Investidores comunica ao mercado toda a informação relativa a resultados, eventos, ou quaisquer factos relativos ao Grupo BES com interesse para a comunidade financeira, prestando ainda directamente informação a accionistas, investidores e analistas. O Gabinete organiza reuniões de revisão anual com as agências de rating: *Fitch, Standard & Poors* e *Moodys*. A relação do BES com a CMVM e a divulgação de informação através desta entidade de supervisão sob a forma de comunicados e/ou factos relevantes é assegurada pelo Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM.

São regularmente elaboradas apresentações, comunicados ou press releases sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos relativos à vida societária passíveis de interesse para a comunidade financeira em geral e os accionistas e investidores em particular. São ainda promovidas reuniões regulares com accionistas e potenciais investidores. Adicionalmente, o BES participa em diversas conferências internacionais promovidas por bancos de investimento.

O sítio na internet (www.bes.pt/investidor) e a ValorBES (newsletter trimestral para accionistas) são meios privilegiados na divulgação de toda a informação relevante (incluindo informação de divulgação obrigatória e outra). O BES disponibiliza, ainda, através da internet, informação relativa ao seu Modelo de Corporate Governance, às Assembleias Gerais, o calendário de eventos societários, bem como a possibilidade de contacto ou solicitação de qualquer esclarecimento no âmbito da sua relação com accionistas, investidores e analistas. É ainda possível solicitar o envio regular de informação ou o Relatório e Contas do BES ou de qualquer outra empresa do Grupo. Para além do sítio da internet, a utilização do correio electrónico (accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt) é cada vez mais frequente para resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

Os accionistas, investidores ou analistas deverão enviar os seus pedidos de informação ou questões para:

Gabinete de Relações com Investidores
Avenida da Liberdade, 195 – 11.º
1250-142 Lisboa
Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 70 01
E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt
Website: http://www.bes.pt/investidor

Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM
Júlio André
Avenida da Liberdade, 195 – 14.º
1250-142 Lisboa
Tel. / Fax: (351) 21 350 88 38 / (351) 21 350 12 89
E-mail: juandre@bes.pt

III.13 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação ao domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

a) Serviços de revisão legal de contas;
b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;
c) Serviços de consultoria fiscal;
d) Outros serviços que não de revisão legal de contas;

euros

Grupo Banco Espiríto Santo	Nacional		Internacional		Total	
1) Serviço de Auditoria e Revisão legal das contas	1 223 500	33%	846 304	43%	2 069 804	36%
Outros Serviços de Garantia de Feabilidade decorrentes da função de						
2) Revisor Oficial de Contas	708 900	19%	205 800	10%	914 700	16%
1) + 2)	1 932 400	51%	1 052 104	53%	2 984 504	52%
3) Serviços de Consultoria Fiscal	286 546	8%	129 224	7%	415 771	7%
4) Outros serviços que não de revisão legal de contas	1 544 572	41%	799 273	40%	2 343 845	41%
Valor total dos serviços prestados 1) + 2) + 3) + 4)	3 763 518	100%	1 980 601	100%	5 744 119	100%

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

A prestação ao Grupo BES de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (non-audit services), quer pelo Auditor Externo, quer por outras entidades pertencentes à mesma rede profissional, pressupõe a existência, tanto a nível do Grupo BES como da própria KPMG, de meios de salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo. Resumem-se seguidamente esses meios:

a. A nível do Grupo BES
No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, a Comissão de Auditoria do BES definiu os critérios que devem ser observados na aprovação dos serviços a serem prestados pela KPMG, que não sejam de auditoria e ou revisão legal das contas (*non-audit services*).

Neste contexto, todas as propostas de prestação de serviços de consultoria fiscal ou de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (*non-audit services*) são obrigatoriamente sujeitas a análise e prévia aprovação pela referida Comissão de Auditoria, tendo em vista a salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo.

Por razões de ordem prática, a Comissão de Auditoria definiu um conjunto de *non-audit services* que, dada a sua natureza, não requerem que a sua análise e aprovação tenham de ter carácter prévio se o valor da respectiva remuneração for inferior a um valor pré-determinado. Todavia, e em simultâneo, a Comissão de Auditoria não só estabeleceu a obrigatoriedade de ser informada trimestralmente, para ratificação, sobre todas essas propostas automaticamente aprovadas, como também requereu que todas as propostas do Auditor Externo para prestação de *non-audit services* cuja remuneração exceda aquele limite, e/ou cuja natureza não seja susceptível de permitir a sua aprovação automática, sejam sujeitas a análise e aprovação prévias por aquela Comissão.

b. A nível do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES
A KPMG, Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES preparou instruções internas específicas sobre procedimentos que têm que ser cumpridos obrigatoriamente por todas as entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional quando se proponham prestar serviços profissionais a qualquer entidade do Grupo BES.

Adicionalmente, a rede internacional a que pertence a KPMG implementou um sistema intra-net (designado *Sentinel*) que obriga a que nenhum serviço possa ser prestado por qualquer entidade daquela rede a um cliente com títulos cotados em bolsa sem a prévia autorização do *Global Lead Partner* responsável por esse cliente. Este procedimento obriga qualquer sócio da KPMG, ou de qualquer outra entidade pertencente à mesma rede profissional, que se proponha prestar um serviço a um cliente de auditoria/revisão oficial de contas, a pedir uma autorização prévia ao respectivo *Global Lead Partner* para a prestação do mesmo. Nesse pedido de autorização, o sócio da KPMG responsável pela apresentação da proposta ao cliente é obrigado a fundamentar as razões pelas quais considera não só que o serviço a prestar ao cliente de auditoria não coloca em causa a independência da KPMG em relação a esse cliente, mas também que cumpre com as regras aplicáveis de gestão de risco profissional.

Por outro lado, antes de autorizar a apresentação ao Grupo BES de qualquer proposta de prestação de serviços, é da responsabilidade do *Global Lead Partner* da KPMG, responsável pelas relações profissionais deste com o Grupo BES, verificar se os serviços a propôr estão abrangidos pela necessidade de pré-aprovação de *non-audit services* e, se for caso disso, fazer as diligências necessárias junto da entidade do Grupo BES a quem a proposta é dirigida para se certificar do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis. Em caso de dúvida, o *Global Lead Partner* deverá, também, consultar o seu *Risk Management Partner*.

De referir, finalmente, que todos estes procedimentos são sujeitos a testes de cumprimento no âmbito do processo interno de Controlo de Qualidade que é efectuado anualmente pela KPMG a nível internacional.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação, da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Extracto de Acta da Reunião de Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A.

Acta N.º 71

No dia dezasseis de Março de dois mil e nove, pelas dez horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz – Salão Nobre, na Rua Castilho, número setenta e sete, a Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Proceder à ratificação da designação para o cargo de vogal do Conselho de Administração do Exmo. Senhor Dr. Bernard Octave Mary, efectuada por cooptação em 31 de Outubro de 2008.
2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2008.
3. Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2008.
4. Deliberar sobre a aplicação de resultados.
5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do BES.
6. Deliberar sobre a redução do capital social de 2.500.000.000,00 Euros para 500.000.000,00 Euros através da redução do valor nominal da totalidade das acções representativas do capital social de 5 Euros para 1 Euro e correspondente constituição de uma reserva no montante de 2.000.000.000,00 Euros, que terá por finalidade especial a viabilização de um aumento de capital através de novas entradas em dinheiro e que ficará sujeita às regras de indisponibilidade próprias da reserva legal, com a consequente alteração do artigo 4.º (Capital Social) do contrato de sociedade.
7. Sendo aprovada a deliberação referente ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos, aprovação de um balanço especial que reflicta a situação contabilística após a redução do valor nominal e consequente constituição da reserva especial.
8. Sendo aprovada a deliberação referente ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos, deliberar sobre um aumento do capital social em dinheiro de 500.000.000,00 Euros para até 1.700.000.000,00 Euros, com ágio a deliberar, e emissão de até 1.200.000.000 novas acções escriturais, nominativas, com o valor nominal de 1 Euro cada, através de subscrição pública e reserva de preferência para os accionistas, com a consequente alteração do Artigo 4.º (Capital Social) do contrato de sociedade.
9. Sendo aprovadas as deliberações referentes aos pontos 6 a 8 da Ordem de Trabalhos, deliberar sobre o aumento do valor nominal de todas as acções representativas do capital social para valor a deliberar pela Assembleia Geral, incluindo as que resultem do aumento do capital social previsto no ponto 8º da Ordem de Trabalhos, a concretizar-se imediatamente após a respectiva criação, mediante um novo aumento do capital social para até 4.500.000.000,00 Euros, através da incorporação de reservas até ao limite de 3.300.000.000,00 Euros, as quais incluem a reserva especial criada por via da deliberação prevista no ponto 6 da Ordem de Trabalhos no montante de 2.000.000.000,00 Euros e prémios de emissão e reservas livres até ao limite de 1.300.000.000,00 Euros, com a correspondente alteração do Artigo 4º (Capital Social) do contrato de sociedade.
10. Deliberar sobre a alteração parcial do contrato de sociedade, designadamente sobre a modificação do artigo 16.º, número 1, do artigo 19.º, número 2, e aditamento de um número 3 ao artigo 19.º, deliberando ainda alterar o artigo 4.º do Regulamento da Assembleia Geral dos Accionistas.
11. Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções próprias, pelo BES ou por sociedades deste dependentes.
12. Proceder à apreciação das declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respectivamente, do órgão de administração e fiscalização e dos demais dirigentes do BES.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário eleitos, respectivamente Senhores Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha, Dr. Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz, Dr. Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo e Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este na qualidade de Secretário da Sociedade. Estavam, também, presentes a maioria dos Membros do Conselho de Administração, todos os Membros da Comissão de Auditoria e a Senhora Dra. Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida em representação do Revisor Oficial de Contas. Esteve ainda presente a Senhora Dra. Rita Lagos do Amaral Cabral, em representação da Comissão de Vencimentos.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados Accionistas titulares de 331.797.678 acções, correspondentes a 66,36% do capital social, totalizando 3.317.910 votos, e que a Assembleia Geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados no sítio da Internet DGRN - Publicações, do Ministério da Justiça, em 13 de Fevereiro de 2009, nos sítios da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no do BES, em 12 de Fevereiro de 2009, e nos jornais "Jornal de Notícias", "Correio da Manhã", "Diário de Notícias", "Público", "Diário de Notícias – Madeira" e "Açoriano Oriental", todos de 14 de Fevereiro de 2009. Foi também publicada a relação de Accionistas cujas participações excedem 2% do capital social do Banco, nos jornais "Diário de Notícias" e "Correio da Manhã", ambos de 11 de Março de 2009.

Entrando-se na ordem de trabalhos (...)

De seguida, o Presidente da Mesa pôs à apreciação e discussão da Assembleia, em conjunto, os pontos: 2º- Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2008; 3º- Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2008 e 4º - Deliberar sobre a aplicação de resultados.
(...)

Quanto ao ponto 2º- Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2008 - foi lida a proposta que se transcreve: "O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade e os documentos de prestação de contas individuais do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2008, propondo a sua aprovação." (...) e posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 2.949.834 votos a favor, com 1 voto contra;

Quanto ao ponto 3º - Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2008 - foi lida a proposta que se transcreve: "O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2008, propondo a sua aprovação." (...) e posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 2.950.012 votos a favor, com 41 votos contra;

Quanto ao ponto 4º - Deliberar sobre a aplicação de resultados - foi lida a proposta que se transcreve: "O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão, que o resultado líquido da sociedade, no valor de 211.877.805,11 euros, tenha a seguinte aplicação:

	Euros
PARA RESERVA LEGAL:	22.000.000,00
PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ACCIONISTAS:	80.000.000,00
PARA OUTRAS RESERVAS:	109.877.805,11

(...)

e posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 3.504.279 votos a favor, com 20072 votos contra;
(...)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas catorze horas e vinte minutos, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos Membros da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.

Geral
Banco Espírito Santo
Avenida da Liberdade, 195
1250-142 Lisboa
Tel: (351) 21 350 10 00
Fax: (351) 21 855 74 91
E-mail: info@bes.pt

BESdirecto
Tel: 707 24 7 365

Reuters: BES.LS
Bloomberg: BES PL